

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DANIEL LUCIANO MUONDO

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E O
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: UM ESTUDO
RELACIONAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/DAS
ASSISTENTES SOCIAIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR DE ANGOLA**

FRANCA

2022

DANIEL LUCIANO MUONDO

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO
DE CONCLUSÃO DE CURSO: um estudo relacional da formação profissional
dos/das Assistentes Sociais nas Instituições de Ensino Superior de Angola**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

FRANCA

2022

Ficha Catalográfica

MUONDO, Daniel Luciano.

Estágio Supervisionado em Serviço Social e o Trabalho de Conclusão de Curso:
Um estudo relacional da formação profissional dos/das Assistentes Sociais nas
Instituições de Ensino Superior de Angola/ Daniel Luciano Muondo. – 2022
261 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira.
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” – FCHS, 2022.

Inclui referências.

1. Estágio Supervisionado. 2. Serviço Social. 3. Trabalho de Conclusão de Curso. 4. Assistentes Sociais. 5. Angola. I. Título.

DANIEL LUCIANO MUONDO

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO
DE CONCLUSÃO DE CURSO: Um estudo relacional da formação profissional
dos/das Assistentes Sociais nas Instituições de Ensino Superior de Angola**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Banca Examinadora:

Presidente:_____

Prof^a Dr^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira – UNESP-FCHS

1º Examinador:_____

Profº Drº João Manuel Correia Filho – UniLuanda – FSS

2ª Examinadora: _____

Profª Drª Carla Agda Gonçalves – UFG

3ª Examinadora:_____

Profª Drª Josiani Julião Alves de Oliveira – UNESP- FCHS

4ª Examinadora:_____

Profª Drª Eliana Bolorino Canteiro Martins – UNESP – FCHS

Franca, 11 de Novembro de 2022.

*Com muito amor, dedico esta Tese à minha Mãe,
Maria Gabriel, pelo incentivo e liberação, para
esta formação!*

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo incentivo e liberação, com espírito de missão, nessa difícil, mas dignificante formação.

À minha amável, carinhosa e sempre disponível, Orientadora Professora Doutora, Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, por todo apoio prestado, desde o começo e término desta prestigiosa formação e, que com ela quero continuar a contar, para os próximos desafios, de pesquisa em formação profissional.

Às Instituições de Ensino Superior de Angola, o Instituto Superior João Paulo II, da Universidade Católica de Angola e a Faculdade de Serviço Social, da Universidade de Luanda, que permitiram a coleta de dados, dos Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos entre os anos de 2017 a 2021.

À Vanuza Ruth Jiga Eduardo, Assistente Social, minha colega, pela sua disponibilidade e contributo prestado, na coleta de dados desta pesquisa.

Aos meus colegas de caminhada, Bernardino Cuteta, mais do que um amigo, é um eterno irmão; Orlando Chaximbe, Aires Caneca, pela presença sempre aconchegante e partilha do mesmo espaço de conhecimentos.

À todas/os Professoras/es da UNESP-FCHS, Departamentos, Seções e aos Funcionários Administrativos, pelo acolhimento, acompanhamento, admiração, convívio e partilha de amizade demonstrada, ao nosso grupo de estudantes angolanos.

Ao GEFORMSS da UNESP – FCHS, pelo forte carinho que me dedicam, estimulado pelo meu largo sorriso e, ao qual devo minha experiência, no âmbito da formação profissional, que me inspirou a promover a mesma iniciativa em Angola.

Aos membros do GEFORMSS da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, que comigo partilham a troca de saberes, nos espaços de supervisão de estágios em Serviço Social, e que muito contribuíram com as suas experiências, para a composição desta Tese.

Aos meus filhos, meus amores, Décio, Delme, Hermano, Maria (Delma) e Daniela (Deodânia), pela compreensão, nos momentos de ausência nas suas vidas, durante o processo desta formação.

Eterna gratidão!

“Ninguém espera algo em que não confia; não espera e não vê mais possibilidades”.

*Profª Drª Cirlene Aparecida
Hilário da Silva Oliveira.*

MUONDO, Daniel Luciano. ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: Um estudo relacional da formação profissional dos/das Assistentes Sociais nas Instituições de Ensino Superior de Angola. 2022. 260 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

RESUMO

O estudo aborda a temática do estágio supervisionado em Serviço Social e o Trabalho de Conclusão de Curso, na linha de pesquisa do Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional, numa análise relacional das Instituições de Ensino Superior de Angola. Desse modo, foram estudados o Instituto Superior João Paulo II, da Universidade Católica de Angola e a Faculdade de Serviço Social, da Universidade de Luanda, ambos localizados em Luanda, os únicos cursos de graduação na formação profissional dos/das Assistentes Sociais nesta cidade. Em concreto, a abordagem da problemática faz uma constatação, do nível de organização das instituições formadoras, sobretudo, da qualidade do processo do estágio supervisionado e sua contribuição na produção científica, enquanto componentes curriculares, que possuem especificidades, na graduação em Serviço Social. Neste sentido, o estudo da temática reside no fato de que, os estudantes que realizam a formação profissional em Serviço Social, em Angola vivenciam algumas dificuldades no processo organizativo e de inserção nos campos de estágio supervisionado, cuja situação interfere negativamente na aprendizagem. Assim sendo, a importância do estágio supervisionado em Serviço Social constitui um ponto de partida na iniciação científica, pois que, a identificação do tema decorre do processo de observação e diagnóstico, realizados na instituição, ou comunidade, em virtude das demandas constatadas. Desse ponto de vista, em geral, a pesquisa analisa a contribuição do estágio supervisionado, para a produção científica, na formação profissional em Serviço Social. Nesta perspectiva, a coleta de dados foi baseada no levantamento, a partir da autorização das instituições formadoras, sobretudo, no acesso aos trabalhos de conclusão de curso produzidos pelos estudantes, entre os anos de 2017 a 2021. A propósito, foram analisadas 158 pesquisas, com a utilização de uma abordagem mista, considerando a necessidade da análise do conteúdo dos dados obtidos e do número de trabalhos produzidos, no período pesquisado, com base teórica no marxismo, enquanto abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, bem como as condições sociais, ao propor uma perspectiva dialética, analisando os dois institutos. Também, o estudo consistiu na metodologia do estado da arte, conhecendo as temáticas, os espaços de realização de estágio supervisionado e as áreas de produção científica, permitindo maior aproximação à realidade da formação profissional dos discentes. Assim, o estudo realizado em contexto da pandemia de Covid-19, afigurou-se desafiador, ao nível do estágio supervisionado, que conduziu à elaboração dos trabalhos de fim de curso. Por outro lado, esta pesquisa constitui-se num instrumento, que proporciona subsídios, para a melhoria da formação profissional de Assistentes Sociais em Angola, considerando as dificuldades encontradas na supervisão de estágio, apontando as possíveis alternativas de enfrentamento. Portanto, com esta pesquisa, constatou-se o nível de organização do estágio supervisionado em Serviço Social, os espaços de sua realização, as temáticas mais estudadas e respectivas áreas de produção científica, considerando a necessidade de divulgação dos estudos, junto das instituições, para o reconhecimento e valorização da categoria profissional dos/das Assistentes Sociais.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Produção científica; Estágio supervisionado.

ABSTRACT

The study addresses the subject of supervised internship in Social Work and Course Completion Work, in the line of research on Social Work, Work and Vocational Training, in a relational analysis of Higher Education Institutions in Angola. In this way, the Instituto Superior João Paulo II, of the Catholic University of Angola and the Faculty of Social Service, of the University of Luanda, both located in Luanda, the only graduation courses in the professional training of Social Workers in this city, were studied. Specifically, the approach to the problem confirms the level of organization of the educational institutions, above all, the quality of the supervised internship process and its contribution to scientific production, as curricular components, which have specificities, in the graduation in Social Work. In this sense, the study of the theme resides in the fact that students who carry out professional training in Social Work in Angola experience some difficulties in the organizational process and insertion in the fields of supervised internship, whose situation negatively interferes with learning. Therefore, the importance of the supervised internship in Social Work constitutes a starting point in scientific initiation, since the identification of the theme stems from the observation and diagnosis process, carried out in the institution, or community, due to the demands observed. From this point of view, in general, the research analyzes the contribution of the supervised internship, for the scientific production, in the professional formation in Social Work. In this perspective, data collection was based on the survey, based on the authorization of the educational institutions, above all, on access to the course completion works produced by the students, between the years 2017 to 2021. By the way, 158 surveys were analyzed, with the use of a mixed approach, considering the need to analyze the content of the data obtained and the number of works produced, in the period researched, with a theoretical basis in Marxism, as an approach that considers the historicity of social processes and concepts, as well as social conditions, by proposing a dialectical perspective, analyzing the two institutes. Also, the study consisted of state-of-the-art methodology, knowing the themes, spaces for carrying out supervised internships and areas of scientific production, allowing a closer approximation to the reality of students' professional training. Thus, the study carried out in the context of the Covid-19 pandemic, proved to be challenging, in terms of the supervised internship, which led to the preparation of the end of course work. On the other hand, this research constitutes an instrument, which provides subsidies, for the improvement of the professional formation of Social Workers in Angola, considering the difficulties found in the supervision of internship, pointing out the possible alternatives of confrontation. Therefore, with this research, it was verified the level of organization of the supervised internship in Social Work, the spaces of its realization, the most studied themes and respective areas of scientific production, considering the need to disseminate the studies, among the institutions, to the recognition and appreciation of the professional category of Social Workers.

Keywords: Social Work; Professional qualification; Scientific production; Supervised internship.

RESUMEN

El estudio aborda el tema de la pasantía supervisada en Trabajo Social y Trabajo de Finalización de Curso, en la línea de investigación Trabajo Social, Trabajo y Formación Profesional, en un análisis relacional de las Instituciones de Enseñanza Superior en Angola. De esta forma, el Instituto Superior João Paulo II, de la Universidad Católica de Angola y la Facultad de Servicio Social, de la Universidad de Luanda, ambos con sede en Luanda, los únicos cursos de graduación en la formación profesional de Trabajadores Sociales en esta ciudad, fueron estudiados. Específicamente, el abordaje del problema confirma el nivel de organización de las instituciones educativas, sobre todo, la calidad del proceso de pasantía supervisada y su contribución a la producción científica, como componentes curriculares, que tienen especificidades, en la carrera de Trabajo Social. En ese sentido, el estudio del tema radica en que los estudiantes que realizan la formación profesional en Trabajo Social en Angola experimentan algunas dificultades en el proceso organizativo y de inserción en los campos de prácticas tuteladas, cuya situación interfiere negativamente en el aprendizaje. Por lo tanto, la importancia de la pasantía supervisada en Trabajo Social constituye un punto de partida en la iniciación científica, ya que la identificación del tema parte del proceso de observación y diagnóstico, realizado en la institución, o comunidad, en función de las demandas observadas. Desde este punto de vista, en general, la investigación analiza la contribución de la pasantía supervisada, para la producción científica, en la formación profesional en Trabajo Social. En esta perspectiva, la recolección de datos se basó en la encuesta, con base en la autorización de las instituciones educativas, sobre todo, en el acceso a los trabajos de finalización de curso elaborados por los estudiantes, entre los años 2017 a 2021. Por cierto, 158 encuestas fueron analizados, con el uso de un enfoque mixto, considerando la necesidad de analizar el contenido de los datos obtenidos y la cantidad de obras producidas, en el período investigado, con base teórica en el marxismo, como un enfoque que considera la historicidad de los procesos sociales y conceptos, así como las condiciones sociales, proponiendo una perspectiva dialéctica, analizando los dos institutos. Asimismo, el estudio consistió en metodología de punta, conociendo las temáticas, espacios para la realización de pasantías tuteladas y áreas de producción científica, permitiendo una mayor aproximación a la realidad de formación profesional de los estudiantes. Así, el estudio realizado en el contexto de la pandemia de la Covid-19, resultó ser un desafío, en cuanto a la pasantía supervisada, lo que llevó a la elaboración del trabajo de fin de curso. Por otro lado, esta investigación constituye un instrumento, que proporciona subsidios, para la mejora de la formación profesional de los Trabajadores Sociales en Angola, considerando las dificultades encontradas en la supervisión de prácticas, apuntando las posibles alternativas de confrontación. Por lo tanto, con esta investigación, se verificó el nivel de organización de la pasantía supervisada en Trabajo Social, los espacios de su realización, los temas más estudiados y las respectivas áreas de producción científica, considerando la necesidad de difundir los estudios, entre las instituciones, al reconocimiento y valoración de la categoría profesional de Trabajadores Sociales.

Palabras llave: Trabajo Social; Formación profesional; producción científica; Pasantía supervisada.

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAASTI	Associação de Amizade e Solidariedade para com a Terceira Idade
AAS-ANGOLA	Associação dos Assistentes Sociais de Angola
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AJAPRAZ	Associação de Jovens Angolanos Provenientes da Zâmbia
ANASO	Rede Angolana das Organizações de Serviços de SIDA
Apud	Citado por
AVC	Acidente Cardiovascular
C. M.I.W.M	Centro Materno Infantil do Wenji Maka
CDI	Centro de Dia
CCFAA	Companhia do Caminho de Ferro Através de África
CCFAM	Companhia dos Caminhos de Ferro de Ambaca–Malanje
CEAST	Conferência dos Bispos de Angola e São Tomé
CESA	Centro Socioprofissional Maria Auxiliadora
CFESS	Confederação de Serviço Social
CIC	Centro Infantil Comunitário
CNPCH	Centro Neurocirúrgico de Tratamento da Hidrocefalia
CRA	Constituição da República de Angola
DP	Decreto Presidencial
EaD	Ensino a Distância
EPFV	Estabelecimento Penitenciário Feminino de Viana
EPK	Escala de Performance de Karnofsky
EPV	Estabelecimento Penitenciário de Viana
ERE	Ensino Remoto Emergencial
EUA	Estado Unidos da América
FAA	Forças Armadas Anolanas
FAS	Fundo de Apoio Social
FSS	Faculdade de Serviço Social
GEFORMSS	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social
HIV	Vírus de Imunodeficiência
HJM	Hospital Josina Machel
I.A.S.A	Instituto de Assistência Social de Angola
ICP	Instituto de Ciências Penitenciárias
ICRA	Instituto de Ciências Religiosas de Angola
IES	Instituições de Ensino Superior
IFAL	Instituto de Formação da Administração Local
INLS	Instituto Nacional de Luta Contra Sida
INEFOP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
INAFOP	Instituto Nacional de Formação Profissional
ISPTEC	Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Comunicação
ISSS	Instituto Superior de Serviço Social

ISUP JP II	Instituto Superior João Paulo II
KKM	Kudisanga Kwa Makota
MAPTSS	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social
MED	Ministério da Educação
MESCTI	Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
MINARS	Ministério da Assistência e Reinserção Social
MIND	Ministério da Defesa
MINEC	Ministério do Comércio
MINTRAB	Ministério do Trabalho
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NEP	Norma de Execução Permanente
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
PCST	Palliative Care Screnning Toll
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNFQ	Política Nacional de Formação de Quadros
PNE	Política Nacional de Estágio
QV	Qualidade de Vida
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Aguda
SNC	Sistema Nervoso Central
SNS	Sistema Nacional de Saúde
SPARS	Seção de Penas Alternativas e Reinserção Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TRM	Traumatismo Raquimedular
UCAN	Universidade Católica de Angola
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
Uni-Luanda	Universidade de Luanda
WHO	World Health Organization

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1: Plano de Estudo do curso de Licenciatura em Serviço Social – ISUP JPII	37
Quadro nº 2: Mapa de estudantes do período regular – FSS 2022/2023	41
Quadro nº 3: Mapa de estudantes do período pós-laboral – FSS 2022/2023	41
Quadro nº 4: Quadro docente da FSS	42
Quadro nº 5: Plano de Estudo do curso de Licenciatura em Serviço Social – FSS	42
Quadro nº 6: Cadeiras Específicas do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social	44
Quadro nº 7: Cadeiras Complementares do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social	44
Quadro nº 8: Cadeiras de Gerais do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social	45
Quadro nº 9: Cadeiras de Precedências do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social	45
Quadro nº 10: Evolução histórica da supervisão em Serviço Social	60
Quadro nº 11: Caracterização dos estágios em Serviço Social	80
Quadro nº 12: Espaços de realização de estágio supervisionado em Serviço Social em Angola	87
Quadro nº 13: Carga horária de estágios no Instituto Superior João Paulo II	88
Quadro nº 14: Carga horária de estágios na Faculdade de Serviço Social	88
Quadro orgânico: Sistema de Ensino e a Formação Profissional em Angola	93
Quadro nº 15: Tipos de Formação Profissional	94
Quadro nº 16: Níveis de trabalhos académicos	97
Quadro nº 17: Princípios da Monografia	98
Quadro nº 18: Ajustamento da parte lectiva do Calendário Académico de 2020	109
Quadro nº 19: Parte lectiva do Calendário Académico de 2020 oficialmente Aprovado	110
Quadro nº 20: Temáticas estudadas no ISUP JP II no ano de 2017	136
Quadro nº 21: Temáticas estudadas no ISUP JP II no ano de 2018	137
Quadro nº 22: Temáticas estudadas no ISUP JP II no ano de 2019	138
Quadro nº 23: Temáticas estudadas no ISUP JP II no ano de 2020	138
Quadro nº 24: Temáticas estudadas pela Faculdade de Serviço Social em 2017	140
Quadro nº 25: Temáticas estudadas pela Faculdade de Serviço Social em 2018	142
Quadro nº 26: Temáticas estudadas pela Faculdade de Serviço Social em 2019	145
Quadro nº 27: Temáticas estudadas pela Faculdade de Serviço Social em 2020	147
Quadro nº 28: Temáticas estudadas pela Faculdade de Serviço Social em 2021	148
Quadro nº 29: Descrição das categorias de análise das temáticas de estudo	151
Quadro nº 30: Conceção e finalidade dos cuidados paliativos na visão do Serviço Social na enfermaria do Hospital Josina Machel	167
Quadro nº 31: Pacientes portadores de doenças crônicas que necessitam de cuidados paliativos na enfermaria do Hospital Josina Machel	168
Quadro nº 32: Tipos de cuidados paliativos atribuídos aos pacientes portadores de doenças crônicas na enfermaria do Hospital	168

Quadro nº 33: Modo de acesso ao centro de dia KKM	217
Quadro nº 34: Motivos que levaram a aderir ao centro da AASTI	217
Quadro nº 35: Vivência do dia-a-dia no centro	218
Quadro nº 36: Atividades em que tem participado na KKM	218
Quadro nº 37: Modo de relacionamento na família, com a frequência ao Centro	218
Quadro nº 38: Rotina antes de pertencer ao centro e a nova realidade	219
Quadro nº 39: Benefícios que o centro proporciona na vida particular	219

LISTA DE TABELAS

Tabela n.º 1: Setor de trabalho e ramo de atuação da instituição vocacionada	49
Tabela n.º 2: Exercício de outra função pelos profissionais	50
Tabela n.º 3: Parceiros sociais mais importantes	51
Tabela n.º 4: Setores da vida pública angolana em que se pensa ser pertinente uma maior contribuição do Assistente Social	52
Tabela n.º 5: Distribuição de Assistentes Sociais formados pelas duas IES	124
Tabela n.º 6: Distribuição dos pacientes quanto ao Género	194
Tabela n.º 7: Distribuição dos pacientes quanto à faixa etária	195
Tabela n.º 8: Distribuição dos pacientes quanto à proveniência	195
Tabela n.º 9: Distribuição dos pacientes por grupos etnolinguísticos	196
Tabela n.º 10: Distribuição dos pacientes quanto ao grau de instrução	196
Tabela n.º 11: Causas do TRM/Lesão Medular	189
Tabela n.º 12: Razões dos problemas psicossociais apresentados pelos pacientes	189
Tabela n.º 13: Necessidades psicossociais manifestadas face aos ambientes envolvidos	189
Tabela n.º 14: Expressões socioemocionais manifestadas face a doença	198
Tabela n.º 15: Distribuição quanto à necessidade de reintegração	198
Tabela n.º 16: Distribuição dos inqueridos por idade	203
Tabela n.º 17: Distribuição dos inqueridos por gêneros	203
Tabela n.º 18: Condições de atendimento pelos profissionais do Hospital Josina Machel	203
Tabela n.º 19: Acompanhamento psicológico e a assistência social dos adolescentes com HIV	204
Tabela n.º 20: Conhecimento do quadro clínico pelos adolescentes	204
Tabela n.º 21: Distribuição dos idosos por amostra	216

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1: Assistentes Sociais formados pelo ISUP JP II	134
Gráfico nº 2: Assistentes Sociais formados pela FSS	134
Gráfico nº 3: Temáticas por produção científica no ISUP JP II entre 2017 à 2020	139
Gráfico nº 4: Temáticas por produção científica na FSS entre 2017 à 2021	149
Gráfico nº 5: Entendimento dos pacientes sobre o conceito de cuidados paliativos	169
Gráfico nº 6: Tipos de pacientes com necessidade de cuidados paliativos	170
Gráfico nº 7: Conhecimento sobre alguém que tenha recebido cuidados paliativos	171
Gráfico nº 8: Relevância do Serviço Social nos cuidados paliativos	172
Gráfico nº 9: Conhecimento da importância do Assistente Social nos cuidados paliativos	173
Gráfico nº 10: Razões da gravidez na adolescência	184
Gráfico nº 11: Razões da ausência dos pais	185
Gráfico nº 12: Conhecimento e adesão dos métodos contraceptivos	186
Gráfico nº 13: Reação dos sujeitos de pesquisa quanto a descoberta da gravidez	186
Gráfico nº 14: Consequências da gravidez na adolescência	187
Gráfico nº 15: Perspectivas das adolescentes quanto ao seu futuro educativo	188
Gráfico nº 16: Relação das adolescentes com seus parceiros	188

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
1 AS INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO ANGOLANO: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO	29
1.1 A gênese e os fundamentos do desenvolvimento do Serviço Social em Angola: marcos históricos	30
1.2 As Instituições de Ensino Superior em Angola na formação profissional dos/das Assistentes Sociais: cenário da nossa pesquisa	36
1.2.1 O Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola	36
1.2.2 A Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda	38
1.3 Competências e atribuições dos/das Assistentes Sociais no âmbito da Ação Social	46
1.4 Criação da Associação de Assistentes Sociais de Angola	48
1.5 Desafios e Perspectivas do Serviço Social em Angola	53
2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL, SUA CONTRIBUIÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	57
2.1 Gênese da supervisão de estágio em Serviço Social	58
2.2 O estágio supervisionado em Serviço Social na formação profissional dos/das Assistentes Sociais	63
2.2.1 A observação como método científico na produção do conhecimento: um método dialético	70
2.3 Dimensões interventivas do supervisor de campo e do supervisor académico	76
2.4 Procedimentos para a realização do estágio supervisionado: distribuição curricular e o processo de supervisão	78
2.5 O Trabalho de Conclusão de Curso e a sua construção em Serviço Social	94
3 DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS EM ANGOLA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19	101
3.1 O impacto da pandemia de Covid-19 no sistema educativo angolano e na formação profissional em Serviço Social	102
3.2 O Ensino Remoto Emergencial na formação profissional em Serviço Social no contexto da COVID-19	113
3.3 Desafios da formação profissional em Serviço Social e as implicações da pandemia de Covid-19 em Angola	119
4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA REALIDADE DE ANGOLA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	130
4.1 Profissionais formados pelas duas Instituições de Ensino Superior	132
4.2 Experiências de pesquisas de iniciação científica realizadas em instituições de estágios entre 2017-2021	135
4.2.1 Distribuição das temáticas estudadas pelo Instituto Superior João Paulo II	136
4.2.2 Distribuição das temáticas estudadas pela Faculdade de Serviço Social	140
4.3 Experiências de formação profissional no âmbito do estágio supervisionado em época de Covid-19	153

4.4 O papel do serviço social em pacientes portadores de doenças crónicas em cuidados paliativos	154
4.5 O impacto psicossocial da gravidez na adolescência: uma análise da temática à luz do serviço social	175
4.5.1 O impacto da gravidez na adolescência e seus efeitos na família	176
4.6 Intervenção do Assistente Social no tratamento de pacientes com Traumatismo Raquimedular	191
4.7 O Trabalho do Assistente Social na atenção a saúde de adolescentes com HIV/SIDA no Hospital Josina Machel	200
4.8 A importância dos Centros-de-Dia para a promoção da Qualidade de Vida da Pessoa Idosa	205
4.8.1 A política para a pessoa idosa em Angola: análise do funcionamento dos Centros-de-Dia	208
4.8.2 A pessoa idosa e o seu enquadramento nas políticas governamentais	210
4.8.3 Estratégia Nacional para a implementação da política para a pessoa	210
4.8.4 Organização e funcionamento dos Centros-de-Dia	212
4.8.5 As principais razões que levam os idosos a procurarem os Centros-de-Dia e seus benefícios	214
4.9 Atividades dos estagiários do curso de Serviço Social nos Serviços Penitenciários no município de Viana	220
4.9.1 Atividades desenvolvidas no Estabelecimento Penitenciário Masculino de Viana	224
4.9.2 Intervenção da estagiária no Estabelecimento Penitenciário Feminino de Viana	227
4.9.3 Problemas e dificuldades registadas durante as fases de diagnóstico e de intervenção social	229
4.9.4 Propostas decorrentes das dificuldades identificadas nos Serviços Penitenciários	229
CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
REFERÊNCIAS	238
APÊNDICES	253
Apêndice A: ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO – 1º ANO SERVIÇO SOCIAL	254
Apêndice B: ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO – 2º ANO SERVIÇO SOCIAL	255
Apêndice C: ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO 3º ANO – SERVIÇO SOCIAL	256
Apêndice D: ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO DO 4º ANO SERVIÇO SOCIAL	257
Apêndice E: MODELO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	258
Apêndice F: QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL	259
Apêndice G: MENSAGEM DE AGRADECIMENTOS PELA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL	260

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A temática em abordagem tem como foco a formação profissional em Serviço Social em Angola, por via do estágio supervisionado, na sua relação com a construção do conhecimento científico, por meio dos Trabalhos de Conclusão de Curso, desenvolvidos pelos estudantes, durante os anos de 2017 a 2021, ao mesmo tempo que apresenta as experiências de estágio supervisionado, dos estudantes integrados no Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, Universidade de Luanda.

A pesquisa realizada no Instituto Superior João Paulo II, da Universidade Católica de Angola e na Faculdade de Serviço Social, da Universidade de Luanda, respectivamente, ambas localizadas na província de Luanda, capital da República de Angola, sendo as únicas, que promovem a titulação da licenciatura em Serviço Social no país, contribuiu no estudo da problemática do estágio supervisionado em Serviço Social, na formação profissional dos/das Assistentes Sociais, numa análise relacional das duas Instituições de Ensino Superior.

Ao se promover uma orientação com base nos princípios éticos da profissão é garantida a possibilidade de uma formação profissional sólida dos estudantes, permitindo que a transmissão de conhecimentos seja feita por profissionais competentes, e que sejam consolidados os conhecimentos adquiridos ao longo de todo o processo formativo. A abordagem da problemática em causa faz uma constatação, do nível de organização das instituições formadoras, sobretudo, da qualidade do processo de formação profissional, particularmente do estágio supervisionado e sua contribuição na produção do conhecimento científico, especificamente do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, enquanto componentes curriculares, que possuem especificidades, no curso de licenciatura em Serviço Social.

A aproximação à temática teve como base, por um lado, a constatação da realidade das duas instituições, sobre a situação da organização do estágio supervisionado, com a análise das condições em que é realizado, os espaços definidos e as temáticas desenvolvidas. Por outro, a necessidade do aprofundamento da temática, como elemento central da formação profissional em Serviço Social, ao habilitar os futuros Assistentes Sociais, com a capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para uma atuação sólida, baseada nos princípios e valores da profissão, partindo do contato mantido com os usuários e suas demandas.

O objeto de estudo desta pesquisa é a formação profissional em Serviço Social, por meio do estágio supervisionado e a sua contribuição para a produção científica, voltando-se para os

diferentes campos, cujas temáticas investigadas são dele resultantes, como espaços privilegiados de sua realização.

Partindo desta perspectiva, o estudo tem a seguinte questão: Qual é a relação do estágio supervisionado em Serviço Social com a produção científica ao nível da licenciatura, na formação profissional dos/ das Assistentes Sociais, partindo dos diferentes espaços de sua realização, no Instituto Superior João Paulo II e na Faculdade de Serviço Social?¹

A partir da constatação do processo de estágios supervisionados em Serviço Social, como pressupostos para a elaboração dos TCC, o estudo permitiu conhecer as temáticas abordadas no contexto da formação profissional dos/das Assistentes Sociais, demonstrando o seu contributo na iniciação científica, ao nível da licenciatura/graduação, com uma duração de 4 (quatro) anos.

O estudo que decorreu num contexto ímpar, com persistência da pandemia de COVID-19, afigura-se de grandes desafios, sobretudo, ao nível do estágio supervisionado, que conduz à elaboração dos trabalhos de fim de curso, na realidade das instituições de formação profissional em Serviço Social, em Angola.

Tais desafios se traduzem na necessidade, da observância de um conjunto de medidas protetivas, em relação ao contágio da COVID-19, que alterou o curso normal da realização dos estágios supervisionados, limitando, ou condicionando a presença dos estudantes e de seus supervisores, nos espaços de sua realização, sobretudo pela necessidade de se remeter para o sistema remoto emergencial.

Pode-se observar grandes impactos sobre o estágio em Serviço Social, desencadeados pelas requisições do ensino e do trabalho remoto da/o assistente social, suscitando atenção profissional dos sujeitos envolvidos neste processo. Considerando que, a concepção de estágio supervisionado, seus princípios, diretrizes e política só podem ser interpretados, quando remetidos a um projeto de profissão, que conduz a determinado perfil profissional, a disputa por essa concepção é imprescindível, porque ela demanda indagar qual perfil de profissional que se deseja formar e para qual sociedade (GUERRA, 2016).

A formação profissional em Serviço Social considera a obrigatoriedade da realização do estágio supervisionado, que é elemento fundamental na construção da identidade dos/das Assistentes Sociais, no seu cotidiano. Para esta temática, na realidade em que foi estudada, constatarem-se, desde logo, inúmeras dificuldades no processo de supervisão dos estagiários,

¹ Os TCCs são um resultado dos estágios supervisionados em Serviço Social, partindo dos espaços de sua realização, como componente fundamental, que considera a pertinência da formação profissional como um momento oportuno, de contato direto com a realidade social, considerando as demandas dos usuários, cujas respostas são traduzidas com apresentação pública dos trabalhos de iniciação científica.

sobretudo, pela Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, que conta com um número reduzido de profissionais, para dar resposta às demandas da formação profissional.

Constata-se, a existência de supervisores de estágio e orientadores de trabalhos de conclusão de curso, sem formação em Serviço Social, com turmas constituídas por cerca de 50 estudantes, no processo seletivo e de ingresso na graduação, para as aulas realizadas nas mesmas. Estes estudantes são, posteriormente, distribuídos para os campos de estágio, entre 5 a 10, para cada supervisor acadêmico.

O Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola destaca-se, na formação dos/das Assistentes Sociais, tendo iniciado o curso de graduação em Serviço Social no ano de 2005 e que, observa os critérios formais de supervisão de estágios em Serviço Social, ao primar pela utilização de profissionais com formação específica, no processo de orientação e acompanhamento dos estagiários, pelo menos ao nível acadêmico.

A escolha da temática consistiu, também, na inexistência de instrumentos normativos sobre a regulamentação da profissão em Angola, sobretudo, no que o estágio supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso diz respeito, com a necessidade de contribuir na sua elaboração, para a construção de uma base teórica objetiva, ao nível das instituições de formação profissional dos/das Assistentes Sociais.

A temática em abordagem tem relevância, na valorização da formação dos/das Assistentes Sociais, com destaque para a necessidade de uma orientação profissional aos estudantes, alicerçada nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, realizada por docentes formados na mesma área do curso, capazes de corresponder com as expectativas dos formandos e da profissão, como um todo.

A necessidade do estudo da temática reside no fato de que, os estudantes que realizam a formação profissional em Serviço Social em Angola, vivenciam algumas dificuldades, no processo organizativo e de integração nos campos de estágio, que vai desde a identificação dos espaços de sua realização, a identificação e seleção dos orientadores, ou mesmo a sua contratação, pelas instituições formadoras, cuja situação interfere de modo negativo na aprendizagem.

Por exemplo, após término do período dos estágios supervisionados, os estudantes demoram muito tempo para escrever e apresentar os Trabalhos de Conclusão de Curso, sobretudo, pela falta de um acompanhamento regular por supervisores formados em Serviço Social, tanto académicos, quanto de campo, situação que reduz a qualidade dos trabalhos apresentados ao nível da licenciatura. Majoritariamente, os supervisores por não serem Assistentes Sociais, encontram dificuldades na compreensão dos estágios supervisionados e na

identificação das temáticas, para as monografias dos estudantes, na linha de pesquisa de Serviço Social.

Angola, por exemplo, não dispõe de uma legislação específica sobre estágios supervisionados em Serviço Social, daí, recorrer a bibliografia estrangeira, sobretudo brasileira, para a fundamentação da formação profissional dos/das Assistentes Sociais.

Segundo a legislação e as normatizações brasileiras, o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação, a partir dos desdobramentos dos componentes curriculares, concomitantemente ao período letivo escolar (CFESS, 2014, p.12).

A importância do estágio supervisionado na sua relação com o TCC, para o caso específico da realidade das IES em Angola, na formação profissional em Serviço Social reside no fato de constituir, um ponto de partida na iniciação científica, pois que, a identificação do tema decorre do processo de observação e diagnóstico realizados na instituição, ou comunidade, de acordo com os serviços prestados aos usuários e as suas demandas.

A partir dessas considerações, o objetivo geral da pesquisa visa analisar os Trabalhos de Conclusão de Curso, na sua relação com o estágio supervisionado em Serviço Social, através da metodologia de estado da arte, na formação profissional dos/das Assistentes Sociais, pelo Instituto Superior João Paulo II, da Universidade Católica de Angola e pela Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, ambos localizados na província de Luanda.

Especificamente, a pesquisa consiste em:

- 1) Conhecer os fundamentos do Serviço Social, na formação profissional dos/das Assistentes em Angola.
- 2) Mapear os campos de realização de estágios supervisionados em Serviço Social, bem como as temáticas desenvolvidas na elaboração dos TCC.
- 3) Compreender as experiências de realização de estágio supervisionado em Serviço Social e produção de TCC, bem como suas particularidades, inclusive, no contexto da pandemia da COVID-19, em Angola.

A partir do diagnóstico dos procedimentos inerentes ao processo de estágios supervisionados, do conhecimento dos espaços de realização, assim como das experiências das instituições no contexto da pandemia de Covid-19, a pesquisa caracteriza o conjunto de ações desenvolvidas nesse processo, analisando a sua importância na construção do conhecimento científico, nas diferentes temáticas estudadas.

Procedimentos Metodológicos

Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrinsicamente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2012, p. 14).

A abordagem da pesquisa é mista, considerando a necessidade da análise dos resultados em ambas as perspectivas, tanto pela análise dos conteúdos, em virtude das temáticas desenvolvidas no processo de formação, quanto pelo número de trabalhos produzidos pelas instituições formadoras, ao longo do período pesquisado.

O estudo de natureza qualitativa será realizado a partir do método histórico-dialético, fundamentado na teoria social crítica marxista, considerando sua importância na abordagem histórica da profissão e análise dos contextos a serem estudados. A observação, como método de interação direta com o problema de pesquisa fará parte do estudo, considerando a necessidade de recolha de dados, envolvendo o levantamento, com o objetivo de promover aproximações necessárias ao conhecimento da realidade pesquisada, compreendendo que o objeto estudado não se dá a conhecer na sua imediatez e sim por aproximações sucessivas (MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2012, p. 24-25).

A pesquisa deu ênfase à análise bibliográfica e documental, servindo-se, também, da pesquisa denominada estado da arte partindo da própria realidade, apresentando os contextos de realização de estágios em Serviço Social, na formação profissional dos/das Assistentes Sociais, nas duas instituições de Ensino Superior.

[...] Estado da arte ou do conhecimento trata de pesquisas definidas como de caráter bibliográfico, que trazem em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Estes tipos de pesquisas também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

Apesar de se referirem, de modo particular, às dissertações de mestrado, teses de doutorado e publicações em anais de eventos, ao nível da graduação, encontram também espaço privilegiado, ao remeter para a busca de informações em trabalhos já produzidos, arquivados nos Departamentos dos cursos, mas que, apresentam grande importância na iniciação científica, tratando-se de estudos realizados no âmbito da formação acadêmica e profissional.

Desse modo, a utilização da metodologia do estado da arte no presente estudo, permitiu analisar as seguintes categorias: o título do trabalho, o campo de pesquisa e, a área de produção. De acordo com os resultados apresentados, cada categoria analisada compreendeu um recorte

dos seus elementos, considerando que, cada um deles apresentava várias temáticas, nos espaços de sua realização, conforme detalhado nos quadros do quarto capítulo, por cada instituição estudada.

Segundo a autora, uma das motivações dos pesquisadores é a sensação do não conhecimento acerca da totalidade de outros estudos e pesquisas, em determinada área de conhecimento, que apresenta crescimento tanto quantitativo, quanto qualitativo, produção esta distribuída e conservada pelas instituições, mas pouco divulgada. Outro elemento fundamental é a necessidade de articulação de conhecimentos, sobre a multiplicidade de perspectivas e pluralidades de enfoques, em determinados assuntos, que busque integrar, estruturalmente, estudos e resultados de pesquisas, ou evidenciar e explicar incoerências e resultados incompatíveis, tendo como recurso a pesquisa documental, e/ou bibliográfica.

Reafirma-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante, na produção do conhecimento científico, capaz de gerar, especialmente, em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações, que servirão de ponto de partida, para outras pesquisas (LIMA & MIOTO, 2007, p. 43).

A pesquisa bibliográfica tem como fonte de informação todo o material já publicado, com tratamento científico, servindo de base de consulta por estudantes e pesquisadores, para fundamentar ou justificar determinados estudos em vários temas de interesse, nos diferentes campos da produção do conhecimento.

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), fundamenta sua análise sobre pesquisa documental, com base nos seguintes argumentos:

A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (CAULLEY apud LÜDKE e ANDRE, 1986:38); “Uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes” (CELLARD, 2008: 298); “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006:1-2).

A recolha de dados foi baseada no levantamento, a partir da autorização das instituições formadoras, sobretudo, no acesso ao acervo bibliográfico e documental, dos trabalhos produzidos pelos estudantes, a partir dos campos de estágio, ao longo dos últimos 5 (cinco), anos, limitando-se o contato direto com os autores dos TCC, considerando o contexto pandémico reinante em Angola, respeitando as medidas de biossegurança impostas pelas autoridades do país.

O recorte temporal dos 5 (cinco) anos precisados pelo presente estudo, isto é, de 2017 a 2021, justifica-se por se considerar que o doutorando, apesar de conhecer as duas instituições,

pela formação em Serviço Social no Instituto Superior João Paulo II, e no exercício da atividade docente, na Faculdade de Serviço Social, esteve vinculado no exercício de cargos de direção e chefia nos anos anteriores, não tendo, por isso, contato regular e permanente no acompanhamento dos estagiários. Somente a partir do ano de 2017, com o término de responsabilidades administrativas, passou a dedicar-se exclusivamente na orientação de estágios supervisionados em Serviço Social e orientação de trabalhos de conclusão de curso.

Por outro, considera-se que, as duas instituições, alcançaram um nível de maior desempenho, na organização de estágios em Serviço Social no período em referência, com a realização de trocas de experiências, sobre os currículos formativos de ambas, o que significou um avanço na dinamização da formação dos/das Assistentes Sociais em Luanda.

Ao nível da docência, por exemplo, sobretudo na orientação de estágios supervisionados e participação em bancas de TCC, alguns docentes Assistentes Sociais exercem esta tarefa nas duas instituições, daí poderem debruçar-se com propriedade sobre a temática em análise, no que ao acompanhamento dos estudantes diz respeito.

A busca de dados nos TCC, que constituem parte dos documentos produzidos pelos estudantes e depositados nas respetivas bibliotecas, compreendeu uma análise da qualidade dos temas e espaços de realização dos estudos, seus conteúdos e períodos, com ênfase para os resultados alcançados. Desse modo, considera-se, também, a análise e apresentação dos dados quantitativamente, na extensão relacional, das diferentes temáticas entre as instituições evidenciadas pela pesquisa, considerando, a aplicação da metodologia de estado da arte.

A aplicação do estado da arte constitui uma novidade, ao nível das duas instituições analisadas, sobretudo, quanto ao Serviço Social em Angola, tendo sido o primeiro pesquisador a se destacar nesta metodologia.

Por se tratar de uma metodologia ainda não muito conhecida nesses estudos, houve dificuldade de aceder aos dados, concretamente, aos trabalhos de conclusão de curso, produzidos a partir dos campos de estágio, tendo existido alguns condicionamentos, desde a solicitação de autorização formal às respectivas direções das Instituições de Ensino Superior e a concessão de resposta para a realização da pesquisa, a busca dos TCC em arquivos antigos, a arrumação dos mesmos pelos anos de produção e apresentação, bem como, a disponibilidade de tempo necessário, para a coleta das informações.

A análise dos dados teve como pressupostos as dimensões constitutivas, desde a base de sustentação com os fundamentos teórico-metodológicos, a intencionalidade e prioridades de ações nos aspectos ético-políticos, e as estratégias e técnicas, na dimensão técnica-operativa.

A base teórica-metodológica utilizada pelo estudo é o materialismo histórico-dialético, que permite aproximações sucessivas com o real, de modo a buscar o movimento das determinações, dos processos e suas mediações sociais para apreensão da realidade. No caso concreto da presente pesquisa, foi importante a constatação feita junto das instituições de formação dos/das Assistentes Sociais, a partir da análise do espaço temporal em que se enquadram, dos espaços de realização dos estágios, das temáticas evidenciadas e das respectivas áreas de produção.

O caráter ético-político do estudo considera uma análise do contexto histórico, com a compreensão da realidade. Todavia, busca relacionar, a situação estudada, não de modo comparativo, mas analisa a história, como elemento fundamental do conhecimento das instituições de formação profissional, tanto do ponto de vista do seu surgimento, quanto dos profissionais já formados, até ao período referido na pesquisa.

Um dos principais focos desta pesquisa, assenta na pretensão de discutir e apresentar o surgimento da profissão, seu conhecimento e reconhecimento. Outro aspecto importante presente neste estudo, é dar visibilidade da profissão, sobretudo, analisando as temáticas desenvolvidas nos diferentes espaços socio-ocupacionais, que são um contributo significativo, para a sua concretização e inserção, nas várias esferas da sociedade, dando respostas às múltiplas expressões da questão social.

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos, numa “*luta aberta e surda pela cidadania*” (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos humanos. Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, expressando a consciência e a luta pelos direitos humanos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham os assistentes sociais (IAMAMOTO, 2008, p. 160).

A questão social é o conjunto das expressões, que definem as desigualdades da sociedade. O conceito de questão social está relacionado com o sistema capitalista de produção, ou seja, a forma como a riqueza em uma sociedade é produzida e distribuída. Assim, o capitalismo desencadeia todo um processo que culmina nas desigualdades sociais e seu agravamento, e que se constituem em objetos de intervenção do Serviço Social, numa ação profissional articulada, nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

O trabalho dos Assistentes Sociais, ao considerar as suas dimensões constitutivas, traduz-se na compreensão dos diferentes contextos históricos, em que se manifestam as desigualdades sociais, apresentadas pelos sujeitos, como produto da insatisfação das suas necessidades básicas. Para o presente estudo, olhando para as diferentes temáticas abordadas, percebe-se, por

um lado, a importância do Serviço Social e a intervenção profissional do/da Assistente Social, que identifica as demandas, a partir do estudo da realidade social, analisada por meio do estágio supervisionado e traduzida na produção científica.

Por outro, é através do estudo da diversidade temática, trazida no conjunto das várias categorias analisadas, que se compreendem essas desigualdades sociais, pela necessidade do seu enfrentamento, o que, para o estágio supervisionado e a produção científica, se tornam no centro de uma abordagem, que vai ao encontro das dimensões constitutivas da profissão, encaradas na sua relação intrínseca e inseparável, ao contribuírem na descoberta dos problemas sociais, carecidos de uma intervenção dos/das Assistentes Sociais.

Reconhece-se, no entanto, que as dimensões só existem em relação umas às outras, travejadas entre si, donde há a capacidade do profissional vir a compreender os limites e possibilidades, não como algo interno, ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social (SANTOS, BACKX & GUERRA, 2017, p. 50).

O estudo contribuiu para o conhecimento do desenvolvimento do estágio supervisionado em Serviço Social, na formação profissional dos/das Assistentes Sociais, nas Instituições de Ensino Superior da província de Luanda, desde os espaços de sua realização, as temáticas desenvolvidas, bem como, as experiências dos estudantes no contexto da pandemia de Covid-19 em Angola.

A presente pesquisa, após sua apresentação com a defesa da tese, e conforme cronograma de execução, será realizada a sua devolutiva, prevendo-se que seja primeiramente, por via de uma sessão organizada por meio da UNESP, possivelmente, numa atividade acadêmico-científica organizada pelo GEFORMSS – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e cadastrado no Diretório do CNPq, grupo este em que, o pesquisador terá a possibilidade de fazer uma apresentação pública do estudo, numa reunião ampliada.

De fato, pode não ocorrer tão logo se realize a tese, isto é, no mesmo ano, considerando que será necessário um período suficiente e necessário para correção do estudo, tendo em conta as recomendações da banca examinadora de defesa. Pretende-se, também, por meio do GEFORMSS da FSS-Angola realizar algumas atividades voltadas para os docentes e discentes das duas Instituições de Ensino Superior, que foram o lócus da pesquisa, com o objetivo de refletir sobre as principais categorias identificadas no estudo, apresentando os avanços e os desafios do estágio supervisionado, na produção do conhecimento científico, através dos TCC.

A pesquisa irá impulsionar um conjunto de atividades, no âmbito do estágio supervisionado em Serviço Social, com a produção científica, servindo de instrumento para a capacitação, ou formação permanente de supervisores, tanto acadêmicos, como de campo, das diferentes instituições, enquanto elementos intervenientes no processo de formação profissional dos estudantes.

No que se refere à estrutura expositiva, o estudo está constituído em 4 (quatro) capítulos. O primeiro trata de fazer uma abordagem sobre os fundamentos do Serviço Social em Angola, desde a génese histórica, as respectivas instituições de formação ao nível superior, enquanto espaços de realização da pesquisa.

O segundo, volta-se para a compreensão do estágio supervisionado em Serviço Social e sua contribuição, para a construção do conhecimento científico, os espaços de formação profissional e as temáticas de estudo, a formação profissional em Angola, no quadro da Política Nacional de Formação de Recursos Humanos e, o Trabalho de Conclusão de Curso.

O terceiro capítulo traz os desafios da formação profissional dos/das Assistentes Sociais em Angola no contexto da pandemia de Covid-19, destacando os seus efeitos no sistema educativo angolano de modo geral e, em particular ao ensino superior, com as alterações e reformas efetuadas no calendário escolar nacional. Ao mesmo tempo, dedica particular atenção aos desafios dos/das Assistentes Sociais no combate às desigualdades sociais e na garantia dos direitos dos cidadãos, em contexto de pandemia. Apresenta, ainda, de modo introdutório, as pesquisas realizadas pelo grupo de estudantes integrados no GEFORMSS da Faculdade de Serviço Social, no contexto da Covid-19, desenvolvidas no capítulo seguinte.

O quarto capítulo incorpora as experiências de pesquisas de iniciação científica, realizadas em instituições de estágio supervisionado, entre 2017-2021, com o mapeamento dos temas de estudo, seus autores e orientadores e as áreas de produção; as experiências de formação profissional no âmbito do estágio supervisionado no contexto da Covid-19, de estudantes integrados no GEFORMSS – Faculdade de Serviço Social, da Universidade de Luanda, com as temáticas pesquisadas.

A presente pesquisa, com a temática investigada, é o primeiro estudo, ao nível de Doutorado em Angola, a se debruçar sobre o estágio supervisionado em Serviço Social e o Trabalho de Conclusão de Curso, considerando-se um recurso e instrumento, que irá contribuir para o aprofundamento dessa abordagem, nas Instituições de Ensino Superior no país, de modo particular, inclusive, em algumas que não tenham como foco a formação profissional de Assistentes Sociais.

**1. AS INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL
NO CONTEXTO ANGOLANO: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA
PROFISSÃO**

Este capítulo está dedicado, inicialmente, à uma apresentação dos fundamentos do Serviço Social em Angola, com a contextualização do surgimento e desenvolvimento da formação profissional em Serviço Social nas duas Instituições de Ensino Superior de Angola, nomeadamente o Instituto Superior João Paulo II, da Universidade Católica de Angola e o Ex-Instituto Superior de Serviço Social, atual Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda.

Na essência, volta-se para os aspectos históricos da profissão em Angola, fazendo uma retrospectiva da época colonial, em que surgiu a primeira instituição privada, tutelada pela Igreja Católica, sua extinção pelo regime político governante nos anos de 1970, bem como o ressurgimento do curso nos anos de 2000. Pelo setor público, são inauguradas as instalações do Instituto Superior de Serviço Social, no ano de 2008 e, o início do curso em 2010, após consideração da sua importância na promoção do bem-estar social dos cidadãos, decisão tomada pelo então presidente de Angola, no quadro dos programas e estratégias de erradicação da pobreza.

O capítulo traz também os principais desafios da formação profissional em Serviço Social em Angola, destacando a pertinência do curso no atual contexto socioeconômico do país, caracterizado por um índice elevado de desigualdades sociais. Considera, ainda, as atribuições dos/das Assistentes Sociais, no quadro da Carreira do Trabalhador Social, aprovada pelo governo angolano, por via de um Decreto Presidencial, como também, referencia a criação da Associação dos/das Assistentes Sociais de Angola.

1.1 A gênese e os fundamentos do desenvolvimento do Serviço Social em Angola: marcos históricos

O Serviço Social, como área de conhecimento em Angola encontra-se na fase embrionária. Como nova proposta de curso, na modalidade superior, o seu surgimento carrega consigo a pouca densidade da formação, por parte da sociedade, de modo particular das elites políticas do país e pouca aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o processo de formação dos estudantes, devido a falta de inserção destes, nas áreas da sua formação e intervenção, num contexto que muito precisa destes quadros, atendendo as situações da nossa história recente de pós-guerra.

Muondo & Oliveira (2019, p. 1213), referem que:

Tal situação justifica-se pelo fato de se perceber que, a maioria dos estudantes que frequentam o quarto ano deste curso, estando já na porta de saída para exercerem a

profissão, ainda titubeia, por várias razões, dentre as quais se destacam: a orientação de estágio, até por docentes sem formação em Serviço Social, tratando-se de uma profissão principalmente de natureza interventiva; as dificuldades na identificação de campos de estágios que, de fato, tragam uma competência técnica e profissional aos estudantes; o fraco desempenho dos próprios estudantes no processo de formação profissional, resultante até da inexperiência de alguns orientadores, levando a que muitos se percam nas explicações, sem resposta concreta quanto ao exercício da futura profissão.

Acrescenta-se aos aspectos referenciados acima, a falta de perspectivas de emprego para quem está prestes a terminar uma formação de quatro anos, chegando-se a conclusão, muitas vezes, que se tratou de uma perda de tempo, ou ainda, investiu-se tanto esforço, dinheiro e tudo mais, sem garantia de nenhum retorno, pelo menos a curto prazo.

Analisando a sociedade, que recebe o novo profissional, como uma nova área de atuação, a fragilidade e a confusão se elevam no nível incompreensível, que seja este novo profissional a precisar de afirmar-se no seu contexto de trabalho, nas suas atribuições, enquanto técnico preparado para assumir tais responsabilidades. É devido ressaltar que, antes do surgimento da área de Serviço Social em Angola, ao longo dos anos, outros profissionais se perfilaram nesta profissão como meros amadores, na prestação de serviços de assistência e benevolência social.

Em 2008, ao se criar o curso superior de Serviço Social, a intencionalidade foi, no sentido de se cumprir com uma das metas do governo angolano, em termos da expansão do ensino superior e a formação de quadros no domínio da Assistência Social. Diante de algumas dessas metas cumpridas, as perguntas que se colocam no tempo presente são: que desafios tem o curso de Serviço Social, enquanto área de conhecimento perfilado numa nova profissão, depois de muitos anos no anonimato? Que perspectivas estão delineadas para a definição da profissão, seguida da sua afirmação?

Para responder essas perguntas o estudo objetivou considerar a situação atual da profissão em Angola, do ponto de vista formativo, sobretudo, pelo instituto público, como estando ainda, com algumas dificuldades na organização de atividades curriculares do curso, a julgar pelas insuficiências na formação profissional, resultantes, por um lado, da falta de identidade profissional do curso ao nível da gestão da instituição e, por outro, pela insuficiência de Assistentes Sociais na orientação de estágios supervisionados para os formandos.

[...] O debate sobre a gênese do Serviço Social, assim como a sua institucionalização, e sua apreensão pela sociedade, de modo a encontrar respostas para a explicação de sua natureza, não é recente e possui produções significantes. Todavia, desconhecemos abordagens semelhantes na África e, especialmente em Angola. Entendemos que, um dado fenómeno em Angola, chamado “profissão Serviço Social” só veio a ser ele mesmo no interior ou dentro de um dado campo de necessidades (teleologia), que também são frutos de um conjunto de determinações históricas necessárias. Por isso, para estudar do Serviço Social em Angola, torna-se necessário anaisar essas várias

determinações históricas que lhe deram origem e significado, razão porque, com recurso à época colonial, estuda-se o Instituto Superior Pio XII, como primeira escola de Serviço Social do país (MONTEIRO, 2016).

O surgimento da formação profissional em Serviço Social no contexto angolano, pode considerar-se enquadrada em 3 (três) etapas fundamentais, que vão desde a sua criação nos anos 1960, seu encerramento após proclamação da independência, isto é, em 1977 e, o ressurgimento da profissão, no período pós-guerra civil, ou seja, nos anos 2000, ao nível das duas instituições.

Historicamente, essa área de conhecimento surge com uma base religiosa católica, para dar conta das discrepâncias sociais que o Ocidente passava, fruto da revolução industrial no século XIX, pois como afirma Aguiar (2011, p. 27) naquela altura “*os operários viviam, em grau de extrema miséria e a exploração decorrente da industrialização e desenvolvimento do capitalismo*”. Partindo deste pressuposto, o autor afirma que:

Há convergência entre muitos autores, que se referem à história do Serviço Social, de que em maio de 1891, o Papa Leão XIII publicava a Encíclica "Rerum Novarum", com intuito de chamar atenção da igreja universal e do mundo sobre as mazelas e a desumanização dos operários da época e com isso estabelece as matrizes, e o foco da doutrina social que a igreja universal deveria se fundamentar (AGUIAR, 2011).

Passados dois séculos, a Europa conseguiu se desvencilhar dos problemas sociais e apresentou para o mundo, formas modernas de organização social, onde as liberdades substantivas passaram a ser marca das políticas públicas dos seus governos. No nosso contexto, Angola procurou mecanismos de enfrentar as consequências dos problemas sociais, herdados do século passado, e o início do novo século e, a área de Serviço Social pode ser considerada como mola articuladora, entre as estruturas já mencionadas, para participar nos projetos colocados na reconstrução do país.

A expansão dos serviços sociais no século XX está ligada ao desenvolvimento da noção de cidadania; a luta pelos direitos sociais é perpassada pela luta contra o estigma do assistencialismo, presente até aos nossos dias. Os serviços sociais são, assim, nada mais e nada menos, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda sociedade, sob a forma de serviços sociais; assim, aparecem como benefício, expressão humanitária do Estado e/ou da empresa privada (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 96 apud MONTEIRO, 2016, p.108).

Desde logo, percebe-se a dimensão utilitarista dos serviços sociais, como contributo para a superação das classes desfavorecidas, na medida em que, o Estado assume a responsabilidade da garantia do direito dos cidadãos.

A abertura da formação do Serviço Social em Angola data ainda do tempo, em que o país era uma colónia portuguesa, sendo o curso criado com a implantação do ensino superior em Angola em 1962 (NETO, 2010). Foi precisamente, em 1962 quando Portugal criou o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, através da Portaria 12.472, de 3 de dezembro

de 1962, nos termos do Decreto-Lei 44.159 de 18 de janeiro de 1962, para que preparasse Assistentes Sociais, num curso com duração de quatro anos, e Educadores Sociais, Educadores de Infância, Monitoras de Infância e Auxiliares de Família, com duração de dois anos cada; o referido curso funcionava nas atuais instalações do Instituto Superior João Paulo II. O Instituto ora criado, era uma instituição privada, com cariz particularmente católico.

Conforme Buzi (2015, p. 16), citando outros autores,

O Instituto de Educação e Serviço Social – Pio XII foi criado em Luanda/Angola, então colónia portuguesa, pelo regime colonial do Estado Novo, em 1961 (cf. Revista Portugal em África, Vol. 20, 1963, cf. pp. 15-18). Note-se que, quase 20 anos antes da criação de Pio XII, já, na metrópole, em Dezembro de 1939, o Estado, sob o mesmo regime de tendências –Welfare, de Estado Novo - tinha legalizado, finalmente, os já então administrados Cursos em Serviço Social, em Coimbra e em Lisboa (cf. Branco, 2009 e 2014). Se, desde a Revolução Industrial, e com mais visibilidade no pós-1ª Guerra Mundial, os contextos sociais tóxicos, da higiene, da pobreza, resultantes, grandemente, do liberalismo capitalista (cf. Mouro, 2001) fizeram eclodir, já em cidades e centros urbanos europeus, incluindo os portugueses, nomeadamente, Porto e Lisboa, movimentos caritativos, activistas (sindicais e cooperativos), intelectuais e académicos (de formação social privada) – base de –emergência do SS, para a institucionalização, quer dizer, para uma assunção ou inclusão nas funções do Estado do controlo terapêutico dos casos tóxicos ou patológicos sociais – então, em Angola, para o Estado Português, surgiu uma problemática nova: em 1961 eclodiu a guerra anticolonial, e este contexto sociopolítico começou a ter, progressivamente, efeitos sociais tóxicos, o que terá sido significativo, para a criação do Instituto Pio XII (cf. Espírito Santo, 2009)

Aponta-se, desde já, para o fato de que, como terapeutas sociais, os profissionais sociais do Pio XII não acudiriam a sociedade luso-angolana, contra efeitos tóxicos sociais de algum capitalismo (industrial) económico, mas contra efeitos sociais tóxicos, de uma guerra anticolonial. Tal, efetivamente, foi o alcance jurídico do diploma legislativo que, criando o Instituto Pio XII, o ligava também ao Instituto de Assistência Social de Angola (I.A.S.A.).

A comissão provincial de auxílio às populações deslocadas, considerava ser necessário e urgente formar-se pessoal tecnicamente qualificado, para o desempenho do Serviço Social, com cursos intensivos (duração de 10 meses), criando-se agentes de trabalho social, agentes familiares, jardineiras de infância (ESPÍRITO SANTO, 2009).

Segundo a autora, da primeira formação, concluída a 31 de agosto do ano de 1963, saíram 32 (trinta e dois) trabalhadores sociais, sendo 12 (doze) agentes de trabalho social, 10 (dez) agentes familiares e, 10 (dez) jardineiras da infância, tendo sido distribuídos por várias instituições, criadas em Angola, pelo governo Ultramarino, enquanto colónia portuguesa, serviços donde os mesmos haviam sido recrutados nomeadamente:

- a) a Junta Provincial de Povoamento, órgão superior da administração pública, responsável em cada província ultramarina, pela condução ou orientação de todos os assuntos referentes ao povoamento do território e pela coordenação, com tal fim, de quaisquer atividades públicas, ou privadas, que ao mesmo interessem,

- independentemente da modalidade de povoamento e seja autóctone, natural ou imigrante o elemento povoador (Decreto 43895, de 6 de Setembro de 1961);
- b) o Instituto de Assistência Social de Angola, instituição vocacionada ao acolhimento de grupos em situação de vulnerabilidade social, sobretudo, pessoas idosas;
 - c) o Instituto do Trabalho, Previdência e a Acção Social de Angola, que desempenhava funções de produtividade do capital, e prestação de auxílio no âmbito da acção social;
 - d) a Mocidade Portuguesa, uma organização juvenil do Estado Novo, que pretendia abranger toda a juventude, escolar ou não, e destinava-se a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar; e,
 - e) a Companhia de Caminhos-de-Ferro, empresa pública de administração indireta angolana, responsável pela operação dos serviços de carga e de passageiros, descendente de duas companhias ferroviárias distintas, sendo a mais antiga a Companhia do Caminho de Ferro Através de África (CCFAA), formada pelo empresário português Alexandre Peres em 1885. A outra companhia, estatal, se chamava Companhia dos Caminhos de Ferro de Ambaca–Malanje (CCFAM), que foi formada em 13 de novembro de 1902 [GRIFO DO AUTOR].

Em 1964, foram realizadas cursos de capacitação, conferindo aos diplomados anteriores, um nível de preparação profissional mais avançado, que os equiparou à categoria de quadros educadores sociais e a monitores de infância.

Em 2 de Setembro de 1969, o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII foi considerado instituição escolar de utilidade pública, e passou a administrar uma formação superior regular de 4 (quatro) anos, com três objectivos fundamentais: a) preparar Assistentes Sociais de formação polivalente; b) preparar Assistentes Sociais para lançar e orientar o Serviço Social de comunidades, e colaborar nos planos de desenvolvimento comunitário; e, c) preparar Assistentes Sociais, capazes de chefiar instituições e obras de assistência (ESPÍRITO SANTO, 2009).

Frisar que, a instituição de ensino referenciada nasce numa época do alvorecer da guerra e da política colonial, cuja formação estava direccionada para dimensão psicossocial que pretendia melhorar o nível de vida da maioria negra, como tampão para o conflito, que culminou com a independência do país em 11 de Novembro de 1975.

Com a proclamação da independência de Angola em 1975, as autoridades angolanas “herdaram” apenas duas instituições de formação superior: a Universidade de Luanda (pública), que em 1976 passou a designar-se Universidade de Angola e o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII (privado, da igreja Católica), encerrado oficialmente em 1977. Em 1985 a Universidade de Angola passou a designar-se Universidade Agostinho Neto (UAN), em homenagem ao primeiro presidente da República e manteve-se até 2009 como única instituição estatal de ensino superior no país (FERREIA, 2018, p. 7).

O Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII tinha como objetivo contribuir para a promoção global das populações na sua totalidade, em particular das populações economicamente vulneráveis, através da criação dos cursos referenciados, bem como de outros

cursois normais especializados de técnica social, que o desenvolvimento social, económico da província determinasse, cursois extraordinários e de aperfeiçoamento pelo estudo, investigação e experimentação dos métodos de Educação e Serviço Social. Embora a instituição fosse criada em 1962, com o surgimento do Ensino Superior em Angola e a consequente criação do curso de Serviço Social, seu funcionamento começa apenas em 1963.

Entretanto, em 1977, após a independência do país em 11 de Novembro de 1975, já sob a direção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), ocorre o encerramento do Instituto e, com ele, foram extintas as escolas e demais obras da Igreja Católica, fazendo com que o país ficasse quase 28 (vinte e oito) anos sem a formação destes profissionais. Importa aqui realçar que, além das instituições e obras católicas, foram também confiscadas, pelo então governo, estruturas de outras denominações religiosas da época, sobretudo das igrejas protestantes.

Naquele momento dos acontecimentos em que se dá o encerramento do curso de Serviço Social, os/as Assistentes Sociais estavam divididos entre os portugueses e angolanos, os que se preparavam para abandonar o país de volta à Portugal e os que ficariam em Angola. Neste interregno havia um pequeno grupo determinado a concluir os cursois, embora houvesse grandes restrições no prosseguimento da formação, dada às circunstâncias próprias da época, com a colaboração de duas sociólogas, nomeadamente: Lia, a brasileira e a Angélica, a colombiana, vinda da Argélia com o MPLA, sendo encaminhada para o Instituto, pelo próprio Movimento.

Face as circunstâncias, os poucos quadros técnicos de Serviço Social que ainda se encontravam no país desvinculam-se, abandonando o curso e a profissão, com o desaparecimento profissional. Assim, muitos desses foram fazer outros cursois como Direito, Economia, Psicologia, entre outros. As grandes dificuldades além de abandonar o curso, se circunscreviam na falta de espaços para o trabalho sendo o Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), o único setor a alocar espaços de trabalho para esses profissionais.

Para encontrar espaços de trabalho em outro Ministérios, os titulares das pastas tinham que concordar. À rigor do contexto, se um profissional do Serviço Social não fosse autorizado, admitido por uma Organização Não Governamental (ONG) para exercer a sua profissão, era orientado que a entidade patronal procedesse ao despedimento do mesmo e o seu nome lido nos noticiários, como contrarrevolucionário por não cumprir com as normas da época. Após a independência do país ocorrida em 1975, Angola opta pelo socialismo, precisamente, no ano de 1979.

Não demorou, o país entrou numa convulsão política, espoletando, assim, uma sangrenta guerra civil, que aprofundou a deterioração de todas as esferas do território, refletidas na vida das populações e na sua sobrevivência. O êxodo rural acabou sendo uma das consequências deste período; a população obrigada a deixar o campo e as cidades, vindo para a sede das províncias, sendo Luanda uma das mais afetadas nesse processo, cuja população atinge cerca de 1/3 dos habitantes, dos angolanos.

O Serviço Social emerge no modo de produção capitalista. Foi extinto no socialismo e é recriado no modo de produção capitalista, com a iniciativa privada da Igreja Católica. Com a abertura do sistema de ensino em Angola à iniciativa particular, pela publicação do Decreto n.º 21/ 91 de 22 de Junho, o Governo concede a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé autorização para criar a Universidade Católica de Angola (UCAN), primeira instituição privada de ensino superior na Angola independente. A UCAN foi criada em 1992 e entrou em funcionamento em 1999 (FERREIRA, 2018, p. 7).

A Conferência dos Bispos de Angola e São Tomé (CEAST) preocupada com as questões sociais resultantes, sobretudo, da guerra pós-independência entendeu que o país precisava de uma intervenção mais qualificada de profissionais nacionais, colocando em funcionamento, em 1992, o Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA), que passou a oferecer os cursos de nível médio de Educadores Sociais, com duração de quatro anos de formação, curso esse reconhecido em 1994, devido ao contexto promissor criado com o surgimento de uma nova Lei Constitucional.

1.2 As Instituições de Ensino Superior em Angola na formação profissional dos/das Assistentes Sociais: cenário da nossa pesquisa

1.2.1 O Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola

Após o término do conflito armado em 2002, o país sente a necessidade da formação dos quadros de nível superior em Serviço Social e, pressionado pelos Educadores Sociais, de nível médio, que pretendiam dar continuidade dos seus estudos superiores, a Igreja Católica, novamente, através da Conferência Episcopal dos Bispos de Angola e São Tomé abre, no ano de 2005, o Instituto Superior João Paulo II, com duas licenciaturas, nomeadamente, o Curso de Serviço Social e, o de Educação Moral e Cívica, respectivamente, com uma duração de 4 (quatro) anos de formação, cujo principal impulsionador foi o Frei João Domingos (*de feliz memória*), Missionário da Ordem dos Pregadores, que já tinha dado início à formação de profissionais ao nível médio, dando continuidade do Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA).

3º Ano											
1º SEMESTRE						2º SEMESTRE					
15 Semanas Lectivas											
Disciplinas	Carga Horária					Disciplinas	Carga Horária				
	T	P	TP	T.SMN	T.SMT		T	P	TP	T.SMN	T.SMT
Serviço Social com Comunidade.....	3		1	4	60	Serviço Social e Intervenção Social	3		1	4	60
Planeamento e Gestão de Projectos	2		1	3	45	Planeamento e Gestão de Projectos	1	1		2	30
Psicopatologia.....	3			3	45	Supervisão em Serviço Social I.....	2		1	3	30
Estatística p/as Ciências Sociais.....	1	1		2	30	Estatística p/as Ciências Sociais.....	1	1		2	30
Axiologia e Ética.....	3			3	45	Língua Nacional.....	1	1		2	45
Sociologia do Desenvolvimento.....	3			3	45	Org. e Administração do Estado	2			2	30
Deontologia Profissional.....	2		1	3	45	Estágio de Instituição.....		15		15	225
Teorias de Grupo e Dinâm. de Grupo	3	1		4	60						
Seminário de Preparação de Estágio	1		1	2	30						
Língua Nacional.....	1	2		3	45						
Total Semanal.....	30					Total Semanal.....	30				
Total Semestral.....	450					Total Semestral.....	450				
Total Anual = 900											
4º Ano											
1º SEMESTRE						2º SEMESTRE					
15 Semanas Lectivas											
Disciplinas	Carga Horária					Disciplinas	Carga Horária				
	T	P	TP	T.SMN	T.SMT		T	P	TP	T.SMN	T.SMT
Correntes Modernas de Serviço Social	4			4	60	Estágio Final de Curso					
Política Social	3		1	4	60	5 meses/ 6 horas por dia.....					
Segurança Social	2		1	3	45	30hs = 5 dias/semanal x 6hs/dia....		28	2	30	450
Supervisão em Serviço Social II	3		3	4	60	Elaboração de Relatório de Estágio		2		2	30
Sem. Metod. Para a Monogr. (TCC)	3		1	4	60	Elaboração de Monografia (TCC)	30	100			130
Seminário de Temas da Actualidade	5			5	75						
Seminário de Preparação de Estágio	1		3	4	60						
Total Semanal.....	28					Total Semanal.....	32				
Total Semestral.....	423					Total Semestral.....	610				
Total Anual = 1033											

Resumo Carga Horária:

1º Ano = 870;
 2º Ano = 825;
 3º Ano = 900;
 4º Ano = 1033

Total de Horas do Curso:

T = Teoria;
 P = Prática
 TP = Teórico Prático;
 TS = Total Semanal;
 TSl = Total Semestral.

Fonte: Pesquisa do Autor em Decreto Executivo nº 128/11, de 26 de Agosto.

1.2.2 Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda

Em 2010, o Estado angolano inicia a formação profissional em Serviço Social, ou seja, dos Assistentes Sociais e Educadores de Infância, com abertura do Instituto Superior de Serviço

Social de Luanda (ISSS), inaugurado pelo então Presidente da República de Angola, o Engenheiro José Eduardo dos Santos, a 11 de Dezembro de 2008, cuja criação e abertura tiveram como finalidade, contribuir para o aumento e melhoria dos serviços prestados no âmbito da assistência social em Angola, sob iniciativa do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), passando, mais tarde, a ser tutelado pelo Ministério do Ensino Superior.

Através do Decreto nº 7/09, de 12 de Maio de 2009, do Conselho de Ministros, foi criado o Instituto Superior de Serviço Social de Luanda, abreviadamente ISSS, publicado pelo Decreto Presidencial nº 147/12, de 27 de Junho de 2012, que publica o seu Estatuto Orgânico. De acordo com o referido Decreto, o Instituto Superior de Serviço Social de Luanda é, nos termos da lei, uma pessoa coletiva de direito público, com estatuto de instituto público, gozando de autonomia científica, pedagógica, administrativa, financeira, disciplina e patrimonial (ANGOLA, 2012, artigo 1º).

Desde o início do seu funcionamento, conta com os cursos de Serviço Social e Educação de Infância, outorgando o grau de licenciatura, com duração de 8 (oito) semestres, além de mais dois, que ainda não foram até hoje implementados, nomeadamente, o curso de Psicologia Social e, de Educação Especial.

No quadro das reformas do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), surgiu a Universidade de Luanda, criada pelo Decreto presidencial nº 285/20 de 29 de Outubro de 2020, com 4 (quatro) unidades orgânicas, nomeadamente, a Faculdade de Artes; a Faculdade de Serviço Social; o Instituto Politécnico de Gestão, Logística e Transportes; e, o Instituto de Tecnologias de Informação e Comunicação.

O Decreto Executivo nº 251/22, de 18 de Julho de 2022, consagra, no artigo 1º, a criação de 3 (três) cursos de graduação, na Faculdade de Serviço Social, que conferem o grau académico de licenciado, designadamente, *a) Licenciatura em Serviço Social; b) Licenciatura em Educação de Infância; e, c) Licenciatura em Relações Internacionais*, e ao mesmo tempo, aprova os respectivos planos de estudo.

O curso de Serviço Social na Faculdade de Serviço Social, da Universidade de Luanda, apresenta o seguinte perfil de entrada (FSS, 2021):

Profissional com formação generalista, interdisciplinar, crítica, pluralista e em sintonia com as mudanças da sociedade contemporânea. Deve explicitar, em sua prática, o compromisso com a democratização das relações sociais e com a promoção do exercício pleno da cidadania, reconciliação das populações, atuando no planeamento, gestão e avaliação de políticas públicas, políticas sociais, programas, projetos e serviços sociais, em diferentes níveis e instituições. O profissional deve pautar seus objetivos para a melhoria das condições de vida e trabalho da população angolana, construindo estratégias interventivas nas múltiplas manifestações da questão social. Os candidatos devem possuir requisitos que lhes permitam frequentar

o curso de Licenciatura, nomeadamente, os que concluíram o curso médio de Educador Social, a 12ª classe (IIº Ciclo do Ensino Secundário), ou o equivalente.

Como perfil de saída, o curso de Serviço Social na FSS, visa oferecer uma sólida formação científica através de um conjunto de cadeiras que, na dimensão do conhecimento contribuem para a compreensão antropológica, histórica, sociológica e económica da realidade angolana, fortalecendo o saber dos discentes.

Dese modo, considera-se o seguinte perfil de saída dos profissionais (FSS, 2021):

- a) Dotar aos alunos de uma adequada capacitação técnica através das cadeiras da dimensão do SABER FAZER, que faculte a utilização de ferramentas técnicas operacionais para o desempenho das atividades profissionais dos estudantes.
- b) Estimular a adoção de posturas éticas, fundadas numa cosmovisão, que priorize a atuação na gestão das situações de risco e a inclusão social das populações vulneráveis, com cadeiras e atividades que se situam na dimensão do SER.
- c) Iniciar, nos primeiros semestres com uma forte carga de cadeiras básicas (SER e SABER), e gradualmente, ir introduzindo um maior número de cadeiras instrumentais (SABER FAZER).
- d) Constituir as cadeiras de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social como estruturantes na formação dos estudantes do curso.
- e) Considerar o estágio supervisionado como espaço pedagógico fundamental, no qual os discentes poderão aplicar na prática, os conhecimentos, habilidades e posturas apreendidas durante o curso.
- f) Enfatizar o papel da reflexão teórica crítica, estimulada pelas atividades práticas como a base da concepção e estratégia didáctica do curso.
- g) Adoptar metodologias de ensino flexíveis, de tal forma que, além de sessões expositivas, os estudantes aprendam a construir o conhecimento, através de práticas pedagógicas, que estimulem seu protagonismo no processo, tais como, seminários, oficinas e trabalhos práticos.
- h) Assegurar ao mesmo tempo, a unidade da formação específica do Assistente Social, através de um sólido conjunto de cadeiras obrigatórias e o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas, por meio da oferta formativa de disciplinas próprias, para diversas áreas temáticas de habilitação, de livre opção por parte do estudante.

No nível das competências e habilidades específicas, o curso de Serviço Social na FSS, da Uni-Luanda, garante o seguinte (FSS, 2021):

- a) Contextualizar as relações sociais, em suas múltiplas dimensões, valendo-se da compreensão sócio-histórica da realidade social, na perspectiva de compreensão teórica interdisciplinar;
- b) Planear, executar e implementar políticas sociais de acordo com as demandas locais oriundas da administração pública directa ou indirecta, empresas, entidades e organizações populares;
- c) Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas, projetos e serviços que sejam do âmbito de actuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- d) Actuar em equipas multidisciplinares e interdisciplinares, identificando as expressões da questão social e as possibilidades de intervenção na óptica da transversalidade profissional;
- e) Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e população usuária dos serviços nos quais o profissional atua;
- f) Planear, orientar e realizar pesquisas para a produção de conhecimento que subsidiem a formulação de políticas e acções profissionais;
- g) Planear, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- h) Fortalecer as acções integradas que possibilitem a participação da população nas decisões institucionais;

- i) Viabilizar o acesso à informação e traçar estratégias de consolidação dos direitos civis, políticos e sociais da colectividade;
- j) Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada a políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da colectividade.

Os perfis de entrada e de saída, assim como as competências e habilidades do curso de Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, constam do seu Projeto Pedagógico, atualizado no ano de 2021.

A Faculdade de Serviço Social, no âmbito da pesquisa realizada, apresenta-se com dados específicos, sobre o número de estudantes matriculados para o ano de 2022/2023, assim como, os docentes em exercício de funções.

Os estudantes dos cursos de Educação de Infância e Serviço Social, estão distribuídos em regulares (período laboral) e, do período pós-laboral, como ilustram as seguintes tabelas.

Quadro nº 2: Mapa de estudantes do período regular – FSS 2022/2023

Nº	Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Finalistas		Total do curso	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1	Educação de Infância	4	7	8	52	6	79	13	76	9	90	40	304
2	Serviço Social	18	24	25	37	40	41	46	45	23	22	152	169
Total geral		22	31	33	89	46	120	59	121	32	112	192	473

Fonte: Pesquisa do Autor em Departamento de Assuntos Acadêmicos.

Quadro nº 3: Mapa de estudantes do período pós-laboral – FSS 2022/2023

Nº	Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Finalistas		Total do curso	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1	Educação de Infância	2	2	6	45	9	77	6	50	6	51	29	225
2	Serviço Social	14	20	16	19	15	19	16	18	18	11	79	87
Total geral		16	22	22	64	24	96	22	68	24	62	108	312

Fonte: Pesquisa do Autor em Departamento de Assuntos Acadêmicos.

Como se pode observar nas tabelas anteriores, para o ano letivo 2022/2023, a Faculdade de Serviço tem em frequência um total de 1085 estudantes, distribuídos em 344 para de Educação de Infância, 321 no curso de Serviço Social, do período regular; 254 do curso de Educação de Infância, 166 do curso de Serviço Social, para o período pós-laboral. Em ambos os cursos, o gênero feminino apresenta-se com maior número de estudantes.

O quadro docente da Faculdade de Serviço Social está constituído por 47 (quarenta e sete) funcionários, dentre os quais, apenas (8) são Assistentes Sociais.

Quadro nº 4: Quadro docente da FSS

Categoria	Género		Total	Formação em Serviço Social
	Masculino	Feminino		
Professor Associado	1	1	2	1
Professor Auxiliar	5	5	10	2
Assistentes	18	13	31	2
Assistentes Estagiários	2	2	4	2
Assistente de Investigação	-	1	1	1
Total	26	21	47	8

Fonte: Pesquisa do Autor em Departamento de Recursos Humanos.

A tabela anterior ilustra a situação concreta da grande dificuldade, que a Faculdade de Serviço Social enfrenta, quanto ao número muito reduzido de docentes com a categoria de Assistentes Sociais. Esta realidade influencia negativamente no processo de supervisão de estágios, diminuindo a qualidade da formação profissional em Serviço Social.

O Plano de Estudo, como ilustrado no quadro número 4, seguinte, está distribuído em 8 (oito) semestres, com as respectivas disciplinas, carga horária e tempos letivos.

Quadro nº 5: Plano de Estudo do curso de Licenciatura em Serviço Social - FSS

1º Ano											
1º Semestre (15 semanas)						2º Semestre (15 semanas)					
DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	Hsem	DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	Hsem
História de Angola	4	4		8	120	Introdução a Sociologia	2	3	1	6	90
Fundamentos Históricos do Serviço Social I	3	3		6	90	Fundamentos Históricos do Serviço Social II	3	3		6	90
Introdução a Investigação Social	2	2		4	60	Métodos e Técnicas de Pesquisa Social	1	3	2	6	90
Psicologia Geral	3	3		6	90	Psicologia do Desenvolvimento	3	3		6	90
Introdução ao Direito	2	3	1	6	90	Direito da Família e Menores	3	3		6	90
Filosofia Geral	4	4		8	120	Língua Portuguesa II	2	3	1	6	90
Língua Portuguesa I	2	3	1	6	90	Língua Nacional II	2	3	1	6	90
Língua Nacional I	2	3	1	6	90	Língua Estrangeira II	2	3	1	6	90
Língua Estrangeira I	2	3	1	6	90	Observatório Social		4	4	8	120
Informática Básica para o Serviço Social I	2	4	2	8	120	Informática Básica para o Serviço Social II	2	4	2	8	120
Sub-total de horas	26	32	6	64	960	Sub-total de horas	20	32	12	64	960
Total Anual de Horas 1920											
2º Ano											
3º Semestre (15 semanas)						4º Semestre (15 semanas)					
DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	Hsem	DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	Hsem
Teorias e Métodos do Serviço Social I	3	3		6	90	Teorias e Métodos do Serviço Social II	3	3		6	90
Pesquisa em Serviço Social I	2	3	1	6	90	Pesquisa em Serviço Social II	2	3	1	6	90
Antropologia Social e Cultural I	3	3		6	90	Antropologia Social e Cultural II	3	3		6	90
Introdução à Economia	3	3		6	90	Economia Social	3	3		6	90
Direito do Trabalho	3	3		6	90	Técnicas de Comunicação	2	3	1	6	90
Sociologia Rural e Urbana	3	3		6	90	Sociologia do Trabalho	3	3		6	90
Língua Portuguesa III	2	3	1	6	90	Língua Portuguesa IV	2	3	1	6	90

Sociologia da Família	3		3	6	90	Sociologia e Marginalidade Social	3		3	6	90
Psicologia Social das Organizações	2	3	1	6	90	Estágio Supervisionado I		8	8	16	240
Sub-total de horas	24	24	6	54	810	Sub-total de horas	21	29	14	64	960
Total Anual de Horas 1770											
3º Ano											
5º Semestre (15 semanas)						6º Semestre (15 semanas)					
DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	Hsem	DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	Hsem
Serviço Social de Comunidades	3	3		6	90	Intervenção Social em Serviço Social	2	3	1	6	90
Política Social	3	4	1	8	120	Política de Integração e Protecção de Grupos Vulneráveis	3	4	1	8	120
Planeamento e Gestão de Projectos Sociais I	2	3	1	6	90	Planeamento e Gestão de Projectos Sociais II	2	3	1	6	90
Estatística Aplicada ao Serviço Social I	2	3	1	6	90	Estatística Aplicada ao Serviço Social II	2	3	1	6	90
Teorias e Dinâmicas de Grupo	2	4	2	8	120	Ética e Deontologia para o Serviço Social II	2	3	1	6	90
Ética e Deontologia para o Serviço Social I	2	3	1	6	90	Estágio Supervisionado III		18	18	36	540
Saúde Pública	3	3		6	90						
Estágio Supervisionado II (Projecto de estágio)	3	6	3	12	180						
Sub-total de horas	20	29	9	58	870	Sub-total de horas	11	34	23	68	1020
Total Anual de Horas 1890											
4º Ano											
7º Semestre (15 semanas)						8º Semestre (15 semanas)					
DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	Hsem	DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	Hsem
Serviço Social na Contemporaneidade	3	3		6	90	Estágio Final de Curso (Supervisionado V) 6 horas X 4 dias X 15 semanas			24	24	360
Seminários de Temas da Actualidade	3	3		6	90	Orientação de Monografia (TCC)			18	18	270
Segurança Social	3	3		6	90						
Seminário Metodológico para Monografia	3	3		6	90						
Estágio Supervisionado IV	3	6	3	12	180						
Sub-total de horas	15	18	3	36	540	Sub-total de horas	0	0	42	42	630
Total Anual de Horas 1170											
Total de Horas Lectivas	6750										
LEGENDA						TOTAL DE HORAS		TOTAL DE HORAS (%)			
T	Horas Teóricas					2055		30%			
TP	Horas Teóricas-Práticas					2970		44%			
P	Horas Práticas					1725		26%			
HS	Horas Semanais					6750		100%			
Hsem	Horas Semestrais					6750		100%			

Fonte: Pesquisa do Autor em Decreto Executivo nº 251/22, de 18 de Julho, de 2022.

O Plano de Estudo do curso de Serviço Social aprovado no ano de 2022 não é o primeiro, pois, trata-se de uma atualização, visto que, a Instituição foi aberta no ano de 2010, com início do seu funcionamento e já possuía um anterior. De acordo com o seu Projecto Pedagógico, o Plano de Estudo do curso de Licenciatura em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social tem as disciplinas distribuídas em Específicas, Gerais, de Precedência e Complementares, conforme ilustram os seguintes quadros.

Quadro nº 6: Cadeiras Específicas do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social

Nº	Cadeiras
1	Fundamentos Históricos do Serviço Social
2	Observatório Social
3	Teoria e Métodos do Serviço Social
4	Estágio Supervisionado I
5	Serviço Social de Comunidades
6	Intervenção Social e Serviço Social
7	Planeamento e Gestão de Projectos Sociais
8	Estágio Supervisionado II (Projecto de Estágio)
9	Pesquisa em Serviço Social I
10	Pesquisa em Serviço Social II
11	Estágio Supervisionado III
12	Ética e Deontologia para o Serviço Social
13	Estágio Supervisionado IV
14	Serviço Social na Contemporaneidade
15	Seminário Metodológico para Monografia
16	Estágio Final de Curso
17	Segurança Social
18	Introdução à Investigação Social
19	Métodos e Técnicas de Investigação Social
20	Teorias e Dinâmicas de Grupo
21	Política Social

Fonte: Pesquisa do Autor em Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FSS.

Quadro nº 7: Cadeiras Complementares do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social

Nº	Cadeiras	
1	Língua Portuguesa	
2	Antropologia Social e Cultural	
3	Informática Básica para o Serviço Social	
4	Saúde Pública	
5	Técnicas de Comunicação	
6	Economia Social	
7	Direito da Família e Menores	
8	Direito do Trabalho	

9	Psicologia do Desenvolvimento	
10	Psicologia Social das Organizações	
11	Estatística Aplicada ao Serviço Social	
12	Sociologia Rural e Urbana	
13	Sociologia do Trabalho	
14	Seminários de Temas da Actualidade	

Fonte: Pesquisa do Autor em Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FSS.

Quadro nº 8: Cadeiras de Gerais do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social

Nº	Cadeiras
1	Línguas Estrangeiras (Inglês e Francês)
2	Línguas Nacionais (Kimbundu, Umbundu e Kikongo)
3	História de Angola
4	Filosofia Geral
5	Introdução à Economia
6	Introdução ao Direito
7	Psicologia Geral
8	Introdução à Sociologia

Fonte: Pesquisa do Autor em Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FSS.

Quadro nº 9: Cadeiras de Precedências do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social

Nº	A Inscrição em:	Depende da aprovação em:
1	Teorias e Métodos do Serviço Social	Fundamentos Históricos do Serviço Social
2	Psicologia de Desenvolvimento	Psicologia Geral
3	Psicologia Social das Organizações	Psicologia do Desenvolvimento
4	Intervenção Social em Serviço Social	Serviço Social de Comunidades
5	Economia Social	Introdução à Economia
6	Métodos e Técnicas de Pesquisa Social	Introdução à Investigação Social
7	Direito da Família e Menores	Introdução ao Direito
8	Direito do Trabalho	Direito da Família e Menores
9	Pesquisa em Serviço Social II	Pesquisa em Serviço Social I
10	Sociologia Rural e Urbana	Introdução à Sociologia
11	Sociologia do Trabalho	Sociologia Rural e Urbana
12	Estágio Supervisionado I	Observatório Social

13	Estágio Supervisionado II (Projecto de Estágio)	Estágio Supervisionado I
14	Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado II (Projecto de Estágio)
15	Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado III
16	Estágio Final do Curso (Supervisionado V)	Estágio Supervisionado IV

Fonte: Pesquisa do Autor em Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FSS.

1.3 Competências e atribuições dos/das Assistentes Sociais no âmbito da Ação Social

Os Assistentes Sociais, no âmbito da sua atuação, dentro do corpo de conhecimentos teórico-práticos, adquiridos durante o processo de formação profissional, são habilitados no desempenho de um conjunto de tarefas, dispostas entre si, nos diferentes espaços sócio ocupacionais, dentre as quais, encontra-se as competências e atribuições privativas.

As atribuições privativas do Assistente Social são as seguintes (FSS, 2021, p. 14):

- a) Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada a políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da colectividade.
- b) Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projectos na área de Serviço Social;
- c) Planejar, organizar e administrar programas e projectos em Unidade de Serviço Social;
- d) Assessoria e consultoria a órgãos da administração pública directa e indirecta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- e) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- f) Assumir, no magistério de Serviço Social, tanto em nível de licenciatura como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- g) Treinamento, avaliação e supervisão directa de estagiários de Serviço Social;
- h) Dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- i) Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- j) Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de selecção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- k) Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- l) Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Nacionais e Provinciais;
- m) Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- n) Ocupar cargos e funções de direcção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

O governo angolano, estabeleceu a Carreira do Trabalhador Social, por meio do Decreto Presidencial nº 109/22, de 12 de Maio de 2022, revogando o Decreto Presidencial nº 188/12, de 21 de Agosto de 2012, considerando a ação social, como um sector crucial, que se prende

com as necessidades e interesses das pessoas mais vulneráveis, cujos profissionais exercem as suas atividades junto das comunidades urbanas, suburbanas, rurais e instituições sociais, e cooperam com outros profissionais que complementam a sua ação.

Ao mesmo tempo, considera ainda que a institucionalização das carreiras do Trabalhador Social visa a legitimação, a garantia, a organização e o exercício de atividades sociais, com base nas habilitações profissionais, sua evolução em termos de formação e prática social.

Os tipos e carreiras do Trabalhador Social, estruturam-se e desenvolvem-se por níveis, que integram categorias hierarquizadas, que correspondem funções da mesma natureza e que pressupõe a posse de títulos de habilitações profissionais. São reconhecidos os seguintes tipos e carreiras do Trabalhador Social (ANGOLA, 2022, Artigo 6º):

- a) Assistente Social
- b) Educador Social
- c) Auxiliar de Ação Social
- d) Vigilante de Terceira Idade
- e) Auxiliar de Cuidados de Primeira Infância

Os tipos e carreiras do Trabalhador Social correspondem ao nível académico e literário, que varia desde a formação profissional básica (Auxiliar de Ação Social, Vigilante de Terceira Idade e Auxiliar de Cuidados de Primeira Infância); média (Educador Social) e, superior (Assistente Social). Nota-se, por exemplo, a ausência da categoria do Educador de Infância, formado no nível superior.

De acordo com o artigo 10º, do Decreto Presidencial nº 109/22 de 12 de Maio de 2022, o Assistente Social, no âmbito das suas atribuições, deve desempenhar as seguintes competências:

- a) Diagnosticar e caracterizar fatos sociais, interpretando e dando respostas adequadas aos problemas sociais;
- b) Participar na formação de quadros para o trabalho da esfera social;
- c) Elaborar, executar e avaliar programas e projetos de assistência e promoção social;
- d) Orientar os programas e projetos que apresentam desequilíbrios, desajustes e desadaptação social;
- e) Fazer estudos e perícias sociais, utilizando a técnica de entrevista, questionário, observação e visita domiciliar e institucional, com a finalidade de subsidiar ou assessorar as atividades no conhecimento de aspectos socioeconómicos, culturais, interpessoais, familiares, comunitários e institucionais;
- f) Participar na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento socioeconómico, planificar e executar as atividades, com o objetivo de criar novos hábitos, comportamentos e atitudes;
- g) Realizar trabalhos de investigação social;
- h) Fazer trabalhos em grupos, utilizando técnicas de dinâmica de grupo;

- i) Orientar áreas de trabalho onde se executam planos de ação social, estabelecer metodologias para elaboração, controlo, execução e avaliação de planos de ação social;
- j) Supervisionar os trabalhos dos técnicos sociais de nível académico inferior;
- k) Participar em comissões de trabalho com outros organismos;
- l) Dirigir áreas de trabalho onde se executam planos de ação social;
- m) Fazer informações e apresentar estudos, com o fim de contribuir para a solução dos problemas sociais, da criação, distribuição ou do melhoramento dos serviços de atendimento e de apoio;
- n) Desenvolver ações socioassistenciais de prevenção, proteção e promoção, bem como de aconselhamento, orientação e encaminhamento, de indivíduos, famílias e comunidades;
- o) Elaborar relatórios, laudos e pareceres sociais, que lhe sejam solicitados, sobre determinadas matérias.

O Decreto Presidencial nº 109/22, de 12 de Maio de 2022, é um instrumento importante e necessário, elaborado pelo governo angolano, para demonstrar a intervenção do trabalhador social, nos diferentes níveis, no quadro da sua formação, devendo, contribuir com as suas habilidades na resolução dos problemas sociais, dentro da política de ação social.

1.4 Criação da Associação de Assistentes Sociais de Angola

A partir da necessidade sentida pelos profissionais formados pelo Instituto Superior João Paulo II (ISUP JP II) e o Instituto Superior de Serviço Social (ISSS), houve a oportunidade da criação da Associação dos Assistentes Sociais de Angola (AAS-ANGOLA), reconhecida pelo Estado Angolano através do Ministério da Justiça e Direitos Humanos, com a publicação dos seus Estatutos no Diário da República n. 182, III Série, de 22 de Setembro de 2014, tendo sido certificada e autorizada a exercer as suas atividades em todo o território nacional aos 31 de Julho de 2015.

De acordo com os seus Estatutos próprios (D. R. n. 182, 2014):

[...] a AAS-Angola é uma associação sem fins lucrativos, nem políticos, de âmbito nacional, de carácter técnico-profissional, que tem como fim social, a) Afirmar a profissão de Serviço Social no País; b) Promover a profissão nas diferentes instituições do País; c) Trabalhar no sentido de organizar os Assistentes Sociais, bem como na sistematização das experiências e práticas profissionais nos diferentes campos de atuação profissional no País; d) Trabalhar na capacitação e formação contínua dos Assistentes Sociais, no intuito de dotá-los de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento das suas práticas profissionais; e) Estabelecer parcerias com outras organizações nacionais e estrangeiras, para troca de experiências e superação profissional dos Assistentes Sociais; f) Apoiar iniciativas de Pós-Graduação na área de Serviço Social no País; g) Promover e participar em eventos académico-científicos como congressos, seminários, conferências, debates, fóruns, colóquios e cursos na área de Serviço Social, com temáticas pertinentes ao exercício da prática profissional; h) Estimular a publicação da produção académica em termos de revistas e livros na área de Serviço Social; i) Elaborar o código de ética e de conduta da profissão no país, tendo em conta os instrumentos internacionais existentes e compatíveis com as exigências éticas de Serviço Social; j) Trabalhar em ações conjuntas com outras

associações profissionais afins, assim como com as instituições que ministram cursos de Serviço Social no País.

Ao se permitir a AAS-ANGOLA, o exercício das suas atividades confirma-se a sua identidade profissional que, na visão de Ramos (2003, p. 19) “é um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade, e que pressupõem conhecimentos semelhantes”.

A Associação dos Assistentes Sociais de Angola, no âmbito das suas atribuições, realizou no ano de 2017 uma pesquisa, que procurou conhecer o exercício profissional dos membros, inseridos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Apesar da existência de um número maior de Assistentes Sociais formados, a sua inserção nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, ao nível dos diferentes Departamentos Ministeriais ainda continua sendo difícil, pelo fato de alguns destes não possuírem esta categoria profissional, no seu quadro orgânico. Verifica-se, no entanto uma tendência de valorização de Assistentes Sociais no setor social, nos domínios da Saúde e das Forças Armadas Angolanas, por exemplo.

Um estudo realizado no ano de 2017, pela Associação dos Assistentes Sociais de Angola, analisou o contexto da formação profissional no país, conhecendo as suas atribuições nos diferentes espaços ocupacionais, o setor de trabalho e ramo de atuação ao nível institucional, o exercício de outra função pelos profissionais, os parceiros sociais mais importantes, assim como os setores da vida pública angolana, em que se pensa ser pertinente uma maior contribuição do Assistente Social.

Da pesquisa desenvolvida, foram obtidos resultados que demonstram a realidade dos profissionais em Angola, nos diferentes espaços ocupacionais, onde desenvolvem ações e prestam serviços, fora do âmbito da própria formação.

A situação vai demandar, todo um conjunto de intervenções e reconhecimento profissional, por parte das instituições, tanto públicas, quanto privadas, para garantir a sua participação no desenvolvimento social e económico, do país. Esta realidade é demonstrada, nas tabelas seguintes.

Tabela n.º 1: Setor de trabalho e ramo de atuação da instituição vocacionada

Sector de trabalho	Público	Privado	ONGs	Autónomo	Sem responsabilidade	Total
Protecção Social e Direitos Humanos	8	1	2	0	2	13
Desenvolvimento Social e Comunitário	11	2	1	0	0	14
Educação de Infância	18	4	0	1	0	23
Saúde e Prevenção de Doenças (HIV)	20	3	1	0	1	25
Administração Pública	16	0	0	0	0	16

Ordem, Segurança e Defesa (Polícia, FAA)	19	0	0	0	1	20
Outros	38	33	0	2	35	108
Total	130	43	4	5	39	221

Fonte: Pesquisa do Autor em Relatório de inquérito aplicado aos Assistentes Sociais de Angola no ano de 2017.

Os setores de trabalho e ramos de atuação dos profissionais que responderam aos inquéritos, identificaram-se entre o público, privado, ONG's, autónomo ou conta própria, variando, dentre a Protecção social e Direitos Humanos, Desenvolvimento Social Comunitário, Educação de Infância, Saúde e Prevenção de Doenças (HIV), Administração Pública, Ordem, Segurança e Defesa (Polícia, FAA) e outros, como se pode observar na tabela anterior.

Apesar da maioria dos profissionais estar inserida no setor público, grande parte não exerce a função de Assistente Social. Torna-se necessário, legislar sobre o perfil do Assistente Social nas instituições públicas, de modo a prestar o seu contributo, sobretudo, na questão social, enquanto objeto de estudo do Serviço Social.

Tabela n.º 2: Exercício de outra função pelos profissionais

Função	Freq.	%
Professor	193	87
Operador de Caixa	1	1
Chefe de Departamento	1	1
Chefe de Secção	1	1
Atividade comercial	1	1
Comunicação	1	1
Coordenadora	1	1
Coordenadora de Biologia	1	1
Direção e Chefia	1	1
Diretora	1	1
Diretora executiva por representação	1	1
Educador (a) Social	7	3
Inspetora Policial	1	1
Jornalista	1	1
Motorista e Serralheiro	1	1
Oficial de repartição de medicina preventiva	1	1
Pesquisador	1	1
Subgerente	1	1
Supervisor (a)	3	2
Técnica de enfermagem e supervisão	1	1
Técnico florestal	1	1
Total	221	100

Fonte: Pesquisa do Autor em Relatório de inquérito aplicado aos Assistentes Sociais de Angola no ano de 2017.

O estudo confirmou a existência de um número maior de profissionais, que exercem atividades nas diferentes áreas de trabalho, não desempenhando a função de Assistentes Sociais, por falta de inserção desta categoria profissional. Esta realidade é demonstrada na tabela anterior, onde se pode verificar maior quantidade de profissionais colocados no setor da educação, exercendo a função de professor e outros nas restantes áreas.

Para o caso específico do setor da educação, verifica-se a ausência do reconhecimento da categoria profissional do Assistente Social, no seu quadro de pessoal, situação que deve preocupar o setor, a julgar pela importância que exerce no contexto do Serviço Social Escolar que, ao ser implementado nas escolas, contribuirá para a identificação de problemas de desvios comportamentais, insucesso escolar, prevenção da gravidez precoce, indisciplina e bullying nas escolas, assim como, fortalecerá a relação escola-família, dinamizará os gabinetes psicopedagógicos no atendimento e acompanhamento dos alunos, ao mesmo tempo que fortalecerá as comissões de pais e encarregados de educação. A não inclusão de Assistentes Sociais no quadro orgânico de algumas instituições leva-os a exercerem atividades em outros setores da vida social e produtiva do país.

Tabela n.º 3: Parceiros sociais mais importantes

Entidade	Fr.	%
Sociedade civil organizada	7	3
Público em geral	12	5
Instituições do Estado	102	46
Fóruns internacionais	14	6
Utentes	3	1
Instituições de formação académica e profissional da área de Serviço Social	26	12
Outro	1	1
Sem resposta	52	24
Total	217	97

Fonte: Pesquisa do Autor em Relatório de inquérito aplicado aos Assistentes Sociais de Angola no ano de 2017.

Quanto às parcerias que devem ser estabelecidas, para se dar visibilidade à profissão no país, o inquérito analisou a sua pertinência e grau de importância, para os Assistentes Sociais, tendo em conta as entidades mencionadas na tabela anterior. O estudo considera que o Estado é o principal parceiro, com que a Associação dos Assistentes Sociais de Angola deve estabelecer relações de cooperação, assim como, com as Instituições de formação académica e profissional na área do Serviço Social.

Neste sentido, é importante ressaltar que as parcerias institucionais não se devem limitar apenas ao nível nacional, mas, extensivamente, precisam ir para outras realidades, sobretudo,

ao nível das academias, que compreendem as universidades e institutos superiores, vocacionados para o desenvolvimento científico e construção do conhecimento, partindo de estudos e pesquisas concretas, de situações vivenciadas pelos usuários nos diferentes contextos sociais.

Em Angola, de modo particular, já existem muitos profissionais, a desenvolver atividades e desempenhar funções em muitas instituições públicas, mesmo não trabalhando como Assistente Social. Todavia, precisa-se esclarecer o verdadeiro papel desta profissão, de modo geral e, particularmente, do Assistente Social, nas diferentes áreas, para servir de estímulo, valorização e aquisição deste profissional pelas instituições tanto públicas, quanto privadas.

Tabela n.º 4: Setores da vida pública angolana em que se pensa ser pertinente uma maior contribuição do Assistente Social

Setor de atividade	Fr.	%
Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher	186	84
Governos provinciais	111	50
Administrações municipais e comunais	119	54
Hospitais, maternidades e centros de saúde	130	59
Tribunais, salas de família, cadeias	130	59
Escolas de diferentes níveis de ensino	121	55
Empresas públicas e privadas	108	49
Outros	59	27

Fonte: Pesquisa do Autor em Relatório de inquérito aplicado aos Assistentes Sociais de Angola no ano de 2017.

O estudo foi extensivo em analisar os setores da vida pública, onde se pensa ser oportuno haver maior intervenção dos Assistentes Sociais, cujo contributo é muito valioso na resposta às questões sociais, demandadas pelos usuários.

Ao se analisar os setores da vida pública, em que se pensa prestar maior contributo pelos Assistentes Sociais, considerando a sua importância na prestação de serviços, que contribuam para o desenvolvimento comunitário e institucional, os 221 profissionais investigados responderam com mais de uma opção às variáveis apresentadas, razão pela qual, a percentagem é superior a 100%.

Segundo os dados analisados, a maioria dos profissionais questionados afirmaram ser pertinente a intervenção dos Assistentes Sociais na Educação, Saúde, Justiça e Direitos Humanos, Família e Promoção da Mulher, por um lado. Por outro, pensaram ser oportuno, uma

maior contribuição dos profissionais nos hospitais, maternidades e centros de saúde. Situação semelhante é também apontada pelos profissionais, com a necessidade de atuação nos tribunais, salas de família e cadeias, com a mesma percentagem. A atuação dos Assistentes Sociais nas escolas de diferentes níveis, ficou também evidente, assim como os restantes setores, como ilustra a tabela anterior.

Como se pode verificar, o Assistente Social exerce grande importância nos diferentes sectores da vida laboral, tanto pública, quanto privada, conforme demonstram os dados apresentados. Esta realidade revela a possibilidade de contratação e inserção desse profissional, a julgar pela necessidade que as instituições manifestam pela falta, ou ainda, pelo não desempenho efetivo da profissão nos seus locais de trabalho, por aqueles que já estão enquadrados nalguns setores de atividade.

Assim sendo, a identidade profissional se subscreve em acordo firmado numa determinada área de conhecimento, para exercer uma determinada profissão, que culmina numa relação de identidade entre os pares, em relação a outras profissões. Neste sentido, é necessário haver a diferenciação entre as tarefas executadas, que determinam e clarificam entre o profissional do Serviço Social e outras profissões.

A identidade dos profissionais não é meramente atribuída de fora do Serviço Social, sem nenhuma participação dos agentes profissionais. Recai, também, no compromisso com a melhor capacitação e qualificação dos Assistentes Sociais, na realização da pesquisa crítica e criadora, sobre os objetos, a partir de uma perspectiva de totalidade da realidade política, socioeconômica e do papel político que contém o exercício da profissão (MONTAÑO, 2009, p. 113).

Desse modo, já que a identidade não é atribuída, como afirma Montaña, a questão da capacitação e qualificação, ou da formação profissional do Assistente Social por si só, merece ter uma atenção redobrada, uma vez que, é a partir da construção da identidade, que se aprimora, a ética e a deontologia profissional, constituídas como elos permanentes no exercício das suas intervenções quotidianas, para corresponder as expetativas e honrar a profissão.

1.5 Desafios e perspectivas do Serviço Social em Angola

Os desafios e perspectivas do Serviço Social em Angola devem ser pensados, tendo em conta os pressupostos colocados à profissão, no âmbito da Política Nacional da Ação Social, sobretudo, no que concerne aos pilares que norteiam a categoria profissional dos trabalhadores sociais, nomeadamente: Prevenir, Proteger e Promover.

O actual contexto da intervenção social é caracterizado por uma fase de transição. As respostas sociais de carácter assistencialista dão lugar a respostas de cariz de desenvolvimento, assentes no reforço das competências das famílias e comunidades, na sua autonomia e resiliência, perante o risco social, com uma atenção especial aos grupos da população em situação de vulnerabilidade acentuada, caracterizada pela falta ou diminuição de meios de subsistência. Dentre esses grupos destacam-se as crianças e jovens com necessidades especiais, ou em situação de risco, que não vivem em núcleo familiar, idosos privados de apoio familiar, em situação de dependência física, económica e isolamento, pessoas com deficiência, mães chefes de famílias pobres, pessoas que padecem de enfermidades crónicas e/ou em cuidados continuados de saúde, pessoas com albinismo, bem como mulheres em situação de vulnerabilidade, reclusos, ex-reclusos e desempregados em risco de marginalização. A Política define o Estado como o responsável pela orientação, gestão, financiamento e controlo da Ação Social, no quadro do Sistema Nacional da Ação Social, bem como, na integração e aplicação dos eixos de Prevenção, Proteção e Promoção (os «3P»), dentre outros princípios no Sistema Nacional da Ação Social, em Angola (ANGOLA, 2021, p. 1754).

A Política Nacional de Ação Social em Angola estabelece as bases teóricas e metodológicas, para um Sistema Nacional de Ação Social, assente na atuação dos diferentes intervenientes e promotores da Ação Social. A Política versa, igualmente, sobre a caracterização dos desafios atuais, em função do contexto do País, corporiza a síntese dos fundamentos da Ação Social em Angola e apresenta os princípios do direito de acesso aos programas e projetos da Ação Social e da Solidariedade Social.

No primeiro pilar, referente a prevenção, faz-se necessário que a profissão seja revestida de carácter científico, pedagógico e didaticamente transparente, envolvendo todos os atores que fazem parte da carreira do trabalhador social, principalmente, a categoria mais alta, que são os Assistentes Sociais, criando-se mecanismos de impulsionar e determinar a sua identidade, articulada a uma ética profissional adequada.

Para que isso ocorra é necessário ter em conta, a aposta na formação contínua dos profissionais, para dotá-los de instrumentos, que possibilitem qualificar suas intervenções, sobretudo, ao nível do ensino superior.

Canga e Buza (2017) abordam, quanto ao processo do redimensionamento do ensino superior, ao considerarem que a maior parte dos docentes, que ingressaram neste subsistema neste processo, obtenham a formação científico-técnica, com uma ausência da formação de agregação pedagógica específica, para estar numa instituição de ensino superior. E, por vezes, o ensino superior era o primeiro emprego. Por isso que, a formação continuada se torna um desafio premente, já que a Faculdade de Serviço Social surge nesse processo de redimensionamento do ensino superior em Angola.

Quanto ao segundo pilar, que é de proteger, é necessário envidar esforços conjuntos, para que se estanque a deterioração do curso e seu espaço de formação profissional, sendo, para o efeito, necessário enfrentar os seguintes desafios:

- a) Maior participação dos Assistentes Sociais nas instâncias de decisão do país, sobretudo na elaboração de políticas de proteção social, não só em termos de violação de direitos, mas também do erário público;
- b) Criar pontes, ou seja, parcerias que tragam vantagens, não só para os profissionais, mas sobretudo, para os utentes (usuários) das instituições e para o país;
- c) Proporcionar maior diálogo com os estudantes de Serviço Social, para conhecer as suas demandas e dificuldades, de modo a garantir-se qualidade na sua formação académica e profissional.

O desafio de formar os/as Assistentes Sociais deve, necessariamente, passar pela avaliação dos planos curriculares das duas instituições, o Instituto Superior João Paulo II e a Faculdade de Serviço Social, para adequá-los a realidade atual, com a participação dos profissionais formados, pela larga experiência nesta área de formação e ainda, com a Associação dos Assistentes Sociais de Angola, abrindo-se, também, espaços de ampliação das articulações com outras profissões, ou mesmo, cooperação internacional, garantindo-se um trabalho multidisciplinar de qualidade.

Canga & Buza (2017) chamam atenção para inexistência de infraestruturas de raiz, isto é, construídas pela primeira vez, para essa finalidade, e formar Assistentes Sociais, ao nível do país, com capacidade de albergar e assegurar a dinâmica do ensino superior, para seu funcionamento, alertando que, as que existem tinham sido adaptadas, levando em consideração o processo do seu redimensionamento. Quanto a Faculdade de Serviços Social, o desafio é reestruturar a infraestrutura, de forma a assegurar a dinâmica do ensino superior.

Em relação ao último pilar, sobre a promoção, são colocados os seguintes desafios (MUONDO & OLIVEIRA, 2019, p. 1217):

- a) Dar visibilidade da profissão e do trabalho dos Assistentes Sociais;
- b) Ampliar as articulações com outras profissões para garantir-se um trabalho multidisciplinar de qualidade;
- c) Garantir a integração de Assistentes Sociais nas fronteiras, para promover não apenas os direitos humanos constitucionalmente concebidos, mas para dar uma perspectiva mais humana no atendimento a estas pessoas;
- d) Abertura de cursos de Serviço Social em outras províncias do país, embora já existam esforços de abertura do curso de licenciatura para Benguela e de Mestrado em Luanda;
- e) Proporcionar maior diálogo com os estudantes de Serviço Social e profissionais já formados, para conhecer as suas demandas e dificuldades de modo a garantir-se qualidade na sua formação académica e profissional e posterior integração no mercado de trabalho;
- f) Efetivar o intercâmbio com as organizações profissionais de Serviço Social de outros países a exemplo do CFESS, Associação dos Profissionais de Serviço Social de Portugal, entre outros.

Além destes desafios referenciados, existem outros que a própria dinâmica da profissão, e do país como um todo, vão colocando à profissão e aos Assistentes Sociais, no seu exercício profissional. Acrescenta-se aqui, por exemplo, a questão do fortalecimento associativo entre os Assistentes Sociais e a inserção destes nas diferentes áreas de intervenção, sobretudo, nas principais políticas públicas e sociais, como saúde, educação, justiça, proteção e assistência social, empreendedorismo e outros.

É necessário considerar, no âmbito da Política Nacional da Ação Social, a proposta de novas abordagens, vocacionadas a providenciar apoios mais sistemáticos e flexíveis, para os beneficiários, sobretudo, dos grupos em situação de vulnerabilidade social, em diferentes naturezas e facilitar o acesso aos serviços sociais básicos.

Dentro da ação social, é necessário promover o desenvolvimento de ações continuadas, que garantam a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, partindo de uma formação profissional sólida, ao nível dos recursos humanos, afetos ao sector da área social, considerando, por exemplo, a insuficiência de profissionais, o seu reconhecimento mais adequado e melhor enquadramento.

Para o Serviço Social, existe um desequilíbrio considerável, na distribuição dos profissionais qualificados no país, na formação graduada, sendo que, os trabalhadores sociais estão maioritariamente concentrados em Luanda e, em alguns Gabinetes Provinciais, onde não exercem a atividade profissional, pela qual foram formados, ocupando-se em áreas como a educação, a saúde, as Administrações Municipais. Desse modo, a existência e o sucesso do Sistema Nacional de Acção Social passam igualmente pela necessidade de se adequar o paradigma atual, no sentido de possibilitar o enquadramento de trabalhadores sociais, com destaque para os Assistentes Sociais, no quadro de pessoal da Administração Pública do Estado.

A natureza da Acção Social deve, pois, evoluir para dar resposta adequada aos desafios da redução da pobreza estrutural e da vulnerabilidade social, onde, a maior parte da assistência tem sido efetuada sob a forma de distribuição de bens alimentares e não alimentares, numa base reativa e pontual e, quando justificado, em algumas situações específicas (catástrofes ou outras urgências) em que haja necessidade de apoio em bens especializados, para os grupos vulneráveis, sem, no entanto, a intervenção de Assistentes Sociais.

Esse tipo de apoio não responde ao desafio mais amplo de melhorar o nível e qualidade de vida dos grupos mais carenciados da população, numa perspectiva de sustentabilidade, partindo da formação profissional em Serviço Social, tendo em conta os planos curriculares dos cursos de graduação.

2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Este capítulo aborda, fundamentalmente, os estágios supervisionados em Serviço Social, desde uma breve gênese histórica, análise geral e conceitual da formação profissional dos/as Assistentes Sociais, a importância e a necessidade dos estágios na universidade, por um lado; e, por outro, demonstra a importância do processo de supervisão de estágios em Serviço Social, com incidência para as responsabilidades dos supervisores institucional e de campo, e dos próprios estagiários, analisando a realidade das instituições formadoras de Assistentes Sociais, numa análise relacional.

O capítulo se destaca na abordagem sobre a construção do conhecimento científico em Serviço Social, nas diferentes áreas de formação profissional, partindo de aspectos gerais e da realidade, em que a sua incidência tem um histórico relevante.

O capítulo, demonstra a pertinência dos estágios, nos vários campos de estudo, ao mesmo tempo em que conhece as ações desenvolvidas pelos estagiários. De modo particular, a realidade angolana das IES, que promovem a formação profissional em Serviço Social concilia o campo de estágio, com a temática de estudo, o que constitui uma riqueza, na medida em que o estagiário, partindo do diagnóstico que realiza, habilita-se a identificar uma problemática, cuja análise determinará o objeto de estudo, para a produção do conhecimento científico, por meio do TCC.

2.1 Gênese da supervisão de estágio em Serviço Social

O Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, inserida no campo das Ciências Sociais e Humanas, que se fundamenta em conhecimentos teóricos específicos, para investigar, analisar e intervir nas múltiplas expressões da questão social, como conjunto de desigualdades produzidas numa sociedade capitalista.

O Assistente Social deve utilizar os conhecimentos das ciências sociais e humanas, para decifrar a realidade social, buscando ser propositivo, construir propostas de trabalho criativas e capazes de garantir e efetivar os direitos e o exercício da cidadania. Requer posicionamento interdisciplinar em sua atuação, e participação junto às diferentes entidades de controle social, visando fortalecer seu compromisso ético e político, na busca de uma sociedade com maior justiça e equidade social.

A gênese da supervisão em Serviço Social acompanha a história das condições políticas, que envolveram a criação da profissão. Como lembra Marx (1978), cada nova geração tem de se apropriar das objetivações resultantes da atividade das gerações passadas. Considerando que as mutações ocorrem em todas as áreas,

contextualizar a supervisão de estágio na formação profissional significa, poder situá-la, abarcando suas concepções, práticas e ideias que, relacionadas ao contexto econômico, político, social e cultural, podem ser vistas de vários ângulos, ampliando o foco de análise. Desse modo, pode-se particularizar a supervisão em Serviço Social, como instância do processo de formação profissional, o que impõe vinculação com as Diretrizes Curriculares, e como um legado na formação do Serviço Social, buscando a compreensão dos fatos e dos personagens que fizeram e fazem parte da sua história (LEWGOY, 2010, p. 64).

As Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, na realidade brasileira, constituem princípios da formação profissional, que compreendem a flexibilidade e dinamicidade dos currículos, expressos nas disciplinas e outros componentes curriculares: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares; o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social; a adoção de teoria social crítica; o estabelecimento de dimensões investigativa e interventiva; a presença da interdisciplinaridade; a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; o exercício do pluralismo; a compreensão da Ética como eixo formador; e, a indissociabilidade entre Supervisão acadêmica e profissional, nas atividades de Estágio.

A palavra “supervisão” é um neologismo formado pelo prefixo “super” e pelo afixo “visão”, para designar o ato de ver; origina-se do latim *videre*, *avistar*, conhecer ou perceber pela visão, olhar para contemplar, distinguir (Cunha, 1999). Significa, ainda, ação ou efeito de supervisionar, dirigir, orientar ou inspecionar. Na língua inglesa, o vocabulário *supervision* significa, “olhar em conjunto”, “olhar de cima” (Araújo, 1991, p. 168). O termo sugere a ideia de uma visão superior, inspeção, ou seja, a presença de um controle. Vieira (1979), emprega o vocabulário “supervisão”, referindo-se ao verbo “supervisar” que, etimologicamente, provém, de um verbo inglês, *to supervise*. Em textos contemporâneos de Serviço Social, o termo já não aparece, sendo usado “supervisionado”, que se origina do verbo “supervisionar”, o qual advém da palavra “supervisão” (Houaiss, 2004, p. 2624). Embora a raiz seja a mesma, o valor semântico dessas palavras denota sentidos diferentes: o primeiro termo dá ideia de ordenação, controle e fiscalização, ao passo que o segundo denota acompanhamento e orientação (LEWGOY, 2010, p. 65).

Na perspectiva da autora, a supervisão compreende um olhar atento, que consiste numa visão superior, abrangente, com a função de orientar e dirigir e manter o controle, em direção ao conhecimento de uma determinada realidade.

Historicamente, a supervisão corresponde a uma das atividades mais antigas de ensinar e aprender. O ato de supervisionar pode ser examinado desde a Grécia antiga, quando era considerado treinamento para estudantes. Posteriormente, o cristianismo instituiu a atividade filantrópica das “diaconias”, o que originou uma supervisão orientada de trabalhos assistenciais, feita pelos diáconos, que orientavam os demais na distribuição de esmolas e na administração de bens (VIEIRA, 1979 apud LEWGOY, 2010, p. 65)

Na perspectiva genealógica da supervisão, utiliza-se a dimensão do passado, legado de espaços de ensino do trabalho profissional, como fio condutor, para repensar seu processo,

diante da implementação de um projeto profissional crítico, em suas dimensões teórica, metodológica, política e ética.

O estudo sobre a gênese da supervisão demonstrou que, no final do milênio, ela invocava uma concepção vinculada à ideia de estágio, revelando, ainda, uma intenção de complementaridade, de unidade entre teoria e realidade mas, contemporaneamente, atrelada à relação trabalho-educação. O trabalho aqui entendido, como princípio educativo, era situado num campo de preocupações, com vínculos entre “[...] vida produtiva e cultura, com o humanismo, com a constituição histórica do ser humano, de sua forma intelectual e moral, sua autonomia e liberdade individual e coletiva, sua emancipação [...]” (ARROYO, 2002a, p. 152, apud LEWGOY, 2010, p. 95).

O quadro seguinte contém a evolução da supervisão em Serviço Social, destacando as concepções de supervisão, formação profissional e as competências requeridas, seguindo o percurso sócio-histórico.

Quadro nº 10: Evolução histórica da supervisão em Serviço Social

Períodos	Acontecimentos significativos	Concepção de supervisão	Concepção de formação profissional	Competências requeridas
1900	Primeira escola de Serviço Social em Nova York (1898) Primeira escola de Serviço Social em Amsterdã (1909)	Treinamento (conforme princípios e métodos das instituições) Natureza administrativa (o supervisor decide o que e como fazer?) Ensinar a fazer	-	-
	Entre treino e a orientação – influência de Dewey – Aprender a fazer			
	Influência da psicanálise Livro Mary Richmond (1917) - EUA	Orientação Orientador da metodologia (estudo, diagnóstico, tratamento)		
1930	Aplicação do conceito de supervisão de Robison (1936 apud WILLIAMSON, 1967) na formação dos assistentes sociais Criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil, em São Paulo (1936)	Treinamento Processo educacional Ensinar a fazer	Doutrinária Generalista	Vocação Fazer o bem
1940	Institucionalização do Serviço Social e criação das grandes instituições assistenciais Criação da ABEPSS e dos CBCISS Organizações dos estágios e da supervisão Desenvolvimento de arsenal técnico básico direcionado, prioritariamente para o atendimento individual	Processo pedagógico global Processo de orientação direta como ajuda (educativo-pedagógico)	Generalista Moral, Doutrinária, Científica e Técnica	Eficácia Como fazer
1950	Relatório Hollis Taylor Desenvolvimento de comunidade	Educativa Pedagógica	Generalista	Técnica Como fazer
1960	Movimento de Reconceituação – Encontro de Araxá (1968) Influência da psicanálise na supervisão	Aprender fazer (ênfase no supervisionado)		
1970	Movimento de Reconceituação – Encontro para sistematização teórico-prática em Teresópolis (1972) e Sumaré (1978) Influência althusseriana/ação política partidária / negação do espaço institucional, perspectiva messiânica e fatalista Criação dos cursos de mestrado Criação da Revista Serviço Social & Sociedade (1979)	Caráter administrativo e didático Prescrição no âmbito da eficácia e da eficiência Processo – educativo de aprendizagem (individual e grupal) Processo de capacitação a agir conscientemente diante das situações novas da vida, da realidade de cada um e das necessidades individuais e coletivas	Especialista	Zelo pela técnica Como fazer
1980	Primeiro curso de doutorado (1981) e reconhecimento da pesquisa em Serviço Social CNPq (1982) Novo currículo (1982), ordenado a partir dos paradigmas positivismo/fenomenologia e dialético-marxista Consolidação das produções teóricas do Serviço Social na perspectiva crítica	Métodos de ensino de Serviço Social	Generalista	Técnico-política Saber fazer

1990	Lei de Regulamentação da profissão (1993) e Código de Ética (1993) Novo currículo (1996) – orientação marxiana como fundamento para a formação profissional (Documento da ABESS/CEDEPSS)	Processo de formação da identidade profissional, processo de ensino-aprendizagem e terapia profissional (1994) Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (Diretrizes Curriculares, 1996) Supervisão sistemática pelo professor supervisor e pelo profissional do campo (Diretrizes Curriculares, 1996) Concepção de estágio vinculado à supervisão (1997)	Generalista	Técnico-política Saber fazer
------	---	---	-------------	---------------------------------

Fonte: Pesquisa do Autor em Lewgoy (2010, p. 96)

A lógica curricular sustenta-se no tripé dos três núcleos: *a)* núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende os fundamentos teórico metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica ; *b)* núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade, que remete à compreensão da sociedade e análise do significado do serviço social em seu caráter contraditório, no bojo das relações sociais; *c)* núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende todos os elementos constitutivos do serviço Social como especialização do trabalho, trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, pesquisa, planejamento e administração, e estágio.

Ao estágio supervisionado em Serviço Social, inúmeros desafios se apresentam, entre eles, o entendimento de que “na prática, a teoria é outra”, uma questão que inquieta e tem levado a busca no sentido de compreender suas origens. Afinal, porque é tão comum essa fala na profissão? Muitas vezes, o discurso se prolonga em conflitos e distanciamento entre os profissionais da academia e os que atuam nos campos de estágio. Mas, afinal, de quem é o aluno? Na maioria das vezes, o aluno é da academia, a quem cabe o ensino da teoria e, portanto, deve prepara-lo para o campo de estágio. Temos, assim, por um lado o “saber”, e, de outro, o “fazer”. Para tentar compreender um pouco mais sobre essa questão, é preciso recorrer a alguns elementos da trajetória histórica do Serviço Social e na forma como foi pensado o estágio na formação profissional (TORRES, *et al*, 2022, p. 43).

O estágio supervisionado apresenta-se como espaço de construção da identidade do discente, frente a realidade social, que considera a historicidade do problema e do seu usuário, considerando a necessidade de efetivação dos direitos, inerentes ao seu processo formativo e educativo. Desse ponto de vista, o estágio supervisionado em Serviço Social apresenta-se como central na formação, sendo um momento em que o estudante deve ser conduzido na reflexão e sintetização dos conhecimentos obtidos ao longo do processo formativo, o que pressupõe o fortalecimento da sua identidade profissional.

A compreensão da supervisão de estágio no processo formativo em Serviço Social tem significativa mudança com as Diretrizes Curriculares de 1996, da ABEPSS, quando adquire centralidade no processo formativo, passando a ser compreendido como um processo educativo, constituído pela unidade indissociável teórico-prática. Trata-se, portanto, de “uma atividade

educativa obrigatória, que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática” (CFESS, 2008, *apud* TORRES, *et al*, 2022, p. 44).

As Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, vinculadas a um projeto de transformação da sociedade, impõe uma dimensão política da intervenção profissional. Ao atuar no movimento contraditório das classes, imprime uma direção social às ações profissionais e favorece a um projeto societário.

O Serviço Social é uma profissão de caráter interventiva, que se baseia em instrumentos e métodos das ciências sociais, para analisar e propor adequações nas diversas questões sociais das comunidades. Ela promove o desenvolvimento, mudança e coesão social dentro do conjunto das desigualdades que se formam na sociedade, através de intervenções em pontos-chave, para que estas situações possam ser modificadas. Estas intervenções são baseadas sobretudo em métodos analíticos das ciências sociais e humanas. Além disso, também se baseiam nos princípios de justiça social, nos direitos humanos, na assistência social, na responsabilidade coletiva e no respeito pela diversidade humana (LEAL, 2018, p. 126).

A profissão do Serviço Social busca relacionar as pessoas, com as estruturas sociais, para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social. O Assistente Social, é responsável por realizar planejamento e execução de políticas públicas e programas sociais, que promovam o bem-estar coletivo e integração do indivíduo na sociedade. Ele também pode atuar em questões voltadas para exclusão social, acompanhando, analisando e propondo ações que melhorem as condições de vida dos que passam por estas condições.

O Assistente Social age em vários campos e instituições da sociedade, podendo desenvolver atividades nos domínios privados, governamentais e não governamentais, em áreas como: Educação, Saúde, Gênero, Família, Trabalho, Habitação, Assistência, Lazer, Reabilitação, Sistemas penitenciários, Previdência social. Todos esses espaços se constituem em campos de estágio supervisionado, enquanto áreas de aprendizagem e intervenção, considerados no contexto da formação profissional em Serviço Social. Para a realidade das Instituições de Ensino Superior em Angola, a diversificação dos espaços de intervenção, no âmbito do estágio supervisionado tem início desde o primeiro ano de formação profissional, onde os estudantes entram em contato com a realidade social.

O Serviço Social reproduz-se como uma especialização do trabalho por ser socialmente necessário: o agente profissional produz serviços que têm um valor de uso, porque atendem as necessidades sociais. Por outro lado, os assistentes sociais também participam, enquanto trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou de redistribuição da riqueza social. Seu trabalho não resulta apenas em serviços úteis, mas ele tem um efeito na produção -ou na redistribuição- do valor e/ou da mais valia e nas relações de poder político e ideológico. Assim, por exemplo, na empresa industrial, o assistente social, como parte de um trabalhador coletivo, participa do processo de reprodução da força de trabalho, essencial à produção da riqueza. Na esfera estatal participa do processo de redistribuição da mais valia, via fundo público.

Aí, seu trabalho se inscreve, também, no campo da defesa e/ou realização de direitos sociais de cidadania, na gestão da coisa pública. Pode contribuir para a partilha do poder e sua democratização - no processo de construção de uma “contra-hegemonia” no bojo das relações entre as classes - ou ainda, para o reforço das estruturas e relações de poder pré-existentes (IAMAMOTO, 2004, p. 22).

Nesta perspectiva, a autora refere que, os Assistentes Sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, informando ou orientando a população, seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. O significado desse trabalho muda radicalmente, ao voltar-se aos direitos e deveres referentes às operações de compra e da venda. Enquanto os direitos sociais são frutos de lutas sociais e negociações com o bloco do poder, para o seu reconhecimento legal, a compra e venda de serviços no atendimento a necessidades sociais de educação, saúde, habitação, assistência social, etc. pertencem a outro domínio - o do mercado - mediação necessária à realização do valor e eventualmente, da mais-valia, decorrentes da industrialização dos serviços.

Essas expressões da questão social são verificáveis nos diferentes contextos de atuação profissional dos/das Assistentes Sociais, a partir das constatações vivenciadas nos espaços de estágio, onde se constrói a sua identidade, por meio da supervisão acadêmica e de campo.

2.2 O estágio supervisionado em Serviço Social na formação profissional dos/das Assistentes Sociais

No curso de Serviço Social o estágio supervisionado apresenta como uma de suas premissas a oportunidade ao estudante do estabelecimento de relações mediadas entre os as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional. O conhecimento teórico-metodológico refere-se, não só a apreensão crítica da sociedade, mas, também, o fundamento necessário à intervenção; o posicionamento ético-político está relacionado ao compromisso ético e às ações que efetive esse compromisso, no âmbito do trabalho profissional; e, a operacionalidade técnico-operativa trata do desenvolvimento do trabalho profissional, a sua materialidade, construindo respostas profissionais de acordo com as demandas presentes nos diversos campos de trabalho, alicerçadas pelas outras duas dimensões.

Compreendida como atividade curricular, o estágio supervisionado é efetivado por meio da inserção dos estudantes nos espaços sócio-ocupacionais (chamados campos de estágio), nos quais trabalham assistentes sociais, com o devido acompanhamento,

através da supervisão direta de campo e acadêmica. Um dos principais objetivos do estágio é capacitar estes estudantes nos processos de formação, nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do exercício profissional, em consonância com o projeto ético político, que traz a direção social da profissão. Portanto, o estágio supervisionado deve se constituir num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do estudante de Serviço Social, que necessita apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente, como profissional nas diferentes expressões da questão social, agravada pelo movimento mais recente de colapso mundial da economia e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. E, mais recentemente, nas particularidades ocasionadas pela pandemia e seus rebatimentos, na sociedade, que vive a maior crise sanitária e humanitária da história recente (OLIVEIRA, apud ANDRADE & PRATTES, 2021, p. 171).

Compreende-se, neste caso, a necessidade e a importância da sua obrigatoriedade, sendo indiscutível a existência na formação profissional, visto que é no estágio supervisionados, onde o estudante vai aprender, apreender e exercitar o trabalho profissional, captando as demandas e os recursos intrínsecos nos fenômenos sociais emergentes.

O estágio supervisionado é um grande desafio para estudantes e profissionais de Serviço Social. Para os estudantes, a conquista de um espaço para exercê-lo, que exige entre outros fatores, a disponibilidade de profissionais para ensinar, até a sua colocação como futuro profissional, que se manifesta no cotidiano do exercício de seu estágio, perpassando pelos conflitos institucionais e de supervisão. E, para o profissional, desde a aceitação do estagiário, que para muitos ainda é visto como mais uma tarefa a ser feita, à ruptura com os mitos da prática, que envolvem a intervenção do profissional e a prática imaginada do estagiário, perpassando pela disputa de saberes no invólucro dessa tarefa (SOARES & COSTA, 2014, p. 13).

Todavia, compreende-se que, o estágio supervisionado é parte integrante da profissão e, ao mesmo tempo, campo de capacitação tanto para os estudantes, quanto para os profissionais de Serviço Social, tratando-se, por isso, de uma fonte contínua e indissociável, de conhecimento e troca de saberes. O estágio supervisionado é, no entanto, uma exigência na formação acadêmica, pelo fato de promover a elucidação da teoria e a concretização da relação teoria e prática.

Segundo Buriolla (1995, p. 13):

[...] o estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizado do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações de atividades de aprendizagem profissional se manifesta para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o lócus onde a identidade profissional do estudante é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, refletiva e crítica e, por isso, deve ser planeada gradativa e sistematicamente.

O estágio constitui uma base e componente fundamental na formação de profissionais em Serviço Social, considerado como parte integrante do currículo formativo, que deve ser assegurado por profissionais competentes, e com domínio no setor ou área de intervenção do/a

futuro/a Assistente Social. Trata-se de uma atividade realizada por formandos/estudantes, nas empresas públicas ou privadas, assim como em diversas instituições, devidamente identificadas como campos de estágio, com as quais se pode estabelecer parcerias nesse âmbito, visando o aprimoramento profissional na sua área de estudo.

O estágio é uma atividade curricular obrigatória, desenvolvida a partir da inserção do estudante no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Considera-se Estágio Curricular todas as atividades teórico-práticas, inerentes ao processo formativo do acadêmico, que se configura na aprendizagem vivencial, ou seja, é o momento em que o acadêmico vivencia situações concretas, do exercício profissional (RUITA; TAVARES, 2009, p. 10).

O estágio supervisionado passa a ocupar a centralidade no debate da formação profissional em Serviço Social a partir da construção coletiva das Diretrizes Curriculares de 1996, marcando o compromisso no âmbito da formação profissional, com o projeto ético-político da categoria. Sua construção teve como o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a partir da necessidade de um projeto de formação profissional, crítico, competente e que sinalizasse os acúmulos da profissão a partir do movimento de reconceituação, culminando na década de 1980, com a superação do Serviço Social tradicional.

Segundo Paulo Netto (1996):

[...] é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais, para que, a divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se num espaço, em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. Dessa forma, percebemos que o Serviço Social na quadra histórica da década de 1980, se fortalecendo enquanto profissão em um cenário de retrocesso político, principalmente diante do ideário neoliberal, com precarização das relações de trabalho frente ao atual estágio de reestruturação, do modo de produção capitalista. A partir do compromisso ético-político com a classe trabalhadora e alicerçado no pensamento social crítico de Marx, torna-se necessário a construção de um perfil para a formação profissional coerente, com os princípios ético-políticos da profissão. As Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996, marcam um novo paradigma no Serviço Social, alicerçado no compromisso com a qualidade da formação profissional e na defesa dos princípios ético-políticos.

Esta qualidade e defesa da profissão devem ser fundamentadas, tanto nos instrumentos normativos da profissão, quanto na sua construção, através das instituições promotoras da formação, que garantem e tornam eficaz o perfil profissional, histórico e constitutivo do Serviço Social, na sua generalidade, atendendo aos aspectos críticos e construtivos da profissão.

Preconiza-se uma formação generalista, crítica e propositiva, em consonância com um perfil de profissional capaz de compreender a realidade social, para além de sua imediatez e, a partir daí, criar respostas críticas e de fortalecimento da classe

trabalhadora. A categoria profissional vem em direção de uma formação profissional com competência teórico-metodológica, com habilidades técnico-operativas para intervir na realidade social, alicerçada no compromisso ético-político com a classe trabalhadora. “A competência profissional está alicerçada, portanto, em projetos de transformação social cujos princípios estão vinculados à liberdade, à equidade e à democracia” (LEWGOY, 2010, p. 45).

Entre os pressupostos da formação profissional, as diretrizes curriculares colocam a compreensão do Serviço Social, enquanto particularidade nas relações de produção e reprodução social, como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, sendo expressão das contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. O segundo pressuposto relaciona a profissão com a questão social, que tem sua base fundante na sociabilidade burguesa, cujas expressões são objeto de intervenção profissional do assistente social. Esses pressupostos dão a materialidade, para a apreensão da identidade profissional, numa perspectiva de totalidade, percebendo o Serviço Social a partir das contradições da realidade social e as possibilidades de intervenção, que elucidam para o assistente social.

A partir da concepção definida pelas diretrizes curriculares aprovadas nos fóruns da ABEPSS, a temática do estágio na formação profissional deve constituir-se em aprofundamento permanente no interior do debate acadêmico, como elemento constituinte e constitutivo da formação profissional, e de competência das unidades de ensino no processo formativo. Nessa direção, o tratamento dado ao estágio deve ser pauta constante dos fóruns da ABEPSS, no sentido de antecipar-se de forma articulada e organizada, na defesa do projeto ético-político da profissão, do ensino da formação de qualidade; nos pressupostos das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 2009, p. 22).

O esforço teórico, político e coletivo da categoria profissional, assim como seu amadurecimento intelectual, permitiram a construção de um documento, que segue atual, pois dialoga com a realidade concreta e deve se tornar um guia para as unidades de formação acadêmica, principalmente nesses momentos em que a fragmentação do conhecimento, por meio do ERE, é uma tendência que pode continuar mesmo depois da pandemia de Covid-19. Um elemento que demonstra a atualidade do Projeto de Formação Profissional é que o Materialismo Histórico e Dialético, – matriz que orienta a direção social da profissão, em seus suportes de Teoria do Valor-trabalho, Método Crítico Dialético e a Perspectiva da Revolução – é fundamental para a apreensão das diretrizes curriculares da ABEPSS, de 1996. A lógica que sustenta as diretrizes se assenta na lógicacrítico-dialética, sem a qual os conteúdos, matérias, pressupostos se tornam fragmentados, esvaziados das categorias de totalidade, contradição e mediação, necessárias para desvendar a realidade e construir respostas profissionais, no âmbito da formação e do trabalho de assistentes sociais (ANDRADE; PRATTES, 2021, p. 14).

Considera-se importante, para a categoria profissional, todo o esforço conjunto que deve premeiar a formação, obedecendo aos instrumentos que contribuem na teorização e na concretização do processo de construção do conhecimento. A lógica e dinâmica da profissão,

baseadas, por exemplo, nas diretrizes curriculares do Serviço Social, ajudam no fortalecimento dos profissionais, numa luta permanente, que conduz ao alargamento da compreensão dos diferentes contextos de formação profissional dos/das Assistentes Sociais.

Segundo Walhers e Oliveira (apud Liporini et al, 2017, p. 47):

[...] a centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social constitui-se num debate mais recente na categoria profissional, tendo início, sobretudo, a partir da necessidade de criação de parâmetros para a formação profissional, diante das profundas transformações societárias, vivenciadas nas últimas décadas no mundo do trabalho. Tais transformações que irão culminar, na década de 1990, com uma profissão consolidada e madura que, a partir da construção coletiva de seu projeto ético-político profissional, estabelece claramente, as bases do compromisso profissional, com a classe trabalhadora e com uma nova ordem societária, mais justa e igualitária.

É a partir da construção coletiva e do compromisso com a profissão, partindo da realidade social, que se consolida o exercício profissional do/da Assistente Social. Essa construção deve ser baseada numa constatação individual, tendo o estágio como espaço privilegiado de identificação das demandas, que impactam no cotidiano, exigindo um planejamento das ações, para uma intervenção social organizada, no espaço de supervisão.

Para o caso de Angola, a elaboração dos planos de estágio supervisionado é de responsabilidade do estudante e do respectivo orientador acadêmico, após realização do diagnóstico no campo de estágio, o que acontece sem observância de nenhum diploma legal, isto é, de qualquer regulamentação, considerando a inexistência de instrumentos normativos da profissão em Angola.

No processo de supervisão de estágios, é importante destacar as atribuições dos diferentes intervenientes na sua realização, nomeadamente, o Departamento do Curso, o Supervisor e, o Estagiário.

O Departamento do curso tem como atribuições específicas (TOCANTINS, 2009, p. 11):

- a) Elaborar e implementar com a equipe docente o projeto pedagógico;
- b) Orientar e acompanhar o trabalho dos docentes com relação ao planejamento e sistematização das aulas;
- c) Subsidiar os professores quanto à supervisão;
- d) Buscar a integração dos trabalhos realizados pelas diferentes equipas disciplinares.

São atribuições específicas do Professor Orientador de Estágios (em sala de aula):

- a) Orientar os estudantes, nas plataformas definidas pelo Coordenador de Curso;
- b) Orientar a elaboração dos planos de Estágio Curricular da sua área;
- c) Receber os questionamentos de seus orientandos, que chegam via mecanismos de orientação à distância e respondê-los;
- d) Contribuir com o coletivo participativo dos diversos cursos, para elaboração dos Manuais de Estágio;

- e) Apresentar, semestralmente e sempre que solicitado pelos níveis superiores, relatórios das atividades de atuação no âmbito do Estágio Curricular;
- f) Executar outras atividades inerentes ao desempenho da função, omissas nos regulamentos de estágio (TOCANTINS, 2009, p. 11).

É atribuição privativa do Assistente Social, supervisor presencial, garantir o treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social, cumprindo e fazendo cumprir as normas e Convênios ou Termos de Cooperação referentes ao Estágio Curricular; responsabilizar-se pelo acompanhamento e articulação do Estágio Supervisionado, atuando sob orientação pedagógica o Chefe de Departamento do Curso de Serviço Social e da equipe de professores, orientadores do estágio supervisionado da Faculdade (TOCANTINS, 2009, p. 12).

De acordo com o autor anterior, as atribuições e/ou responsabilidades do supervisor consistem em:

- a) Realizar o mapeamento dos campos de estágio, onde os estudantes, sob sua supervisão, estão inseridos;
- b) Orientar o preenchimento do formulário, contendo a relação dos campos de estágio;
- c) Realização de visitas *in loco* aos campos de estágio;
- d) Contatos com os supervisores de campo (assistentes sociais da instituição);
- e) Reuniões com os estudantes e supervisores de campo;
- f) Orientação, acompanhamento e supervisão de todas as atividades do estagiário, sob sua responsabilidade durante o desenvolvimento do estágio, incluindo as seguintes atividades:
 - i. Análise institucional do campo de estágio;
 - ii. Elaboração do plano de estágio;
 - iii. Elaboração do relatório parcial;
 - iv. Elaboração do projeto de intervenção;
 - v. Elaboração do relatório final;
 - vi. Realização de seminários teórico-metodológicos com os alunos.

São atribuições específicas do Estagiário: (TOCANTINS, 2009, p. 12):

- a) Esforçar-se para atingir aproveitamento e rendimento compatíveis com a natureza do estágio curricular;
- b) Dispor de horário para cumprir as atividades previstas para o estágio curricular;
- c) Executar as atividades previstas no plano do estágio, observando prazos, formas, limites e regulações estabelecidos, conjuntamente, pela Faculdade de Serviço Social e a organização que acolhe o estagiário;
- d) Resguardar o sigilo e a veiculação de informações a que tenha acesso em decorrência do estágio;
- e) Fornecer ao Departamento de Serviço Social, através do orientador acadêmico, mediante o preenchimento de formulários próprios, informações pertinentes ao bom andamento do estágio;
- f) Apresentar relatório das atividades de Estágio Curricular.

Como descrito anteriormente, é importante verificar e considerar as atribuições específicas de todos os intervenientes no processo de estágio supervisionado em Serviço Social, contribuindo, cada um/a com os seus conhecimentos e competências, nas tarefas definidas ao nível institucional e dentro das normativas que existam, relacionados com próprio curso.

O êxito do estágio supervisionado em Serviço Social volta-se, também, para realização de seminários específicos, em cada etapa, devidamente organizados, que contribuam de modo significativo, para o êxito das atividades planejadas.

Desse modo, são realizados 2 (dois) seminários, sendo 1 (um) no começo, ou seja, de caráter preparatório, para promover o conhecimento nos supervisores e, também, nos estudantes as noções gerais de estágio, sua finalidade, a descrição e distribuição nos diferentes espaços e campos de intervenção, bem como, ajudar na compreensão da elaboração do plano de ação.

Um segundo seminário, deve ser realizado no final do estágio supervisionado, que vai permitir a realização do balanço das ações, desenvolvidas durante todo processo e assim, garantir a avaliação dos estudantes, com base nos relatórios elaborados e apresentados nas instituições. Destacar, nesse sentido, necessidade e importância da devolução dos relatórios de estágio nos campos em que decorreram, como medida que permite a constatação da realidade estudada, e a possibilidade de promover mudanças e melhorias, ao nível das instituições que as acolheram.

Sob tais considerações, os seminários a serem realizados no estágio supervisionado, quanto ao conteúdo, devem consistir no seguinte (TOCANTINS, 2009, p. 16):

1º Seminário – Introdutório e de reflexão teórico-prática

- a) Apresentação do Supervisor Acadêmico;
- b) Orientação sobre normativas referentes ao estágio;
- c) Orientação sobre a divisão dos grupos;
- d) Orientação sobre o preenchimento de formulários.
- e) Trabalho com os alunos sobre questões éticas, metodológicas e técnico-operativas do Estágio Supervisionado.
- f) Organização de oficinas temáticas para grupos de trabalhos, acerca das áreas de atuação do assistente social. Ex: assistência social, saúde, habitação, criança e adolescente, idoso ou segmentos específicos da área do Serviço Social na instituição.

2º Seminário teórico-prático

- a) Discussão teórico-prática sobre as problemáticas identificadas no campo de estágio, com o objetivo de realização do projeto de intervenção;
- b) Avaliação final;
- c) Socialização das experiências vivenciadas nos Estágios Supervisionados;
- d) Avaliação do processo de Estágio Supervisionado.

Entre as muitas dúvidas relacionadas ao ensino superior, as do estágio supervisionado se destacam, por ser um momento extremamente importante, na formação acadêmica e profissional e, por estar propiciando uma “ponte” entre o mercado de trabalho e os conhecimentos teóricos adquiridos.

O estágio é um ato educativo, supervisionado, para a formação de novos profissionais. É uma ferramenta, com o objetivo pedagógico, para o aprendizado de competências próprias da atividade escolhida, que tem por objetivos:

Proporcionar ao estudante estagiário uma análise crítica das vivências de aprendizagem, dos programas de ensino, promovidos a partir de uma visão global com a finalidade de instrumentalizá-lo para a profissão;

Garantir o contacto e experiência, com a realidade de seu futuro campo de trabalho;

Vivenciar o processo educativo quanto aos aspectos: planejamento, execução e avaliação, desenvolver a capacidade de tomar decisões, frente as situações concretas da prática educativa; e,

Inserir-se num projeto comunitário de desenvolvimento, durante o qual, o estudante terá autonomia para programar ações dentro dos objetivos gerais planejados, ou poderá participar na planificação de projetos de desenvolvimento.

Durante o processo de supervisão, os estagiários possuem direitos, entre os quais, a apresentação de sugestões, que contribuam para o desenvolvimento das actividades de estágio; a recepção de orientações/supervisões permanentes, quanto às dúvidas pertinentes ao estágio. Do mesmo modo, devem cumprir o horário estabelecido, com pontualidade; tratar de modo cortez, todas as pessoas da instituição, onde se realiza o estágio; usar com discrição e ética, qualquer informação confidencial da instituição; responsabilizar-se pelo material que lhe for confiado; comunicar e justificar com antecedência suas ausências, nas atividades programadas; e, apresentar frequentemente o registro de atividades e o relatório final de estágio.

Os estágios podem ser classificados, como sendo, de observação ou informação, que permitem ao estagiário perceber a dinâmica institucional, sem participar na sua execução, nem assumir responsabilidades, sendo uma atitude de reflexão, análise e síntese e, de execução, ou formação, que permitem assumir as responsabilidades e a iniciação aos trabalhos profissionais.

A observação, no processo de estágio supervisionado em Serviço Social, exerce grande influência sobre a formação profissional, daí, a necessidade de se dedicar, nesta pesquisa, alguma contextualização, de modo particular, considerando estar presente em todas as etapas, ou seja, do 1º ao 4º ano de estudo do curso da graduação, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

2.2.1 A observação como método científico na produção do conhecimento: um método dialético

A observação parte da maneira pela qual, espontaneamente, as pessoas representam algo. Na sequência desse processo, propõe-se uma nova maneira de ver. Este método é chamado de dialético, pois reproduz um esquema muito difundido por Hegel: primeiro, se afirma uma

tese, isto é, a maneira pela qual a realidade se apresenta. Depois apresenta-se uma antítese, ou seja, a negação da tese, negação que é provocada pela aparição de outros pontos de vista, surgidos com base no exame crítico que se faz. Enfim, apresenta-se uma síntese, que é uma nova maneira de ver, resultante do processo crítico.

A síntese não é, porém, uma visão absoluta das coisas: é simplesmente uma nova maneira de ver, resultado da investigação realizada. Torna-se, além disso, uma nova tese que, por sua vez, poderá ser confrontada a uma antítese, a fim de produzir uma nova síntese que se tornará numa nova tese, e assim por diante. Semelhante método não tende a reproduzir uma verdade última, e sim, uma verdade “crítica”, ou seja, uma nova representação que se espera não seja tão “ingênua” quanto a precedente (FOUREZ, 1937).

De acordo com a visão espontânea que a maioria tem da observação, esta diz respeito às coisas tais como elas são. É sob este pressuposto que se diz com frequência que a observação deve ser fiel à realidade, e que, ao descrever uma observação, só se relata aquilo que existe. A observação seria uma mera atenção passiva, um puro estudo receptivo.

No entanto, a observação parte da estruturação de um modelo científico, pois, tudo parte da ideia que já possuo sobre algo. Por exemplo, se digo que há uma folha de papel sobre a escrivaninha, só posso dizê-lo sob condição de já ter uma ideia do que seja uma folha de papel. Do mesmo modo, se digo que a minha caneta cai no momento em que a solto, isto só é possível se já possuo uma certa ideia teórica daquilo que está em cima e do que está em baixo.

A partir desses exemplos, pode-se depreender que a observação não é puramente passiva: trata-se antes, de uma certa organização da visão. Quando observo alguma coisa, é preciso sempre que eu a descreva. Para tanto, utilizo uma série de noções que eu possuía antes; estas se referem sempre a uma representação teórica, geralmente implícita. Sem essas noções que me permitem organizar a minha observação, não sei o que dizer. E, na medida em que me faltaria um conceito teórico, sou obrigado a apelar a outros conceitos básicos: por exemplo, se quero descrever a folha que está sobre a minha escrivaninha e não tenho noção do que seja folha, farei uma descrição falando dessa coisa branca que está sobre a minha escrivaninha, sobre a qual parecem que existem linhas apresentando uma certa regularidade e, também, certa irregularidade.

A partir de um fato, não se observa passivamente, mas se estrutura aquilo que se quer observar utilizando as noções que parecem úteis, visando a uma observação adequada, isto é, que responda ao projeto que se possui. Diz-se que é um fato, se considerar que algo indiscutível, que ninguém, pelo menos até agora o coloca em questão. Enfim, o que chamamos de um fato, já é um modelo de interpretação, que será preciso aliás estabelecer ou provar.

Quanto à “prova” da observação, como de resto, a maioria das provas que encontramos nos manuais científicos, ela consiste em uma releitura do mundo

utilizando o modelo que se colocou. Por exemplo, posso “provar” que o desenho é realmente de um pato, mostrando de que modo esta interpretação me permite ler o desenho de maneira satisfatória para mim. Do mesmo modo, “provar” o princípio da alavanca relendo experiências com ajuda desse modelo teórico (MACH, 1925).

Na medida em que se percebe como a observação dos fatos é sempre a construção de um modelo de interpretação, percebe-se que esse modelo se relaciona com o que nos interessa de momento. De acordo com os projetos, certas prescrições são mais adequadas do que outras. Sempre que uma observação não concorda com uma teoria, é sempre possível, mais do que modificar a teoria, modificar as regras de interpretação da observação e descrever diferentemente o que vemos.

Na ciência não se parte de definições. Para definir, utilizamos sempre um esquema teórico admitido. Uma definição, em geral, é a releitura de um certo número de elementos do mundo por meio de uma teoria; é, portanto, uma interpretação. O que para um discurso é o objeto de uma definição será para um outro o objeto de uma proposição teórica (MACH, 1955, p. 49, citado por FOUREZ, 1937, p. 46).

As definições e os processos teóricos têm por efeito dar-nos objetos científicos padronizados.

A observação não depende somente de um dado, mas de uma atividade do sujeito. Este termo, contudo, é ambíguo, pois pode recobrir vários conceitos diferentes. Para muitos a noção de subjetividade se refere a uma visão parcial do todo. Fala-se, então, do “*sujeito empírico*”, designando a pessoa que faz uma observação e é influenciada pelo que ela tem de particular e de individual, eventualmente por seus interesses e paixões. Neste sentido, se interpreto uma observação em função de minha própria subjetividade dir-se-á que a minha observação é “*subjetiva*” e, se tratando de ciência, não é uma apreciação positiva. A ciência veicula uma ética do ocultamento ou do apagamento do sujeito individual empírico (FOUREZ, 1937, p. 50).

A ciência se afirma hoje ciência humana, ciência feita por homens e para homens. Com efeito, a ciência supõe um enraizamento social e histórico e uma interpretação global que não deixa de ter influência sobre as pesquisas locais; os cientistas pertencem à cultura para a qual por sua vez contribuem.

Todavia, toda a observação carrega consigo um elemento de fidelidade, no sentido de que ela se situa em uma comunidade humana e em relação a ela. E essa comunidade é por sua vez, ligada a uma história e a um mundo que não se controla. Todavia, não se observa simplesmente o que se quer ver, insere-se em algo maior, numa história humana e num mundo.

O reconhecimento do valor da pessoa na sua dignidade comporta a promoção de alguns valores, que estão intimamente ligados à constituição e ao desenvolvimento da pessoa humana. Na medida em que é capaz de conhecer, apreciar e realizar valores, o homem surge como um *eu* pessoal. Quando desenvolvemos o senso desses valores, estamos desenvolvendo respeito da dignidade da pessoa. Quando nos esquecemos deles, ou os violamos, estamos cooperando para o afastamento do autêntico sentido do homem no mundo (NOGUEIRA, 1989, p. 17 apud PACCHIONI, 2000, p. 34).

Diante desse pressuposto, a pessoa humana deve estar no centro de toda aprendizagem, como um ser único e irrepetível, que deve ser o fim de toda a intervenção social, nas condições em que precisa, desde logo, de um princípio comum de observação e análise das suas condições de vida, para compreendê-lo e, desde modo, promover a sua integração na sociedade.

Em suma, para observar, é preciso sempre relacionar aquilo que se vê, com noções que já possuía anteriormente. Uma observação é uma interpretação: é integrar uma certa visão na representação teórica que fazemos da realidade. Uma observação seria, portanto, uma maneira de olhar o mundo, integrando-o à visão teórica mais antiga e aceita.

No Serviço Social, a supervisão é considerada uma componente do exercício da profissão, no desenvolvimento, do acompanhamento do trabalho prático quotidiano do estagiário.

Desta forma a formação profissional deve contemplar uma sólida base teórica e metodológica, uma prática profissional, uma iniciação à pesquisa e, uma dimensão pedagógica.

Assim, a formação profissional em Serviço Social pode ser entendida como um conjunto de experiências, que incluem a transmissão de conhecimentos, a possibilidade de oferecer ao estudante um campo de ação.

É nesta senda que, a supervisão de estágio é essencial à formação do estudante de Serviço Social, visto que, lhe proporciona um momento específico de aprendizagem, de reflexão sobre a ação profissional, de visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional. Então, a supervisão e o estágio devem ser parte integrante da educação, para o Serviço Social e não um apêndice.

O Serviço Social é tratado como especialização do trabalho coletivo, inserido na dinâmica da sociedade capitalista a partir do agravamento das suas contradições e antagonismos, sendo abordado no terceiro núcleo, dos fundamentos do trabalho profissional. A forma como está organizada a lógica curricular permite uma maior flexibilidade dos conteúdos e uma maior articulação entre as dimensões do processo de formação profissional, apreendendo a profissão na sua particularidade histórica e contribuindo para a efetivação da relação entre teoria e realidade no processo formativo (WALHERS; MUONDO; OLIVEIRA, 2020).

Para o curso de Serviço Social, o estágio supervisionado é visto em diferentes dimensões constitutivas, que conformam a necessidade da sua realização do ponto de vista teórico-prático, em sistema presencial, considerando os campos de intervenção onde se realizam.

O estágio em Serviço Social tem uma autoimplicação entre suas dimensões formativas e interventivas e uma dimensão pedagógica, teórico, técnica-política, que constitui o fio condutor da supervisão. Seu processo está inserido na dinâmica da formação profissional, na organização e na gestão do trabalho organizacional. Portanto, sofre os impactos destes modelos. Faz-se necessário pensar seus contornos determinados pela conjuntura histórica e pela atuação dos sujeitos orientados por projetos profissionais, às vezes distintos no plano ético e político, e

visualizar os desafios postos em tempos de Ensino Remoto Emergencial. Um dos desafios é a sustentação do debate que expressa, em um projeto denominado pela categoria profissional de “Projeto Ético Político”, o princípio de que o estágio é uma atividade que compõe o processo de formação e trabalho profissional do assistente social, alicerçado pelas dimensões jurídico-política e político-organizativa da profissão (ABEPSS, 2021, p. 31).

A função do estágio é de oferecer aos estudantes o conhecimento do exercício profissional, como elemento síntese da relação teoria-prática, uma vez que, ambos se complementam, enquanto componentes formativos, ao compreender os aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da formação profissional. O estágio supervisionado em Serviço Social possui significado ímpar no processo de capacitação para o exercício profissional do Assistente Social e, seu estudo se configura como temática central, no fórum de debates sobre formação profissional, sobretudo, no atual contexto.

A concepção do estágio supervisionado sistematizada na proposta básica da ABEPSS, o constitui como:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade de campo. (ABEPSS, 2009, p. 101).

Na concepção e realização de estágios em Serviço Social é importante considerar-se alguns aspectos fundamentais, nomeadamente: as 1) condições necessárias para que as instituições se configurem como campos de estágio; 2) a supervisão direta realizada pelo supervisor acadêmico e o de campo; 3) a elaboração do plano de estágio; e, 4) um outro elemento é, no entanto, o conhecimento da realidade institucional (ABEPSS, 2009).

Quanto ao primeiro aspecto, as atividades devem ser inerentes à área do Serviço Social pois é fundamental que o Assistente Social supervisor disponha, no espaço socioinstitucional, de um conjunto de condições mínimas para o exercício da supervisão, tais como: espaço físico, recursos materiais, concepção de tempo para realização da supervisão e participação nas atividades inerentes à referida prática. Além dessas condições, é necessário que a instituição reconheça o estagiário como um sujeito em processo de formação e possibilite a sua inserção de forma ética e total no referido espaço para o necessário processo de capacitação profissional (BURIOLLA, 1995).

Quanto ao segundo aspecto, a supervisão de estágio deve ser efetivada de forma direta, conjuntamente pelo supervisor acadêmico e de campo, mediante a realização de encontros sistemáticos, para o necessário processo reflexivo inerente a esta atividade acadêmica. Aqui, importa referir que, dada a necessidade de se assegurar a qualidade do exercício profissional do Assistente Social, a aprendizagem deve ser cuidada, por meio da supervisão direta, além de outros requisitos necessários à sua formação.

O terceiro aspecto, relacionado com o plano de estágio, deve assegurar a sua elaboração pelo próprio estagiário e pelo supervisor de campo, com o devido acompanhamento do supervisor acadêmico, estando nele contido e especificado teórica e metodologicamente, o conjunto de atividades que serão realizadas pelo orientando, em conformidade com o projeto ético-político profissional e o projeto pedagógico do curso.

O plano de estágio é um documento utilizado como constante referência, tanto para o estagiário, quanto para o supervisor de campo e acadêmico e, pelo próprio espaço de sua realização, enquanto instrumento de organização das atividades. Assim, a sua elaboração deve estar baseada numa determinada problemática, identificada a partir da realização do diagnóstico no campo de estágio, que ocorre nos primeiros dias do processo de inserção, após análise de compreensão prévia da realidade em estudo.

O estágio supervisionado tem importância significativa no processo de ensino e aprendizagem profissional, pois, é fundamentalmente uma alternativa de conhecimento da realidade concreta, uma forma de apropriação de conhecimento e questões presentes na sociedade que, para a garantia da sua legitimidade, não deve ser concebido como um momento episódico na formação do estudante e restringir-se apenas ao momento em que se dirige para a instituição do campo de estágio (ABEPSS, 2009, p. 103).

Um quarto aspecto fundamental, na realização de estágios em Serviço Social é o conhecimento da realidade institucional, pois, possibilita aos estagiários conhecer os limites da instituição, entender as relações de poder que se estabelecem e como construir estratégias inerentes à ação profissional. Ao se defrontar com o contexto institucional, o estagiário também tem a oportunidade de se aproximar dos diferentes papéis dos sujeitos, inseridos no exercício profissional, identificando sua própria responsabilidade no encaminhamento das questões que são apresentadas na dinâmica do campo de estágio.

Nas dimensões investigativa e interventiva da profissão do Assistente Social, um dos grandes desafios é decodificar a realidade social e suas múltiplas manifestações, em que o conhecimento da complexidade da questão social e de suas diferentes expressões ocorre através de aproximações sucessivas, numa abordagem dialética. Nesta perspectiva, o estágio supervisionado adquire um peso privilegiado no processo de formação profissional do estudante do curso de Serviço Social, podendo oportunizar não somente aproximações no processo de capacitação teórico- metodológica para o exercício profissional, mas também o conhecimento das diferentes relações que compõem o complexo tecido social (OLIVEIRA, 2004, p. 67).

Enquanto um dos espaços privilegiados da aprendizagem, o estágio supervisionado é momento propício para o estagiário desenvolver sua matriz de identidade profissional, efetivada por meio da responsabilidade e do compromisso. Na medida em que o estudante está inserido nesta atividade educativa, como sujeito do seu processo de formação, estágio é efetivamente o espaço de legitimidade profissional.

2.3 Dimensões interventivas do supervisor acadêmico e do supervisor de campo

Em Serviço Social, a supervisão de estágio compreende duas dimensões interventivas, de acompanhamento e orientação profissional, nomeadamente: a supervisão acadêmica e a supervisão de campo. A supervisão acadêmica é compreendida como uma prática docente e, portanto, sob responsabilidade de docentes integrantes do quadro funcional do curso de Serviço Social da Instituição de Ensino Superior (IES) formadora.

Como supervisor acadêmico, o docente é responsável pela reflexão teórico-metodológica das questões pertinentes ao exercício profissional quotidiano, emergente da realidade social e dos seus desdobramentos, destacando-se, dentre as suas competências, as seguintes: acompanhar o desempenho do estagiário, de acordo com o plano de estágio; identificar carências teórico-metodológicas e técnico-operativas do estagiário e contribuir para sua superação, desenvolvendo um exercício reflexivo sobre o seu processo de formação profissional (relação teoria-prática).

Compete também, ao supervisor acadêmico, junto à Coordenação de estágios da IES formadora, desenvolver diferentes ações voltadas para a qualificação do processo de formação profissional, fomentando a participação efetiva dos Assistentes Sociais supervisores de campo. O supervisor de campo tem grande contribuição na socialização com o estagiário, dos conhecimentos específicos da área em que é desenvolvido o trabalho profissional. Ambos devem ter uma ação integrada, em que possam discutir a fundamentação teórico-metodológica, a capacitação técnico-operativa e a dimensão ético-política do trabalho profissional que orienta o processo de formação do estudante de Serviço Social.

Tanto aos estudantes, quanto aos supervisores, são impostos alguns desafios no processo de supervisão.

Um dos desafios impostos aos supervisores docentes de campo, e aos alunos no estágio supervisionado em Serviço Social é a visualização da lógica mercantilizada e empresarial, impressa ao trabalho que é executado na universidade [...]. É preciso entender que essa é uma lógica que estimula a privatização dos serviços e que pensa o ensino superior segundo critérios do mundo empresarial, ou seja, válidos para quaisquer tipos de investimentos, na perspectiva do “custo/benefício, eficácia/inoperância e produtividade” (IAMAMOTO, 2000, p. 40). Outro desafio é considerar o estágio supervisionado diante desse contexto, numa perspectiva de formação, não só de informação. Nessa perspectiva, os supervisores de campo e acadêmicos, os docentes e os discentes têm como estratégia a responsabilidade intelectual e política de analisar o grau de complexidade das mediações existentes no processo de estágio supervisionado, tendo em vista o processo histórico na formação e no exercício profissional (ABEPSS, 2009, p. 43).

A compreensão dos diferentes desafios torna-se fundamental para o necessário desenvolvimento do estágio curricular supervisionado em Serviço Social, evitando-se

equivocos que comprometem a concretização da referida atividade. Compete ao estagiário desenvolver o conjunto de atividades constantes do seu plano de estágio, observando os princípios profissionais que orientam o exercício da profissão. Também, tem papel importante no campo de estágio, que é o de contribuir no processo de oxigenação da ação profissional do Assistente Social, na medida em que apresenta questionamentos, acerca do trabalho realizado e possibilidades de enfrentamento às situações vivenciadas no cotidiano profissional.

A capacitação do estagiário para o enfrentamento dos desafios apontados no processo de estágio supervisionado está relacionada, de forma indissociável, à compreensão de que esse espaço serve de conduto para o enfrentamento do cotidiano profissional, como processo educativo, para não reduzir a formação profissional à instrução e ao adestramento de mão de obra (Cattani, 2002). Igualmente importante, é o direcionamento dos supervisores acadêmicos e de campo no processo de avaliação do discente, pautado menos nos resultados imediatos em termos de abrangência e produtividade do trabalho, e mais na riqueza reflexiva da ação profissional, capacitando o aluno “[...] teórica e praticamente a prever sua execução, em novos parâmetros de qualidade, capaz de responder a questões como: A que venho? Para quê? Com que função? A serviço de quem?” (IAMAMOTO, 1992, p. 203 apud ABEPSS, 2009, p. 54).

Desse ponto de vista, o papel fundamental do estagiário é a sua participação ativa nos processos de supervisão acadêmica e de campo, assumindo, efetivamente, a condição de sujeito do seu processo de formação profissional.

Conforme Buriolla (2001, p. 20), [...] a supervisão em Serviço Social é uma atividade inerente ao exercício profissional. Nesta medida, enquanto a categoria profissional e os Cursos de Serviço Social não a considerarem significativa e não a refeetirem e a incorporarem no conjunto das preocupações do Serviço Social, a própria formação dos assistentes sociais estará falha e comprometida.

Assim, são considerados alguns aspectos essenciais para a concretização do papel do supervisor: a competência e a pessoa do supervisor, as condições de trabalho, a concepção de mundo do profissional e a execução de ações selecionadas e prioritárias.

O estágio supervisionado é uma atividade curricular de capacitação dos estudantes de Serviço Social, e de aprimoramento e qualificação de Assistentes Sociais, enquanto orientadores, no processo de formação profissional que, ao compreender as suas nuances e interfaces do processo, propõe para o estagiário, o encontro com o exercício profissional, aliado às atividades de extensão universitária, em que os estudantes são promovidos, na intervenção comunitária e, para com o supervisor, o detalhamento de funções, atribuições e importância do acompanhamento do estagiário, não somente como mais uma tarefa, ou algo necessário para a formação de novos profissionais, mas, como um momento ímpar de fortalecimento dos propósitos ético, político e filosófico da profissão.

Implica, tanto ao profissional, quanto ao estudante, a construção e ampliação de análise dialética da realidade concreta, que visualizam, permitindo ao acadêmico apropriar o que aprendeu em postura, produtos, serviços e informações, possibilitando a qualificação dos atendimentos nas instituições, o justo acesso à garantia dos direitos sociais e humanos, ao passo que, impõe uma busca cotidiana de novas alternativas de atuação.

Partimos da premissa de que, o estágio supervisionado em Serviço Social, tem a característica de propiciar um momento fundamental, na formação profissional, com base em uma práxis educativa, ao aproximar o estagiário com a realidade social, no campo de estágio. Essa compreensão do estágio, enquanto momento de relação teoria e prática deve-se, ao fato de apresentar um espaço em que, o estudante de Serviço Social iniciará um exercício de interação do conhecimento aprendido na faculdade, com a realidade social vivenciada no estágio, isto é, uma práxis que almeja a formação profissional do graduando de Serviço Social.

2.4 Procedimentos para a realização do estágio supervisionado: distribuição curricular e o processo de supervisão

Os estágios em Serviço Social obedecem a um período de realização, que varia de acordo com o ano de frequência e realizam-se no segundo semestre de cada ano acadêmico, reservando-se, ao primeiro, a preparação de todo o processo seguinte.

Desse modo, para os estudantes do 1º ano de formação, o estágio chamado de Observatório Social decorre, sem qualquer interrupção, num período de 1 (uma) semana consecutiva, com 4 (quatro) horas diárias, percorrendo várias instituições ou comunidades, sob olhar atento, crítico e construtivo de um único orientador, que no final do processo solicitará um relatório aos estagiários, contento as informações relacionadas com cada campo observado.

O estágio para os estudantes do 2º ano chama-se de Estudo dos Recursos Sociais ou Permanência, e realiza-se durante 15 (quinze) dias consecutivos, com duração de 6 (seis) horas diárias, numa única instituição ou comunidade, onde se observa e compreende o respectivo funcionamento, com os aspectos a ele inerentes, devendo apresentar-se o respectivo relatório de estágio, no final desse período.

No 3º ano de formação, o estágio chama-se de Comunidade ou de Instituição e realiza-se com a duração de um semestre formativo, ou seja 4 (quatro) meses letivos, com periodicidade semanal de 3 (três) dias e uma carga horária de 6 (seis) horas. Nesse período o estagiário habilita-se a elaborar e apresentar um Projeto de Estágio, anexando-se o respectivo Plano de

Ação, resultante da escolha de uma temática, num determinado espaço de intervenção, apresentando-se, no final de cada mês um relatório, conforme a estrutura aprovada pela instituição de ensino.

O estágio do 4º e último ano de formação, denomina-se de Comunidade, ou Estágio Final de Curso e, é realizado com a duração de um semestre formativo, ou seja, entre 4 (quatro) a 5 (cinco) meses, com periodicidade de 4 (quatro) dias semanais e uma carga horária de 6 (seis). Trata-se do momento final do exercício profissional do futuro Assistente Social, que se materializa, a partir do Projeto de Estágio do 3º ano, traduzido, oportunamente, num Projeto de Pesquisa, com a existência de um tema, que se pressupõe ser o da elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.

Aos estudantes do 4º ano, na condição de finalistas, é exigida, dentro das normas da instituição, a apresentação de um Projeto de Pesquisa que, elaborado com base numa temática relacionada com o campo de estágio, define a produção científica, por meio do Trabalho de Conclusão do Curso, sob orientação do mesmo supervisor.

Para a orientação dos estagiários do 3º e 4º anos da formação, a preferência é dada aos especialistas da categoria profissional de Assistente Social, considerando ser a fase final de todo o processo formativo da licenciatura em Serviço Social, situação que muitas vezes não acontece, sobretudo, na Faculdade de Serviço Social, reduzindo a qualidade formativa do futuro candidato ao exercício da profissão, gerando algumas incertezas e algum desespero no seu desempenho.

O estágio supervisionado é um momento privilegiado, que garante a realização de pesquisas pelos estudantes, através do contato com a realidade social, estudada, percebida e compreendida por meio da observação e da intervenção, que habilitam o estudante a conhecer a instituição, ou comunidade, com a definição do objeto de pesquisa.

Essa atividade conduz ao aprendizado do estagiário, em exercer a profissão, colocando prática conteúdos pedagógicos aprendidos ao longo do curso, bem como, disseminando seu conhecimento específico da área de formação. A partir desse contato com a realidade do campo de estágio, o estudante estagiário poderá ganhar mais confiança, ao ir exercer de forma definitiva a profissão.

Apontam-se, portanto, alguns objetivos, que se procuraram alcançar com a atividade de estágio supervisionado:

- i. relacionar os conteúdos teóricos adquiridos na formação, com o exercício profissional, no contexto da sua atuação na realidade a ser interventiva;
- ii. possibilitar o crescimento intelectual e profissional desses futuros profissionais do Serviço Social e desenvolver habilidades técnico-metodológicas, com a

sensibilidade de compreender as diversas realidades distintas encontradas no contexto social;

- iii. demonstrar a importância da elaboração de um plano de ação, como instrumento que permite uma intervenção social organizada, criando a responsabilidade necessária para um bom desenvolvimento das atividades na área de trabalho; e,
- iv. contribuir para a formação profissional desse estudante, dando possibilidades, para que o mesmo possa construir uma identidade, com a realização do seu trabalho.

Ao relacionar os conhecimentos adquiridos ao longo do processo formativo, com o desenvolvimento intelectual do futuro profissional, é garantido um valioso contributo na promoção da sua identidade e da própria profissão de Serviço Social, no âmbito da sua formação, cujo contributo se prevê de maior importância, partindo das experiências demonstradas, com a realização do estágio supervisionado.

O estágio supervisionado em Serviço Social, enquanto componente curricular, constitui-se em um eixo articulador entre teoria e prática, que possibilita ao estudante a interação entre a formação académica e o mundo do trabalho, sendo, desse modo, de carácter obrigatório.

O quadro seguinte apresenta o resumo dos estágios supervisionados, realizados nos diferentes anos de formação profissional de Assistentes Sociais em Angola. Nele, se podem identificar a sua designação nos diferentes anos, duração, finalidade, os contextos de realização, a avaliação e a orientação.

Quadro n.º 11: Caracterização dos estágios em Serviço Social

DESIGNAÇÃO	DURAÇÃO/	FINALIDADE/ OBJECTIVO	CAMPOS DE ESTÁGIO	AValiação	ORIENTAÇÃO
1º ANO: OBSERVATÓRIO SOCIAL	Um mês, um dia por semana, com 4 horas diárias	Refletir sobre determinada realidade ou contexto, através da observação	Vários espaços, num sistema rotativo ou ambulatório	No final de cada observação apresentar um relato do estágio	O orientador institucional acompanha os estagiários em cada campo
2º ANO: PERMANÊNCIA OU ESTUDO DOS RECURSOS SOCIAIS	Dois meses, duas vezes por semana e quatro horas diárias	Caracterizar e acompanhar a dinâmica de funcionamento da instituição/campo	Localizado/Definido	No final do estágio apresenta-se um relatório das constatações feitas, no âmbito do projeto/programa em que estiver inserido	O orientador faz entre duas ou três visitas de constatação e supervisão aos estagiários
3º ANO: INSTITUIÇÃO	Quatro meses, três dias por semana, com seis horas diárias	Inserção e participação na comunidade institucional, com uma intervenção planificada	Localizado/ definido	No final do estágio apresenta-se um relatório, com base nas atividades planificadas e realizadas	O orientador faz várias visitas planificadas aos estagiários, estabelecendo um calendário de orientação

4º ANO: INSTITUIÇÃO, COMUNIDADE ESTÁGIO DE FINAL DO CURSO	Um semestre letivo, durante cinco dias por semana e seis horas diárias	Habilitar o aluno para o exercício da sua atuação profissional nas comunidades, nas quais desenvolverá programas e projetos de educação social e capacitação com aplicação das técnicas adquiridas	Localizado/ definido	No fim do estágio, apresentar-se-á um relatório, baseado em critério e rigor científico, estabelecido pelo Instituto (suporte da elaboração de monografia).	O orientador ou tutor realiza visitas planificadas ao campo de estágio, acompanha o desenvolvimento individual de cada estagiário, até a apresentação do trabalho final.
Observação: Os estágios realizam-se no segundo semestre de cada ano letivo.					

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

O Estágio é uma experiência prática, em que o estudante entra em contato com as diferentes realidades das comunidades, no contexto geográfico, histórico, político, económico, social, bem como as diversas formas que as mesmas apresentam, no convívio com outros indivíduos, grupos ou extratos sociais. Não é, portanto, a simples integração do estagiário num programa ou projeto, mas a escolha de situações e atividades que permitam a aprendizagem do Serviço Social, de acordo com as potencialidades do estagiário.

Nesta perspectiva, o estágio supervisionado adquire um peso privilegiado no processo de formação profissional do estudante do curso de Serviço Social, podendo oportunizar não somente aproximações no processo de capacitação teórico-metodológica para o exercício profissional, mas também o conhecimento das diferentes relações que compõem o complexo tecido social (OLIVEIRA, 2004, p. 67).

No quadro da formação profissional em Serviço Social em Angola, estágio supervisionado apresenta alguns objetivos e finalidades.

Quanto aos objetivos:

- a) Promover o desenvolvimento de competências, a identificação do potencial e debilidades (internas e externas) das instituições;
- b) Contribuir de forma crítica e construtiva, para o funcionamento das instituições (objetivos, objeto social, visão, metas/missão) e das respostas sociais que prestam às comunidades (utentes);
- c) Proporcionar ao estagiário a inserção e participação na comunidade institucional, com uma intervenção planificada, respeitando os objetivos e programas da mesma instituição, no âmbito das suas temáticas de trabalho;
- d) Habilitar o estudante para o exercício da sua atuação profissional nas comunidades ou instituições, onde desenvolverá programas e projetos de

educação social e capacitação, em vários domínios, aplicando métodos, técnicas e competências adquiridas ao longo da sua formação.

Quanto às finalidades:

- a) Proporcionar ao estudante o contato pessoal com a realidade, para que este desenvolva a capacidade de observação e reflexão, e compreenda o papel do Assistente Social e as suas responsabilidades, enquanto profissional;
- b) Ter a oportunidade de se apropriar de conhecimentos teóricos para desenvolver a sua capacidade técnica e assumir responsabilidades;
- c) Potencializar o estudante a ser crítico e construtor da sua identidade profissional;
- d) Oferecer à escola elementos concretos, do exercício profissional, a partir das experiências adquiridas no estágio supervisionado em Serviço Social.

O estágio supervisionado é indispensável ao estudante, sendo de fundamental importância na formação profissional, calcado no processo de ensino-aprendizagem, pois, se constitui em espaço onde emerge questões, que lhe são essencialmente particulares, por estarem situados na esfera das relações entre instituições de ensino e as organizações (BARBOSA, 2001, p. 02 apud UNESP, 2012, p. 10).

No âmbito da formação profissional em Serviço Social, Angola não possui nenhuma normativa da Política Nacional de Estágio, tendo estado a recorrer a documentos internacionais e de outros países, para a organização do seu processo formativo. Nesse contexto, se destaca por exemplo, a utilização da literatura brasileira, relacionada com o estágio supervisionado, na formação dos estudantes de Serviço Social em Angola, tendo como uma das facilidades a expressão da mesma língua.

A Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS, aprovada em 2009, representa o resultado de uma maturação neste campo, pois, consolida, no âmbito da formação profissional, as diretrizes gerais para o estágio, em conformidade com as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996. Importante registrar o significado do acúmulo desta construção, para orientações sobre a integralização da formação profissional.

Portanto, embora não tenha força de lei, a PNE tem a legitimidade do debate no âmbito da ABEPSS como entidade acadêmica, e fornece parâmetros nacionais para a construção das políticas de estágio, em cada unidade acadêmica, pois, se apresenta como [...] instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva do (a) estudante, que precisa apreender os elementos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social [...] (PNE, 2011, p. 11).

A PNE afirma o estágio como possibilidade concreta da lógica curricular, na perspectiva das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, assim como consoante aos princípios do Código de Ética dos/das assistentes sociais de 1993. Numa leitura atenta e crítica da realidade, a PNE enfatiza, ainda, que o estágio do Serviço Social deve também se nortear por princípios que são preservados desta lógica, quais sejam, indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas, e técnico-operativas; articulação entre formação e exercício profissional; indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade entre teoria e prática; articulação entre ensino, pesquisa e extensão (PNE, 2009, p. 12-14) (CFESS, 2011-2014, p. 14)

Para a presente pesquisa, constitui como um dos desafios, a sua contribuição, no impulsionamento das Instituições de Ensino Superior de Angola e da Associação dos Assistentes Sociais, para a necessidade e urgência de criação desse instrumento, e garantir uma organização na realização do estágio supervisionado em Serviço Social.

O processo de orientação de estágios supervisionados em Serviços Social requer a compreensão de elementos fundamentais como o perfil do supervisor, os espaços de realização, a inserção e a avaliação dos estagiários.

O orientador de estágios em Serviço Social, também conhecido como supervisor é um representante institucional, que está subordinado ao processo decisório, conhecendo a instituição, sua natureza, a correlação de forças institucionais, o trabalho realizado, e os resultados que se pretendem alcançar na sua realização, no contexto de formação teórica e prática da profissão. O supervisor institucional atua em coordenação com o supervisor de campo que, regra geral, deve ser um Assistente Social, que atua em coordenação com o supervisor de campo.

Porém, ambos atuam no espaço profissional que “é um espaço de luta, configurado na articulação política de sua organização, consciência, conhecimento e ação” (BURIOLLA, 2001, p. 91), com o objetivo único de fortalecer o exercício profissional na instituição, em conformidade com os princípios da profissão.

O estágio supervisionado em Serviço Social realiza-se em diferentes espaços sócio-ocupacionais, com uma intervenção planificada e supervisionada por um orientador indicado para o efeito. Desse modo, o estágio supervisionado realiza-se em instituições de ensino e formação, unidades sanitárias, empresas públicas e/ ou privadas, unidades penitenciárias, centros de acolhimento e aconselhamento, lares de assistência, órgãos governamentais e territoriais, organizações não governamentais, da sociedade civil e outros.

Para a realização de estágio supervisionado, são estabelecidas parcerias com diferentes instituições, que facilitam a integração dos estudantes, acolhendo-os e conduzindo-os ao longo do período definido, dentro dos critérios definidos pela unidade formativa. Alguns

constrangimentos resultam da fraca comunicação entre a instituição formadora e o campo de estágio, por um lado; pela falta de conhecimento do papel do Serviço Social pelas instituições acolhedoras, por outro e ainda, pelo atraso no processo de negociação dos espaços, para a sua realização.

O processo de inserção dos estagiários de Serviço Social parte do contexto institucional da formação do estudante, com a criação das condições essenciais e necessárias, desde a constituição dos respectivos grupos, ou das equipes dos estudantes, a indicação de um orientador, ou supervisor académico, a organização dos meios administrativos para o seu encaminhamento aos campos de estágio, a apresentação formal ao espaço de aprendizagem, pelo responsável e, ao acompanhamento periódico durante o processo de intervenção do exercício profissional.

A inserção dos estudantes no campo de estágio, geralmente, é feita pelo supervisor académico, que tem a missão de apresentar os orientandos, informar sobre os objetivos da sua presença na instituição, com um documento que confirme e comprove o seu envio, bem como a temática de intervenção e os critérios de avaliação.

O estágio supervisionado é um instrumento fundamental na graduação, pois neste momento, é que o estudante passa a ter o contato real com o campo de atuação do Assistente Social, as experiências vividas na práxis, atreladas à teoria e prática na academia, que contribuem de forma positiva no processo de ensino aprendizagem, do ponto de vista prático, teórico e reflexivo (UNESP, 2012, p. 160).

A atuação do futuro Assistente Social começa com a compreensão da realidade em que está inserido, partindo do diagnóstico social, como fonte de estudo do campo de estágio supervisionado, onde o seu exercício profissional deve ser gerado e desenvolvido, conciliado com os aspectos teóricos da profissão, adquiridos ao longo de todo o processo formativo.

A avaliação de estágios supervisionados visa apreciar a contribuição no processo formativo, uma situação, atitude ou sentimento, considerando de modo objetivo, os fatores ou elementos de que são constituídos, visando analisar os avanços realizados dentro de um determinado período, tendo em vista a formação profissional na componente do exercício profissional.

A instituição académica estabelece os critérios de avaliação, considerando a produtividade do estudante, dentro dos limites previamente definidos. Por exemplo, fazem parte dos critérios de avaliação a presença assídua e pontual no local de estágio supervisionado, a pertinência da temática em função do diagnóstico inicial, a apresentação dos relatórios solicitados pelo orientador, o seu desempenho ao longo do processo da prática profissional, o

parecer do supervisor indicado pelo campo de estágio e, finalmente, a apresentação do relatório final, além da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, para o caso específico dos estudantes do 4º ano.

A avaliação do estágio supervisionado decorre durante a sua realização, com as sessões de orientação dos estagiários, para a verificação da execução das atividades planificadas e, é feita com base numa ficha de controle diário dos estagiários, elaborada para o mesmo efeito, obedecendo aos elementos nela dispostos. Para cada ano de formação, isto é, do 1º ao 4º, é definido um modelo de relatório de estágio, utilizado pelos estagiários para apresentação dos resultados do seu trabalho, conforme consta dos apêndices.

Partindo do pressuposto que as determinações sócio-históricas que demandaram a génese da profissão podem permear a sua natureza, bem como as características socioprofissionais particulares dos seus agentes, a formação profissional, as concepções que os Assistentes Sociais têm do Serviço Social e a sua prática profissional constituem motivos de análise das suas categorias (MONTEIRO, p. 245, 2016).

Neste sentido, é importante que a formação dos/das Assistentes Sociais possibilite a compreensão dos fenómenos sociais, a partir da sua génese, considerando as causas e efeitos deles resultantes e a proposta de medidas de solução, pelo profissional.

Na supervisão de estágio, o supervisor desempenha o papel de educador, que consiste na partilha, com o supervisionado, a responsabilidade pelo processo de ensino-aprendizagem. Nesse processo, o supervisor orienta e acompanha, todo o processo educativo junto com o estagiário desde o início e assume a responsabilidade de ser um facilitador de aprendizagem, por um lado. Por outro, desempenha o papel de transmissor de conhecimentos (experiências e de formações), bem como, do “saber teórico-prático”.

A realidade da supervisão de estágios na Faculdade de Serviço Social, da Universidade de Luanda encontra algumas dificuldades no processo de supervisão, ao não dispor de um número suficiente de Assistentes Sociais, que possam garantir a orientação dos estudantes. Esta situação, contrasta com os princípios da orientação, nos seus componentes teórico e político, da compreensão do significado social do Serviço Social, dos valores que privilegia, de um projeto profissional que se conecta a projetos da sociedade.

A Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, por exemplo, desde a sua entrada em funcionamento no ano de 2010, nunca teve a oportunidade de ter dirigentes, com formação em Serviço Social, situação que, ao nosso entender, também influencia na pouca qualidade do processo de organização e realização do estágio supervisionado.

Diante desta realidade, os docentes Assistentes Sociais têm enfrentado grandes dificuldades, ao tentar impor-se junto da direção, justificando a necessidade e a grande importância da realização de estágio supervisionado, enquanto componente formativo obrigatório, indispensável, integrado no currículo do curso de Serviço Social.

De modo geral, a carência de Assistentes Sociais na supervisão de estágio supervisionado em Serviço Social, tanto ao nível acadêmico, quanto ao campo de intervenção, resulta na falta de qualificação, que ocasiona todos os problemas da formação, na pouca qualidade e, no reconhecimento da profissão nas diferentes áreas, ou sectores da vida social.

Os campos de realização de estágio supervisionado em Serviço Social, conforme já referenciado anteriormente, realiza-se em diferentes espaços ou campos ocupacionais, com uma intervenção planificada e supervisionada por um supervisor acadêmico e de campo.

Para Pacchioni (2000, p. 32):

[...] o campo de estágio é um espaço que, em geral, favorece a inserção do aluno que chega como aprendiz. Nessa situação, o estagiário encontra-se sem exigências de conhecimentos prévios sobre o processo de trabalho. O supervisor do campo, normalmente, avalia o grau de conhecimento do aluno, introduzindo-o nas atividades programadas, posteriormente, de acordo com a capacidade de iniciativa que ele venha a demonstrar, poderá estar apto, ou não, para ter suas atividades ampliadas. O processo educacional do estágio se constitui a partir da interação do aluno com o mundo do trabalho, no qual ele assimila uma cultura e uma dada imagem do que é ser profissional. O aluno busca também, se apropriar do seu modo de fazer, tendo suas próprias interpretações e iniciativas.

Para a realização de estágio supervisionado em Serviço Social são estabelecidas parcerias com diferentes instituições, que facilitam a inserção dos estudantes, acolhendo-os e conduzindo-os ao longo do período definido, dentro dos critérios definidos pela unidade formativa.

O estágio supervisionado em Serviço Social garante a inserção do estudante na comunidade e no espaço institucional, junto ao qual realizará seu estágio. Deverá participar dos Grupos Temáticos a serem criados no âmbito do Curso Superior de Serviço Social, para promover a troca de experiências, reflexão conjunta e aprendizado coletivo, entre estudantes, realizando estágio em temas similares. Reconhecimento e caracterização do exercício profissional e da instituição/organização campo de estágio.

Durante o estágio supervisionado deverá ser elaborado o Plano de Intervenção, a partir do diagnóstico realizado no campo de estágio. Deverá manter um diálogo com os atores sociais envolvidos no processo, nomeadamente: supervisores, usuários e colegas do Grupo Temático.

Em Angola, o estágio supervisionado em Serviço Social realiza-se em diferentes espaços, onde a identidade do estagiário é fortalecida pelo exercício profissional, constituindo

em campo de promoção e construção da sua identidade profissional, no contexto do curso. Estes espaços podem variar entre públicos, privados e sociedade civil, como se pode verificar no quadro posterior.

Quadro nº 12: Espaços de realização de estágio supervisionado em Serviço Social em Angola

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	Saúde	Hospitais
		Clínicas
		Centros Médicos
		Gabinetes do Utente
		Centros de Saúde
	Educação	Escolas
		Centros Infantis
		Delegações de Educação
	Habitação	Programas e projetos habitacionais
		Projetos de realojamento e/ou transferência de moradores
	Segurança Social	Estudos sobre a Proteção social básica, obrigatória e complementar
	Assistência Social	Centros de Acolhimento de Crianças
		Centros de Acolhimento de Idosos
		Centros de Aconselhamento Familiar
		Centros de Referência do Julgado de Menores
		Centros de Luta contra as Drogas
		Serviços Prisionais
		Centros de atendimento de crianças vítimas de abuso sexual
		Atendimento a pessoas com deficiência
		Projetos de apoio socioeconómico
	Governança Local	Ministérios
		Governos Provinciais
		Administrações Municipais
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	Empresas	Recursos Humanos
		Gabinetes de Apoio Social
		Incubadoras de Empresas
TERCEIRO SETOR	Organizações Não Governamentais/ Fundações	Centros de Atendimento de grupos vulneráveis (crianças, idosos, pessoas com deficiência)
		Projetos de geração de renda e integração socioprofissional
	Igrejas	Concelhos de Igrejas

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

O estágio supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso complementam-se, na medida em que, a partir da observação de um fato social, numa determinada localidade, ou instituição, o estudante de Serviço Social é habilitado a construir ciência, considerando a prática como elemento fundamental da edificação, sistematização e solidificação do conhecimento científico.

No processo de formação profissional em Serviço Social, o estágio supervisionado é uma atividade obrigatória do ensino, que viabiliza a inserção do estudante em campo de

trabalho, dando condições, para que ocorra a aprendizagem nas situações concretas do seu exercício. O estágio e a supervisão são exigências básicas da grade curricular. Tais atividades visam, entre outras coisas, à apropriação de conhecimento sobre os processos técnico-metodológicos e sobre os campos de atuação do Serviço Social (PACCHIONI, 2000, p. 31).

O estágio proporciona um aprendizado específico das atividades profissionais, que são executadas a partir do referencial teórico-metodológico do Serviço Social. Assim, sob o ponto de vista da educação, o estágio consiste num processo de ensino-aprendizado, em que, o que está sendo assimilado é um modo de fazer uma dada atividade profissional.

Na realidade das instituições de ensino superior de Angola, em relação a formação profissional em Serviço Social, o estágio cumpre uma carga horária, distribuída desde o 1º ao 4º ano de licenciatura, como ilustram os seguintes quadros.

Quadro nº13: Carga horária de estágio supervisionado no ISUP JP II

Ano	Designação do Estágio	Carga Horária				
		T	P	TP	T.SMN	T.SMT
1º	Observatório Social		3	2	5	75
2º	Estudo dos Recursos Sociais		5		5	75
3º	Estágio de Instituição		15		15	75
4º	Estágio Final de Curso		28	2	30	450
	Elaboração do Relatório de Estágio		2		2	30
<i>Subtotal Estágio</i>			53	4	57	130
Elaboração Monografia (TCC)		30	100			
Total Geral		30	153	4	57	835

Fonte: Síntese do Pesquisador em Decreto Executivo nº 128/11, de 26 de Agosto de 2011.

Quadro nº 14: Carga horária de estágio supervisionado na FSS

Ano	Designação do Estágio	Carga Horária				
		T	TP	P	HS	H.Sem
1º	Observatório Social		4	4	8	120
2º	Estágio Supervisionado I		8	8	16	240
3º	Estágio Supervisionado II (Projeto de Estágio)	3	6	3	12	180
	Estágio Supervisionado III		18	18	36	540
4º	Estágio Supervisionado IV	3	6	3	12	180
	Estágio Final de Curso (Supervisionado V)			24	24	360
<i>Subtotal Estágio</i>		6	38	60	108	1620
Orientação do TCC				18	18	270
Total Geral		6	38	78	126	1890

Fonte: Síntese do Pesquisador em Decreto Executivo nº 251/22, de 18 de Julho de 2022.

Como se observa nos dois quadros anteriores, o ISUP JP II possui menos carga horária de estágio supervisionado, em relação à FSS. Isso pode revelar, por exemplo, a necessidade de padronização do tempo de formação profissional, considerando tratar-se do mesmo curso.

O estágio constitui componente fundamental, na formação profissional em Serviço Social, porque, capacita o estudante e prepara-o para promover a sua identidade, como futuro Assistente Social, com experiência adquirida no contato inicial, da realidade social, e se consolida com o estudo dos recursos sociais, ao nível do conhecimento das instituições, conduzindo à identificação de problemas sociais, com uma planificação e intervenção, devidamente organizada.

O Serviço Social é uma profissão de carácter educativo e, desse modo, o trabalho dos supervisores académico e de campo têm uma dimensão pedagógica e constitui o fio condutor desse processo, pela supervisão na docência e pelo trabalho exercido na sua organização, tendo em conta a dimensão técnico política (ABEPSS, 2009, p. 56), da formação profissional [*grifo do autor*].

A supervisão como trabalho académico, orienta a aprendizagem no estágio, tendo como preocupação a formação e capacitação do estudante, para um modo de fazer. Como atividade de ensino, caracteriza-se como prática educativa, tanto pelo carácter técnico-pedagógico, como por colocar em questão o sentido do aprendizado do discente tendo em vista sua promoção, no exercício da formação profissional.

No âmbito do Plano Nacional da Formação de Quadros, a formação profissional, até a altura da independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975 estava enquadrada nos Serviços de Emprego, sendo posteriormente enquadrada no Ministério do Trabalho e Segurança Social.

Pelo fato do processo de independência ter sido muito conturbado, originou a emigração de quadros (nacionais e estrangeiros), detentores de conhecimentos técnicos, tecnológicos e científico. Para fazer face à escassez de quadros, recorreu-se a alguns países, tendo sido estabelecidos alguns protocolos de cooperação. Neste sentido, para se ultrapassar rapidamente a carência de quadros, que se sentia a todos os níveis e setores da vida económica, social e cultural, foram tomadas medidas, que permitiram a transferência do conhecimento, por via da formação, no posto de trabalho, ou seja, ao lado de cada técnico expatriado trabalhou, pelo menos, um angolano.

Houve orientações, segundo as quais, cada setor da vida socioeconómica do país, devesse criar condições, para superar o mais rapidamente possível, a carência de quadros que havia naquele momento histórico. Esta medida originou o surgimento de vários Centros de Formação Profissional, ligados aos setores da Indústria, Banca comercial, Educação, Agricultura, Pescas, Administração Pública, Finanças, Cultura, Defesa e Serviços similares, Transportes, Petróleos, e outros.

Para permitir a articulação do ensino profissionalizante e a criação de mecanismos para evitar duplicação de esforços e otimizar recursos, a tutela da formação profissional passou para o Ministério da Educação, em 1978 (MINTRAB - MED), sendo enquadrada na Direção Nacional do Ensino de Adultos. Com a integração da componente formação, esta direção passou a designar-se Direção Nacional de Formação de Adultos.

Com vista a criar-se as bases gerais, para a operacionalização da formação profissional, foram definidas as Competências Pedagógicas e Metodológicas, das ações de formação, por via do Decreto nº 110/83, de Dezembro de 1983, do Conselho de Ministros. Segundo o Decreto, competia aos órgãos que tutelavam os centros de formação, criados pelos sectores da vida económica e social do País, nomear o Diretor do Centro, devendo o Órgão Reitor da Formação (Ministério da Educação) na altura, nomear o Diretor Adjunto para área técnica e pedagógica.

Esta medida visava salvaguardar a difusão e aplicação das orientações metodológico-pedagógicas, nos centros de formação profissional. Com a necessidade de melhoria da qualidade da Formação, foi criado o Estatuto da Formação Profissional, através do Decreto nº 28/89, de 1 Julho de 1989, do Conselho de Ministros, que regulamentava as diferentes atividades inerentes a formação, e definia, de forma objetiva, as atribuições dos órgãos responsáveis pelas políticas de formação, atribuindo-lhes funções específicas, nomeadamente:

- i. Ministério da Educação – Coordenar, executar, controlar e orientar as acções de Formação Profissional;
- ii. Ministério do Trabalho – Coordenar, controlar e orientar as acções de formação contínua dos trabalhadores, entre outras;
- iii. Ministério do Plano – Coordenar e assegurar os dados necessários a planificação da força de trabalho, entre outras atribuições.

Foi criado, igualmente, o Conselho Nacional da Formação Profissional, como órgão multisectorial, de assessorar o Ministério da Educação em matéria de Formação Profissional. Havendo a necessidade de se criar um sistema que articulasse as diferentes modalidades de formação profissional, foi aprovada a Lei nº 21-A/92, de 28 de Agosto de 1992 – Lei de Bases do Sistema Nacional de Formação Profissional.

Para gerir o Sistema Nacional de Formação Profissional, foi criado o Instituto Nacional de Formação Profissional – INAFOP, através do Decreto n.º 39-D/92, de 28 de Agosto de 1992. Com vista a consagrar a articulação das políticas do emprego e da formação profissional, o Instituto Nacional de Formação Profissional, passou para a tutela do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, em 1996, por via do Decreto 40/95, de 19 de Dezembro de 1995.

Por esta razão, cria o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional – INEFOP, por via do Decreto nº 34/98 de 2 de Outubro de 1998. Este órgão tem como competências, a gestão e avaliação do Sistema Nacional do Emprego e Formação Profissional, absorvendo as competências do INAFOP - Instituto Nacional de Formação Profissional.

Atualmente, o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional atua na materialização das políticas e medidas de políticas multisectoriais e multidisciplinares, com base nas seguintes linhas orientadoras (ANGOLA, PNFAQ, 2013-2020):

- a) Melhorar quantitativa e qualitativamente a formação inicial e contínua, promovendo o desenvolvimento dos recursos humanos para o reforço da empregabilidade.
- b) Aumentar os níveis de escolaridade e qualificação profissional dos ativos, através de ações tendentes a melhoria do Sistema de Educação e Formação Profissional;
- c) Reforçar a aplicação da política, medidas e programas de emprego, com a participação ativa dos vários sectores;
- d) Desenvolver a iniciativa e o espírito empresarial, visando o incremento das possibilidades da criação de emprego, das capacidades e competências empresariais;
- e) Reforçar a igualdade de oportunidades, priorizando medidas e programas conducentes a justiça social, e a inserção no mercado de trabalho de segmentos da população mais desfavorecidas.

O sistema e formação profissional angolano define o estágio como uma atividade realizada por formandos/estudantes, nas empresas públicas, ou privadas, instituições, visando o aprimoramento profissional na sua área de estudo.

No Plano Nacional de Formação de Quadros em Angola, o estágio é classificado em Profissional e Curricular. O estágio Profissional visa a inserção ou reconversão para a vida ativa, através da formação prática em contexto laboral. O estágio Curricular, incluído no Curso, visa proporcionar aprendizagem e treino especificamente direcionados para o exercício de atividade profissional.

No quadro da formação profissional em contexto de estágio na realidade angolana, consideram-se 3 (três) intervenientes principais. Por um lado, temos os Formandos/Estudantes, que precisam conciliar os conhecimentos teóricos aos práticos; as empresas, que oferecem vagas para estágio e promovem a formação, em contexto real de trabalho e, por último, o Estado, que regulamenta os requisitos para o estágio profissional em Angola.

Durante o processo de estágio, sobretudo ao nível das empresas, os estagiários beneficiam de subsídio de transporte e alimentação; têm direito a um tutor definido pela empresa; conteúdo durante o período de estágio de aprendizagem, acordado com a empresa; contato com o formando durante o período – visita ao campo de estágio; seguro para cobrir eventuais acidentes no trabalho, durante o período de estágio; e, avaliação final por parte da empresa.

Ao estagiário não devem ser exigidos trabalhos atividades não específicas à profissão, nem aqueles que prejudiquem a sua saúde. Deve-se assegurar-lhe as melhores condições de aprendizagem e se for o caso, de alimentação e alojamento, garantir um horário flexível, se o estagiário estiver a estudar, ou a frequentar o ensino profissional e, no entregar-lhe uma declaração no fim do estágio.

A formação profissional em Angola compreende um ciclo formativo, desde o ensino pré-escolar, o ensino geral médio e técnico e, a formação superior graduada. Trata-se de um ciclo inserido no sistema educativo angolano.

O Ministério da Educação (MED) tem por missão, garantir o acesso ao direito à educação, assegurando a definição, direcção e coordenação da política educativa, através dos seus órgãos e serviços, bem como das demais instituições de ensino (Angola, DP n.º 17/18, Artigo 2.º), além de exercer as demais atribuições que favorecem a implementação de toda a política educativa em Angola, com a participação de outras instituições que, envolvidas nos diferentes subsistemas de ensino, promovem acções educativas, tendentes à melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Nesta conformidade, a Lei 17/16, de 7 de Outubro de 2016, considera que o Sistema de Educação e Ensino deve reafirmar, entre os seus objectivos, a promoção do desenvolvimento humano, com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida, para todos os indivíduos que permita assegurar o aumento dos níveis de qualidade de ensino. Deve, igualmente, contribuir de forma mais efectiva para a excelência no processo de ensino e aprendizagem, para o empreendedorismo e para o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico de todos os sectores da vida nacional (MUONDO; OLIVEIRA; MARTINS, 2022, p. 35).

O sistema de ensino e a formação profissional encontram sua construção, numa relação conjunta, que habilita o ingresso no campo educativo, com as aprendizagens dos conhecimentos que se vão interligando entre si, de modo linear, constituindo o ciclo formativo.

É importante, ao nível de todos os campos do saber, a inserção do futuro profissional, no contexto do exercício profissional, ao permitir o contato e conhecimento, das diferentes expressões da questão social. Este contato pressupõe, por um lado, a identificação de várias demandas na sociedade, ou nas instituições, considerando o grau e nível de conhecimento dos seus problemas. Por outro, partindo do conhecimento do seu próprio contexto, é importante o envolvimento das comunidades, tanto na identificação dos problemas, quanto na definição de prioridades e apresentação de propostas de solução.

Nisso, a formação profissional é necessária, na medida em que habilita e capacita, para o alcance de resultados, no exercício de uma determinada profissão.

Quadro nº 15: Tipos de Formação Profissional

Designação	Conceito	Objetivo	Exemplos	Tutela
Formação Profissional Regular	Formação inserida no sistema de ensino técnico profissional do sistema de ensino nacional, com equivalência acadêmica	Formação técnico Profissional voltada Para atender setores económicos específicos: industria, agricultura, petróleos, etc.	Cursos médios de mecânica, eletricidade, topografia, agronomia, petróleos, etc.	Ministério da Educação, Ministério do Ensino Superior
Formação Profissional Ocupacional	Formação direcionada com o fim de dotar os formandos de novas habilidades para novas ocupações.	Atribuir competências à força de trabalho sem preparação ou Sem a desejada vocação	Cursos dirigidos aos desmobilizados e guerra. Cursos dirigidos a crianças de rua, nos orfanatos; Programa de Reconversão da Economia Informal.	Iniciativas do MAPTSS; MINEC, Minpesca, Ministério dos Antigos Combatentes; MIND
Formação Profissional Continuada	Formação profissional de superação, feitas por profissionais para atualizar conhecimentos e melhorar aptidões.	Aumentar a produtividade da Força de trabalho, melhorar aptidões.	Cursos avançados de informática, línguas, etc.	Sector Privado; instituições no geral.

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Contudo, a formação profissional compreende um conjunto de aprendizagens, baseadas na transmissão e partilha de conhecimentos específicos, de uma determinada área do saber. A sua aquisição pode ser resultado de uma formação académica, e técnico-profissional, construída com fundamentos teóricos, teórico-práticos, consolidados pelas experiências nos diferentes espaços sócio ocupacionais, partindo da observação da realidade social, como um método científico, enraizado no materialismo histórico-dialético.

2.5 O Trabalho de Conclusão de Curso e a sua construção em Serviço Social

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou monografia é um componente obrigatório do currículo da instituição, na formação profissional dos Assistentes Sociais, que poderá ser

desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional, relacionados com o curso, que pode ter como objetivos, dar a oportunidade ao desenvolvimento de capacidades intelectuais, habilidades e atitudes imprescindíveis à capacitação do/da estudante; fornecer condições favoráveis à aplicação e integração de conhecimentos adquiridos em outras disciplinas do curso; e, favorecer o desenvolvimento de atitude crítica, mediante processo de iniciação científica².

O processo de construção de um texto resulta do desafio de transformar o conhecimento adquirido nas aulas, no quadro do ensino, extensão e investigação, por meio das leituras, em uma ideia concreta. Trata-se também, de um processo de aprendizado e conhecimento, por meio do qual a transformação é favorecida, ao conseguir-se observar mudanças na forma de pensar, de sentir, de experimentar, de avaliar e de agir. A transformação das ideias sobre si próprio, sobre a realidade e a sua mudança são processos que caminham juntos e estimulam o potencial criativo em inovações socioculturais profundas. Na medida em que se luta para transformar a realidade é que se começa a entender como ela é. E quando se entende como é a realidade, é que se pode lutar para transformá-la, é neste processo que o próprio ser humano também se transforma e se modifica, (MARX; ENGELS, 1984 *apud* SOARES & COSTA, 2014, p. 34).

Durante o curso de graduação, o conhecimento pode ser expresso e organizado de diversas formas, nas diferentes áreas das ciências, sendo que a iniciação científica por meio do TCC ou monografia, para o curso de Serviço Social, entende-se como uma atividade obrigatória, considerando o trabalho de síntese e de expressão da formação profissional obtida. É um trabalho de sistematização do conhecimento, decorrente de um processo investigativo, realizado conforme as normas técnicas para trabalho académico e científico, elaborado sob a orientação de um professor e apresentado a uma banca examinadora.

De acordo com Negra & Negra (2009) o termo monografia deriva do prefixo grego “monos”, correspondente ao latino “solus”, que significa “um só” e, “graphein”, escrever. Salomon (1996, p. 179) informa que é “um tratamento escrito de um tema específico, que resulte de pesquisa científica, reduzindo sua abordagem a um único assunto, a um único problema, com um tratamento especificado”.

Fachin (2001, p.186) apresenta a ideia de “um estudo que obedece à estrutura de um trabalho de cunho científico. Do ponto de vista científico, a monografia deve ser única e bem

² Em Angola, na formação profissional de Assistentes Sociais, a apresentação do TCC é uma das exigências do curso e um requisito parcial para obtenção da licenciatura em Serviço Social.

delimitada e abranger uma pesquisa bibliográfica e/ou por uma pesquisa de campo ou laboratório”.

Santos (2000, p.37-38) argumenta que “é um texto de primeira mão, resultante de pesquisa científica, no posicionamento, tratamento e fechamento competente, em que o objeto (tema, o problema) é geralmente bem delimitado em extensão”.

A monografia representa o estudo de uma temática, previamente definida, podendo ser a partir da realidade social do campo de estágio, ou outro de preferência do estudante, com bases científicas, tomado como contributo válido no desenvolvimento da ciência, nos aspectos político, económico, social, cultural e espiritual. A apresentação de uma monografia traduz-se na necessidade de se estudar uma problemática, no seu contexto, respeitando os critérios normativos, de acordo com os diferentes níveis de sua exigência, o que se traduz na produção do conhecimento, como referencial diferenciador do agir humano em relação a outras espécies.

O conhecimento é, pois, elemento específico fundamental na construção do destino da humanidade daí, a sua relevância e importância na educação, uma vez que sua legitimidade nasce do vínculo íntimo com a ciência, fazendo parte da dimensão investigativa da própria universidade, como compromisso com a proposta de criação de uma tradição de pesquisa. Através do TCC enquanto parte integrante da atividade curricular de muitos cursos de graduação, constituindo-se numa iniciativa acertada e de extrema relevância para o processo de aprendizagem do estudante, promove-se a dimensão da investigação, articulada ao próprio conteúdo do curso, com a formulação e desenvolvimento do seu projeto de pesquisa.

Ao nível de importância, a elaboração de trabalhos monográficos contribui tanto para o desenvolvimento do educando, quanto para o avanço do conhecimento científico. No primeiro caso, auxilia o estudante a construir, por meio da pesquisa, o seu conhecimento. No outro, propõe alternativas para novas abordagens teóricas e práticas, nas várias áreas do saber (PESCUMA & CASTILHO, 2010, p. 11).

Essas abordagens são, para o estudante, elementos fundamentais, na compreensão da pesquisa, enquanto contributo à construção do conhecimento científico.

MICHEL (2009, p. 111), destaca alguns aspectos que envolvem um texto monográfico:

- a) Um documento técnico-científico, escrito, que reconstrói, racional e logicamente, um tema único e delimitado; b) Um processo que envolve meticulosa investigação de um assunto/tema, um exame crítico, por meio da pesquisa bibliográfica e campo, com rigor metodológico e obediência às normas técnicas; c) Uma postura que indaga “porquês”, procura relações e regularidades entre fenómenos, organiza

informações, acumula, enriquece e regista observações; d) Um requisito formal que confere grau acadêmico, titulação ao seu autor, para quaisquer efeitos.

Na sua essência, o Trabalho de Conclusão de Curso apresenta-se segundo os níveis acadêmicos e, pode compreender alguns princípios característicos, conforme ilustram os seguintes quadros.

Quadro nº 16: Níveis de trabalhos acadêmicos

Nível Acadêmico	Subnível	Título	Apresentação Escrita	Apresentação Oral
Graduação	Não há	Bacharel Licenciado	Obrigatório	Obrigatório
Pós- Graduação	<i>Latu sensu</i> Especialização	Especialista	Obrigatório	Facultativo
	<i>Stricto sensu</i> Mestrado Doutorado Livre-Docência	Mestre Doutor Livre-Docente	Obrigatório	Obrigatório

Fonte: Síntese do Autor em Negra, 2009, p. 14.

A monografia, como o seu nome indica, é um trabalho escrito sobre um tema delimitado, de forma aprofundada. Ao redigir uma monografia, o estudante produzirá um trabalho científico que, dependendo da sua qualidade, pode vir a ser publicado. A monografia, significa, ainda, o relato escrito dos resultados de uma pesquisa empreendida, fazendo, pois, parte de um processo, que se inicia pela elaboração de um projeto de pesquisa.

Temos então, ordenadamente, os seguintes passos para se chegar à monografia: o projeto da pesquisa, com todo o seu planejamento, a pesquisa propriamente dita, com a coleta, análise e interpretação dos dados; e, finalmente, os resultados obtidos na pesquisa, sob a forma de monografia. Não há por que temer a monografia; você precisa apenas preocupar-se com ela em tempo de elaborá-la, de acordo com as normas metodológicas, passo a passo, e da forma como foi planejada no projeto feito anteriormente. Entre os objetivos de levá-lo a fazer uma monografia, está o de propiciar-lhe a oportunidade de demonstrar habilidade de pesquisa, principalmente a de tipo bibliográfico, e sua finalização na redação de uma revisão bibliográfica com aprofundamento e rigor conceitual. Você deverá demonstrar que sabe selecionar fontes de autores renomados, interpretá-los e compará-los com seus próprios posicionamentos, terminando pelo oferecimento de uma conclusão que representa os resultados a que chegou com sua pesquisa. A elaboração da monografia é feita com a orientação de um professor – o orientador -, que conduzirá o aluno durante todo o processo, indicando bibliografia, discutindo a temática e o problema, apresentando sugestões, lendo e corrigindo os textos que você escreve. O orientador participará ativamente na tarefa de levá-lo a pensar crítica e cientificamente, contribuindo dessa forma, para que o trabalho tenha qualidade e esteja de acordo com as normas metodológicas, definidas pela própria instituição de ensino e formação superior (GOMES, 2016, p. 4).

As Instituições de Ensino Superior devem indicar o orientador da monografia, mas pode existir a possibilidade da escolha do próprio estudante, desde que tenha a devida autorização. O orientador tem a função principal de acompanhar, o estudante nos aspectos metodológicos

do estudo, sobretudo, nas questões de definição do tipo de pesquisa, do universo e da amostra, da forma de abordagem e, fundamentalmente, na análise e interpretação dos resultados. A grande dificuldade dos estudantes reside na forma de tratamento dos dados, com base nos instrumentos utilizados na pesquisa.

Nesse sentido, é fundamental, no processo de orientação, se ter em conta a necessidade de explicar aos estudantes, a necessidade do seu engajamento na realização da pesquisa, sem depender, em tudo, do orientador. A responsabilidade primeira da pesquisa é do estudante, que se deve envolver na busca de informações para a construção do TCC, cabendo ao tutor o acompanhamento nas questões técnicas e metodológicas.

O TCC é uma oportunidade particular, em que, pela primeira vez, ao nível da graduação, o estudante entra em contato com a iniciação científica, ao ser experimentado em exercitar todo aporte teórico, evidenciado em sala de aulas, recorrendo, sobretudo, aos conteúdos das disciplinas de metodologias de investigação ou pesquisa em ciências sociais, económicas ou outras.

Quadro nº 17: Princípios da Monografia

Monografia é:	Monografia não é:
Observar e acumular informações	Repetir o que já foi dito por outro, sem mostrar nada de novo, nova abordagem, novas aplicações
Organizar informações e observações	Responder questionários; não é fazer relatos, fornecer informações sem criticá-las, interpretá-las
Procurar relações e regularidades que pode haver entre elas	Manifestar opiniões pessoais sem fundamentar, comprovar, lógica e racionalmente
Indagar porquês, motivos, causas	Expor ideias abstratas, incompatíveis com a maturidade intelectual e psicológica do autor, ou vazias de conteúdo e lógicas
Comunicar resultados, divulgar avanços na ciência	Manifestar erudição livresca, frases de efeito, não pertinentes ao contexto, tentar conversar pela forma e não pelo conteúdo

Fonte: Síntese do pesquisador em Michel, 2009, p. 112.

Na perspectiva da autora, a monografia apresenta algumas características específicas (MICHEL, 2009):

- visa a obtenção de títulos académicos (graduação/licenciatura, especialista, mestre, doutor), na medida em que sua elaboração é condição indispensável;
- propõe-se a contribuir para o avanço da ciência, seja com novos conhecimentos, seja com novas abordagens e aprofundamento dos conhecimentos existentes;
- restringe-se apenas a um tema, problema, assunto, definido claramente na sua proposta;
- propõe-se a fazer um tratamento exaustivo, profundo do assunto tratado, pautando-se seu nível de profundidade ao grau a que se destinam;

- e) deve ser um trabalho escrito, no qual se procura primar pelo rigor e elegância, pela lógica, pela correção linguística e ortográfica;
- f) necessitam de uma âncora de conhecimento científico, de uma investigação de suporte na forma de pesquisa bibliográfica, referencial teórico, ou revisão de literatura, que capacite o seu autor a caminhar na análise e conclusões do trabalho;
- g) exigem tratamento metodológico próprio normalizado e científico.

A estrutura da monografia, de modo geral, pode variar de acordo com as normas estabelecidas pela Instituição de Ensino Superior e, via de regra, apresenta os seguintes elementos principais: o tema; a problematização; a metodologia; a discussão teórica; os resultados produzidos ao longo do estudo; e, a conclusão ou as considerações finais. Os elementos de um trabalho científico são apresentados, comumente como sendo os pré-textuais, os textuais e os pós-textuais. A estrutura de apresentação dos elementos do TCC, apesar da existência de aspectos comuns, as instituições de ensino podem aprovar e definir os seus modelos.

As dificuldades encontradas na orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso têm condicionado a sua elaboração e apresentação, em tempo útil, adiando, e/ou atrasando o processo normal de cumprimento dos prazos, definidos dentro do plano curricular do curso.

Por exemplo, algumas turmas do último ano da graduação, particularmente, na Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, são constituídas por cerca de 50 a 60 estudantes, com uma distribuição aos supervisores, num total de 5 a 10 cada um. Do número de estudantes matriculados no 4º ano, que são efetivamente entre 140 a 200, tidos como finalistas, com a realização dos estágios, podem concluir a formação 40% no mesmo ano e, a maioria chega a adiar as defesas das monografias um ou dois anos depois, a julgar também pela dificuldade do processo de orientação.

Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão do Curso são componentes que ao serem concebidos, revelam-se comprometidos em colaborar para o atendimento das necessidades da sociedade local, a consolidação da identidade institucional do estabelecimento de ensino, o alcance dos objetivos que o curso se comprometeu a perseguir e para o êxito dos projetos intelectuais e profissionais formulados pelos estudantes (LIMA & OLIVIO, 2007, p. 16).

Assim, considera-se que o estudante, a partir da realidade pesquisada por meio do estágio supervisionado envolve-se diretamente na produção científica, não com exigência de originalidade nestes trabalhos, mas com o uso correto do material preexistente, a maneira adequada de tratá-lo, para que seja trazida alguma contribuição relevante ao processo de aprendizagem.

A produção de conhecimentos em Serviço Social engloba uma vasta e variada gama de temáticas, na medida em que, cada vez mais, ocorre uma ampla interseção com a dinâmica da sociedade, como por exemplo, a consolidação democrática, a extensão da cidadania, a mundialização e a crise econômica, a redefinição do Estado e da Sociedade Civil, a flexibilização das relações de trabalho, a ampliação do desemprego,

o acirramento da pobreza, o processo de urbanização e produção do espaço construído, a violência de jovens e adultos, o planejamento, as políticas públicas, etc. Dentro deste contexto, as temáticas do Serviço Social estão intimamente imbricadas com os acontecimentos que ocorrem na sociedade e que rebatem na profissão em termos de demandas ou requisições (KOMEYAMA, 2010, p. 4).

A realização de estágio supervisionado em Serviço Social, bem como a elaboração da monografia, são partes integrantes da formação profissional do Assistente Social, cuja relação pode consistir na influência de ambos, no sentido de que, o estágio cria as bases para a realização da pesquisa, a partir da identificação da temática de estudo, que diagnosticada e intervencionada, conduz à produção do conhecimento de iniciação científica, como requisito parcial para obtenção da graduação em Serviço Social.

3. DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS EM ANGOLA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

O presente capítulo destaca os efeitos da Covid-19 no sistema educativo angolano, de modo geral e, em particular no ensino superior, com as alterações e reformas efetuadas no calendário escolar nacional. Ao mesmo tempo, demonstra as inúmeras dificuldades vivenciadas na vigência da pandemia, sobretudo, os obstáculos impostos na realização de estágios e no processo de supervisão.

A tentativa de implementação de um ensino remoto emergencial nas aulas em Angola, considerando os limites dos meios tecnológicos, tanto para os discentes, quanto para os docentes, incluindo as próprias instituições de ensino e formação, foi também referido. O capítulo dedica particular atenção aos desafios e perspectivas da formação profissional em Serviço Social e a importância dos/ das Assistentes Sociais no combate às desigualdades sociais e na garantia dos direitos dos cidadãos em contexto de pandemia.

Apresenta-se de modo introdutório, as pesquisas realizadas pelo grupo de estudantes integrados no GEFORMSS da Faculdade de Serviço Social de Luanda, em época de Covid-19, assinalando as dificuldades vivenciadas no espaço de treinamento, cujas experiências e resultados são desenvolvidos no capítulo seguinte.

3.1 O impacto da pandemia de Covid-19 no sistema educativo angolano e na formação profissional em Serviço Social

Angola é um país situado na África subsaariana, com uma população estimada em mais trinta milhões de habitantes. A governação iniciada em 2017, saída das quartas eleições gerais realizadas em setembro do mesmo ano, têm vindo a promover uma série de reformas administrativas ao nível das diferentes estruturas de poder, visando a melhoria das condições socioeconómicas dos cidadãos e a garantia da qualidade de vida, de modo geral.

Angola é uma República soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano, que tem como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social (ARAÚJO; NUNES; LOPES, 2014).

O artigo 1º define o alcance e o objeto da Constituição que é Angola, enquanto comunidade política historicamente situada, independente, e que se fundamente na defesa da dignidade humana e na vontade do povo angolano. Este artigo traça os fundamentos da República de Angola, que se sintetizam na soberania, na dignidade da pessoa humana, na

democracia, liberdade, justiça e paz, na solidariedade e igualdade social (ARAÚJO; NUNES; LOPES, 2014).

A República de Angola é um Estado Democrático de Direito, que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa. A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do homem, que como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efetivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e coletivas (ARAÚJO; NUNES; LOPES, 2014).

O Estado Democrático de Direito assenta em dois princípios fundamentais: o estado de direito e o princípio democrático. O primeiro apresenta como elementos caracterizadores:

- i. o princípio da constitucionalidade dos atos do Estado (princípio da Constituição), a divisão de poderes, entendido como princípio que exige a vinculação dos atos estaduais a uma competência, constitucionalmente definida e uma ordenação relativamente separada de funções (separação de poderes e interdependência de funções);
- ii. o princípio de legalidade da administração, que se consubstancia nos princípios da supremacia ou prevalência da lei, uma vez que para um Estado de Direito a lei é a expressão privilegiada do princípio democrático e o instrumento mais apropriado e seguro para definir os regimes de certas matérias, sobretudo dos direitos fundamentais (princípio da lei); e,
- iii. a independência dos tribunais, institucional e funcional e vinculação do juiz à lei.

O princípio do Estado de Direito pressupõe, igualmente, a garantia da proteção jurídica e abertura da via judiciária, para se assegurar ao cidadão uma defesa sem lacunas, bem como o princípio da proporcionalidade ou princípio da proibição dos excessos que assegura os limites do Estado em caso da declaração de estado de sítio ou de exceção e na limitação das restrições de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e, finalmente, funciona como um princípio básico das medidas de polícia.

Por sua vez, o princípio democrático apresenta como princípios formais caracterizadores:

- a) o princípio da soberania popular para quem a legitimação do domínio político só pode derivar do povo e nunca de qualquer outra entidade;

- b) o princípio da representação, que assenta em postulados que estabelecem que o exercício jurídico de funções de domínio, constitucionalmente autorizado é feito em nome do povo, por órgão de soberania do Estado, que há uma derivação direta da legitimação de domínio do princípio de soberania popular e que o exercício do poder tem em vista prosseguir os fins ou interesses do povo; e, ainda,
- c) o princípio do sufrágio que está ligado ao princípio anteriormente enunciado – o princípio da representação. Ele manifesta-se no direito de voto para escolha dos seus representantes.

O Estado Democrático de Direito é um estado constitucional, que define o primado da Constituição sobre todos os atos políticos, administrativos, jurisdicionais do Estado.

O surgimento da pandemia da COVID-19 em Angola ocasiona a implementação de reformas no aparelho governativo, como medida de ajustamento das políticas públicas, mas, sobretudo, como forma de contenção de gastos para a estabilidade económica e social do país, por um lado por outro, no sentido de conter a propagação da doença da COVID-19, implementou uma série de medidas sanitárias, para a prevenção e o controlo da pandemia. Deste modo, o poder executivo viu-se obrigado, também, a reformular o governo, diminuindo os departamentos ministeriais, bem como os cargos de direção e chefia no aparelho do Estado.

O Decreto Legislativo Presidencial N.º 5/20, de 15 de Abril, de 2020, aprova a alteração à organização e funcionamento dos órgãos Auxiliares do Presidente da República, constituindo 21 (vinte e um) Departamentos Ministeriais e 1 (um) Secretariado do Conselho de Ministros, que resultou da fusão e extinção de estruturas governativas e correspondentes funções da então vigente máquina administrativa pública (ANGOLA, 2020). Assim, nos termos do 36º Artigo do referido Decreto, passaram a existir os seguintes Departamentos Ministeriais:

- a) Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria;
- b) Ministério do Interior;
- c) Ministério das Relações Exteriores;
- d) Ministério das Finanças;
- e) Ministério da Economia e Planeamento;
- f) Ministério da Administração do Território;
- g) Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;
- h) Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social;
- i) Ministério da Agricultura e Pescas;
- j) Ministério da Indústria e Comércio;
- k) Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás;
- l) Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território;
- m) Ministério da Energia e Águas;
- n) Ministério dos Transportes;
- o) Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social;
- p) Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologias e Inovação;
- q) Ministério da Saúde;
- r) Ministério da Educação;

- s) Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente;
- t) Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher;
- u) Ministério da Juventude e Desportos.

De acordo ainda com o Artigo citado do mesmo Decreto, acrescenta-se aos Departamentos Ministeriais um Secretariado do Conselho de Ministros.

Uma das medidas adotada pelo governo de Angola, foi a redução dos cargos de direção e chefia, de 559 para 313, ao nível dos departamentos ministeriais e instituições públicas, o que permitirá que o Estado poupe cerca de 96,5 milhões de kwanzas por mês, correspondente a mais de mil milhões de kwanzas anuais. No quadro de uma visão integrada das ações de reforma do Estado, o processo começou com o Decreto Presidencial 5/20, que alterou a estrutura orgânica do Governo, passando de 28 para 21 Ministérios.

A nova orgânica visou modernizar e racionalizar a Administração Central e melhorar o grau de eficiência e eficácia na prestação de serviço ao cidadão, cuja estratégia global consiste na continuidade da racionalização, o máximo possível, com a redução das estruturas administrativas, de modo a conseguir, por via disso, algum ganho financeiro.

Com essa alteração, foram apreciados os Estatutos Orgânicos dos Ministérios da Indústria e Comércio; da Administração do Território; da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria; da Cultura, Turismo e Ambiente; das Obras Públicas e Ordenamento do Território; dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás; das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social; e, da Agricultura e Pescas.

A medida orientou que, os recursos financeiros postos, até então, ao serviço da máquina administrativa sejam, doravante, colocados ao serviço do sector social, com o reforço do investimento nos domínios da Educação, Saúde e em outros domínios de interesse público. Tratou-se de um primeiro exercício, com carácter contínuo, a nível dos institutos públicos, enquadrando, assim, na estratégia global de reforma de Estado que é adequar a máquina administrativa do Estado à capacidade financeira.

O processo, como um todo, assenta em três pilares: orçamental, infraestrutural e do pessoal. Na componente orçamental, a fusão dos Ministérios redundou em poupanças substanciais, tal como deve ocorrer com a dimensão infraestrutural, unindo os Ministérios antes dispersos em edifícios diferentes, a funcionar num único, obtendo-se também algum ganho. No plano do pessoal, a questão fica como objeto de tratamento específico.

Na nova composição ficaram intactos os Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e Planeamento, das Finanças, da Administração do Território, da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, da Justiça e dos Direitos Humanos, da Energia e Águas,

da Educação, da Saúde, do Ensino Superior, Ciência e Inovação; da Ação Social, Família e Promoção da Mulher, e o da Juventude e Desportos.

A fusão dos departamentos ministeriais permitiu ao governo reduzir a sua máquina administrativa, diminuindo os custos com os detentores de cargos públicos, canalizando mais recursos financeiros para os cofres do Estado e, por sua vez, contribuam no aumento da oferta de bens e serviços aos cidadãos.

As reformas no aparelho governativo do Estado em Angola em tempo de pandemia constituíram medidas do executivo para o controlo da economia, considerando as limitações na importação de bens de consumo, o incentivo às iniciativas microeconómicas ao empresariado nacional e, consequentemente, a aposta na produtividade local.

O registro e a identificação de casos da pandemia de COVID-19 em Angola deram-se, inicialmente, desde o mês de março de 2020, importados a partir de Portugal, com a chegada de voos provenientes de Lisboa e do Porto, para o Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro em Luanda, capital do país. A situação, ainda fora de domínio das autoridades angolanas naquela altura, obrigou a busca de experiências ao nível de outros países, a fim de lidar com o fenómeno. Com ajuda de outros países, Angola, soberanamente, implementou medidas adequadas e profundas para a prevenção, o controlo e tratamento da pandemia de COVID-19, criando as condições desejadas para garantir a contenção da propagação da doença em todo território nacional, implementando reformas no aparelho governativo, com vista à diminuição das desigualdades sociais (MUONDO; OLIVEIRA, 2021, p. 67).

Por todo o país assistiu-se ao aumento dos atos de solidariedade para com as pessoas mais carenciadas, com a distribuição de bens alimentares, produtos de higiene e limpeza, criação de espaços de acolhimento para crianças, jovens e adultos sem abrigo e outras formas de ajuda possíveis.

O mundo continua assolado por uma pandemia de alto contágio, causada pela COVID-19, que coloca em causa a estabilidade das relações sociais e a sustentabilidade do tecido socioeconómico. As ações implementadas pelo Executivo angolano foram prontas e de intensidade variável e adaptável, tendo culminado com a Declaração do Estado de Emergência, por três vezes prorrogada e, em determinado momento, com a promulgação da situação de Calamidade, através do Decreto Presidencial n.º 142/20, de 25 de maio, declarada a Situação de Calamidade Pública a partir da meia-noite (0h00) do dia 26 de maio de 2020, que se prolonga enquanto se mantiver o risco de propagação massiva do Vírus SARS-COV-2 e da Pandemia COVID-19 (ANGOLA, 2020b, apud MUONDO & OLIVEIRA, 2021, p. 71).

Apesar da subsistência do risco de contágio, urge, cada vez mais, a garantia de um melhor equilíbrio entre a estratégia sanitária de prevenção e combate e a necessidade de relançar, gradualmente, a atividade económica, formal e informal, em especial aquelas usadas como meio de subsistência, e o regresso à normalidade da vida social. Ou seja, sem descuidar as regras de prevenção e combate à Pandemia COVID-19, é necessário criar condições para

adaptação a uma nova postura social, capaz de garantir, com segurança, a gradual retoma da vida económica e social.

O controle da propagação da COVID-19 em Angola teve início com a promulgação do Decreto Legislativo Presidencial Provisório n.º 1/20, de 18 de março (ANGOLA, 2020a), considerando que foi declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde a infeção causada pelo vírus COVID-19, por se assistir a uma alta taxa de mortalidade e pelo seu impacto social e económico negativo, em todo o mundo, tornando-se necessário tomar medidas urgentes em defesa do interesse público, com vista a se reforçarem as providências já tomadas, para se evitar a importação de casos e salvaguardar a vida e a saúde da população em geral.

Em Angola, a incidência, prevalência e permanência da pandemia da Covid-19 condicionou um conjunto de actividades e ações, que se viram suspensas, tendo impedido, também, a circulação de pessoas e bens, tanto a nível interno, como no estrangeiro. Esses condicionamentos foram observados por via legal, com a publicação de inúmeros Decretos Presidenciais, Leis e outros instrumentos normativos ao nível das instituições públicas. A realização de eventos públicos como cultos religiosos, actividades culturais, recreativas, desportivas, políticas, associativas, turísticas, privadas e de qualquer outra índole constituiu, também, uma proibição na vigência da pandemia da COVID-19, o que veio a promover e aumentar o nível de desigualdades sociais no país.

As questões de desigualdades e a justiça social estão relacionadas com a exclusão social, o que permite, também, lidar com a forma como a sociedade está estruturada e organizada, e com as lógicas que são um obstáculo ao combate à pobreza e, portanto, também, um obstáculo à construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática. Pobreza e exclusão social não são dados naturais, são antes, produto de relações sociais desiguais face à luta travada pelos indivíduos, numa dada sociedade, pelo acesso aos recursos de sobrevivência. Porque produto de relações sociais e construção social, a exclusão social, historicamente, esteve ligada aos sistemas de classificação sobre o normal e o patológico.

A prevalência da situação de COVID-19 agudizou a questão das desigualdades sociais, com a existência de muitas pessoas sem o mínimo de condições de sobrevivência, faltando-lhes até, as mais básicas necessidades, como a alimentação, higiene e saneamento e meios de biossegurança. Esta problemática viu-se minimizada com o eclodir de atos de solidariedade, promovidas por organizações da sociedade civil, indivíduos particulares e complementadas por estruturas governamentais, apoiando com bens de necessidades básicas. As desigualdades sociais constituem a característica estrutural das sociedades humanas, derivando das diferenças no acesso aos recursos variados entre os indivíduos, o que, por sua vez, afeta significativamente a qualidade de suas vidas (MUONDO & OLIVEIRA, 2021, p. 72).

A equidade social é um princípio de cidadania, que deve ser exercitado no combate contra as desigualdades sociais, promovendo um nível de vida dignificante para os indivíduos, na sua relação com o meio envolvente e, de acordo com as suas reais necessidades, como também, com aquelas sentidas no quotidiano das suas vidas.

As desigualdades sociais expressam-se através dos sistemas de estratificação social. A desigualdade está incrustada no tecido social de todas as sociedades, através do sistema de estratificação social, ou do posicionamento de grupos de indivíduos na sociedade. A desigualdade social resulta, sim, de um acesso desigual aos bens, serviços ou oportunidades, cuja razão explicativa se encontra nos mecanismos, que estruturam a própria sociedade.

O exercício do poder político em Angola é legitimado pelo voto popular nas eleições gerais, que se realizam regularmente em todo o território nacional, num período de cinco anos. O Estado como ente governativo tem por objetivo trabalhar para o bem de todos os cidadãos, promovendo o direito a justiça, a paz a igualdade e a fraternidade.

Para garantir os direitos dos cidadãos, o Estado e as demais estruturas governativas que exercem o poder político ao nível central e local providenciam as condições necessárias aos cidadãos, com a garantia de bens e serviços propícios para uma vida com dignidade, sobretudo, no combate às desigualdades sociais, em qualquer contexto ou situação que o país se encontre.

Nesses tempos, importante parte do que é produto da práxis sócio-histórica crítica, dos avanços e das resistências à ampla exploração da força de trabalho é eliminada, desaparece, esfumaça. Nessas condições, a consciência, resultado da humanização dos sentidos, vai limitando sua capacidade crítica, de percepção dos objetos fora de si, e vai se tornando autorreferente. É o retorno a uma subjetividade própria ao idealismo subjetivista kantiano. A recusa da razão é algo novo, mas algo que sela o descompromisso com a verdade, com a universalidade e com a objetividade, suscitando o relativismo quanto ao conhecimento e sua produção (FORTI e GUERRA, 2020, p. 20).

Em tempo da pandemia de COVID-19, agudizaram-se as desigualdades sociais, com o aumento das necessidades de bens e serviços por parte dos cidadãos, observando-se, por um lado, a degradação do nível de vida das pessoas e, por outro, a sensibilização da sociedade civil para a promoção de ações de solidariedade, com o objetivo de apoiar diante da situação de carência. Em qualquer contexto de vida que um país se possa encontrar, o Estado tem legitimidade para implementar mudanças ou transformações, diante da realidade socioeconómica, com vista a conter a propagação do fenómeno e a garantia da proteção dos direitos dos cidadãos, tanto ao nível da capacidade interna, quanto com recurso a apoios externos.

As alterações introduzidas pela Covid-19 em Angola, tiveram impacto directo, negativo, no sistema educativo, tanto ao nível no ensino geral, como no ensino superior, alterando, de modo significativo, o calendário escolar, que vinha sendo praticado nos últimos.

A pandemia da COVID-19 representou uma ameaça, na melhoria do processo educativo, não só em Angola, como também, em muitos países do mundo, por ter produzido efeitos indesejáveis na qualidade educativa, com os desajustamentos desequilíbrios observados na economia. Foi, contudo, necessário, a nível de cada país, a criação de medidas para o controlo e a contenção da pandemia.

Precisamos identificar os efeitos da COVID-19 na educação, com objectivo de (re) projectar uma resposta para melhorar as políticas públicas. Como sabemos, a Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de Março informou de forma emergente o estado da saúde pública ocasionado pelo COVID-19, que entendeu chamar de «pandemia internacional». Esta informação, fez com que muitos países afinassem os critérios de prevenção dos seus cidadãos para tentar travar a propagação do vírus entre elas: o encerramento dos estabelecimentos de ensino. Segundo aquele órgão, esta medida sempre demonstrou ser eficaz. Depois disso, várias medidas foram adoptadas pois, em consequência deste grave problema sanitário, todas as iniciativas aplicadas visam simplesmente contribuir para conter e evitar o colapso dos diferentes sistemas de saúde. Precisamos reconhecer que, as circunstâncias excepcionais impostas, colocam à avaliação as políticas de educação, que muito reclamam de adequação. Sendo visíveis as controvérsias causadas pelo COVID-19, o Ministério da Educação de Angola está enfrentar desafios de continuar as aulas de milhões de alunos, que estão confinados em casa e muitos destes, sem acesso aos meios de comunicação social como (rádio e televisão), o que torna mais difícil o seu enquadramento nas políticas adoptadas em teleaulas e rádio aulas (TCHIPESSE, 2020).

A pandemia da Covid-19 promoveu alterações no sistema educativo angolano, cujo impacto negativo consistiu, inicialmente, na introdução de mecanismos que, por um lado, garantissem a continuidade das aulas, que acabavam tendo seu início, por outro, a possibilidade de alteração do período letivo escolar, pelos Ministerios da Educação (MED) e do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), respectivamente.

Pelo MESCT, foi proposto um calendário ajustado, que previa alteração do ano letivo.

Quadro nº 18: Ajustamento da parte lectiva do Calendário Académico de 2020

CENÁRIO A	CENÁRIO B
De 27 de Abril de 2020 a 23 de Janeiro de 2021	De 11 de Maio de 2020 a 23 de Janeiro de 2021
I Semestre: 27 de Abril a 29 de Agosto (18 semanas)	I Semestre: de 11 de Maio a 05 de Agosto (17 semanas)
Aulas: 27 de Abril a 05 de Agosto (15 semanas)	Aulas: 11 de Maio a 05 de Agosto (14 semanas)
Exames (Época normal): 10 a 22 de Agosto (2 semanas)	Exames (Época normal): 17 a 29 de Agosto (2 semanas)
Exames (Época recurso): 24 a 29 de Agosto (1 semana)	Exames (Época recurso): 31 de Agosto a 05 de Setembro
Pausa inter-semestral: de 31 de Agosto a 05 de Setembro	Pausa inter-semestral: de 07 a 12 de Setembro

Setembro	
II Semestre: 07 de Setembro de 2020 a 23 de Janeiro de 2021 (18 semanas)	II Semestre: 14 de Setembro de 2020 a 23 de Janeiro de 2021 (17 semanas)
Aulas: 07 de Setembro a 19 de Dezembro (15 semanas) Exames (Época normal): 04 a 16 de Janeiro (2 semanas) Exames (Época recurso): 18 a 23 de Janeiro (1 semana)	Aulas: 12 de Setembro a 19 de Dezembro (14 semanas) Exames (Época normal): 04 a 16 de Janeiro (2 semanas) Exames (Época recurso): 18 a 23 de Janeiro (1 semana)
Pausa (Festividades): de 21 de Dezembro de 2020 a 3 de Janeiro de 2021 (2 semanas)	Pausa (Festividades): de 21 de Dezembro de 2020 a 3 de Janeiro de 2021 (2 semanas)
Total: 36 semanas	Total: 34 semanas
Período lectivo (aulas): 30 semanas	Período lectivo (aulas): 28 semanas

NOTA: No cenário A, perdem-se 2 semanas lectivas e no cenário B perdem-se 4 semanas lectivas, uma vez que o ano académico comporta, no total, 32 semanas lectivas.

Fonte: Pesquisa do Autor em informação do MESCTI, de 2020.

Quadro nº 19: Parte lectiva do Calendário Académico de 2020 oficialmente Aprovado

De 02 de Março a 19 de Dezembro de 2020
I Semestre: 02 de Março a 18 de Julho (20 semanas)
Aulas: 02 de Março a 20 de Junho (16 semanas)
Exames (Época normal): 22 de Junho a 04 de Julho (2 semanas) Exames (Época recurso): 06 a 18 de Julho (2 semanas)
Pausa inter-semesteral: de 20 a 25 de Julho (1 semana)
II Semestre: 27 de Julho a 19 de Dezembro (21 semanas)
Aulas: 27 de Julho a 14 de Novembro (16 semanas)
Exames (Época normal): 16 de Novembro a 05 de Dezembro (3 semanas) Exames (Época recurso): 07 a 19 de Dezembro (2 semanas)
Total: 41 semanas
Período lectivo (aulas): 32 semanas

Fonte: Pesquisa do Autor em informação do MESCTI, de 2020.

Apesar da apresentação do Calendário Ajustado para o ano lectivo 2020, o agravamento da situação da pandemia da Covid-19 levou a que as aulas não tivessem lugar nessas datas, tendo havido interrupção e consequente anulação do período escolar.

De modo particular, as alterações introduzidas com a prevalência da Covid-9 em Angola, obrigaram o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, a determinar recomendações às Instituições de Ensino Superior, através de uma Nota datada de 27 de Abril de 2020, assinada pela Senhora Ministra, no sentido de proceder: (i) cobrança de propinas em estado de emergência; (ii) uso de tecnologias para o ensino não presencial; (iii) preparação de condições para a retoma da actividade lectiva após a cessação do estado de emergência; e, (iv) ajustamento do calendário académico.

A cobrança de propinas, estava prevista no Decreto Executivo Conjunto nº 157/20, de 22 de Abril, autorizando às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e público-privadas até um valor máximo de 60% e 25%, respectivamente (Artigo 3º, números 1 e 2).

A autorização dada através deste dispositivo legal, de acordo com a nota informativa da Senhora Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, não pode, nem deve ser entendida como uma obrigação para as IES cobrarem propinas. O limite estabelecido pressupõe, tacitamente, que a opção de não cobrar não está afastada, daí ter recomendado que os gestores das IES se reúnam com as associações de estudantes, para encontrarem consenso em relação à cobrança das propinas.

As IES estão impedidas de cobrar qualquer prestação adicional de propinas, para além das necessárias, para o pagamento dos dez meses previstos para cada ano académico (Artigo 3º, número 3). As IES não podem cobrar multas, nem juros de mora, caso os estudantes não paguem a propina nos prazos estipulados.

Sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação, como actividade letiva não presencial, o MESCTI congratulou-se, pelas IES que, com empenho, criaram condições para a prática de actividade letiva não presencial. Todavia, as IES deveriam ter em conta, que todo o tipo de actividade não presencial que fosse desenvolvido durante o estado de emergência, não poderia ser encarada como cumprimento do calendário académico, que foi suspenso, e que seria ajustado quando cessasse o Estado de Emergência.

Deste modo, os temas tratados deveriam ser objeto de nova ministração de aulas, salvo se, comprovadamente, todos os estudantes tivessem tido acesso ao ensino a distância. Igualmente, não poderiam ser realizadas actividades de avaliação, que fossem valorizadas, para o aproveitamento do estudante na disciplina, isto é, a avaliação só poderia ser formativa, para orientar e regular a prática pedagógica, propondo-se esta analisar e identificar a adequação do ensino, com a verdadeira aprendizagem dos alunos e não sumativa, que visasse classificar o aluno.

Como ficou expresso na nota informativa, as IES deveriam criar ou aproveitar os recursos tecnológicos, dedicados ao ensino não presencial, para reforçar as actividades de ensino-aprendizagem, procurando aumentar as oportunidades de acesso de todos os estudantes. A incerteza com que vivemos sobre a evolução da pandemia no mundo, e especificamente em Angola, é susceptível de criar hesitações e pessimismo. Todavia, de acordo com a Senhora Ministra, cabia reforçar todas as medidas preventivas, para impedir a transmissão do vírus da COVID-19.

Assim, as IES deveriam, desde já, começar a criar as condições para a retoma da atividade, tendo em atenção as medidas preventivas ora definidas. Em respeito à autonomia das IES e reconhecendo as diferentes condições de cada uma, caberia aos gestores, apoiados nos respectivos órgãos colegiais, implementarem as medidas que se mostrassem mais adequadas, no contexto da prevenção de COVID-19 e para salvaguardar o ano académico.

O encerramento temporário das Instituições de Ensino Superior, motivado pela vigência do Estado de Emergência, implicou que, ao retomar a atividade lectiva presencial, se procedesse a um ajustamento ao Calendário Académico, no sentido de garantir um mínimo de semanas letivas, que permitiriam o cumprimento dos programas curriculares. Neste sentido, esteve em curso aquele ajustamento, com a contribuição dos gestores das IES, no âmbito do qual se previa a realização de atividades letivas aos Sábados, caso as necessidades de organização dos horários e das turmas assim o exigissem. Note-se que essa possibilidade esteve contemplada no nº 2 do Artigo 4º do Decreto Presidencial nº 3/17, de 26 de Janeiro, que aprovou o Calendário Académico.

O agudizar da pandemia da COVID-19, ao anular as aulas no ano letivo de 2020, obrigou o Conselho de Ministros, reunido na 9ª sessão ordinária, sob orientação do Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, no dia 30 de Setembro do mesmo ano, concluir que, os próximos anos letivos e académicos, tanto no ensino superior, quanto em outros níveis de ensino, no país, passariam a ter início em Setembro de cada ano, com término no mês de Julho do seguinte.

O comunicado da reunião informou que, o referido calendário aplicava-se a todas as instituições públicas, público-privadas e privadas de educação e ensino, que funcionam com o currículo oficial. Para aquele ano, devido às complicações impostas pela pandemia da Covid-19, o reinício das aulas presenciais, ficou condicionado de forma gradual, nas escolas públicas e privadas nacionais, nos diferentes níveis de ensino, numa primeira fase, com alunos das classes de exame (6ª, 9ª, 12ª e 13ª classes) e, seguidamente, para as restantes classes do ensino secundário.

As Instituições de Ensino Superior, em Angola, estiveram limitadas, antes da COVID-19, apenas ao ensino presencial, mas com o surgimento do contexto da pandemia viu-se obrigada na necessidade de criar condições para a realização do ensino remoto, tendo levado ao ajustamento do calendário académico.

3.2 O Ensino Remoto Emergencial na formação profissional em Serviço Social no contexto da COVID-19

O Decreto Presidencial n.º 59/20, de 3 de Março de 2020, que regula as modalidades de ensino à distância e semi-presencial no subsistema do Ensino Superior, tornou perceptível que o processo de ensino-aprendizagem não pode estar condicionado à assistência presencial física, mas deve moldar-se ao desenvolvimento tecnológico e ao advento das plataformas digitais e ferramentas de comunicação, via internet, que contribuem para o ensino, quando fatores externos interferem, ou não, no decorrer das aulas.

De acordo com o artigo 1º, do Decreto Presidencial anterior, a aprovação do Regulamento das Modalidade do Ensino a Distância e Semi-Presencial no Subsistema de Ensino Superior teve como fundamentos:

a) o reconhecimento de ambas as modalidades, como tendo um papel importante no alcance de uma maior equidade, no acesso à formação superior, através da possibilidade de beneficiar um maior número de cidadãos na sua frequência;

b) em consideração que as modalidades de Ensino a Distância e Semi-Presencial implica a aprovação de regras e procedimentos específicos, bem como a existência de infraestrutura virtual e condições técnicas para que possa ser uma realidade, a ser ministrada pelas instituições de ensino superior nacionais; e,

c) pela neessidade de se ampliar a oferta educativa, bem como estabelecer regras de organização e funcionamento das Modalidades de Ensino a Distância e Semi-Presencial no Subsistema de Ensino Superior.

Nos termos do artigo 3º do Decreto Presidencial n.º 59/20, de 3 de Março, são apresentadas as seguintes definições:

Ensino a Distância (EaD), a modalidade de ensino predominantemente ministrada através de um sistema tecnológico de comunicação e formação massiva e bidirecional, que substitui a interação pessoal na sala de aulas entre professores e alunos, como meio preferencial de ensino-aprendizagem, pela ação sistemática e conjunta, de diversos recursos didáticos e o apoio de uma organização tutorial, que propiciam a aprendizagem autónoma dos estudantes.

Ensino Semi-Presencial ou *b-learning*, modalidade que combina métodos de ensino a distância, com métodos de ensino convencional ou presencial (tradicional) utilizada por instituições, que se dedicam a superação de trabalhadores e de pessoas que deseja continuar os seus estudos, quando se deparam com escassez de tempo para estar regularmente presentes, diante de um professor numa sala de aula.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO (2020a):

Neste ano, 253.287 estudantes de licenciatura e pós-graduação, em Angola, deixaram de frequentar as aulas, como resultado das medidas de confinamento social aplicadas para prevenir a contaminação pela COVID-19. De modo a impedir a tendência crescente dos casos da COVID-19, 191 países incluíram em suas medidas de contenção da COVID-19 o confinamento domiciliar, determinação de estado de emergência e encerramento das escolas (Kim, Kim, Peck & Eunok 2020; UNESCO, 2020a). Angola foi um destes países, onde escolas do ensino geral privadas e públicas, bem como IES cancelaram as aulas.

Apesar da institucionalização do ensino à Distância, com a promulgação do Decreto Presidencial nº 59/20, de 3 de Março de 2020, as Instituições de Ensino Superior do país enfrentam grandes dificuldades na sua implementação, considerando a falta de condições de acesso aos sistemas digitais, tanto pelos docentes, quanto pelos estudantes, assim como, pelas próprias IES.

Com o avanço da pandemia, fez-se necessário adaptar o sistema de ensino utilizado atualmente para que todos os estudantes continuassem o processo de aprendizagem. Essa adaptação teve importante impacto na ciência, novas tecnologias educacionais passaram a ser largamente utilizadas (FLAUZINO, et al, 2021).

Para os professores, as dificuldades consistem na utilização das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano, o acesso à internet nos estabelecimentos de ensino. Para os estudantes, as dificuldades vão desde as condições socioeconómicas, de acesso às aulas fora das IES, a falta de um computador em casa, ou num local público, junto do seu próprio domicílio. Para as IES, considera-se a falta de salas com equipamentos informáticos, as dificuldades de pagamento dos serviços de internet, tanto para a gestão interna, como para o público estudantil.

O EaD tem a sua génese no início do século XIX na Inglaterra, Estados e Suécia sendo a oferta de cursos na altura, sendo feita através de correspondências que eram distribuídos em todo o país através dos correios (Martins, 2020). Em Angola, o processo de educação está associado a processos históricos, tendo conhecido vários constrangimentos, que acabaram por condicionar a sua evolução e desempenho; com o fim do conflito armado em 2002 iniciam-se as reformas no sector (Liberato, 2014). O EaD surge no artigo n.º 89, Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro de 2016, em substituição da anterior Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro de 2001 (SALOMÃO, 2020, p. 62).

O surgimento Ensino a Distância (EaD) no contexto angolano viu-se regulamentado no contexto de pandemia da Covid-19, como um mecanismo para ajudar no processo de aprendizagem dos alunos. Sua materialização, de modo experimental no ensino superior, ficou condicionada pela inexistência de recursos tecnológicos nas Instituições de Ensino Superior, onde muitos professores e alunos viram-se impedidos ao acesso e utilização.

Lueto, Solari & Catumbela (2020, p. 79, citam outros autores, considerando que:

Com o ritmo epidemiológico da pandemia tornou-se evidente que, o cumprimento dos objetivos educacionais, pre-concebidos no subsistema do Ensino Superior, teriam que ser adaptados. Havendo à época necessidade de adaptar os programas de disciplinas, para que o presente ano acadêmico não fosse perdido (Vinner, 2020). No nosso país, as Instituições do Ensino Superior (IES) encontram-se em uma situação difícil, na medida em que, muitas não dispõem de dinâmicas organizacionais, que privilegiem o uso pleno das ferramentas de comunicação, sejam elas intranet ou *internet*, que permitissem um uso fácil e acessível de plataformas digitais, para o ensino à distância (Banco Mundial, 2018a; MESCTI, 2020; Ministério da Comunicação Social, 2020).

As dificuldades na utilização do EaD no Ensino Superior foram inúmeras, como se pode notar, o que levou muitos estudantes a afastarem-se do processo educativo na época de Covid-19. Assistiu-se a uma instabilidade na aprendizagem, com a tentativa de alguns professores recorrerem às “Salas de Estudo” por via da internet, onde apenas uns poucos estudantes puderam acessar, mas também, de modo irregular.

Por exemplo, para o Serviço Social, no caso específico das Instituições de Ensino Superior de Angola, a frequência das aulas por essa via foi bastante insignificante, considerando que, num total de 50 alunos por sala de aulas, apenas entre 10 a 15 teriam condições de participar das aulas.

Com o avanço da pandemia, fez-se necessário adaptar o sistema de ensino utilizado atualmente, para que todos os alunos continuassem o processo de aprendizagem. Essa adaptação teve importante impacto na ciência, novas tecnologias educacionais passaram a ser largamente utilizadas.

Os professores devem aprender a usar diferentes tipos de mídia e aprender diferentes maneiras de ensinar, expressar, informar, persuadir e entreter. Isso exige que a formação do professor envolva não apenas a expressão e a criação do conhecimento científico, mas também uma possibilidade de formação estética. Cada vez mais surge a ideia de incentivar os professores da escola a participarem do processo de pesquisa, principalmente por se assumir que a participação no processo de pesquisa pode melhorar sua prática docente. Ao quebrar a noção de que professores e alunos são apenas objetos de pesquisa, essa visão os trata como objetos e parceiros de pesquisa e formação. Nesse processo, o diálogo entre pesquisadores e professores é constantemente estimulado, e parte do retorno dos dados da pesquisa advém do processo de pesquisa, que também pode se configurar em formação continuada. Durante a formação deste inquérito, docentes e investigadores pretendem compreender a realidade e complexidade do processo educativo, e pretendem partilhar ações de formação nas escolas para intervir nesta realidade (FANTIN, 2017 apud FLAUZINO, et al, 2021).

Esta situação se tornou ainda dramática para o estágio supervisionado em Serviço Social que, nesse contexto, foi obrigado a suspender a presença dos estudantes nos espaços, para a formação profissional.

A pandemia de coronavírus SARS-Cov2 interrompeu as atividades presenciais de 91% dos estudantes no mundo (UNESCO, 2020a). Até meados de abril de 2020, havia projeções que indicavam que as medidas de controle da pandemia poderiam se prolongar por 2 ou 3 meses. Todavia, projeções científicas publicadas a partir desse mesmo mês indicam a

necessidade de ampliar os períodos de quarentena, ainda que de modo intermitente, e de que o retorno às atividades presenciais ocorra de forma controlada, com minimização de riscos de contágio (KISSLER et al., 2020). Isso impõe uma nova realidade às Instituições de Ensino Superior (IES) para os próximos anos. Em todo o mundo, os sistemas educacionais foram afetados pela pandemia da Covid-19. Em mais de 150 países, a pandemia produziu fechamento generalizado de instituições de ensino, como escolas, faculdades e universidades (UNESCO, 2020a). Esse fechamento ocorreu em decorrência de projeções realizadas a partir de dados científicos nas quais se estimava que o período de quarentena perduraria por, no máximo, 90 dias (WHO, 2020), (Gusso, et al, 2020, p. 3).

As Instituições de Ensino Superior em Angola não foram capazes de acompanhar o ritmo das aulas pelo sistema remoto ou a distância, a julgar pelas dificuldades com que se deparam, do ponto de vista dos meios tecnológicos, e do próprio corpo docente, que não está preparado nem treinado para utilização dessas ferramentas. Daí considerar-se, que muitos estabelecimentos de ensino tiveram de fechar as suas instalações, para o acesso dos estudantes e professores, condicionando a sua aprendizagem.

As tecnologias estão, cada dia, mais presentes em todos os ambientes. Em Angola, muitas escolas públicas e alguns colégios privados, professores e alunos nunca utilizaram a TV, o vídeo, o DVD, o rádio, os computadores e a internet na prática pedagógica, o que tem tornado o processo ensino-aprendizagem menos significativo, nestes tempos do nosso acontecer, com as circunstâncias próprias na era de pandemia da COVID-19. O atual contexto de ensino, motivado pela COVID-19, permite afirmar que, as mídias têm grande poder pedagógico, visto que utiliza imagem, como meio para transmitir o conhecimento. Assim, torna-se cada vez mais necessário que as escolas se apropriem dos recursos tecnológicos com objectivo de dinamizar o processo de aprendizagem (TCHIPESSE, 2020).

O processo de ensino e aprendizagem viu-se comprometido, com as dificuldades tanto dos meios tecnológicos escassos ou inexistentes nas Instituições de Ensino Superior, quanto pela ausência de prática na sua utilização por docentes e discentes, no contexto da pandemia de Covid-19, que se propagou pelo mundo em geral, e Angola, de modo particular, afetando as estruturas educativas, tendo condicionado o acesso às salas de aulas de modo virtual e presencial.

O atual contexto de pandemia da Covid-19 exigiu das IES decisões sobre como lidar com os processos de ensinar e aprender de modo que, os agentes envolvidos (*i. e.*, professores, estudantes e funcionários) sejam protegidos da contaminação e da propagação do vírus (HODGES et al., 2020). A suspensão das aulas presenciais, levou muitas IES a optarem pela utilização do Ensino Remoto Emergencial, como forma alternativa para prosseguir com o ano letivo. No entanto, embora essa modalidade também utilize, frequentemente, o ambiente *on-line* para o ensino das disciplinas curriculares, ela se diferencia do Ensino a Distância em termos de características e possibilidades de implicações para a educação (Gusso, et al, 2020, p. 4).

O Ensino Remoto Emergencial, enquanto modalidade educativa, adoptada nas Instituições de Ensino Superior, precisava, previamente, de uma criação das condições, para a sua implementação. Tal não aconteceu e, na tentativa de se ver melhorado o sistema educativo,

com o uso das ferramentas tecnológicas, verificou-se uma ausência de condições a todos os níveis, tendo levado a um fracasso na aprendizagem dos conteúdos programáticos.

Ensino Remoto Emergencial (ERE) teve que ser instituído em virtude da pandemia causada pelo coronavírus e a obrigatoriedade do distanciamento social para evitar o contágio. Vale lembrar que esse conceito está relacionado, diretamente à situação vivenciada pelo mundo atualmente, imposta pela pandemia. Para atender as necessidades educacionais dos alunos, por meio da utilização da educação digital, considerou-se um grande desafio pois, a maioria dos professores não está familiarizada com este tipo de ensino. É necessário que cada contexto seja analisado cuidadosamente, para que nenhum profissional ou aluno seja excluído do processo. Isso inclui a logística (equipamentos e rede de internet) bem como o treinamento de profissionais, para que as ferramentas sejam utilizadas de forma correta e proveitosa. Outro desafio merece destaque frente à pandemia: como manter os alunos motivados e garantir que eles participem das aulas e usem regularmente as ferramentas? (LUDOVICO et al., 2020 FLAUZINO, et al, 2021).

Importante se tornaria, se a utilização do Ensino Remoto Emergencial tivesse sido uma oportunidade, de promoção da qualidade educativa, com a disponibilidade e existência de meios humanos e materiais, que garantissem e facilitassem o acesso de todos ao processo de aprendizagem, em contexto de pandemia da Covid-19.

A pandemia de Covid-19 veio demonstrar a fragilidade e incapacidade de muitas instituições educativas, com a sua falta de preparação para enfrentar os desafios, da forma como deveriam proceder diante deste fenómeno. Se já era questionável a qualidade de ensino em Angola, no que a utilização da tecnologia diz respeito; o agudizar da Covid-19 demonstrou, até que ponto, o governo angolano e suas instituições educativas foram incapazes de corresponder, em tempo oportuno, as demandas impostas por esta pandemia.

3.3 Desafios da formação profissional em Serviço Social e as implicações da pandemia de Covid-19 em Angola

Para o Serviço Social em Angola, a exemplo das demais Instituições de Ensino Superior, as dificuldades consistiram na realização do estágio supervisionado, desde a disponibilidade dos supervisores, a seleção dos campos de estágio, com o estabelecimento de parcerias institucionais, o acesso aos locais identificados e, o acompanhamento e avaliação dos estudantes.

Foi possível verificar-se, a ausência constante e permanente, tanto dos estudantes, quanto dos supervisores acadêmicos e de campo. Em muitas instituições, não foi autorizada a presença de estagiários, pela situação declarada da pandemia, que exigia o cumprimento de medidas de distanciamento físico e social, para a prevenção da contaminação.

A Faculdade de Serviço Social, instituição que forma Assistentes Sociais e Educadores de Infância, no âmbito das suas actividades de investigação e de intervenção social, realizou um projeto de investigação científica, tendo em conta as problemáticas sociais, que afetaram de forma geral, o país e em particular, a cidade de Luanda, com o surgimento da pandemia da COVID-19, atingindo o tecido social e económico das instituições. Neste sentido, as problemáticas definidas no estudo foram realísticas, claramente identificadas, inscritas nos princípios da Faculdade, no quadro da investigação científica.

Quanto à preocupação do problema da emergência da investigação social, é necessário conhecer, para melhor controlar os movimentos das populações e, ao mesmo tempo, racionalizar a assistência prestada a essa mesma população.

Com o aparecimento da pandemia da COVID-19 nos finais de 2019 e o consequente alcance de Angola nos primeiros meses de 2020, sobretudo na província de Luanda, promoveu-se a institucionalização da quarentena, a restrição dos espaços físicos e sociais, com o agravamento de possibilidades do sustento das famílias, restrição da mobilidade e da interação social das pessoas, das medidas de restrição aos locais de trabalho e, a exposição das pessoas nos locais públicos, por muito tempo.

Durante este período, constatou-se a precarização da situação económica e financeira, que levou à redução do poder de compra, a falência de muitas empresas, resultando nos elevados casos de despedimentos de trabalhadores em massa, tendo, em alguns casos, motivado a desagregação das famílias, o aumento de crianças na rua e de rua, o crescimento da criminalidade, assim como, o aumento da prostituição.

Mesmo em contexto de pandemia da Covid-19, a Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda promoveu, por iniciativa própria, a realização de duas amplas pesquisas: a primeira consistiu-se numa experiência única, promovida pelos docentes, onde foram constituídos vários grupos de estudo, que se distribuíram pela província de Luanda, com várias temáticas, que culminou com a realização de um magno e significativo evento, denominado Xª Jornada Científica da Faculdade de Serviço Social, com a apresentação dos respectivos resultados. A segunda pesquisa foi promovida pelos estudantes, apoiados por docentes, que analisaram vários temas da atualidade, dando lugar a realização da Iª Jornada Científica Estudantil da Faculdade de Serviço Social.

Tanto a Xª Jornada Científica, da Faculdade de Serviço Social, quanto a Iª Jornada Científica Estudantil, mereceram um ato de apresentação pública, com a publicação em Livros de Actas dos dois eventos, tratando-se, por isso, de duas obras literárias, com a descrição das temáticas pesquisadas, conforme se segue.

A Xª Jornada Científica da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda consistiu na apresentação dos resultados, dos projectos de investigação e intervenção social, com a temática: O Agudizar das Problemáticas Sociais na Cidade de Luanda em Tempo de Pandemia (VIEIRA, et al, 2021).

O estudo foi organizado pelos seguintes professores:

1. Professor Doutor Laurindo Vieira – Ex-Director Geral da Faculdade de Serviço Social e Coordenador do Projeto;
2. Professor Doutor João Manuel Correia Filho – Coordenador da Comissão de Gestão da Faculdade de Serviço Social;
3. Professor Doutor Eugénio de Jesus Wilson de Carvalho – Coordenador Adjunto para Área Científica da Faculdade de Serviço Social;
4. Professora Taimara Roa – Docente da Faculdade de Serviço Social.

A Xª Jornada Científica teve 4 (quatro) objectivos:

- a) Contribuir para produção, sistematização e divulgação dos resultados sobre as implicações das famílias perante a crise socioeconómica e sanitária em Angola;
- b) Promover o intercâmbio de investigação científica com impacto no campo das ciências sociais e multidisciplinares;
- c) Estimular a participação activa da comunidade académica em projectos interdisciplinares de investigação científica, desenvolvendo o pensamento crítico-reflexivo numa perspectiva contemporânea; e,
- d) Divulgar e socializar os resultados dos projectos de investigação a nível da comunidade académica e científica.

O estudo contou com 2 (dois) eixos temáticos e 4 (quatro) temas, constituídos pelos respectivos pesquisadores.

O Primeiro Eixo abordou sobre as Implicações da Pandemia da Covid-19 em trabalhos informais, tendo apresentado os seguintes temas, por pesquisadores:

Tema 1: O impacto da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres vendedoras de sexo (prostitutas)

Equipa de investigadores: Dra. Anavilde Kassessa; Dra. Teresa da Silva; Dra. Isabel Afonso (em Memória); Dra. Vicência Ferreira; Dr. Sérgio da Silva; Dr. Mac-Mahon Fonseca; Dr. Adelino Janela; Dr. Lourenço Kanjanja; e, Dr. Gabriel Benguela.

Este tema analisou-se pelas medidas proibitivas plasmadas no Decreto Presidencial sobre os estados de Emergência e Calamidade públicas. A pesquisa foi analítica, partindo da observação, consulta bibliográfica e documental e aplicação de questionários.

Do estudo realizado, os resultados apontaram para uma diminuição dos rendimentos, na procura do prazer sexual, influenciando negativamente o poder aquisitivo das vendedoras de sexo, elevando as suas dificuldades sociais e económicas das suas famílias. A pesquisa realizou-se nas localidades de Viana (Zango 3 – Rua da Dira), Sequele (Rua 9), Cassequele do Lourenço (Terminal Doméstico), Congolenses, Benfica. A conclusão da pesquisa considerou que, a origem geográfica das mulheres vendedoras de sexo é maioritariamente suburbana, de jovens com idade entre 17 a 36 anos, na sua maioria solteiras com uma média de 2 filhos cada.

Quanto as zonas de proveniência destacam-se os municípios de Viana e Cazenga, cujas mulheres possuem um nível de escolaridade baixo. A maioria inicia a vida de prostituição em idade muito jovem, muitas das quais, não conhecem as formas de transmissão e prevenção de doenças.

Quanto aos clientes, o estudo aponta que, estes não se importam com os riscos, mesmo em tempo de Covid-19, colocando em situação de vulnerabilidade as mulheres vendedoras de sexo em Luanda. O estudo aponta que não se observaram as medidas de distanciamento físico, nem o uso dos equipamentos de biossegurança.

Tema 2: O impacto social da pandemia da Covid-19 na vida dos jovens lavadores de carros na província de Luanda

Equipa de Pesquisadores: Dra. Zenaida Sanchez Proenza; Dr. Daniel Vemba; Dr. Júlio Sorte; Dr. Eufrázio dos Santos; Dr. Osvaldo Singui; Dr. Mutudi Messongolo; e, Dr. Edgar Tchicunda.

O estudo analisou o impacto da Covid-19 nos jovens lavadores de carros em Luanda, cujas medidas impostas forçaram a redução da procura pelos serviços, sobretudo pelo confinamento dos automobilistas.

Estas medidas de forte impacto socioeconómico agudizaram o estresse financeiro, a depressão e suicídio. Tratou-se de uma pesquisa de abordagem mista, com enfoque analítico, descritivo, com recurso aos dados bibliográficos, documentais e pesquisa de campo. Teve uma amostra de 10 lavadores de carro.

O estudo foi realizado em 4 municípios, nomeadamente Luanda, Cacuaco, Viana e Belas, cuja idade dos sujeitos variou de 20 a 40 anos, estado civil, local de residência, nível de escolaridade e tempo de serviço nesta actividade informal, sendo estas as variáveis da pesquisa.

A conclusão da temática estudada constatou que, durante a pandemia os jovens enfrentaram grandes dificuldades, com a diminuição dos rendimentos, o que levou alguns a um comportamento abusivo do alcoolismo. Cerca de 80% dos jovens têm idade entre 20 e 30 anos, uma fase de realização dos sonhos da sua maioria. Alguns possuem qualificações e valências necessárias, para o desenvolvimento do país. Esta atividade, de acordo com a pesquisa, representa o fraco investimento do Estado nas políticas públicas para jovens.

O II Eixo debruçou-se sobre a protecção social das crianças e o seu desenvolvimento integral em tempo de pandemia.

Tema 3: A protecção social de bebés em fase de amamentação contra Covid-19 e as doenças diarreicas agudas

Equipa de investigadores: Dra. Albertina Mecupale; Dra. Maria Teresa e Costa; Dra. Madalena Lucena; Dr. Paulo Nvuidi; Dra. Judith Sungo; e, Dra. Isabel Afonso (em memória).

A pesquisa analisou as formas de protecção dos bebés em fase de amamentação contra a Covid-19 e doenças diarreicas por parte das mães quitadeiras dos mercados do Bnefica e arredores. O estudo foi realizado com base no paradigma qualitativo e os dados foram obtidos por via de entrevista e observação a 12 quitadeiras provenientes das zonas rurais do sul de Angola. Verificou-se pouca preocupação das senhoras com a Covid-19, quanto ao contágio e falta de condições nos locais de venda. Verificou-se a exposição de bebés durante a venda, colocando-as em risco.

Ao nível dos resultados o estudo analisou a permanência em casa depois do parto, as necessidades de trabalhar com o bebé, os dias de venda e permanência no mercado, o controlo das vezes de amamentação, a variedade na alimentação dos bebés, a fonte de informação sobre a Covid-19, o nível de conhecimento sobre a pandemia, as medidas de protecção durante as vendas, a exposição de bebés ao risco de contágio pela Covid-19 e outras doenças, ajuda do governo em correspondência com a sua protecção social.

Tem 4: O estado de confinamento pela Covid-19 e sua repercussão no desenvolvimento integral da criança em idade pré-escolar

Equipa de investigadores: Dra. Dulcínea Simões; Dra. Judite Sungo; Dra. Albertina Mecupale; Dra. Dúnia Rodrigues; Dr. Sérgio da Silva; Dr. Milagros Rodrigues.

O estudo visou analisar a contribuição dos encarregados de educação, sugerindo acções para potenciar as habilidades psicomotoras, afetivo-sensoriais e cognitivas-intelectuais das crianças, isto é, inserir as famílias nas atividades educativas. Tratou-se de um estudo de natureza qualitativa, com uma análise compreensiva e descritiva, a partir de estudo bibliográfico e

documental, sobre aspectos básicos de Educação de Infância no apoio as crianças em momento de pandemia.

A pesquisa considerou como proposta de ações que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças nesta fase de pandemia de Covid-19, as seguintes:

- a) Oferecer confiança à criança em correspondência com as suas emoções, de modo que perceba que é natural ter diferentes sentimentos como entusiasmo, preocupação e medo;
- b) Dizer a criança que o regresso às instituições infantis lhe vai possibilitar o reencontro com os educadores e demais crianças;
- c) Preparar as crianças de forma singela, sobre as mudanças que devem assumir ao permanecerem na instituição infantil, reforçar as diferenças que existirão na sistematicidade da lavagem das mãos e outros aspectos de higiene e distanciamento;
- d) Reestabelecer no lar as rotinas que novamente são executadas na instituição infantil para contribuir para o equilíbrio emocional da criança; reservar um tempo extra para falar, brincar e apoiar a criança após o retorno a casa no final do dia, sabendo dos seus gostos e preocupações no processo educativo.

Os projetos desenvolvidos pela Faculdade de Serviço Social na vigência da pandemia de Covid-19, em Angola, foram um grande desafio para profissão, pois, tiveram uma grande importância, na medida em que, procuraram contextualizar a situação junto das comunidades, por meio de estudos e pesquisas com os grupos-alvo.

A pandemia de Covid-19 evidenciou uma crise sem precedentes, no desenvolvimento integral das crianças, cujos efeitos negativos só serão minimizados, na medida em que existir um trabalho conjunto entre os educadores e encarregados de educação.

A iniciativa da realização das pesquisas no contexto pandémico serviu de estímulo e compreensão da realidade social de diferentes grupos sociais, conhecendo o seu modo de vida, o que terá estimulado os pesquisadores na realização de estudos futuros, em comparação ou aproximação dos diferentes momentos, na vigência ou ausência de fenómenos análogos.

Pensamos ter sido uma iniciativa de extrema importância e um desafio enorme para o Serviço Social, pensada e materializada, num contexto de grandes contradições e transformações da vida económica e social do país, em particular, e do mundo em geral, onde a ciência é desafiada a realizar ações do género para despertar, educar e promover o desenvolvimento de cuidados e medidas que protejam a vida humana.

O projeto implementado enquadrou-se no âmbito da investigação científica, que é uma das três dimensões do Subsistema de Ensino Superior, onde se destaca o ensino e a extensão universitária, como forma de contribuir à melhoria das questões sociais, no sentido de trazer informações e conhecimentos sobre as implicações desta pandemia, no seio da sociedade e, sobretudo, nos grupos mais vulneráveis, entre os quais, as mulheres vendedoras de sexo, os jovens lavadores de carros, os bebés em fase de amamentação e, o confinamento de crianças em idade pré-escolar.

Os resultados da pesquisa terão contribuído na percepção do fenómeno, na melhor compreensão do impacto da COVID-19 na vida das pessoas, como seres sociais, e a reflexão em relação às políticas sociais dos grupos sociais em condições de vulnerabilidade, cujo trabalho se cingiu no estudo *in loco* da realidade social, na Província de Luanda, durante a pandemia.

A 1ª Jornada Científica Estudantil foi o resultado de uma pesquisa desenvolvida pelos estudantes, sob orientação dos Professores, com várias temáticas de âmbito social, cuja obra publicada teve como título “O Serviço Social e a Educação de Infância como um projecto de desenvolvimento humano” (Filho; Muondo; Roa, 2021), com dois eixos temáticos, sendo um para cada curso, nomeadamente:

Eixo temático I: O pensamento pedagógico e a sua vinculação ao desenvolvimento do processo educativo da educação pré-escolar;

Eixo temático II: O Serviço Social na infância: Desafios e perspectivas.

O primeiro eixo temático I foi subdividido por 4 (quatro) temáticas, desenvolvidas pelos respectivos autores, conforme descrição seguinte.

Temática 1: A influência da inclusão de crianças autistas de 4 anos idade no processo educativo: O caso do jardim-escola Casa Inglesa

Pesquisadores: Geovânia Manuel Macoza (Estudante); Zita Quimuanga Ngola Malungo (Estudante); Milagros de la Caridad Rodríguez Blanco (Docente).

Esta temática procurou compreender a influência da inclusão no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças autistas, dos 4 anos de idade nos centros infantis educacionais, com a mediação dos educadores e dos encarregados de educação. A metodologia de estudo assentou numa abordagem qualitativa, articulada pelos métodos indutivo e dedutivo; oral, visual, prático e lúdico. Para a recolha de dados, recorreu-se à observação, à entrevista padronizada e ao questionário.

O estudo concluiu que, ao ingressar no centro educacional, a criança com espectro autista encontra uma série de dificuldades que passam, igualmente, a fazer parte da vida do

educador e da escola, como um todo. Nesta lógica, o educador precisa de saber potencializar a autonomia, criatividade e comunicação dos alunos. Uma maneira de melhorar a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessas contingências trazidas pela criança é promover a sua inclusão educativa.

Temática 2: A estimulação físico-motora como potenciadora da zona de desenvolvimento proximal de crianças da pré-escola

Pesquisadores: Alberto Sacato Sopite (Estudante); Marcos Sebastião (Estudante); Taimara Roa (Docente).

O estudo realizado teve como finalidade compreender, de que forma, a estimulação físico-motora pode potenciar a Zona de Desenvolvimento Proximal das crianças, em educação pré-escolar, a partir de atividades concebidas, segundo o modelo pedagógico sócio-construtivista de Vygotsky (2007). Os resultados da pesquisa, feita com recurso a técnicas da metodologia qualitativa, evidenciam que a estimulação físico-motora, nas primeiras idades da vida, nem sempre é plenamente funcional, por ser um procedimento, que pode carecer de melhorias a serem realizadas, especificamente, pelos educadores que são os responsáveis por guiar este processo.

Temática 3: Contribuição dos contos infantis para o desenvolvimento cognitivo das crianças: O caso das crianças de 4 anos do centro infantil os Pequenos Príncipes

Pesquisadores: Felisbina Tomé Pedro Sampaio (Estudante); Leonilde Marta Elias Celestino (Estudante); Edgar Ferreira Mariano Tchikunda (Docente).

Esta temática objectivou avaliar a contribuição dos contos infantis, para o desenvolvimento cognitivo das crianças do Centro Infantil os Pequenos Príncipes, localizado na Centralidade do Kilamba, em Luanda. O estudo segue o modelo de pesquisa qualitativa, usando de uma abordagem descritivo-explicativa, com recurso aos métodos indutivo-dedutivo, análise e síntese. Quanto às técnicas, recorreu-se à observação e a um inquérito por entrevista. O estudo concluiu que, o conto infantil é uma importante ferramenta de instrução, socialização, diversão e desenvolvimento cognitivo das crianças do Centro Infantil os Pequenos Príncipe, pois, ajuda a despertar-lhes o interesse pela leitura, a curiosidade e criatividade, ampliar-lhes o vocabulário, bem como adaptá-las da melhor forma ao meio ambiente.

Temática 4: A influência dos recursos didácticos no desenvolvimento da linguagem oral de crianças de três anos de idade: O caso do centro infantil os Pitruquinhas

Pesquisadores: Jocátia Fernando (Estudante); Mengui Muanza (Estudante); João Manuel Correia Filho (Docente).

O estudo considerou que, o processo educativo na educação pré-escolar deve ser promovido de forma lúdica e prazerosa, através de jogos e brincadeiras, que permitam o desenvolvimento das crianças de maneira integral. Assim, a presente pesquisa visou compreender como os recursos didáticos contribuem para o desenvolvimento da linguagem oral, e para o desenvolvimento integral das crianças de três anos de idade. Por meio do uso destes recursos, estrategicamente pensados e de forma planificada, os educadores poderão ampliar e enriquecer as suas práticas letivas, promovendo a melhoria da aprendizagem das crianças. A pesquisa é essencialmente qualitativa pelas técnicas usadas e por não contemplar tratamento probabilístico dos dados.

O segundo eixo temático compreendeu, 5 (cinco) temáticas distintas, desenvolvidas por estudantes, com apoio dos docentes.

Temática 1: Factores determinantes do trabalho infantil no Bairro da Paz

Pesquisadores: Zilpa Clarice (Estudante); João Manuel Correia Filho (Docente).

Desde os tempos antigos, registaram-se situações de trabalho infantil, que afetaram o desenvolvimento global da criança. Na actual sociedade angolana, sobretudo na província de Luanda, as crianças têm realizado actividades domésticas pesadas, bem como trabalho informal urbano. O artigo apresentado teve por finalidade descrever os factores determinantes do trabalho infantil no bairro da Paz, tendo em conta suas transformações e impacto na vida das crianças. Tratou-se de uma investigação qualitativa, não probabilística (descritiva), tendo como suporte a pesquisa bibliográfica e as técnicas de observação, entrevista e análise documental. A entrevista e a observação permitiram compreender as causas e consequências do trabalho infantil em 15 crianças do bairro da Paz, localizado na província de Luanda. Os resultados da pesquisa demonstram que, nesta comunidade, existe alto índice de trabalho infantil, situação que tem afetado de forma direta o desenvolvimento das crianças, a quem precocemente são atribuídas responsabilidades, como o trabalho de venda ambulante, carregamento de mercadoria, para sustendo dos seus estudos de casa.

Temática 2: A protecção da criança em situação de trabalho infantil exploratório em Angola.

Pesquisadores: Alberto Chimuco (Estudante); Paulino Suquete (Estudante); Calvin Yengabi (Estudante); Bernardino Cuteta (Docente); Garcia Matondo (Docente).

A abordagem da temática objectivou analisar os fatores inerentes à exploração de crianças, em situação de trabalho infantil em Angola. Tratou-se de um breve ensaio de estudo qualitativo do quotidiano angolano. Para o efeito, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à técnica de análise do conteúdo, analisando os vários instrumentos nacionais e internacionais de

que Angola é parte, no que se refere à protecção da criança. Os resultados mostraram que os aspectos subjacentes à prática do trabalho infantil exploratório parecem estar ligados a três (3) fatores de base, entre vários possíveis: (i) pobreza, (ii) iliteracia e, finalmente, à (iii) percepção pela sociedade deste fenómeno como um processo de socialização ou integração da criança na família.

Temática 3: Medidas socioeducativas sobre as crianças em situação de risco

Pesquisadores: Mauro Angelo Augusto (Estudante); Miguel Jorge (Estudante); Bernardino Cuteta (Docente).

O trabalho abordau, especificamente, as medidas socioeducativas sobre as crianças em situação de rua. Num primeiro momento, procurou trazer em atenção alguns conceitos de risco, situação de risco, pobreza, vulnerabilidade social, exclusão social, com base em diferentes autores. Posteriormente, apresentou a situação das crianças e adolescentes em situação de risco/rua, as tipologias dos maus tratos desde o físico, o psicológico e o abandono, os instrumentos internacionais, regionais e nacionais sobre a protecção da criança e, finalmente, fez-se uma reflexão sobre as crianças em situação de rua, em época pandémica de Covid-19 e o posicionamento do Serviço Social, face a temática.

Temática 4: O papel do Assistente Social na educação da primeira infância

Pesquisadores: Feliciane Neves Teca (Estudante); Cláudio André Manuel (Estudante); Daniel Luciano Muondo (Docente).

O ensaio aborda o papel do Assistente Social na educação da primeira infância, no contexto de ensino pré-escolar angolano. Trata-se de uma abordagem teórica, assente na pesquisa bibliográfica. Assume-se, aqui, que a primeira infância é a fase da vida que determina o rumo de desenvolvimento de qualquer país, tendo em conta o modo como as crianças são integradas no processo educativo, bem como as condições que se lhes proporcionam, para uma aprendizagem cuidada e segura, capaz de lhes transformar as vidas quando adultas.

O Serviço Social, enquanto profissão que possui um carácter interventivo na vida das pessoas, partindo da compreensão da sua realidade e necessidades, corresponde, para a criança, ao conhecimento do seu meio, desde o contexto familiar, até às condições de crescimento e de aprendizagem. Deste modo, assume-se como o processo de direccionamento da criança à área educativa inicial, bem como o seu respectivo encaminhamento, para os subsequentes estágios de ensino e aprendizagem.

Temática 5: O contributo do assistente social nas famílias no acesso ao registo de nascimento a crianças

Pesquisadores: Leonel Dombele Manuel (Estudante); Rosa Elsa Segunda Santareno (Estudante); Vicência Ofélia de Carvalho Ferreira (Docente).

Tendo por base a premissa de que o Assistente Social é um profissional que luta pela defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça social, bem como a efectivação dos direitos sociais constitucionalmente consagrados, contribuindo para o acesso dos cidadãos a eles, o trabalho objetiva analisar as características do registo civil das crianças, tendo em conta a legislação angolana vigente, destacando a participação deste profissional nesse processo.

A abordagem assenta no método indutivo-dedutivo, análise e síntese, tendo por base a técnica de observação; trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, consubstanciada numa abordagem descritiva e explicativa. O estudo concluiu que, as políticas do registo de nascimento estão cada vez mais próximas do cidadão, exemplificando-se as maternidades, que, pela natureza dos seus serviços, congregam famílias e acabam por ser pontos de encontro dos sujeitos beneficiários. Não obstante, ao que fica analisado, o referido serviço carece de maior propagação, em igual medida, e efectivação deste direito, inerente às crianças, desde tenra idade.

Tanto a Xª Jornada Científica, quanto as Iª Jornada Científica Estudantil, da Faculdade de Serviço Social mereceram um ato de apresentação pública, com a publicação em Livros de Actas dos dois eventos, tratando-se, por isso, de duas obras literárias.

Foi também, durante a vigência da pandemia de Covid-19 que, pela primeira vez, a Faculdade de Serviço, em mais de 10 de existência, editou o seu primeiro número da Revista Científica denominada “Realidade Social”, da qual, é Editor-Adjunto, o autor desta Tese.

Foi também, durante a vigência da pandemia de Covid-19 que, pela primeira vez, a Faculdade de Serviço, em mais de 10 de existência, editou o seu primeiro número da Revista Científica denominada “Realidade Social”, da qual, é Editor-Adjunto, o autor desta Tese.

A formação profissional em Serviço Social no contexto de pandemia da Covid-19, em Angola, ficou marcada com inúmeros desafios, desde a necessidade de afirmação da categoria dos/das Assistentes Sociais, no estudo da problemática, o processo de supervisão académica e de campo, com a ausência, desistência dos estudantes e negação da orientação pelos supervisores de estágio, a falta de preparação das Instituições de Ensino Superior na criação de condições para o enfrentamento do fenómeno.

Há, a considerar alguns aspectos, que impactaram o estágio supervisionado em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial no contexto de pandemia da Covid-19. A formação de assistentes sociais está imersa no cenário de profundas mudanças nas universidades públicas, incluindo a introdução do Ensino Remoto Emergencial.

Após um ano de pandemia, esse processo não se alterou e, para a ABEPSS, o ponto de partida para um debate sobre ERE deve ser as profundas mudanças em curso decorrentes da crise estrutural do capital, agudizadas pela crise sanitária da pandemia da Covid-19, com fortes impactos na vida de docentes, discentes, servidoras/es técnico-administrativas/os e trabalhadoras/es terceirizadas/os. Essa reflexão não pode estar limitada ao acesso à internet ou à disponibilidade de equipamentos. É preciso considerar um conjunto de questões que impactam o processo de aprendizagem, como o agravamento da precarização do trabalho (uberização, informalidade e terceirização); o desemprego e a redução de salários; e o fato de que 90% das estudantes de Serviço Social no país são mulheres, das quais mais de 70% são trabalhadoras que têm dificuldades provocadas pela pandemia, tanto econômicas quanto emocionais, combinadas com as múltiplas jornadas remuneradas e domésticas. O ensino remoto apresenta limites pedagógicos na interação entre os diversos sujeitos no processo de ensino-aprendizagem, agravados pelo contexto acima caracterizado (ABEPSS, 2021, p. 4).

A pandemia de Covid-19 impactou nas estruturas política, econômica e social, com a precarização do sistema de governação, que obrigou a profundas mudanças, resultantes de uma crise macroeconômica, incluindo os serviços educativos. Esta situação teria levado, por exemplo, a diminuição da força de trabalho, ao consequente aumento do desemprego, às dificuldades no acesso à saúde, ao abrigo, a alimentação e outras formas de assistência social. No campo educativo, torna-se importante assinalar o Ensino Remoto Emergencial, que surge como tentativa de resposta ao processo de ensino aprendizagem.

A conjuntura atual exige de assistentes sociais posicionamentos ético-políticos em relação à complexa realidade e, sobretudo, que contribua com a população, por meio de conhecimentos que auxiliem na construção de ações que promovam enfrentamento às expressões da questão social agudizadas pela pandemia de covid-19. Visibilizar o contexto de gestão pública neoliberal, antirrepublicano, antidemocrático de cariz 208 neoconservador, que visa a desconstrução dos direitos sociais, econômicos e políticos e que amplia a desigualdade racial no interior da classe trabalhadora é preponderante para a formulação de respostas profissionais que pavimentem a equidade social. Tal como muitos outros trabalhadores/as, os/as assistentes sociais são convocados uma vez mais à formulação de respostas que enfrentem coletivamente as expressões da questão social, potencializadas pela pandemia. No cenário vivenciado, as expressões da questão social se complexificaram de forma desmedida, precarizando as condições de vida e a práxis profissional, exigindo desse profissional uma nova articulação em um contexto de maior exploração do seu trabalho, o atendimento remoto à população (NOZABIELLI; VAZQUEZ; NOGUEIRA, 2022, p. 207).

O estágio em Serviço Social tem uma autoimplicação entre suas dimensões formativas e interventivas e uma dimensão pedagógica, teórico, técnica-política, que constitui o fio condutor da supervisão. Seu processo está inserido na dinâmica da formação profissional, na organização e na gestão do trabalho organizacional. Portanto, sofre os impactos destes modelos. Faz-se necessário pensar seus contornos determinados pela conjuntura histórica e pela atuação dos sujeitos orientados por projetos profissionais, às vezes distintos no plano ético e político, e visualizar os desafios postos em tempos de Ensino Remoto Emergencial.

O reconhecimento dos princípios que fundamentam a formação profissional, nas Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social, em especial, no princípio da

“indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABESS/CEDPSS, 1997, p. 62), é um dos desafios do estágio curricular obrigatório nas Universidades públicas e privadas. Apresentam-se os seguintes impasses: a) ausência de supervisão acadêmica, manutenção das/os estagiárias/os em campo e supervisão de campo presencial ou remota; b) realização da supervisão acadêmica “por aulas remotas”, manutenção de estagiários/as em campo, supervisão direta e presencial do/a supervisor/a de campo (ABEPSS, 2020).

O estágio, ao permitir o desenvolvimento de competências e habilidades, demonstra a capacidade de promover uma cultura de formação contínua, garantindo a continuidade da qualidade de serviços, destinados ao público-alvo. Trata-se, por isso, de um elemento indissociável do processo de supervisão, articulado aos vários componentes curriculares e às demais atividades que compõem o projeto de formação profissional.

A supervisão implica reconhecer claramente o estágio, como atividade pedagógica, que pressupõe ação conjunta entre supervisão acadêmica e de campo, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo ensino aprendizagem, e do desempenho do estudante no desenvolvimento de sua capacidade de investigar, aprender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social.

A realidade social é aqui entendida, como espaço de luta e resistência, de contato direto com o campo de estágio, onde se observa, se constata e se conhece o objeto, analisado nas suas várias dimensões constitutivas, que ao ser apreendido, permite a transformação do sujeito e das diferentes instituições de que faz parte, tendo o Assistente Social como agente congregador e promotor dessas mudanças.

4. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA REALIDADE DE ANGOLA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

O presente capítulo apresenta os resultados da pesquisa do estado da arte, trazendo dados sobre a formação profissional em Serviço Social pelos institutos de Angola, nomeadamente, o Instituto Superior João Paulo II, da Universidade Católica de Angola e a Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda. Faz-se uma análise relacional, com abordagem qualitativa e quantitativa sobre a produção científica das duas instituições dos últimos cinco anos, isto é, de 2017 a 2021, decorrentes da realização de estágio supervisionado em Serviço Social, por um lado.

Por outro, o capítulo traz as experiências de pesquisas desenvolvidas pelos estudantes em diferentes campos de estágios, no contexto da pandemia de Covid-19 em Angola, nas áreas da educação, saúde, serviços penitenciários e envelhecimento. Estas pesquisas são apresentadas na modalidade de TCCs, com uma breve contextualização do campo de pesquisa, desde o tema de abordagem, os aspectos teóricos e metodológicos do estudo e, os resultados analisados, cujas categorias serão analisadas.

As categorias de análise foram, sobretudo, as temáticas de estudo, os campos de pesquisa e as áreas de produção dos Trabalhos de Conclusão de Curso, considerando os anos em que as pesquisas foram realizadas.

As categorias estão imbricadas na investigação proposta pelo método histórico-dialético pois, sintetizam formas, modos de ser, práticas sociais, determinações de existência, processo analíticos e de articulações entre o singular e a totalidade. Evidenciam conteúdos de conhecimento, portanto, são objetivas, reais, pertencem à ordem do ser; constituem-se ontológicos, mas também são reflexivas/ analíticas, porque passaram pelo processo de reflexão e reprodução teórica do real ao nível do pensamento. Octávio Ianni (1986) sinaliza que as categorias expressam um desfecho, sínteses do processo de explicar cientificamente um acontecimento; incute um longo processo reflexivo que acarba a possível explicação do fenómeno que está sendo estudado. É o desfecho de uma reflexão dialética, ou seja, o movimento de identificação e construção de uma categoria exige a reflexão sobre determinada realidade, que é construída, reconstruída e estudada criticamente a fundo. As categorias revelam expressões conceituais do que está em estudo (MARTINELLI; et al, 2019, p. 49).

O estudo, ao analisar as temáticas estudadas a partir do campo de estágio, está em contato com o real, compreendido no contexto em que as pesquisas foram desenvolvidas. Cada pesquisa, por exemplo, encontra-se relacionada com fatos concretos, que evidenciam e fundamentam a discussão dos dados e dos resultados alcançados. Desse modo, começa-se por apresentar os dados relacionados com o número de profissionais formados pelas duas instituições, desde a sua entrada em funcionamento.

4.1 Profissionais formados pelas duas Instituições de Ensino Superior

A formação profissional em Serviço Social, no atual contexto, teve começo pelo Instituto Superior João Paulo II, no ano de 2005, e pela Faculdade de Serviço Social (Ex-Instituto Superior de Serviço Social) no ano de 2010. Os dados dos profissionais formados foram considerados, 4 (quatro) anos após início, em ambas as instituições, fornecidos pelos Departamentos de Assuntos Académicos e de Serviço Social, respectivamente, conforme ilustra a seguinte tabela.

Tabela nº: 5: Distribuição de Assistentes Sociais formados pelas duas IES

Nº	ANO	ISUP JP II	FSS	TOTAL
1.	2008	15	-	15
2.	2009	29	-	29
3.	2010	30	-	30
4.	2011	27	-	27
5.	2012	32	-	32
6.	2013	43	-	43
7.	2014	36	86	122
8.	2015	26	63	88
9.	2016	24	44	68
10.	2017	20	51	71
11.	2018	20	45	65
12.	2019	12	118	130
13.	2020/2021	5	40	45
14.	2021/2022	-	51	51
15.	TOTAL	293	498	791

Fonte: Pesquisa do Autor em Departamentos de Assuntos Académicos e de Serviço Social.

Conforme demonstra a tabela anterior, nas duas instituições no período de 2008 a 2021/2022, concluíram o curso de Serviço Social 791 (setecentos e noventa e um) Assistentes Sociais.

O Instituto Superior João Paulo II, apesar de ter sido o prioneiro na formação de Assistentes Sociais em Angola, apresenta um número inferior de profissionais licenciados, entre 2008 a 2020. O fato de ser uma instituição privada, em que os estudantes frequentam o curso, sob condição de comparticipação, ou pagamento de propinas³ exerce influência na redução do número de Assistentes Sociais formados.

³ Propinas são as taxas pagas pelos estudantes, com um valor financeiro estabelecido pelas instituições de ensino, como condição de participação das aulas.

Outra condição tem que ver, por exemplo, com as dificuldades dos estudantes no acesso as bolsas de estudo interna, onde são impostas exigências próprias, pelo ministério de tutela, no que a apresentação de alguns documentos, por exemplo, diz respeito, para participação nos processos seletivos. A situação de carência econômica e financeira, de muitos jovens, leva a que não consigam uma vaga para frequentar a formação.

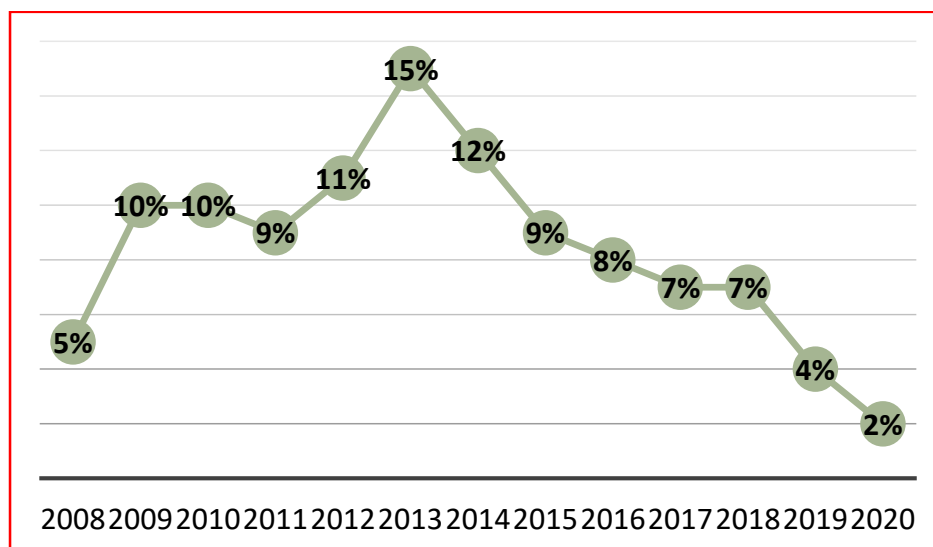
A Faculdade de Serviço Social, instituição pública de ensino superior, apresenta maior número de formados, durante o período analisado, em menos tempo de trabalho. O acesso aos processos seletivos tem uma taxa reduzida do valor financeiro e, durante alguns anos, os estudantes estavam isentos desse pagamento.

O Decreto Presidencial nº 124/20, de 4 de Maio de 2020, aprovou o Regulamento sobre propinas, taxas e emolumentos nas Instituições Públicas de Ensino Superior, que passou a vigorar também, nas instituições públicas, ao mesmo tempo que, incrementou as taxas nas instituições privadas e público-privadas, do ponto de vista percentual.

Nos termos do artigo 8º, compete aos titulares dos Departamentos Ministeriais responsáveis pelos Sectores das Finanças Públicas e do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação proceder, anualmente, a actualização do valor dos emolumentos e propinas nas Instituições Públicas de Ensino Superior, tendo como base os seguintes critérios:

- a) O custo total suportado pelo Estado, por via do Orçamento Geral do Estado, na oferta dos cor-respondentes serviços, sobre o qual incide as seguintes percentagens máximas de comparticipação dos estudantes:
 - i. 10 % do custo anual por estudante do periodo regular ou diurno;
 - ii. 60% do custo anual por estudante do periodo pos-laboral ou noctunio dos cursos de gradual ao;
 - iii. 40% do custo anual por estudante dos cursos de pós-graduação;
- b) A taxa anual de inflação do ano precedente e a prevista para o ano a que incide a actualização, ponderadas pelo peso da educação no Índice de Preços do Consumidor.

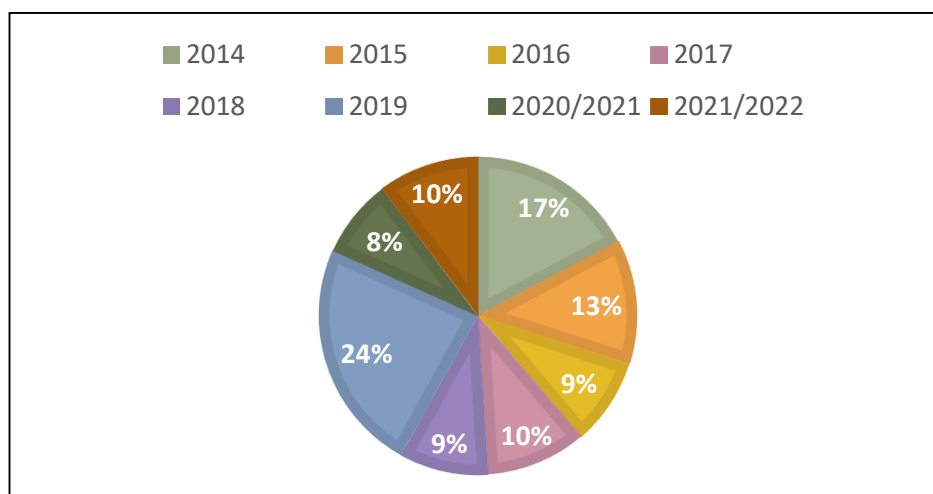
Com a aprovação do Regulamento sobre propinas, taxas e emolumentos nas Instituições Públicas de Ensino Superior, a situação dos estudantes fica ainda mais agravada e dificultada, no acesso à formação graduada, a julgar pelas condições socioeconómicas das famílias.

Gráfico nº 1: Assistentes Sociais formados pelo ISUP JP II

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

O Instituto Superior João Paulo II, de 2008 à 2020, conforme o gráfico anterior, apresenta os resultados de Assistentes Sociais formados, com uma variação de dados, considerada desproporcional, do total de profissionais. O primeiro grupo de formados compreendeu apenas 5% de Assistentes Sociais, situação considerada por ter sido a primeira experiência, após interrupção no período da independência nacional.

Nos anos seguintes, até 2013, houve um aumento significativo de profissionais formados, verificando-se alguma estabilidade e absorção de candidatos ao curso, cujo interesse se tornou evidente. No período seguinte, isto é, de 2014 à 2020, como descrito no gráfico nº 1, o número de candidatos decresceu consideravelmente, fato justificado, também, com a presença do Instituto público.

Gráfico nº 2: Assistentes Sociais formados pela FSS

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

A Faculdade de Serviço Social, então Instituto Superior de Serviço Social de Luanda, destacou-se na formação de Assistentes Sociais, apresentando, desde o início, um número maior de profissionais que terminaram o curso. Do total expresso no gráfico nº 2, no ano de 2014, concluíram o curso 17% profissionais, observando-se, também, algum declínio nos 4 (quatro) anos seguintes. Foi no ano de 2019, que se observou um grande número de profissionais formados em Serviço Social, constituindo-se numa referência para este instituto público de Ensino Superior.

Esta tendência de aumento de quadros formados, ficou contrariada no ano seguinte, onde se verificou o maior declínio, justificado, conforme descrito no terceiro capítulo, com o surgimento e prevalência da pandemia de Covid-19, que obrigou ao cancelamento do ano lectivo, por um lado e, pela consequente alteração do período escolar, por outro.

As duas instituições promovem a formação de Assistentes Sociais, profissionais julgados de grande importância, para o contexto sociopolítico e económico do país, que apresenta um nível acentuado de desigualdades sociais, onde os mesmos necessitam de maior espaço de interação e desenvolvimento da categoria profissional.

4.2 Experiências de pesquisas de iniciação científica realizadas em instituições de estágios entre 2017-2021

Este espaço reserva-se à abordagem, sobre a pesquisa realizada nas duas Instituições de formação de Assistentes Sociais em Angola, buscando os dados nos acervos bibliográficos e documentais dos Departamentos de Serviço Social, com a utilização da metodologia do estado da arte, que serviu para definição das categorias de análise. Esta metodologia, pela sua natureza, permitiu a coleta de dados nos Departamentos de Serviço Social e Acadêmico das duas instituições, baseando-se nos arquivos existentes, onde foram extraídos os dados, que constituíram a síntese dos resultados apresentados nos seguintes quadros.

Tanto por uma instituição, quanto na outra, o acesso aos Trabalhos de Conclusão de Curso foi realizado com alguma dificuldade, a julgar pela necessidade de uma autorização pelos seus responsáveis, ou ainda, delegando responsabilidades a funcionários dos respectivos Departamentos. Em geral, os dados extraídos foram: o Título do TCC; Nome do (s) Autor (es); Nome do Orientador; Campo de Pesquisa; Ano de defesa do TCC; e Área de produção.

No presente estudo, por questões de ética, são omitidos os nomes dos autores e dos respectivos orientadores, apesar de se tratar de trabalhos já apresentados publicamente, que dispensam o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e, os resultados são apresentados por instituição, de acordo com o ano de produção do TCC.

4.2.1 Distribuição das temáticas estudadas pelo Instituto Superior João Paulo II

A pesquisa pelo Instituto Superior João Paulo II compreendeu o período de 4 (quatro) anos, isto é, de 2017 à 2020, cujos resultados são apresentados por quadros, sendo resumidos, a seguir, por gráfico. As categorias analisadas, que compreendem as temáticas de estudo, o campo de pesquisa, traduzidas nas áreas de produção, foram, sobretudo, a educação, saúde, sociedade, família, o empreendedorismo, a assistência social, as empresas, a sociojurídica e, o meio ambiente.

Quadro nº 20: Temáticas estudadas no ISUP JP II no ano de 2017

Nº	Título do TCC	Campo de Pesquisa	Área de Produção
1.	O bullying e a sua relação no processo de ensino aprendizagem escolar do aluno-Complexo Escolar Santa Ana	Complexo Escolar Santa Ana – Kilamba Kiaxi	Educação
2.	O papel do Assistente Social na contribuição do sucesso escolar na escola nº2001 – Centralidade do Kilamba	Escola nº 2001 – Centralidade do Kilamba	Educação
3.	O impacto social do casamento precoce na vida das adolescentes: O caso do Bairro Lomanda, Katabola-Bié	Bairro Lomanda – Bié	Família
4.	O idoso institucionalizado e as suas representações: O caso do Lar Rainha Nhakatolo Tchissengo - Luena	Lar Rainha Nhakatolo Tchissengo – Luena - Moxico	Família/idoso
5.	As adolescentes e a baixa auto-estima: Caso do Centro de Acolhimento de meninas Horizonte Azul - Cameha	Centro de Acolhimento de meninas Horizonte Azul - Viana	Sociedade Civil
6.	Participação e género: Uma reflexão sobre as mulheres das Associações da Catata – Caála - Huambo	Catata – Caála – Huambo	Sociedade
7.	O papel da agricultura familiar no desenvolvimento socioeconómico das famílias no município da Kibala	Município de Kibala – Kuanza Sul	Meio ambiente
8.	Registo de Nascimento: Uma porta para cidadania (O caso do bairro Bomba)	Bairro Bomba – Bié	Sóciojurídico/Criança

Fonte: Síntese elaborada pelo Pesquisador em Departamento de Serviço Social.

O quadro anterior apresenta a distribuição das temáticas segundo a área de produção, sendo 2 (dois) na área da educação, 2 (dois) na família, 2 (dois) na sociedade, 1 (um) no meio ambiente e, 1 (um) na área sociojurídica em relação a criança.

Quadro nº 21: Temáticas estudadas no ISUP JP II no ano de 2018

Nº	Título do TCC	Campo de Pesquisa	Área de Produção
1.	Serviço Social escolar: O caso do Instituto Nacional de Petróleos - Sumbe	O caso do Instituto Nacional de Petróleos - Sumbe	Educação
2.	A prática sexual na adolescência e o papel da educação sexual: O caso da escola do I Ciclo do Ensino Secundário Nini Ya Lukeni	Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Nini Ya Lukeni	Educação
3.	Dificuldades de aprendizagem: Caso dos alunos do Instituto Nacional de Petróleos	Instituto Nacional de Petróleos	Educação
4.	Os desafios das famílias na educação escolar dos alunos com necessidades educativas especiais: o caso do Complexo Escolar do Ensino Especial do Rangel	Complexo Escolar do Ensino Especial do Rangel	Educação
5.	O atendimento dos utentes nos Centros de saúde de Luanda: O caso do Centro de Saúde de Viana I	Centro de Saúde de Viana I	Saúde
6.	O trabalho intersectorial do Assistente Social nas FAA: Caso do Centro Médico da Unidade de Apoio do Estado Maior General	Centro Médico da Unidade de Apoio do Estado Maior General	Saúde
7.	Violência contra a criança: O caso do bairro Chingo - Sumbe	Bairro Chingo – Sumbe – Kuanza Sul	Família
8.	Os desafios do Centro de Acolhimento Arnald Jansen na educação dos adolescentes	Centro de Acolhimento Arnald Jansen na educação dos adolescentes	Institucionalização / Família
9.	A visão dos jovens do município do Cazenga sobre a importância do empreendedorismo no combate ao desemprego juvenil	Município do Cazenga – Luanda	Empreendedorismo juvenil
10.	A formação técnico-profissional no combate ao desemprego: O caso dos jovens inscritos nos cursos ministrados pela Fundação Africana para Inovação do Cazenga	Fundação Africana para Inovação do Cazenga	Empreendedorismo
11.	O papel do Fundo de Apoio Social no emponderamento das famílias residentes em zonas rurais: O caso do projecto de inclusão produtiva do FAS – Cacuanu	Projecto de inclusão produtiva do FAS – Cacuanu	Assistência Social

Fonte: Síntese elaborada pelo Pesquisador em Departamento de Serviço Social.

O quadro anterior apresenta, em resumo, no ano de 2018, um total de 11 (onze) temáticas, sendo 4 (quatro) na área de educação, 2 (duas) na saúde, 2 (duas) na família, 2 (duas) em empreendedorismo e, 1 (uma) temática na área da assistência social.

Quadro nº 22: Temáticas estudadas no ISUP JP II no ano de 2019

Nº	Título do TCC	Campo de Pesquisa	Área de Produção
1.	Os desafios sociais das famílias de crianças com hidrocefalia: O caso dos utentes do CNPCH – Centro Neurocirúrgico de Tratamento da Hidrocefalia	Centro Neurocirúrgico de Tratamento da Hidrocefalia	Saúde
2.	O impacto do planeamento familiar sobre o bem-estar social das famílias atendidas no Centro de Saúde Angobefa	Centro de Saúde Angobefa - Luanda	Saúde
3.	Políticas Sociais para pessoas com deficiência em Angola	Centro de Acolhimento aos Deficientes Físicos – Funda, Cacuaco	Sociedade

Fonte: Síntese elaborada pelo Pesquisador em Departamento de Serviço Social.

Para o ano de 2019, foram estudadas no geral, conforme quadro anterior, 3 (três) temáticas, sendo 2 (duas) na área da saúde e 1(uma) na sociedade.

Quadro nº 23: Temáticas estudadas no ISUP JP II no ano de 2020

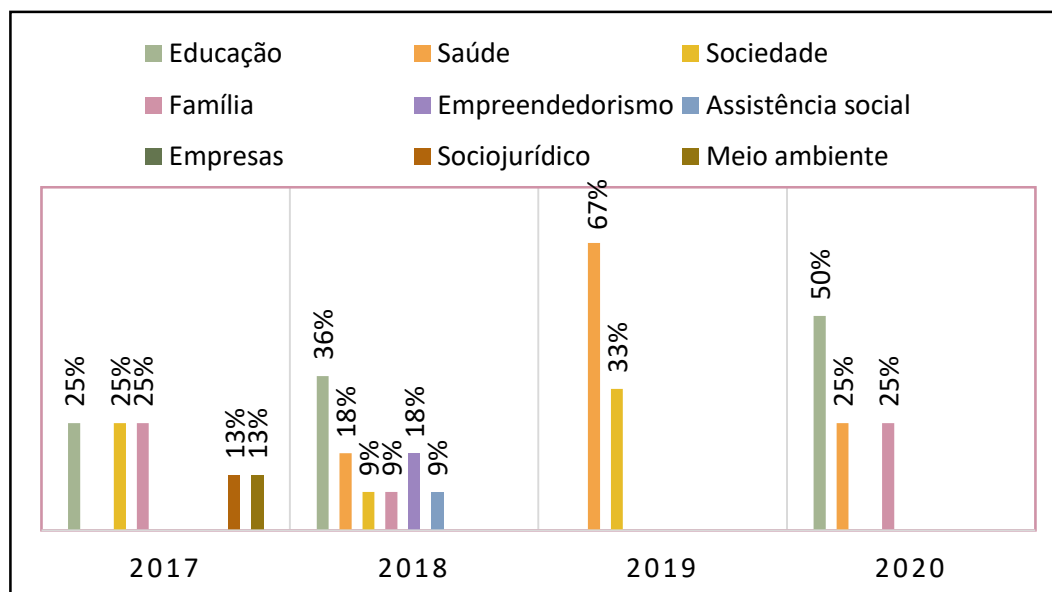
Nº	Título do TCC	Campo de Pesquisa	Área de Produção
1.	A influência da participação da família no desempenho escolar dos filhos: O caso dos alunos da 5ª Turma A do Complexo Escolar Paróquia de Santa Ana	Complexo Escolar Paróquia de Santa Ana	Educação
2.	O acompanhamento escolar dos pais no processo de ensino e aprendizagem: O caso da escola do I Ciclo do Ensino Secundário Nini Ya Lukeni	Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Nini Ya Lukeni	Educação
3.	A importância da consulta pré-natal na prevenção da mortalidade materno-infantil (Centro de Saúde Ana Paula) - Viana	Centro materno-infantil de Saúde Ana Paula - Viana	Saúde
4.	A institucionalização das crianças pelas famílias no Centro Franciscano de Solidariedade	Centro Franciscano de Solidariedade	Família

Fonte: Síntese elaborada pelo Pesquisador em Departamento de Serviço Social.

O ano de 2020, pelo ISUP JP II, apresenta um total de 4 (quatro) temáticas abordadas, distribuídas em 2 (duas) para área da educação, 1 (uma) para a saúde, e 1 (uma) pela família.

Pelo Instituto Superior João Paulo II foram estudadas 26 (vinte e seis) temáticas, entre 2008 à 2020, sendo, 8 (oito) em 2017, 11 (onze) no ano de 2018, 3 (três) em 2019 e, 4 (quatro) em 2020.

Gráfico nº3: Temáticas por produção científica no ISUP JPII entre 2017 à 2020



Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

O gráfico anterior ilustra a produção científica das temáticas estudadas, com base nas áreas de produção, que correspondem aos campos de estágio supervisionado em Serviço Social. Como se pode verificar, por cada ano, a maior produtividade vai incidir na área da educação, com maior expressão percentual, seguida da saúde que, por exemplo, em 2019, superou os outros anos. A área de assistência social demonstra ser a inferior, nos temas abordados, o que revela, uma menor importância, na realização de pesquisas pelos estudantes nessa área.

Isto vai significar que a assistência social, ao ser menos favorecida nas pesquisas dos estudantes, pode ser um sinal indicativo de que, a categoria de Assistentes Sociais ainda não encontra maior expressão, tanto pelas instituições formadoras, quanto pelo Departamento Ministerial, que tutela a acção social em Angola.

Verifica-se, por exemplo que, em muitos projetos desenvolvidos pelo Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher, a figura do Assistente Social não está muito presente, ou seja, é pouco reconhecida, apesar da existência dos diplomas legais, que aprovam a Carreira do Trabalhador Social, sendo primeiro, o Decreto Presidencial nº 188/12, de 21 de Agosto, revogado pelo Decreto Presidencial nº 109/22, de 12 de Maio, ou seja, 10 (dez) anos depois.

4.2.2 Distribuição das temáticas estudadas pela Faculdade de Serviço Social

A pesquisa analisou as temáticas produzidas pela Faculdade de Serviço Social, no período de 2017 à 2021, tendo em conta as áreas de realização do estágio supervisionado. As principais categorias analisadas, traduzidas nas áreas de produção, foram, fundamentalmente, a educação, saúde, sociedade, família, as empresas, a sociojurídica e, o meio ambiente.

Desse modo, são apresentados os resultados, com base na metodologia de estudo da arte, destacando as categorias estudadas.

Quadro nº 24: Temáticas estudadas pela Faculdade de Serviço Social em 2017

Nº	Título do TCC	Campo de Pesquisa	Área de Produção
1.	A influência da gravidez no processo de ensino-aprendizagem das estudantes	Escola Média Técnica No 2084 "30 de Setembro" Comuna do Benfica Bairro Tenda, Município de Talatona-Luanda	Educação
2.	As implicações do uso de bebidas alcoólicas pelos adolescentes no processo de ensino e aprendizagem	Escola Média Técnica No 2084 "30 de Setembro" Comuna do Benfica Bairro Tenda, Município de Talatona-Luanda	Educação
3.	A relação família-escola no processo de ensino-aprendizagem nos alunos da 9ª classe	Escola no 1015 – Distrito Urbano da Samba	Educação
4.	A importância da inclusão da pessoa com deficiência auditiva no mercado de trabalho	Complexo Escolar Mártires do Uganda	Educação
5.	A importância da participação dos encarregados de educação dos alunos no processo de ensino e aprendizagem	Escola Primária No 2067 Km 30	Educação
6.	A Importância da higiene corporal como fator de prevenção e promoção da saúde das crianças	Escola 2082 Bairro Kifica, Município de Belas	Educação
7.	Acções de Assistência Estudantil no ISPTEC	ISPTEC – Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Comunicação	Educação - Ensino Superior
8.	Importância da família no desempenho escolar dos alunos	Escola Média Técnica No 2084, 30 de Setembro, Município de Belas	Educação
9.	A importância da educação ambiental no contexto escolar e o contributo do Serviço Social	Escola Mãe de Deus, No 1014, Ex-1051	Educação
10.	Gestão do Património escolar: Vandalismo e Preservação	Escola Católica São José No 1018	Educação

11.	A relação família-escola no processo de ensino-aprendizagem nos alunos da 8ª Classe	Escola do I Ciclo do Ensino Secundário No 2047, Município de Belas	Educação
12.	A relação família-escola no processo de ensino aprendizagem: Um caso prático nos alunos da 9ª classe	Escola nº 1015 – Ex-1029 – Samba	Educação
13.	A violência na escola: Caso do alunos do Ensino Primário e I Ciclo	Escola Primária e do I Ciclo nº 2082 – Bairro Kifica, Município de Belas	Educação
14.	Relação família-escola no processo de aprendizagem	Escola 2004, Lueji Anconda – Centralidade do Kilamba	Educação
15.	Promoção das atividades educativas para a saúde na educação	Escola 2067 – Km 30, Comuna do Benfica	Educação
16.	As implicações do uso de bebidas alcoólicas pelos adolescentes no processo de ensino e aprendizagem	Escola Média Técnica 2084, Benfica – Bairro Tendas	Educação
17.	Gestão do Património Escolar: Vandalismo e Preservação	Escola Católica São José Nº 1018	Educação
18.	O papel do Assistente Social na unidade hospitalar no acompanhamento e tratamento de pacientes com Anemia Falciforme	Hospital Pediátrico David Bernardino	Saúde
19.	A problemática da humanização nos serviços de saúde: Estudo de caso do Banco de Urgência de Adultos do Hospital Municipal de Viana, Kapalanga	Banco de Urgência de Adultos do Hospital Municipal de Viana, Kapalanga	Saúde
20.	O papel do Assistente Social no apoio aos pacientes desistentes no tratamento de tuberculose: Um caso prático dos pacientes do Hospital David Bernardino	Hospital David Bernardino	Saúde
21.	O contributo dos Assistentes Sociais na humanização dos serviços de internamento hospitalar	Hospital Geral dos Cajueiros	Saúde
22.	As implicações sociais da gravidez na vida das adolescentes	Hospital Geral de Luanda, Kilamba Kiayi	Saúde
23.	Maternidade na adolescência: um estudo sobre as suas causas e consequências na vida das utentes (de 12 a 19 anos)	Maternidade da Samba	Saúde
24.	A prostituição como problema social: Estudo de caso Distrito Urbano da Cidade Universitária	Cidade Universitária	Sociedade
25.	O papel da instituição de acolhimento no processo de reinserção sociofamiliar das crianças de rua	Centro CIC Kizito	Sociedade
26.	Factores determinantes do trabalho infantil: O caso do Mercado do Kifica	Mercado do Kifica	Sociedade
27.	Proposta de um Programa de Intervenção Comunitária orientado à diminuição das indisciplinas sociais nos	Comunidade do Sossego	Sociedade

	jovens da Comunidade “Sossego” de Luanda		
28.	Abuso sexual a menores de 1 à 17 anos	Sala da família e promoção da mulher no Distrito Urbano do Kilamba Kiayi	Família
29.	Abuso sexual à menores de 1 à 17 anos de idade	Sala de Família e Promoção da Mulher do Kilamba Kiayi	Família
30.	Serviço Social no Contexto Empresarial: Suas responsabilidades e contributos	ODEBRECHT; E & C e SONANGOL E-P	Empresas

Fonte: Síntese elaborada pelo Pesquisador em Departamento de Serviço Social.

A pesquisa realizada traz os resultados das temáticas abordadas no ano de 2017, onde foram constatadas as áreas de produção e os campos, com fundamento nos estágios supervisionados em Serviço Social. Desse modo, foram 30 (trinta) as temáticas estudadas, por meio de TCC, em diferentes áreas, assim consideradas: 18 (dezoito) na educação; 6 (seis) na saúde; 4 (quatro) na sociedade; 2 (duas) na família; 1 (uma) em empresas, respectivamente. A área da educação predominou, sucedida pela saúde.

Quadro nº25: Temáticas estudadas pela Faculdade de Serviço Social em 2018

Nº	Título do TCC	Campo de Pesquisa	Área de Produção
1.	O papel da família no processo de ensino e aprendizagem para o sucesso escolar nos alunos da 4ª classe	Escola nº 2082 – Kifica	Educação
2.	Absentismo escolar dos estudantes da 10ª e 11ª classe do Instituto de Formação da Administração Local - IFAL	Instituto de Formação da Administração Local – IFAL	Educação
3.	O papel dos pais na educação dos petizes	Escola Nº 2018 – Chimbicado	Educação
4.	A interacção familiar no processo de ensino aprendizagem	Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Nº 2095 - Patriota	Educação
5.	A importância do Assistente Social na Educação como mediador na relação interpessoal entre a escola e a família	Colégio Sociedade Firmino	Educação
6.	Causas e consequências do Bullying no processo de ensino-aprendizagem entre adolescentes	Complexo Escolar Nº 8023, Ex-1212, Palanca	Educação
7.	A influência do Fenómeno Bullying no desempenho escolar dos alunos	Escola Sagrada Esperança – Centralidade do Kilamba	Educação
8.	A influência dos pais/encarregados de educação no processo de ensino e aprendizagem dos seus educandos	Escola do Ensino Primário e I Ciclo nº 2082 - Kifica	Educação
9.	O papel da família no processo de ensino e aprendizagem dos filhos da 3ª classe	Escola 1014 Ex-1051 Mãe de Deus	Educação
10.	A intervenção educativa Do Assistente Social na escola	IFAL	Educação

11.	A gravidez precoce e suas consequências no processo de ensino e aprendizagem a luz do Serviço Social	Escola Nº 9041 Ex-2059, Município de Talatona	Educação
12.	A relação família escola no processo de ensino e aprendizagem	Escola 2004 Centralidade do Kilamba	Educação
13.	A violência na escola	Escola Povo e Luta Nº 1010, Distrito Urbano da Samba	Educação
14.	Menores consumidores de drogas na escola	Escola 2082 Kifica Município de Belas	Educação
15.	Factores do insucesso escolar e a participação do Assistente Social na sua redução	Escola Sagrada Esperança Nº 2001 Centralidade do Kilamba	Educação
16.	A participação dos encarregados de educação no processo de ensino e aprendizagem	Colégio Luizany, Bairro Mundial	Educação
17.	A importância do Serviço Social na motivação do processo de ensino e aprendizagem nas classes iniciais	Escola Missionária do Ensino Primário e Iº Ciclo Nº 261 Arnald Jansen	Educação
18.	A implicação do insucesso escolar nos adolescentes	Escola do Iº Ciclo 2001 Sagrada Esperança Centralidade do Kilamba	Educação
19.	A importância do funcionamento das Comissões de Pais e Encarregados de Educação nas Escolas e o seu contributo na melhoria do rendimento escolar dos alunos da 5ª Classe	Complexo Escolar Nº 2082 – Kifica	Educação
20.	O fraco aproveitamento dos alunos da 4ª Classe com Necessidades Educativas Especiais	Complexo escolar nº 2022 Dom Alves de Pinho	Educação
21.	A necessidade da formação de atitudes integradoras na formação da personalidade dos estudantes	Instituto Médio de Administração da Centralidade do Kilamba	Educação
22.	Causas e consequências do consumo de bebidas alcoólicas no processo de ensino e aprendizagem entre os adolescentes	Escola do Iº Ciclo do Ensino Secundário Nº 2095 Lar Patriota	Educação
23.	As implicações de abandono escolar na vida social e económica dos adolescentes	Escola S. Domingos Sávio, Bairro Mbondo Chapé	Educação
24.	Factores influentes da pobreza: Um estudo de caso da realidade dos moradores do bairro Mutamba	Bairro Mutamba, Município de Viana - Luanda	Sociedade
25.	O consumo de bebidas alcoólicas na adolescência e o seu impacto no processo de ensino e aprendizagem	Bairro Chinguar	Sociedade
26.	Causas das dificuldades da inclusão da pessoa com deficiência no Porto de Cabinda	Bairro Resistência – Município de Cabinda	Sociedade

27.	Integração sócio-comunitária da Terceira Idade	Distrito de Ramiros	Sociedade
28.	A desigualdade social como fator influente da delinquência juvenil no bairro da Mutamba	Bairro da Mutamba, município de Viana	Sociedade
29.	O papel do Assistente Social na inclusão da pessoa deficiente auditivo no Mercado de Trabalho	Lar Força de Vontade Zango III – Viana	Sociedade
30.	Institucionalização de crianças em situação de risco	Casa Gaiato de Malanje	Sociedade Civil
31.	Os factores determinantes do trabalho infantil	Bairro da Paz, Distrito Urbano da Cidade Universitária - Talatona	Sociedade
32.	O papel do Assistente Social no processo de reintegração familiar dos adolescentes em situação de risco: Caso da Rede Salesiana de Dom Bosco e Centro de Acolhimento de Crianças Arnald Jansen	Rede Salesiana de Dom Bosco e Centro de Acolhimento de Crianças Arnald Jansen	Sociedade
33.	O desemprego juvenil em Luanda	Bairro da Camuxiba	Sociedade
34.	O papel do Assistente Social na área Materno-Infantil	Maternidade Lucrecia Paim	Saúde
35.	Serviço Social na saúde: o papel do Assistente Social na reintegração sócio-familiar dos pacientes cirúrgicos pós-alta do Hospital Josina Machel	Hospital Josina Machel	Saúde
36.	O papel da família no acompanhamento de crianças com desnutrição	Hospital Pediátrico David Bernardino, Luanda - Maianga	Saúde
37.	O Serviço Social e a Saúde: Um estudo sobre os acompanhantes dos pacientes internados junto do Hospital Geral de Luanda	Hospital Geral de Luanda	Saúde
38.	O abuso do consumo de bebidas alcoólicas por parte dos pais e suas consequências na família	Bairro Prenda - Luanda	Família
39.	Factores que contribuem à violência doméstica contra a mulher	Bairro Golf 1 Município do Kilamba Kiaxi	Família
40.	A saúde mental do idoso em Luanda	Lar de 3ª Idade Beiral de Luanda	Família/ Envelhecimento
41.	A importância da actuação do Assistente Social em acções de preservação ambiental	ISSS	Meio ambiente

Fonte: Síntese elaborada pelo Pesquisador em Departamento de Serviço Social.

O ano de 2018 apresenta um aumento na produção do conhecimento científico, com um total de 41 (quarenta e uma) temáticas estudadas. A área da educação destaca-se com 23 (vinte e três) temáticas; a sociedade com 10 (dez); a saúde com 4 (quatro); a família com 3 (três) e, o

meio ambiente com apenas 1 (uma) temática. A maior incidência foi encontrada na educação e, a seguir, na sociedade.

Quadro nº 26: Temáticas estudadas pela Faculdade de Serviço Social em 2019

Nº	Título do TCC	Campo de Pesquisa	Área de Produção
1.	O impacto do Bullying no processo de ensino e aprendizagem nos alunos da 7ª Classe	Escola 2001 Sagrada Esperança – Centralidade do Kilamba	Educação
2.	A influência dos factores psicossociais do insucesso escolar	Instituto Médio Politécnico Pascoal Luvualu – Palanca	Educação
3.	Insucesso escolar nas zonas rurais	Escola Primária Nº 6047 Icolo e Bengo - Barraca	Educação
4.	A família e escola: Uma relação vital no processo de inserção social do aluno	Escola do 1º Ciclo Pedro de Castro Van-Dúnem Loy Nº 5037 - Viana	Educação
5.	A importância da relação família-escola no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da 7ª Classe	Escola 2001 Sagrada Esperança – Centralidade do Kilamba	Educação
6.	A relação família-escola no processo de ensino/aprendizagem dos alunos da 8ª Classe	Escola do 1º Ciclo do Ensino Secundário nº 2047 Município de Belas	Educação
7.	A influência das tecnologias de informação e comunicação na transformação social dos alunos	Escola Nº 2003 – 14 de Abril, Município de Belas, Distrito Urbano do Kilamba	Educação
8.	O impacto do Bullying no processo de ensino e aprendizagem nos alunos da 7ª Classe	Escola 2001 Sagrada Esperança – Centralidade do Kilamba	Educação
9.	A influência dos factores psicossociais do insucesso escolar	Instituto Médio Politécnico Pascoal Luvualu – Palanca	Educação
10.	A família e escola: Uma relação vital no processo de inserção social do aluno	Escola do 1º Ciclo Pedro de Castro Van-Dúnem Loy Nº 5037 - Viana	Educação
11.	A importância da relação família-escola no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da 7ª Classe	Escola 2001 Sagrada Esperança – Centralidade do Kilamba	Educação
12.	A relação família-escola no processo de ensino/aprendizagem dos alunos da 8ª Classe	Escola do 1º Ciclo do Ensino Secundário nº 2047 Município de Belas	Educação
13.	A Alfabetização como processo de integração social	Centro Socioprofissional Auxiliadora - CESA	Educação
14.	O Assistente Social face à problemática do abandono escolar	Complexo Escolar João Piamarta Nº 8015	Educação
15.	O impacto do Bullying nas escolas de Luanda: Uma visão do Assistente Social a partir da escola	Complexo Escolar João Piamarta Nº 8015	Educação

16.	Gravidez na adolescência: Causas e consequências nos alunos da 7ª e 8ª Classe dos 13 aos 17 anos de idade	Escola 11 de Julho Centralidade do Kilamba	Educação
17.	O desempenho do Assistente Social no processo de ensino-aprendizagem: Estudo de caso dos encarregados de educação	Escola do Ensino Primário Nº 2004 Lueji Ankonda – Centralidade do Kilamba	Educação
18.	Factores do abandono escolar	Escola Nº 323 – Cerâmica/ Libongos – Bengo	Educação
19.	O índice de reprovação no sistema de ensino e aprendizagem nos alunos da 2ª Classe e contributo do Serviço Social na sua redução	Complexo Escolar 2082 Kifica, Comuna do Benfica, Município de Talatona	Educação
20.	Bullying no processo educativo dos alunos nas escolas públicas	Complexo Escolar Nº 9009 - AJAPRAZ	Educação
21.	O impacto do Bullying no rendimento escolar de alunos adolescentes	Escola Branca Nº 8052	Educação
22.	O absentismo dos pais e encarregados de educação no processo educativo	Colégio Ambival – Kilamba Kiaxi	Educação
23.	Estudo sobre os principais factores de desistência dos pacientes com tuberculose numa perspectiva do Serviço Social	Hospital David Bernardino	Saúde
24.	A importância da intervenção social no sector hospitalar: Um estudo realizado a partir do sistema interventor e utente	Hospital Josina Machel	Saúde
25.	O contributo do Assistente Social na garantia dos direitos e deveres dos utentes no serviço de internamento hospitalar	Enfermaria de Infectologia do Hospital Josina Machel	Saúde
26.	O contributo do Assistente Social na humanização dos serviços hospitalares públicos de Luanda	Hospital Geral de Luanda	Saúde
27.	O contributo do Assistente Social na humanização dos serviços hospitalares públicos de Luanda	Hospital Geral de Luanda	Saúde
28.	O abandono familiar da pessoa idosa nos Lares de 3ª Idade	Lar Ondjuvo-Yeto – Mocâmedes, Namibe	Família
29.	A problemática do consumo de bebidas alcoólicas entre as mulheres do município de Viana	Distrito Urbano da Estalagem, Bairro Mamã Gorda - Viana	Sociedade

Fonte: Síntese elaborada pelo Pesquisador em Departamento de Serviço Social.

O estudo demonstra que, no ano de 2019, ao contrário do anterior, há uma redução da produção científica. O quadro anterior ilustra um total de 29 (vinte e nove) temáticas estudadas, no âmbito do estágio supervisionado em Serviço Social, assim, consideradas, nas seguintes

áreas: 22 (vinte e duas) na educação; 5 (cinco) na saúde; 1 (uma) na família; e, 1 (uma) na área da sociedade. Todavia, a educação demonstra ser a área mais estudada.

Quadro nº 27: Temáticas estudadas pela Faculdade de Serviço Social em 2020

Nº	Título do TCC	Campo de Pesquisa	Área de Produção
1.	A prevenção do HIV/SIDA a partir do conhecimento dos alunos: Uma proposta do Serviço Social na Adolescência	Escola 2095 Lar Patriota	Educação
2.	Responsabilidade de Encarregados de Educação no Desempenho Escolar dos alunos	Complexo Escolar Nº 9015/Chimbicado 2018	Educação
3.	Os factores determinantes do Insucesso escolar dos alunos: Uma visão dos alunos e professores do Liceu 394 da Barra do Dande	Liceu 394 da Barra do Dande	Educação
4.	O contributo do Serviço Social na prevenção da gravidez precoce	Escola do I Ciclo do Ensino Secundário 2004 do Distrito Urbano do Kilamba, município de Belas	Educação
5.	Causas da Reincidência da gravidez na adolescência das utentes do Centro Materno Infantil	Centro Materno Infantil do Benfica 2019	Saúde
6.	O impacto psicossocial do consumo de bebidas alcoólicas nos adolescentes no Município do Kilamba Kiaxi	Município do Kilamba Kiaxi	Sociedade
7.	Crianças em Conflito com a Lei: Uma análise comparativa à luz do contributo do Serviço Social sobre o funcionamento dos Centros Sociais de Referência do Julgado de Menores	Municípios do Cazenga e Kilamba Kiaxi, Luanda	Sociojurídico

Fonte: Síntese elaborada pelo Pesquisador em Departamento de Serviço Social.

O ano de 2020 apresenta um total de 7 (sete) temas abordados, distribuídos em 4 (quatro) para a área da educação; 1 (um), na saúde; 1 (um), na sociedade; e, 1 (um) na área sociojurídica.

Um dos indicadores-chave da redução na produção científica é a pandemia da Covid-19 que, conforme referido nos capítulos anteriores, introduziu alterações profundas no percurso escolar, tendo adiado, por algum tempo, o ano académico e suspenso a realização do estágio supervisionado em Serviço Social.

Quadro nº 28: Temáticas estudadas pela Faculdade de Serviço Social em 2021

No	Título do TCC	Campo de Pesquisa	Área de Produção
1.	Fuga à paternidade: Estudo de caso na Escola Sagrada Esperança	Escola do I Ciclo nº 2001, Sagrada Esperança, Centralidade do Kilamba	Educação
2.	O aproveitamento escolar dos alunos da 4ª classe na disciplina de Matemática numa análise do Serviço Social	Escola Primária Nº 2082 – Kifica, Município de Talatona, Luanda	Educação
3.	Influência da relação escola-família no processo de ensino-aprendizagem nos alunos da 4ª classe	Complexo Escolar Privado Jopira – Bairro Chinguar, Luanda	Educação
4.	O contributo da família no desempenho académico dos alunos	Escola Sagrada Esperança Centralidade do Kilamba	Educação
5.	A contribuição da família para o rendimento escolar	Complexo Escolar São Marcos Nº 8032, Município de Kilamba Kiaxi	Educação
6.	Implicações do não acompanhamento dos pais e encarregados de educação na formação dos seus educandos na turma da 3ª classe na perspectiva do Serviço Social	Escola Nº 9015 – Chimbicado	Educação
7.	O papel da família no processo de ensino e aprendizagem para o sucesso escolar	Escola Primária, do I e II Ciclo do Ensino Secundário 2082 - Kifica	Educação
8.	O abandono escolar e a importância do Assistente Social na Escola	Escola Força de Vontade Nº 5120, Zango-Viana	Educação
9.	O contributo das Tecnologias de Informação e Comunicação no desempenho da Unidade Hospitalar para satisfação dos utentes	Hospital Geral de Luanda	Saúde
10.	O Impacto dos Meios de Comunicação no atendimento aos pacientes do Centro Materno-Infantil Sapú	Centro Materno-Infantil da Sapú	Saúde
11.	O papel do Assistente Social na superação emocional de uma pessoa portadora de deficiência Física resultante de um AVC	Centro de Medicina Física e Reabilitação	Saúde
12.	A humanização dos serviços de saúde em Luanda: o caso do Hospital Geral de Luanda	Hospital Geral de Luanda	Saúde
13.	Abandono de tratamento de tuberculose pelos pacientes infectados assistidos pelo sistema ambulatório hospitalar	Hospital Geral da Samba	Saúde
14.	A importância do Serviço Social na Implementação de políticas sociais de inclusão para crianças com deficiência em reabilitação física	Centro de Medicina Física e Reabilitação	Saúde
15.	O papel do Assistente Social na visão do profissional da saúde	Enfermaria de Neurocirurgia do Hospital Josina Machel	Saúde

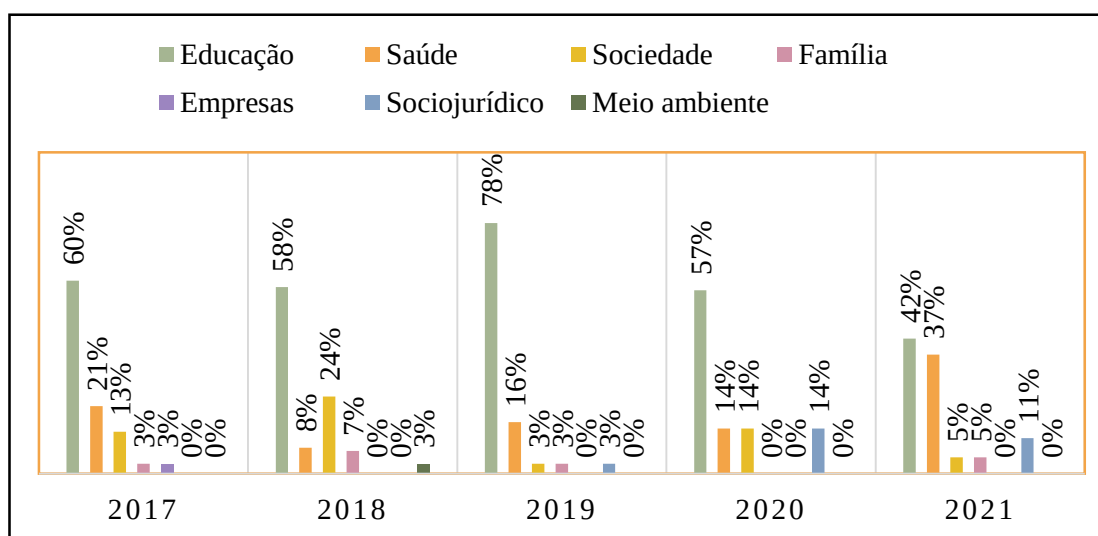
16.	Mediação e Resolução de Conflitos Familiares: Uma análise de percepção da abordagem no meio profissional do Assistente Social	Secção da Família e Promoção da Mulher da Administração Municipal do Kilamba Kiaxi	Socio jurídico
17.	Absentismo familiar no processo de reabilitação psicossocial dos reclusos. Uma análise da formação fprofissional dos/as Assistentes Sociais	Hospital Penitenciário Psiquiátrico de Luanda	Socio jurídico
18.	Influência do Escutismo no Processo de Empoderamento dos jovens e adolescentes	Bairro Tendas, Município de Belas	Sociedade
19.	O consumo de bebidas alcoólicas nos idosos institucionalizados no Beiral de Luanda	Lar de Terceira Idade Beiral de Luanda	Família

Fonte: Síntese elaborada pelo Pesquisador em Departamento de Serviço Social.

O ano académico de 2021 procurou alterar a produção científica, tendo incrementado as temáticas de estudo, porém, ainda com o predomínio da pandemia de Covid-19. Assim, foram estudadas 19 (dezanove) temáticas, dentre as várias áreas de realização do estágio supervisionado em Serviço Social, sendo: 8 (oito), na educação; 7 (sete), na saúde; 2 (duas) no sócio jurídico; 1 (uma), na sociedade; e, 1 (uma) na família. Fica demonstrada, mais uma vez, o predomínio da área da educação na produção científica, sucedida pela saúde, como espaços de maior interesse na realização de estágios supervisionados em Serviço Social.

Do estudo realizado pela Faculdade de Serviço Social, ficou evidente que as temáticas mais estudadas ao longo dos 5 (cinco) anos foram, fundamentalmente, a área da educação, com maior indicativo, a saúde, a sociedade, a família, a sócio jurídica e, o meio ambiente e a área das empresas, em último lugar.

Gráfico nº 4: Temáticas por produção científica na FSS entre 2017 à 2021



Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Os dados apresentados no gráfico anterior são evidentes, em demonstrar as temáticas, objeto de estudo, na produção científica, no período em análise. Durante os 5 (cinco) anos, em que se realizaram os estudos, a partir dos campos de estágio supervisionado em Serviço Social, é predominante a área da educação, como sendo, a mais estudada, alcançando uma percentagem sempre maior.

Isto demonstra, a grande importância do Serviço Social, nessa área, sendo necessária a integração de Assistentes Sociais, na política da educação em Angola, sobretudo, para promover a investigação e pesquisa científica, quanto aos grandes problemas enfrentados no processo de ensino e aprendizagem. Infelizmente, apesar da existência de instrumentos jurídicos, que habilitam aos Assistentes Sociais a realização de pesquisas sociais, o setor da educação não inclui ainda, no seu quadro orgânico, esta categoria profissional.

Por isso, devem as Instituições de Ensino Superior, formadoras dos/das Assistentes Sociais, assim como, a Associação destes profissionais, influenciar o Estado Angolano, na possibilidade de criação do seu perfil no setor da educação.

A segunda área mais estudada é a da saúde onde foram desenvolvidos vários temas, no âmbito da humanização dos serviços prestados aos utentes (usuários). Em Angola, o setor da saúde, encontra algum privilégio, na inserção de Assistentes Sociais, pelo fato de já existir o Serviço Social nos hospitais. Esta constatação é fundamentada, com o lançamento do concurso público, no ano de 2022, que abre vagas para Assistentes Sociais, nos níveis central e local da Administração do Estado.

Trata-se, por isso, de um grande avanço no reconhecimento da categoria profissional dos/das Assistentes Sociais em Angola, consubstanciada, tanto na realização de estágios neste setor, quanto no exercício da profissão nas unidades sanitárias, sobretudo, nas de maior dimensão, ou nível, do Sistema Nacional de Saúde (SNS).

A área da sociedade é também demonstrada pelo estudo, como sendo uma das mais estudadas, com diversas abordagens, ao considerar a necessidade da intervenção nos problemas da infância, juventude, adultos e pessoas idosas, como sendo as desigualdades sociais, a integração e inclusão social comunitária, o desemprego, a delinquência juvenil, a prostituição, só para mencionar.

O estudo ao apresentar os resultados das temáticas estudadas, demonstra, também, o envolvimento do Serviço Social nas áreas da família, sociojurídica, empresas e do meio ambiente, que são setores fundamentais de intervenção profissional de Assistentes Sociais, apesar de expressarem uma menor incidência na realização do estágio supervisionado e produção científica.

As várias temáticas estudadas, a partir dos campos de estágio, demonstram a grande importância do Serviço Social, na promoção do desenvolvimento em muitos setores da vida política, económica, social, cultural, ambiental, como expressão e manifestação do conhecimento da realidade, considerada no contexto em que foram analisadas.

Quadro nº 29: Descrição das categorias de análise das temáticas de estudo

Resultados das categorias analisadas como: o título do trabalho, espaço de realização e área de produção científica, a partir do estágio supervisionado em Serviço Social	
Educação	<i>a)</i> Bullying na escola; <i>b)</i> Assistente Social e sucesso escolar; <i>c)</i> Participação da família no desempenho escolar; <i>d)</i> Famílias e crianças com necessidades educativas especiais; <i>e)</i> Serviço Social escolar; <i>f)</i> A prática sexual e educação na adolescência; <i>g)</i> Dificuldades de aprendizagem; <i>h)</i> A influência da gravidez no ensino-aprendizagem; <i>i)</i> Uso de bebidas alcoólicas por adolescentes na escola; <i>j)</i> A relação família-escola; <i>k)</i> Pessoa com deficiência auditiva e mercado de trabalho; <i>l)</i> Higiene corporal na prevenção de doenças nas crianças; <i>m)</i> Ações de Assistência Estudantil; <i>n)</i> Educação ambiental no contexto escolar; <i>o)</i> Gestão do Património escolar; A violência na escola; <i>p)</i> Atividades educativas para a saúde; <i>q)</i> Serviço Social no Contexto Empresarial; <i>r)</i> Gestão do Património Escolar; Absentismo escolar; <i>s)</i> Assistente Social e mediação escola e família; <i>t)</i> A gravidez precoce na aprendizagem; <i>u)</i> Consumo de drogas na escola; <i>v)</i> Insucesso escolar e o Assistente Social; <i>w)</i> Formação de atitudes integradoras; <i>x)</i> Importância das Comissões de Pais e Encarregados na escola; <i>y)</i> Abandono escolar dos adolescentes; <i>z)</i> Insucesso escolar nas zonas rurais; <i>aa)</i> Tecnologias de informação e comunicação na aprendizagem; <i>ab)</i> Alfabetização e integração social; <i>ac)</i> A prevenção do HIV/SIDA na escola; <i>ad)</i> Fuga à paternidade.
Saúde	<i>a)</i> Atendimento dos utentes; <i>b)</i> O trabalho intersectorial do Assistente Social nas FAA; <i>c)</i> Desafios sociais das famílias de crianças com hidrocefalia; <i>d)</i> Planeamento familiar e bem-estar social das famílias; <i>e)</i> Consulta pré-natal e prevenção da mortalidade materno-infantil; <i>f)</i> Implicações sociais da gravidez na adolescência; <i>g)</i> Assistente Social no acompanhamento e tratamento de pacientes com Anemia Falciforme; <i>h)</i> Humanização nos serviços de saúde; <i>i)</i> Assistente Social no apoio aos pacientes desistentes no tratamento de tuberculose; <i>j)</i> Maternidade na adolescência; <i>k)</i> Assistente Social e garantia dos direitos e deveres dos utentes (usuários); <i>l)</i> Reincidência da gravidez na adolescência; <i>m)</i> Assistente Social e inclusão de crianças com deficiência em reabilitação física; <i>n)</i> Assistente Social e superação emocional de pessoas portadoras de deficiência física; <i>o)</i> Tecnologias de Informação e Comunicação no desempenho da Unidade Hospitalar e satisfação dos utentes; <i>p)</i> Assistente Social e reintegração sócio familiar dos pacientes cirúrgicos pós-alta hospitalar; <i>q)</i> Família e acompanhamento de crianças desnutridas; <i>r)</i> Assistente Social na área Materno-Infantil.
Sociedade	<i>a)</i> A prostituição como problema social; <i>b)</i> Instituição de acolhimento na reinserção sócio familiar das crianças de rua; <i>c)</i> Fatores determinantes do trabalho infantil; <i>d)</i> Intervenção comunitária para diminuição das indisciplinas sociais nos jovens; <i>e)</i> Fatores influentes da pobreza; Integração sócio comunitária da terceira idade; <i>f)</i> A desigualdade social e a delinquência juvenil; <i>g)</i> Consumo de bebidas alcoólicas na adolescência; <i>h)</i> Dificuldades da inclusão da pessoa com deficiência no trabalho; <i>i)</i> Fatores determinantes do trabalho infantil; <i>j)</i> Assistente Social e reintegração familiar dos adolescentes em situação de risco; <i>k)</i> Desemprego juvenil em Luanda; <i>l)</i> Consumo de bebidas alcoólicas nas mulheres; <i>m)</i> Consumo de bebidas alcoólicas nos adolescentes; <i>n)</i> Influência do Escutismo no Processo de Empoderamento dos jovens e adolescentes; <i>o)</i> Políticas Sociais para pessoas com deficiência em Angola; <i>p)</i> Adolescentes e a baixa autoestima; <i>q)</i> Participação e género.
Família	<i>a)</i> Impacto social do casamento na adolescência; <i>b)</i> Institucionalização da pessoa idosa; <i>d)</i> Violência contra a criança; <i>e)</i> Institucionalização de crianças em nos centro de acolhimento; <i>f)</i> Abuso sexual à menores; <i>g)</i> Consequências do abuso álcool pelos; <i>h)</i> Violência doméstica contra a mulher; <i>i)</i> A saúde mental do idoso; <i>j)</i> O abandono familiar da pessoa idosa; <i>k)</i> O consumo de álcool por idosos institucionalizados.

Empresas	Serviço Social no contexto empresarial.
Sócio Jurídico	a) Crianças em conflito com a lei; b) Centros Sociais de Referência do Julgado de Menores; c) Absentismo familiar na reabilitação psicossocial dos reclusos; d) Mediação e resolução de conflitos familiares; e) Registro civil de nascimento. b)
Meio ambiente	a) Agricultura familiar; b) Desenvolvimento socioeconómico familiar; c) Assistente Social e preservação ambiental.
Assistência Social	a) Fundo de Apoio Social; b) Emponderamento das famílias; c) Zonas rurais; d) Inclusão produtiva.
Empreendedorismo	A formação técnico-profissional e desemprego.

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

O quadro anterior, ao apresentar as categorias de análise, descreve a realidade, do que constituiu as abordagens concretas feitas pelos estagiários, em cada campo de pesquisa. Como se pode verificar, os Trabalhos de Conclusão de Curso apresentam uma profunda riqueza, em termos de abordagens temáticas, em todas as áreas de produção científica, o que demonstra a grande importância e necessidade de inserção dos/das Assistentes Sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

O reconhecimento e a inserção do Serviço Social nos diferentes setores, vai contribuir significativamente, para a melhoria da prestação da qualidade de serviços aos utentes, ou usuários, a dignificação da pessoa humana, a organização e produtividade empresarial, a proteção e preservação do meio ambiente, a capacitação profissional e inclusão no mercado laboral, a humanização dos serviços de saúde e, para a educação, a identificação de problemas sociais, relacionados com o ensino e aprendizagem, e a consequente apresentação de propostas de soluções a curto médio e longo prazo.

*“Somos uma profissão extremamente rica, pelas várias áreas de conhecimento que abarcamos. Somos a profissão que vai ouvir a história de vida, pelo sujeito, aí onde vive o sujeito. O Assistente Social é o profissional com que se pode depositar confiança”.*⁴

4.3 Experiências de formação profissional no âmbito do estágio supervisionado em época de Covid-19.

Os estudantes integrados no GEFORMSS-FSS de Luanda, desenvolveram experiências de estágio supervisionado em Serviço Social, com as temáticas analisadas, traduzidas nos Trabalhos de Conclusão de Curso. O estudo apresenta as experiências de um recorte de 5 (cinco) temas estudados e de 1 (um) relatório de estágio.

Considerando a extensividade das abordagens, este estudo tratou de apresentar, de forma breve, por temática, a caracterização do espaço de pesquisa e área de produção, aspectos teóricos, e os resultados obtidos. Reserva-se a publicação dos trabalhos na íntegra, na produção bibliográfica prevista, sobre “formação profissional em Serviço Social no contexto angolano: competências profissionais e o trabalho dos/das Assistentes Sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais”, após apresentação da tese.

- a) Por iniciativa do Autor desta tese, no dia 5 do mês de Julho do ano de 2021, foi fundado o Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS), na Faculdade de Serviço Social, com os seguintes objetivos:
- b) Promover estudos sobre temáticas em Serviço Social;
- c) Apresentar e partilhar experiências no âmbito de estágios em Serviço Social;
- d) Partilhar conhecimentos sobre temas de formação profissional em Serviço Social;
- e) Estudar o perfil do Assistente Social nos diferentes espaços ocupacionais;
- f) Participar em eventos científicos nacionais e internacionais sobre formação em Serviço Social;
- g) Capacitar profissionais para supervisão de estágios em Serviço Social.

⁴ Intervenção da Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli, no encontro do GEFORMSS-UNESP, realizado no dia 17 de Maio de 2022.

O grupo de pesquisa constituído, ainda na vigência da pandemia de Covid-19, destacou-se na realização de estágio supervisionado em Serviço Social, nas áreas da saúde, serviços penitenciários e na terceira idade, em que foram estudadas várias temáticas de interesse dos estagiários e das respectivas instituições.

“Os grupos de pesquisa são conquistas obtidas, desde anos anteriores”⁵

4.4. O papel do serviço social em pacientes portadores de doenças crônicas em cuidados paliativos

Autoras: Zeferina Vatucha Paulino; Antónia da Costa Quilulo

A presente pesquisa foi realizada no âmbito da formação do curso de licenciatura em Serviço Social, pela Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, cujo tema é “O papel do Serviço Social em pacientes com doenças crônicas em cuidados paliativos, nas enfermarias de Angiologia e Infectologia do Hospital Josina Machel-Maria Pia” e resultou do interesse pessoal e profissional das estudantes, pelo fato dos estudos neste campo, ainda serem escassos no nosso país.

Aos 17/09/1864 foi aprovada a implementação do H.J.M, achando-se as ruínas do extinto Convento de São José dos Terceiros Franciscanos que, embora ter começado a partir de Julho de 1865, a nova edificação foi inaugurada aos 01/07/1883. Trata-se de um estabelecimento público de saúde, da rede hospitalar de referência nacional, integrado no Serviço Nacional de Saúde, para a prestação de assistência médica, medicamentosa e de enfermagem, diagnóstica e terapêutica diferenciada, à população.

O Assistente Social, enquanto técnico da equipa multiprofissional, atende às diversas demandas, que surgem nesse processo de adoecimento, decorrentes, tanto do sujeito que se encontra com a doença, como dos familiares e grupo de apoio. Assim sendo, o estudo apresenta os cuidados paliativos, abordando como se dá esse processo na instituição onde foi realizada a pesquisa, reflete sobre a atuação do Assistente Social na realização desse cuidado no ambiente

⁵ Intervenção da Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli, no encontro do GEFORMSS-UNESP, realizado no dia 17 de Maio de 2022.

hospitalar, bem como, sobre as possibilidades e os limites do exercício profissional neste contexto.

Os cuidados paliativos desempenham um papel fundamental, tendo em conta que proporcionam cuidados a pessoas, que enfrentam uma doença incurável, com prognóstico limitado ou doença grave, que ameaça a vida e, inevitavelmente, conduzirão a morte. Estes cuidados visam promover, não só uma qualidade de vida aos pacientes, mas também, trabalham junto das suas famílias, quer durante a progressão da doença, quer na fase de luto, sempre que sucede adequado. Tratam, não só problemas físicos, como a dor, mas também dos psicossociais e espirituais, atuando sempre numa equipa multidisciplinar.

Os cuidados paliativos são considerados essenciais a um Serviço Nacional de Saúde de qualidade, devendo ser prestados em continuidade nos cuidados de saúde, a todas as pessoas com doenças muito graves ou avançadas e progressivas, que deles necessitam, e onde quer que estejam, designadamente nos cuidados de saúde primários, hospitalares ou continuados integrados.

Cuidados paliativos e sua finalidade

A palavra paliativo vem do latim “*Pallium*”, que significa pano ou manto que cobre, que esconde. Também é usado metaforicamente como encobrir, disfarçar, encobrir. Apesar disso, no sentido médico, os cuidados paliativos não servem para encobrir ou disfarçar, mas sim para proteger (VANZINI, 2010).

A OMS define cuidados paliativos com um conjunto de estratégia dedicada a esgotar todos os recursos existentes para cuidar de pacientes com doenças incuráveis (WHO, 2004), no sentido de garantir um atendimento em diferentes esferas – medicamentosas, psicológicas e assistenciais – mesmo não havendo cura para o diagnóstico, para melhorar a qualidade de vida do paciente.

Combinato e Martins (2012) na sua obra “*cuidados paliativos na atenção primária à saúde*” afirmaram que os cuidados paliativos atuam por meio da prevenção e alívio do sofrimento através da identificação precoce, avaliação correta e tratamento da dor e outros problemas físicos, psíquicos, sócio-familiares e espirituais.

Estes pensamentos acima referenciados levam a compreender que os cuidados paliativos são um conjunto de cuidados que visam melhorar a qualidade de vida de uma pessoa doente e dos seus familiares, aliviando e prevenindo o sofrimento diante de uma doença que pode pôr fim à sua vida.

A OMS recomenda que a instituição dos cuidados paliativos consiste numa abordagem multidisciplinar para melhorar a qualidade de vida dos pacientes e seus familiares perante uma doença que ameace a continuidade da vida, através da prevenção e alívio do sofrimento por meio de uma identificação precoce, avaliação impecável, tratamento da dor e outros problemas físicos, psicossociais e espirituais (WHO, 2004).

Entendemos que, a equipa de saúde deve compreender que a prática dos cuidados paliativos não pode ser um ato isolado, é preciso que haja inclusão de todos os profissionais para permitir um serviço de saúde integral neste quesito interventivo.

Cuidados Paliativos só são efetivamente realizados, quando integram diferentes especialidades profissionais capacitados, para atender as necessidades específicas da família e do sujeito com doença terminal; o resultado esperado dessa interação é, além do alívio do sofrimento, a devolução da autonomia da própria vida do doente, que vai se perdendo por estar em uma situação de fragilidade.

A Organização Mundial de Saúde definiu os Cuidados Paliativos pela primeira vez em 1990, em documento dirigido à implementação de políticas de combate e assistência ao Câncer, onde o primeiro conceito dado pela OMS para cuidados paliativos tinha como base “Cuidados oferecidos por uma equipa interdisciplinar voltada aos pacientes com doença em fase avançada, ativa, em progressão, cujo prognóstico é reservado e o foco é a qualidade de vida”.

Em 2002, reviu o seu conceito e hoje defende a prática dos cuidados paliativos, para todas as doenças de carácter progressivo e ameaçador à continuidade da vida. A mais recente definição pela OMS estabelece que, “cuidados paliativos é uma abordagem que melhora a qualidade de vida dos pacientes e seus familiares frente a problemas associados a doença terminal através da prevenção e alívio do sofrimento, identificando, avaliando e tratando a dor e outros problemas físicos, psicossociais e espirituais”.

Sendo assim, cuidado paliativo é aquele, cujo principal objetivo é promover o conforto para o paciente, que se encontra em fase terminal de uma doença crónica, como o HIV e o câncer, entre outras doenças: insuficiência cardíaca congénita, renais crónicos, hepatopatias crónicas, pneumopatas crónicos, neuromotores, mal de Parkinson, mal de Alzheimer, idosos portadores de várias sequelas causadas por diversas doenças, que levam o paciente à morte. Entretanto, cuidado paliativo requer, em sua ação um trabalho multiprofissional, e isto foi bem definido por Cicely Saunders, quando a mesma buscou se qualificar em outras profissões, passando de Assistente Social para enfermeira, e logo depois se formou em Medicina.

Nesta época, buscou junto a outros profissionais, que tratavam a saúde de um paciente em uma doença terminal, o alívio da dor, que até então eram ignorados com o termo «não temos mais nada o que fazer».

Cuidado Paliativo é um tratamento realizado por uma equipa de saúde, onde o sujeito que possui uma doença crónica grave, e com um quadro clínico fora de possibilidade de cura recebe uma atenção especial, tanto para atender as suas necessidades de cuidado físico, como psicossocial. Esse é um trabalho desenvolvido com o intuito de trazer alívio da dor e mais conforto ao paciente bem como aos familiares que estão passando por uma fase tão difícil que é o processo de morte (MACIEL, 2008).

Pelo que se vê, esse tipo de cuidado não prolonga a vida, tão pouco acelera a morte dos pacientes, mas humanizam o tratamento, e cabe salientar que, humanização não se confunde com caridade, ela implica tratar com dignidade o sujeito, independentemente de classe social, raça, cor, religião ou etnia. Apesar de ser um tema pouco conhecido, o trabalho de Cuidados Paliativos não é uma prática recente. Ela pode ser percebida por volta do século XVII, no auxílio aos peregrinos e doentes, assim como o Serviço Social, tem sua origem em ações caritativas.

Os cuidados paliativos atendem os paradigmas defendidos, a nível do Serviço Social, visto que, tanto a prática clínica e a profissão em referência elevam, protegem e defendem a vida, o que é mensurado categoricamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O modelo de assistência sanitário, contextualizado aos tempos atuais orientam um cuidado de saúde integral, centrado na estratégia de atendimento aos utentes, tendo como finalidade a atenção integral do ser humano, nas suas variadas dimensões (individual, familiar e coletiva), o que inclui a proximidade da morte e o acompanhamento até sua ocorrência.

Combinato e Martins (2012) verificaram, em uma amostra de 151 profissionais de saúde, em função dos seus estudos feitos, que 63% tinham cuidado de pessoas, que enfrentaram o processo de morte durante sua atuação na equipa e identificaram limitações, para oferecer o atendimento de forma integral e direcionado às necessidades específicas do processo de mortalidade.

Para as condições com proximidade do óbito, ou que limitam a sobrevivência de pacientes, os cuidados paliativos têm uma abordagem que busca orientar ações, que visam ao aumento da qualidade de vida desses indivíduos, reduzindo os sintomas e as aflições desse momento, além de favorecer a autonomia dos indivíduos e ampliar o suporte aos familiares e cuidadores (ACADEMIA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS, 2009). No entanto, sua inserção nos serviços de saúde ainda é limitada em Angola, por isso, é necessário difundir suas potencialidades, para os profissionais de saúde e estruturar políticas para ampliar sua aplicação.

Os cuidados paliativos pressupõem o cuidado integral ao indivíduo, e ampliam a atenção para o contexto pessoal e familiar, na busca de influenciar positivamente na condição de saúde

e qualidade de vida, oferecendo orientação, tratamento e cuidados, mesmo nos casos em que não há possibilidade de cura com base a humanização, o que representa o desígnio do Serviço Social clínico.

A OMS ao atribuir o conceito e a instituição dos cuidados paliativos, fez a questão, também, de decretar (10) dez finalidades, como uma prática clínica, conforme Academia Nacional de Cuidados Paliativos (2009):

1. Proporcionar alívio da dor e outros sintomas angustiantes;
2. Considerar o morrer como um processo normal;
3. Não apressar ou adiar a morte;
4. Integrar os aspectos psicológicos e espirituais de assistência ao paciente;
5. Oferecer um sistema de apoio para ajudar os pacientes a viver tão ativamente quanto possível até a morte;
6. Oferecer um sistema de apoio para ajudar a família a lidar com a doença do paciente e do seu próprio luto;
7. Usar uma abordagem de equipa para atender às necessidades dos pacientes e suas famílias, incluindo aconselhamento de luto, se indicado;
8. Melhorar a qualidade de vida e influenciar positivamente o curso da doença;
9. Aplicar no início da doença, em conjunto com outras terapias que visam prolongar a vida, como a quimioterapia ou radioterapia;
10. Realizar investigações necessárias, para melhor compreender e gerir complicações clínicas angustiantes.

Na visão de Andrade (2012) conhecer a história do paciente e identificar seu papel, dentro da organização familiar, sua condição socioeconômica e sua rede de suporte social implicam, em estratégias para o enfrentamento da doença.

Assim, entendemos que cabe ao Assistente Social ser a ponte entre a equipa, a realidade vivida pelo paciente e sua família, a sua história, seus limites. Além disso, desempenha um papel fundamental ao trazer conhecimento sobre benefícios ligados a previdência social, benefício de prestação continuada, isenção no imposto de renda, quitação de financiamento imobiliário entre outros.

Conforme Ferreira (2017) a descoberta de certas doenças crônicas, não afeta somente o paciente, mas todos a sua volta e traz consigo, a possibilidade da finitude; com isso, os cuidados paliativos são de extrema importância.

O cuidado paliativo é uma abordagem, como denominada pela OMS em 2002, que prioriza qualidade de vida dos pacientes e seus familiares, em doenças que ameaçam a continuidade da vida, através da prevenção e do alívio do sofrimento.

O termo paciente é proveniente do latim “*patiente*”, indicando a pessoa que está sendo cuidada por um médico, enfermeiro, psicólogo, fisioterapeuta, cirurgião-dentista, ou outro profissional da área da saúde (COMBINATO; MARTINS, 2012).

Este termo paciente é polissêmico, dependentemente do contexto em que se refere. Na área da saúde, o paciente é todo aquele que ocorre a um estabelecimento sanitário, demandando por cuidados de restauração do seu bem-estar completo, seja em molde individual, ou grupal.

O paciente é a pessoa que necessita de cuidados especiais e amparo, por um período curto, médio ou longo. É alguém que se encontra internado, com fragilidade e necessidade de cuidado individualizado, pois, cada pessoa se fragiliza de uma forma, e enfrenta a situação de um modo particular (MACIEL, 2008).

Assim, entendemos que a necessidade de cuidados de saúde especial, torna o indivíduo paciente, seja este num período de tempo, que varia em função da sua melhoria e reabilitação, face a fragilidade humana, de que estamos todos sujeitos a passar, pelo processo de saúde-doença.

Doenças crónicas

Maciel (2008), na sua obra, ao apresentar definições e princípios de questões ligadas a saúde, afirma que, de acordo com a OMS as doenças crónicas respondem por aproximadamente 71% de todas as mortes do mundo.

O autor entende também que, as doenças crónicas são multifatoriais, o que significa que são causadas por vários motivos, que podem ser: predisposição genética, má alimentação, sedentarismo, tabagismo, entre outros. No entanto, as causas das doenças crónicas remetem a adopção de hábitos saudáveis.

Neste sentido, as ideias acima referenciadas de Maciel motivam entender que, a situação epidemiológica das doenças crónicas no mundo, em particular em Angola, representa a grande consciencialização das pessoas, que precisam saber reconhecer seus principais sintomas, e entender os hábitos saudáveis a adoptar no cotidiano, para prevenir estas doenças e seu agravamento. Um grande problema das doenças crónicas é que, além de apresentarem um lento desenvolvimento, grande parte não tem cura.

As doenças crónicas são definidas como aquelas, que apresentam início gradual, com duração longa ou incerta, que, em geral, apresentam múltiplas causas, e cujo tratamento envolva

mudanças de estilo de vida, em um processo de cuidado contínuo que, usualmente, não leva à cura (WHO, 2004).

Ao compreender a tese da OMS percebe-se que, as doenças crônicas são todas as patologias sem cura, mas podem ser remediadas, ou tratadas, para alongar a vida do paciente. As mesmas têm a sua causa muito aliada ao estilo de vida, o que se configura no processo de tratamento.

Pacientes portadores de doenças crônicas com necessidade de cuidados paliativos

O aumento significativo das doenças crônicas na mortalidade da população angolana, associada ao estilo de vida, implica em uma demanda crescente sobre o sistema de saúde. Ao acrescentar, Combinato e Martins (2012) asseveram que, tais condições acarretam uma perda gradativa da autonomia do paciente, requerem a necessidade de cuidados contínuos e causam um prolongado sofrimento até ao óbito.

Estima-se que, nos países com maior renda per capita, a mortalidade por doenças crônicas seja de aproximadamente 75% dos óbitos, com uma tendência de aumento nos países de média e baixa renda (LUCCHETTI; et al., 2009). Angola é um país com as condições médias e de baixa renda, com grandes significações de problemas de saúde e seus reais e possíveis vectores. No entanto, a precarização e o pouco avanço no Sistema Nacional de Saúde, vitima cada vez mais indivíduos.

Pelo que se verifica, em relação às características sociodemográficas dos pacientes com necessidades de cuidados paliativos, destaca-se o predomínio de indivíduos com idade avançada, que é frequentemente associada, com os quadros de doença crónica em fase avançada, ou sem possibilidade de cura.

O processo de identificar indivíduos com necessidade de cuidados paliativos ainda é um desafio para os serviços de saúde (LUCCHETTI; et al., 2009). Diversos pesquisadores sugerem como uma opção para indicação de cuidados paliativos a avaliação do grau de capacidade e de dependência funcional, utilizando, por exemplo, a EPK (Escala de Performance de Karnofsky), na qual, indivíduos com escore de 50% ou menos, são considerados com alto risco de terminalidade (ACADEMIA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS, 2009).

A ideia supracitada, leva-nos a compreender que os profissionais envolvidos, a lidar com estas questões paliativas, devem ser capazes de associar os conhecimentos técnicos com as realidades e as necessidades dos pacientes e familiares, nesse momento de maior sensibilidade física e emocional, associada ao tema morte e morrer.

Estes assuntos exigem a habilidade de lidar com relações humanas complexas, muitas vezes negligenciadas na formação profissional. A demanda por uma abordagem específica, como nos cuidados paliativos, impõe a necessidade de capacitar os profissionais, para a ampliação da resolutividade e da qualificação da assistência clínica, na atuação dessa área.

O Center to Advance Palliative Care recomenda, a ferramenta PCST (Palliative Care Screning Toll), que, além de utilizar um componente de avaliação funcional, associa a presença de doenças primárias, secundárias e de outras condições que indicam a necessidade de cuidados paliativos (LUCCHETTI; et al., 2009).

Assim, percebemos que a recomendação da OMS para a ampliação do acesso a serviços de cuidados paliativos, é necessário desenvolver políticas públicas e ferramentas, que estimulem a inserção das ações em cuidados paliativos, de forma planejada, para atender às complexidades dessas condições e estimular o treinamento dos profissionais de saúde, nessa área, incluindo a difusão do tema na formação acadêmica.

Tipos de cuidados paliativos atribuídos aos pacientes portadores de doenças crônicas

Conforme Maciel (2008), os serviços de cuidados paliativos oferecem as opções de controlo dos sintomas, *home care* e internação do paciente, cuidado espiritual e reuniões familiares, mas podem ter diferentes abordagens, para o que realizam, assim como equipa de trabalho e tipos de suporte oferecidos.

Quanto ao controlo dos sintomas, como parte dos suportes oferecidos, os cuidados paliativos avaliam como o câncer está afetando o paciente, e ajudam a aliviar os sintomas, a dor e o estresse. Oferecem opções aos pacientes e permitem que, eles e seus cuidadores participem do planejamento de seus cuidados. Trata-se de garantir que, todas as necessidades do paciente sejam atendidas. Os profissionais que compõem a equipa de cuidados paliativos podem ajudar a gerenciar problemas mentais, físicos, emocionais, sociais e espirituais, que eventualmente possam ocorrer.

O objetivo do controlo da dor e de outros sintomas, é de ajudar o paciente a se sentir mais confortável, permitindo que, os sintomas fiquem controlados de modo a obter mais qualidade de vida. Isso significa que, a dor e os efeitos colaterais serão gerenciados para ter a certeza de que, o paciente não apresente sintomas e, no entanto, fique suficientemente alerta, para compartilhar com as pessoas ao seu redor e para poder tomar decisões importantes.

Em relação ao *home care* e internação do paciente, mesmo quando o paciente estiver realizando os cuidados paliativos em casa, pode ser que em alguns momentos seja necessária, uma internação hospitalar, ou em um hospício.

A equipa de cuidados paliativos acompanhará a internação e estará envolvida em seus cuidados e no de seus familiares. Em caso de alta, o paciente voltará a receber cuidados junto com seus familiares em casa.

Para o cuidado espiritual, uma vez que as pessoas têm diferentes crenças religiosas, assim como necessidades espirituais, é configurado para atender as necessidades específicas de cada paciente. Isso inclui ajudar o paciente, a encontrar o significado da finitude, permitindo que ele se despeça, ou ainda, realize algum ritual, ou cerimônia religiosa.

As reuniões familiares conduzidas, muitas vezes, por uma enfermeira, ou assistente social, mantêm os familiares do paciente informados, sobre sua condição e o que esperar. Essas reuniões possibilitam compartilhar sentimentos, dá a oportunidade de falar sobre o que está acontecendo, permite tirar dúvidas e ajuda a abordar a necessidade de aprender a lidar com a finitude e o processo da morte. Os membros de uma família podem encontrar apoio, e um grande alívio nesses encontros. Atualizações diárias sobre o paciente podem, também, ser obtidas informalmente, em conversas com a equipa de enfermagem.

Segundo Granja & Pinto (2007, p. 2),

[...] a institucionalização da profissão é o “resultado do cruzamento de dois processos: um amplo, que envolve o Estado, os conflitos sociais e a política social, com um outro mais restrito, que envolve os agentes profissionais, com a sua capacidade, para recriar uma identidade, através do alargamento do seu património de conhecimentos, eficácia social do exercício profissional e, fundamentalmente, pela consagração da reflexividade interna, como uma prática de que depende a sua afirmação”.

O Serviço Social é uma profissão versada para desenvolver uma leitura crítica da realidade vivenciada por aqueles que o procuram. Com isso, o profissional de Serviço Social tem na equipa o papel de compreender e intervir nos múltiplos fatores sociais reais e potenciais, que ocasionam doenças nos indivíduos, necessitando conhecer a situação vivenciada pelo paciente e sua família.

A definição completa de Assistente Social traduz parâmetros, funções e papéis da profissão na sociedade, sendo um profissional de carácter interventivo que promove o desenvolvimento, mudança e a coesão social por via de técnicas e interdisciplinaridade. O Serviço Social é uma profissão onde a intervenção, é a expressão multifacetada da questão social. Tem contribuições da sociologia, psicologia, economia, ciência política, filosofia, antropologia e pedagogia. É uma profissão de carácter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas faces da “*questão social*” (IAMAMOTO, 2001).

Sustentado nas teorias do Serviço Social, nas ciências sociais pela sua interdisciplinaridade, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, através da mediação, o Serviço Social relaciona as pessoas com as estruturas sociais, para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social.

Atuação do Assistente Social em equipa multidisciplinar de cuidados paliativos

O processo de trabalho do Assistente Social na saúde se refere à sua prática cotidiana; os instrumentos utilizados dentro do processo de desenvolvimento e utilização dos serviços em saúde, é importante frisar que a instrumentalidade vai além dos instrumentos, a primeira envolve as condições objetivas e subjetivas para a realização do fazer profissional e a segunda, se volta para as técnicas sofisticadas do processo de trabalho do assistente social.

A atuação de um Assistente Social junto a uma equipa de cuidados paliativos se torna essencial, pois este profissional irá tratar o indivíduo que, além de tratamentos físicos, psicológico, espiritual, possui também a «dor social», da qual o paciente com câncer em fase terminal enfrenta, pois ele também é um sujeito integrante de uma sociedade e que possui questões sociais a serem resolvidas (TÚLIO, 2006).

Portanto, esta dor social deve ser tratada pelo profissional de forma adequada e, neste sentido, o assistente social é o profissional habilitado que trata destas questões. É neste contexto que este profissional se insere, levando a sua contribuição para o tratamento de um paciente com câncer, que é tratado por uma equipe de cuidados paliativos. A ação facilitadora do Assistente Social é um ponto alto em uma equipa multidisciplinar de cuidados paliativos, pois a confiança que é construída durante o processo de intervenção junto a este paciente contribui para o crescimento de um vínculo de confiança, entre profissional e paciente.

Segundo Carvalho (2013), o desenvolvimento das áreas médico-biológicas tem proporcionado às pessoas com doenças degenerativas novas possibilidades de tratamento, que permitem ao sujeito conviver com a doença por um período relativamente prolongado, entretanto, estes sujeitos necessitam de um acompanhamento diferenciado assim como também a família, este trabalho é realizado por uma equipa multidisciplinar e conhecido como Cuidados Paliativos.

O Assistente Social, dentro da equipa em cuidados paliativos desenvolve ações que visam identificar paciente, traçando um perfil social do mesmo, fazendo sempre uma relação com a família que, juntamente participa desse processo e sofre os mesmos determinantes, que revelam a importância dessa concessão de direitos para que possam minimizar essas condições postas, levando em conta as inúmeras dificuldades que se colocam nesse processo no processo de adoecimento sem uma possibilidade de cura. Através de visitas, mediação em processos burocráticos, como realização de exames acesso a benefícios assistenciais e providenciarias, gratuidades de muitos serviços e a interação ou mediação entre paciente e os demais profissionais ou instituição o Assistente Social entre outros (MEDEIROS, 2015).

Sendo assim, o papel do Assistente Social no tratamento em cuidados paliativos abrange três direções: o doente, a família e a equipa de profissionais, em que será necessária a

interlocução desses, além de estar articulado com a rede de serviços de outros setores, para que possa fazer a mediação em todo o processo, juntamente com a equipa interdisciplinar, na identificação das demandas o que pressupõe o conhecimento da realidade e condições objetivas do sujeito e suas vivências cotidianas, para a efetivação dos direitos dos utentes de modo satisfatório.

Segundo Medeiros (2015), a importância do acolhimento é vista como uma forma de dar uma resposta positiva ao paciente e de retirar o foco apenas do médico e trazer a importância da equipa multidisciplinar para que o paciente seja atendido em sua totalidade, e que seja um atendimento qualificado e que não seja feito de forma isolada, mas pressupõe a ideia de troca de saberes e uma educação permanente e referente ao Serviço Social.

O autor destaca ainda que, os métodos utilizados, que dão referência ao que seja acolhimento na prática do Assistente Social, como uma forma de conhecer a realidade do paciente e trazer uma resposta positiva no atendimento das demandas sociais referentes à viabilização do acesso a direitos sociais.

Segundo Lanza (2012), nesse processo é necessário que o Assistente Social conheça a realidade e atenda as demandas, tendo o domínio dos conhecimentos e das informações para que possa utilizar os instrumentos necessários para atender as necessidades dos usuários e da instituição com qualidade e abrangência, sempre direcionadas pelo código de ética da profissão utilizando suas competências e atribuições a favor da classe trabalhadora.

O diagnóstico de uma doença incurável, a perspectiva do final da vida e, conseqüentemente o confronto com a proximidade da morte provoca um sofrimento imensurável e, ao mesmo tempo inevitável.

Segundo Vanzini (2010,190), evidencia, através de uma citação do livro *Intervenção emocional em Cuidados Paliativos* (2003), dos autores Pilar Arranz, Javier Barbero, Pilar Barreto e Ramón Bayes, dizendo

“Que o homem e não apenas o homem doente sofre é óbvio; o sofrimento, gostando ou não, faz parte da condição humana. (...) Actua como princípio de realidade que reconcilia o homem com a sua imagem, por si só contingente e limitada. E quando entra na fase final de vida, a existência de sofrimento é quase imediata no doente e na sua família.”

Ao trabalhar com doentes de Cuidados Paliativos o Assistente Social deve, mais que apostar na relação, investir na compreensão da realidade do doente que promova o conforto e o respeito pelas decisões do outro. Mais que accionar todos os recursos de que se dispõe, importa satisfazer as necessidades reais dos doentes e familiares para que as estratégias definidas sejam verdadeiramente concretizadas (VANZINI, 2010).

A visão da doença como um processo (integral) pretende que, no âmbito da sua profissão, cada profissional contribua para o alívio da dor e sofrimento dos doentes e familiares. Requer por isso um trabalho multidisciplinar. A multidisciplinariedade é, na sua essência, estimulante uma vez que conjuga seres únicos, irrepetíveis e com saberes distintos e variados na concretização de um objetivo.

Em Cuidados Paliativos, o objetivo geral da equipa multidisciplinar consiste, na promoção de conforto e qualidade de vida. Os objetivos específicos serão definidos mediante as deliberações terapêuticas e com o plano de atuação estabelecido (CÁRCER, 2000).

Assim sentido, a demanda por profissionais de diferentes áreas é uma exigência, mas deve ser suplantada pela sensibilidade, pelo compromisso e por competências pessoais para que a resposta seja efetivamente integral.

É neste sentido que Vanzini (2010, 188) considera que o trabalho interdisciplinar é um desafio com um valor imenso por favorecer um “*verdadeiro exercício de diálogo, consenso e de aprendizagem.*”. A riqueza das equipas reside na heterogeneidade que as caracteriza e nas habilidades dos seus membros, nas quais deve imperar o acordo e uma comunicação eficaz que, mesmo aquando de uma situação de divergência, não se perde o objetivo de vista.

A atuação de um Assistente Social diante de uma equipa de cuidados paliativos se torna essencial, pois, este profissional irá tratar o indivíduo que, além de tratamentos físicos, psicológico, espiritual, possui também a dor social, da qual o paciente em fase terminal enfrenta, visto que, ele também é um sujeito integrante de uma sociedade e que possui questões sociais a serem resolvidas. Portanto, esta dor social deve ser tratada pelo profissional de forma adequada e, neste sentido, o Assistente Social é o profissional habilitado que trata destas questões.

É neste contexto que este profissional se insere, levando a sua contribuição para o tratamento de um paciente com câncer, que é tratado por uma equipa de cuidados paliativos. A ação facilitadora do Assistente Social é um ponto alto, em uma equipa de cuidados paliativos, pois, a confiança que é construída durante o processo de intervenção junto a este paciente, contribui para o crescimento de um vínculo de confiança entre profissional e paciente, onde o Assistente Social desempenha papéis importantes, em equipas de cuidados paliativos

Nesse sentido, o Assistente Social, como profissional de Saúde, possui competências para intervir junto aos fenómenos socioculturais, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida de doentes. Todos os profissionais envolvidos na área da saúde devem se preocupar com o ser humano. Assim como têm que desenvolver meios para oferecerem oportunidades de uma existência mais digna, compreensiva e menos solitária, no momento da doença.

Sabe-se que o campo de ação do Serviço Social implica um contato direto com o paciente e sua família, a partir de investigações de situações culturais, ambientais, sociais, pessoais, psicológicas e financeiras do paciente. Dessa forma, identificam-se problemas que possam vir a comprometer o tratamento da doença, bem como afetar a vida do paciente e de seus familiares.

A atuação perpassa ainda o apoio, acolhimento, para que o processo de morte seja para o doente e sua família o mais confortável possível, com uma saudável tranquilidade. A intervenção educativa junto aos familiares busca construir e auxiliar a tarefa em que o cuidado possa ser realizado com confiança, percebendo no Assistente Social, um profissional em que a aliança e parceria serão viabilizadas, para que a família possa lidar com a situação da melhor forma possível, ou seja, cuidar de um doente em que os laços afetivos são fortes e ainda, se sentir capaz e a perspectiva da orientação dos direitos sociais, tanto do doente quanto da família, na qualidade de cuidador.

Guadalupe & Silva (2015) apresentam um Protocolo de Intervenção do Serviço Social em Cuidados Paliativos composto por 7 (sete) etapas, passo a passo, para intervenção, caracterizando o papel do Assistente Social, abordando de uma forma mais prática e instrutiva a atuação profissional, ficando assim:

1. Acolhimento social individualizado ao paciente e familiar à beira leito e ambulatorial: acolhimento enquanto ferramenta de intervenção para todo atendimento realizado;
2. Intervenção social para identificação de demanda: utilização da entrevista para colecta de informações pessoais, familiares e conjunturais importantes;
3. Reunião Multidisciplinar Familiar: objetiva inserir os familiares a nova realidade de vida do paciente de Cuidados Paliativos;
4. Socialização de direitos do paciente em Cuidados Paliativos (Saúde, Assistência, Previdência, Trabalhista): visando facilitar o acesso a benefícios e direitos;
5. Alta Responsável: alta médica e alta social deve acontecer concomitantemente;
6. Atendimento social após notificação de óbito: apoio necessário para o enfrentamento da questão;
7. Projeto Carta de Condolências: promover o conforto e o cuidados após a morte e favorecer o fechamento de um ciclo e a despedida da equipe em relação aos familiares.

Nos cuidados paliativos, a atuação do assistente social deve buscar colocar o teórico e a prática nas relações com o paciente visando reconhecê-lo como único e dono de sua história mantendo assim sua singularidade.

É fundamental ter uma escuta e acolhimento, auxiliando assim, todos os envolvidos, e compreendendo o processo que envolve a terminalidade e os desafios que envolvem equipa, família e paciente, na tomada de decisões, reconhecendo as possibilidades do cuidado e atenção encaminhando para rede de apoio e auxiliando em burocracias que irão surgir durante o processo. Por fim, deve garantir ao paciente durante seu tratamento os recursos existentes, ao atendimento humanizado digno e amenizar sofrimento, respeitando e preservando os desejos do paciente.

Análise dos resultados

O estudo pesquisou os conhecimentos, que uma amostra da população do Hospital Josina Machel, Maria-Pia possui, em particular os profissionais que trabalham na mesma instituição hospitalar, nas enfermarias de Angiologia e Infectologia, sobre os cuidados paliativos, bem como a importância da atuação do Assistente Social nesta área.

O estudo traz ainda um conjunto de depoimentos de utentes, partindo da sua perspectiva de compreensão e análise do fenómeno em estudo, tendo por base as respostas dadas pelos indivíduos entrevistados.

Quadro nº 30: Concepção e finalidade dos cuidados paliativos na visão do Serviço Social na enfermaria do Hospital Josina Machel

Assistente Social 1: <i>“O cuidado paliativo é uma forma de humanizar os serviços prestados aos usuários para confortar o atendimento hospitalar”</i>
Assistente Social 2: <i>“Caracteriza-se por ajuda de emocional ou material que tende a promover o bem-estar do paciente”.</i>
Assistente Social 3: <i>“O cuidado paliativo é conceituado como sendo “uma tática de trabalho empregada quando não há mais possibilidade de tratamento e o paciente estiver em condição de terminal”</i>
Assistente Social 4: <i>“É uma actividade compensadora que englobam qualquer doença que ameace a vida por ser progressiva ou até mesmo incurável”.</i>

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Ao refletir em torno das respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa, entende-se que, todos têm noção sobre o cuidado paliativo, como sendo uma estratégia clínica multidisciplinar, que visa cuidar os pacientes e seus familiares, em todos os aspectos (físico, mental, espiritual e social).

Compreende-se ainda que, os cuidados paliativos são aconselhados para todos os pacientes (e familiares) com doença crônica, durante a vida por qualquer diagnóstico, independentemente da idade, e a qualquer momento da doença em que eles tenham expectativas, ou necessidades não atendidas.

Quadro nº 31: Pacientes portadores de doenças crônicas que necessitam de cuidados paliativos na enfermaria do Hospital Josina Machel

Assistente Social 1: <i>“os pacientes que de forma geral necessitam de cuidados paliativos são aqueles que vivem com doenças crônicas, sejam elas transmissíveis ou não”.</i>
Assistente Social 2: <i>“o facto de ser um paciente internado nos cuidados intensivos” faz que se activa estratégia de atendimento a nível dois cuidados primários”.</i>
Assistente Social 3: <i>“os pacientes que necessitam de cuidados paliativos “são todos aqueles que se encontram em situação clínica terminal”.</i>
Assistente Social 4: <i>“patologias inerentes a “metástase, úlceras de pressão, problemas psicossociais relacionados à terminalidade, sintomas incontrolláveis, necessidade de sonda enteral, necessidade de oxigeno-terapia contínua e com a necessidade de hemodiálise frequente” são as que mais demandam a intervenção de cuidados paliativos”.</i>

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

As respostas apresentadas demonstram que, os pacientes com necessidade de cuidados paliativos são selecionados através de alguns critérios de indigências clínicas, dentre as quais: cronicidade patológica (transmissível ou não transmissível), internamento intensivo, situação clínica terminal ou incontrollável.

Nesta lista de critérios, verifica-se muitos pacientes com necessidades de cuidados paliativos, no Hospital Josina Machel, caracterizado pela fragilidade da idade idosa, diabetes, HIV/SIDA, feridas crônicas e insuficiência renal. Este cenário de demandas é que tem determinado os critérios de seleção de pacientes, que precisam de intervenção clínica, por via dos cuidados paliativos.

Quadro nº 32: Tipos de cuidados paliativos atribuídos aos pacientes portadores de doenças crônicas na enfermaria do Hospital

Assistente Social 1: <i>“têm apoiado as famílias para ajudar nos cuidados nessa fase, bem como a averiguação se há conflitos ou obstáculos sociais que podem impedir que seu tratamento seja realizado de forma adequada”.</i>
Assistente Social 2: <i>“os tipos de cuidados paliativos são no sentido de direccionar “ajuda aos pacientes aliviar o sofrimento da doença através de encaminhamentos e requisição de cuidados”.</i>
Assistente Social 3: <i>“os mesmos fazem uma “escuta atenta e activa, bem como a realização dos últimos anseios do paciente”</i>
Assistente Social 4: <i>“fizemos a pontualização frequente das reais e possíveis necessidades dos pacientes”.</i>

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

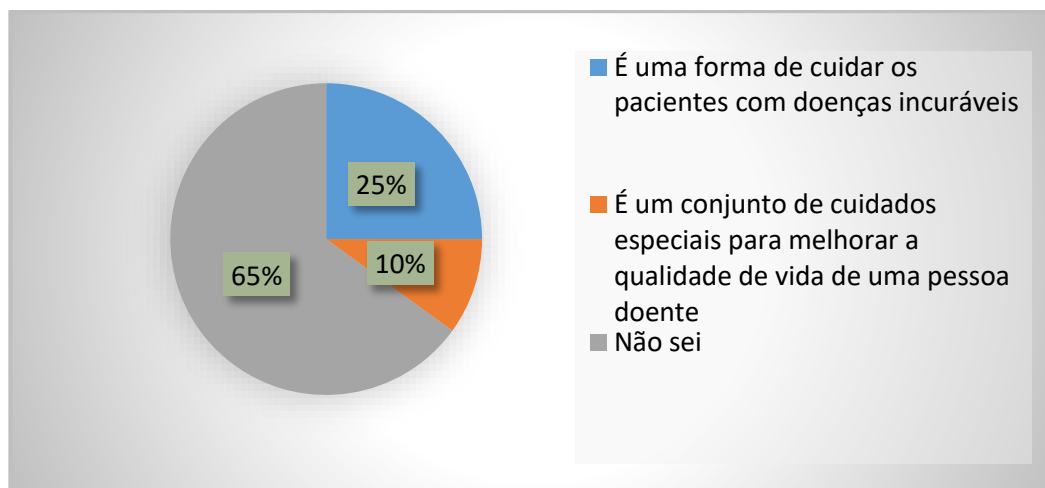
Neste sentido compreende-se a grande utilidade da figura do Assistente Social, na efectivação dos cuidados paliativos, desde o diagnóstico até a intervenção, focada no paciente e suas famílias e as outras instituições de apoio social.

No que diz respeito aos tipos de cuidados paliativos, atribuídos aos pacientes portadores de doenças crônicas, nas enfermarias do Hospital Josina Machel, através dos Assistentes Sociais, destaca-se: garantia de direito dos usuários e seus familiares; garantia de qualidade de vida dos usuários e familiares; visitas periódicas; viabilização de direitos sociais e previdenciários; mediação entre a equipa multiprofissional e família; informação à equipa sobre quem é o usuário biograficamente.

Os dados apresentados e analisados a seguir são resultado de questionários dirigidos aos pacientes portadores de doenças crônicas, atendidos nas enfermarias do Hospital Josina Machel, com a intenção de expor uma abordagem diversificada, sobre aquilo que eles entendem, a respeito dos cuidados paliativos, desde os conceitos, sua relevância no contexto de saúde, bem como o papel do Serviço Social, na efetivação desta estratégia de atendimento clínico.

“O conhecimento acadêmico e científico é diferente de sabedoria. Conhecimento não é só uma questão de saber, mas é o compromisso que eu tenho com aquilo que eu sei”⁶.

Gráfico nº 5: Entendimento dos pacientes sobre o conceito de cuidados paliativos



Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

O gráfico anterior demonstra o conhecimento que os pacientes têm sobre os cuidados paliativos. De acordo com os dados, 65% dos pacientes inqueridos não sabem o que são cuidados paliativos. Já 25% dos pacientes inqueridos afirmam que cuidados paliativos “*é uma forma de cuidar os pacientes com doenças incuráveis*” e 10% dos pacientes inqueridos

⁶ Intervenção da Professora Doutora Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, no encontro do GEFORMSS-UNESP, dia 28 de Junho de 2022.

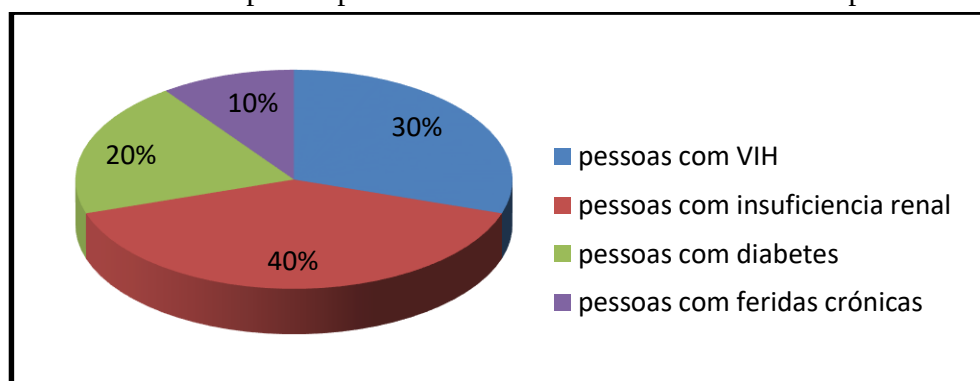
compreendem que, cuidados paliativos “*é um conjunto de cuidados especiais para melhorar a qualidade de vida de uma pessoa doente*”.

Estes dados conciliam com a tese defendida por Lucchetti; et al. (2009) quando afirma, que, há uma falta de informações sobre o que é cuidado paliativo, pacientes que recebem estes cuidados e suas condições sociais, quais as principais doenças que os acometem, qual o grau de dependência no dia-a-dia, entre outras.

Esta visão, defendida pelos autores anteriores, leva a percepção de que, há uma necessidade de se socializar informações, sobre os procedimentos clínicos, em particular os cuidados paliativos, bem como apontar caminhos, que visam evitar a incidência de doenças crônicas no seio da sociedade, visto que, as doenças crônicas e os cuidados paliativos têm uma estreita ligação. Quanto maior for a educação para a saúde, maior probabilidade de promover o bem-estar coletivo. No entanto, a via mais criteriosa para não se chegar aos cuidados paliativos consiste na prevenção de doenças crônicas.

Importa aqui sublinhar que, em alguns casos, verifica-se que o conhecimento sobre o tema é inadequado, no sentido de existir uma confusão entre a noção de cuidados paliativos e a noção de cuidados continuados. É possível detectar isto, através de afirmações como “prestar cuidados de saúde a pessoas e crianças doentes”, “tratar pessoas em estado crítico”, “reabilitar pessoas”. Desse modo, julga-se necessário promover mais informações e divulgação dessa forma de tratamento, sobretudo, para os doentes internados nas enfermarias de Angiologia e Infectologia do Hospital Josina Machel.

Gráfico nº 6: Tipos de pacientes com necessidade de cuidados paliativos



Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

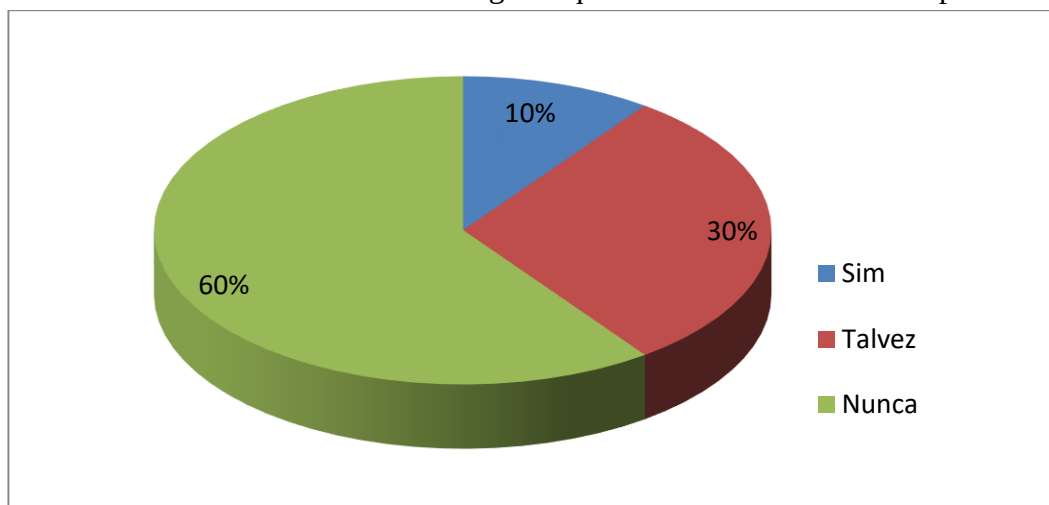
O gráfico número 6 apresenta os tipos de pacientes com necessidades prioritárias de cuidados primários. Em relação as respostas obtidas, conferiu-se que, 40% dos pacientes acreditam que, os portadores de insuficiência renal são os pacientes que necessitam de cuidados paliativos. Já no

entender de 30% confere que os portadores de HIV Sida são os pacientes que necessitam de cuidados paliativos.

De acordo com Maciel (2008), os idosos estão na lista das doenças mais recorrentes as situações de demência, doença renal crônica, insuficiência cardíaca, doença pulmonar obstrutiva crônica, fragilidade, câncer e outras. Todas são indicações de uma abordagem e seguimento paliativo.

Os idosos são quem mais precisa de cuidados paliativos, por apresentarem maior prevalência de doenças crônicas degenerativas, para as quais não existe tratamento curativo, e podem se prolongar por tempo indeterminado. Porém, crianças e adultos das mais diversas faixas etárias podem também, necessitar deste tipo de abordagem e profissionais de cuidados paliativos vão lidar com elas, caso a caso.

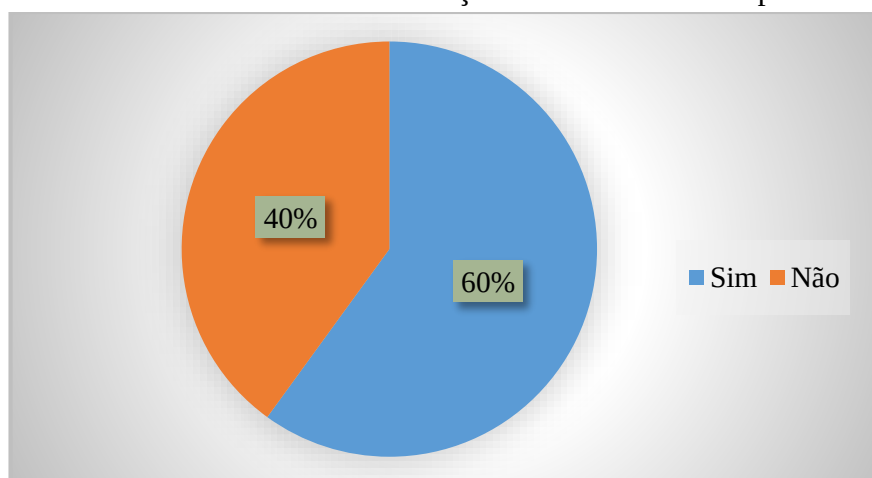
Gráfico nº 7: Conhecimento sobre alguém que tenha recebido cuidados paliativos



Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

O gráfico anterior tende a conferir, por parte dos pacientes, sobre o conhecimento que os mesmos têm em relação a efetivação dos cuidados paliativos. Sendo assim, na visão de 60% dos pacientes inqueridos entende-se que “*nunca*” viram alguém a receber cuidados paliativos. Outros pacientes inqueridos afirmam que “*talvez*” já viram alguém a receber cuidados paliativos e, apenas um pequeno número admite ter visto alguém a recebendo cuidados paliativos.

Nesse sentido, vale reforçar a necessidade de maior informação sobre os cuidados paliativos, tanto nos hospitais, quanto em outros espaços de convívio social, no sentido de permitir a tomada de conhecimento e garantir a prevenção.

Gráfico nº 8: Relevância do Serviço Social nos cuidados paliativos

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

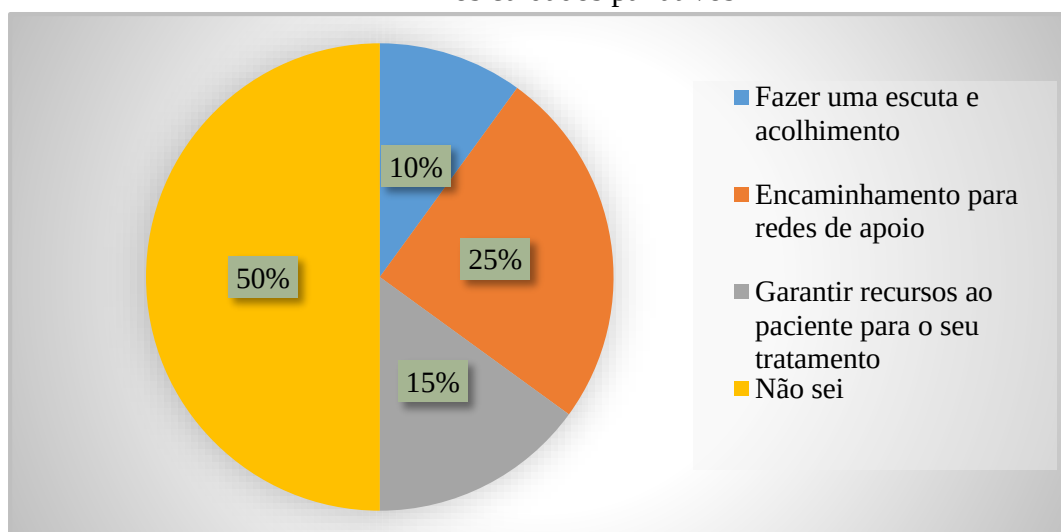
O gráfico anterior demonstra a relevância que os pacientes atribuem ao Serviço Social, em relação aos cuidados paliativos, onde se pode verificar uma maioria a concordar com esta tendência, ao afirmarem que, a profissão é relevante para o exercício dos cuidados paliativos. Os que admitem não ser importante, são os que possuem pouca informação sobre o Serviço Social e cuidados paliativos.

Os profissionais do Serviço Social estão imbricados com os Cuidados Paliativos, desde o início da implementação do conceito na área de saúde, visto que, segundo Hughes et al (2014), historicamente, os Assistentes Sociais estiveram envolvidos desde o início do moderno movimento de cuidados paliativos e, subsequente, no desenvolvimento de cuidados paliativos especializados, tanto no Reino Unido, como em lugares, como nos EUA.

No outro prisma ideológico, afirma-se que a doença afeta individualmente o paciente, e suas consequências afetam também a família, bem como todos os que vivem, ou trabalham com o paciente. Atendendo a integralidade de que é requisitada pelo conceito de saúde, constata-se a necessidade da inclusão do Serviço Social, para intervir sobre as questões sociais, que influenciam diretamente sobre o processo saúde-doença.

Além disso, o processo de saúde-doença demanda a envolvimento de uma rede de suporte coesa e eficiente, vínculo este, que deve ser fortalecido ao nível da atuação do Serviço Social.

Gráfico n° 9: Conhecimento da importância do Assistente Social nos cuidados paliativos



Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

A partir do gráfico anterior, demonstra-se o papel do Serviço Social na equipa clínica dos cuidados paliativos, na visão dos pacientes inqueridos, apesar da maioria considerar não ter conhecimento do Serviço Social. Mas, um quarto, ou seja, 25% dos pacientes inqueridos afirmam que o papel do Serviço Social nos cuidados paliativos é fundamental, como garantia nos cuidados de apoio e tratamento.

Através desta categorização das respostas e da análise das mesmas, pode-se concluir que, o Assistente Social é necessário, numa equipa de cuidados paliativos, conforme expresso pela maioria dos participantes no estudo, e que o seu papel passa pela orientação psicossocial e encaminhamento das famílias, pela averiguação e resposta as necessidades dos pacientes, proporcionando uma melhor qualidade de vida e por estabelecer condições económicas para a realização de tratamento.

O estudo analisou os depoimentos de 4 (quatro) sujeitos, entrevistados sobre a importância do Assistente Social no tratamento de pacientes com Cuidados Paliativos nas Enfermarias de Angiologia e Infectologia do Hospital Josina Machel, Maria-Pia, cujos conteúdos passamos a descrever de modo qualitativo:

E₁: ...Considero muito importante, a inserção deste profissional nos cuidados paliativos, porque o exercício profissional, expressão material e concreta do processo de trabalho do Assistente Social, explicita a dimensão política da profissão e o reconhecimento da condição de sujeitos de direitos, daqueles com os quais atua, tendo por fim último a sua emancipação social;

E₂: o Assistente Social reconhece, no seu dia-a-dia, práticas de capacitação dos doentes e das famílias, pelo fato dos doentes em fase terminal de vida apresentarem, de forma progressiva, perda de autonomia, o Assistente Social legítima práticas de capacitação, embora com alguns limites. Contudo, é fundamental que o profissional tenha em consideração esses limites, quando fomenta a participação de todos os envolvidos no processo terapêutico, para que esta não seja violenta e opressiva. O Assistente Social deve centrar a sua observação no íntimo de cada um. Só assim, conseguirá capacitar as pessoas com vista a ganhos de autonomia e de responsabilização (limitadas), é possível trabalhar esse íntimo, ou seja, a subjetividade, mas que não seja através do recurso, a mecanismo de controlo;

E₃: o Assistente Social promove advocacia, por seu lado, refere-se a defesa de quem se encontra desprotegido. Concebe a advocacia como um serviço que defende as visões e as necessidades dos doentes, um conjunto de aptidões ou técnicas para fazer a defesa dos seus doentes e a interpretação de pessoas impotentes junto de grupos poderosos;

E₄: na área dos Cuidados Paliativos, o Assistente Social é equacionado enquanto agente activo na definição e realização de programas de prevenção e promoção da saúde, de intervenção comunitária, na educação e informação em saúde, na mobilização, organização e coordenação das entidades e atores sociais, relevantes para a prestação de cuidados de saúde e sociais.

Com esta investigação consegue-se perceber que, de fato, a amostra tem conhecimentos relativamente aos cuidados paliativos, bem como o papel do Serviço Social nesta área, em específico, apesar de uma pequena percentagem da amostra apresentar um conhecimento desadequado, relativamente ao tema.

O incremento dos cuidados paliativos em Angola trouxe uma perspectiva, para se investir sobre a mesma área. Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo conhecer a importância do Assistente Social, no tratamento de pacientes com cuidados paliativos, nas

Enfermarias de Angiologia e Infectologia do Hospital Josina Machel, Maria-Pia, na província de Luanda, para que se conseguisse perceber a atuação deste profissional, sobre a temática.

A maior parte da ação do Assistente Social nos cuidados paliativos é desenvolvida com a família dos doentes. A família é muito importante, para o doente, enquanto existir a doença. É importante, para o/a Assistente Social, perceber qual o lugar que o doente ocupa na família, quais as ligações consolidadas e o tipo de relação que mantém com os seus cuidadores, ou seja, deve-se compreender, como a família se encontra organizada.

O estudo sugere que, se deve investir mais na inserção do Assistente Social, nas unidades hospitalares, de modo a poder compreender a abrangência do ramo profissional, na problemática dos cuidados paliativos, por um lado. Por outro, que exista uma articulação dos Assistentes Sociais, num trabalho multidisciplinar, com outros profissionais de saúde, com quem trabalham. E ainda, que o Assistente Social deve promover o controlo dos sintomas, o apoio psicológico, emocional e espiritual, o acompanhamento no processo de interdisciplinaridade, assumindo um papel de capacitador, na ação de cuidados paliativos.

4.5 O impacto psicossocial da gravidez na adolescência: uma análise da temática à luz do serviço social

Autores: Maria Emaculada Campos Morais; Tatiana Rosário José; Maricelma Graças Domingos António; Ricardina Guilhermina Domingos António

Esta temática foi pesquisada em dois campos de estágio, nomeadamente, no Centro Materno Infantil Wenji Maka II e, na comunidade do Bairro Chinguar, Distrito Urbano do Benfica situados na província de Luanda, no Município de Talatona.

Historicamente, o Centro de Materno Infantil Wenji Maka II, foi construído no período de 2009 a 2011, por uma ONG Italiana ENI FOUNDATION. O mesmo passou a funcionar no ano seguinte, isto é, a partir do dia 12 de Outubro de 2012. Mas, anteriormente, os serviços médicos e medicamentosos eram prestados no bairro Bondo Chapé. O mesmo não possui um Decreto de criação, por não ter sido inaugurado⁷.

Na altura, o C. M.I.W.M II fazia parte no Município de Kilamba-Kiaxi, Bairro da Sapú. Atualmente, o Centro em causa, encontra-se situado no Município de Talatona.

⁷ Informação prestada pelo Administrador do Centro Materno Infantil Wenji Maka II, no ano de 2019.

O Bairro Chinguar, como é conhecido, pertence à comuna do Benfica⁸ e, é constituído por indivíduos provenientes de várias províncias de Angola, como: Cuanza Sul, Bié, Lubango, Huambo e Namibe.

Quanto à sua origem, o Bairro recebe o nome Chinguar, simplesmente pelo fato do mesmo ser inicialmente habitado por populações oriundas do Sul e centro de Angola, com destaque para os bienos (província do Bié), vindos da comuna com o nome de Chinguar.

O Bairro do Chinguar, atualmente pertence ao Distrito Urbano do Benfica, município do Talatona na Província de Luanda, e tem uma entidade administrativa, representada por uma Comissão de Moradores. O mesmo está constituído por um Centro Materno Infantil, 3 (Três) postos Médico, 2 (Duas) escolas Públicas, 20 (Vinte) Armazéns comerciais, 2 (Dois) Mercados, 3 Padarias (Três), 1 (Uma) Esquadra Policial e 1 (um) Cemitério.

4.5.1 O impacto da gravidez na adolescência e seus efeitos na família

Muitos são os estudos, que tentam esclarecer os motivos que levam à ocorrência da gravidez na adolescência, pois, alguns deles consideram-na um problema, e até mesmo, uma epidemia. Nesta pesquisa, parte-se do pressuposto de que, a ocorrência da gravidez precoce não consiste em grave problema, e sim, que uma gravidez não planejada, pode gerar problemas e dificuldades, em qualquer fase do desenvolvimento humano, seja na adolescência, na idade adulta, ou mesmo, no climatério.

A adolescência constitui-se, como uma fase confusa, caracterizada por incertezas, modificações corporais e psicológicas intensas e maior exposição de ideias contrárias àquelas impostas pela sociedade, ou até mesmo, pelos pais.

Os adolescentes poderiam passar a acreditar que o sexo e a gravidez não necessitam de cuidados e atitudes responsáveis. Essas informações podem funcionar como estímulo e gerar um grave comprometimento social, porque exacerbam o pensamento mágico-onipotente característico dessa fase. Passam a estimular condutas e comportamentos pelos quais o erotismo, o corpo escultural e o prazer sexual são vistos como condição

⁸ - Benfica, uma comuna muito antiga, com histórias muito brilhante e significativa, para quem o visita, o mesmo existe por volta de 1991 até a data presente. Actualmente o Benfica é um Distrito Urbano e Comuna angolana que se localiza na província de Luanda, pertencente ao município de Talatona.

fundamental para a pessoa encontrar a felicidade e o sexo é tratado como mercadoria de consumo (DUARTE, 1998, apud RIBEIRO, 2003, p.187).

O perigo que cerca o adolescente em sua formação, se encontra justamente, onde ele está passando a maior parte do seu tempo sem orientação; o discípulo se parece com seu discipulador e, se os pais são este veículo de orientação, então a família saudável estará refletindo neste contexto na vida do adolescente; se é a escola que está usufruindo, as horas disponíveis em que o aluno adolescente está sob seu domínio, transmitindo informações de conduta, então o carácter escolar estará estampado na vida deste aluno.

Davidoff (2012, p.464) apresenta a seguinte perspectiva da adolescência:

[...] uma série de desafios emerge durante a adolescência, um período de transição entre a infância e a vida adulta e que se estende dos 13 aos 18 anos. Mais precisamente, os adolescentes necessitam organizar as exigências e expectativas conflitantes da família, da comunidade e dos amigos; desenvolver percepções das mudanças que se operam no corpo e no leque de necessidades; estabelecer independência; e conceber uma identidade para a vida adulta.

A transição da infância para a fase adulta é desencadeada por meio de algumas transformações, inclusive as fisiológicas. O desenvolvimento desenfreado de hormônios, característico dessa etapa da vida, marca o início da puberdade, que implica em alterações tanto no corpo feminino, quanto no masculino.

Nos rapazes, ocorre o crescimento de pêlos pubianos e nas axilas. Aumento do pênis e testículos, alterações e engrossamento de voz e a primeira ejaculação. Nas meninas, o surgimento da menarca (1ª menstruação), desenvolvimento das glândulas mamárias, crescimento de pêlos pubianos e nas axilas e aumento dos quadris.

Nos dois gêneros, acontecem as primeiras etapas da fase de reprodução humana. Logo, inicia-se o amadurecimento do comportamento pessoal, a atratividade pelo sexo oposto e o contato com a sexualidade.

As capacidades cognitivas emergentes, ajudam os jovens a lidar com essas realidades e tarefas, capazes de lidar com ideias abstratas, de forma mais lógica e preparada, do que nos anos da infância, os adolescentes tendem a examinar os acontecimentos de maneira crítica e refletida, considerando alternativas, para problemas e localizando contradições.

A adolescência caracteriza-se por ser um período de vida, situado entre a infância e a vida adulta, que possui características específicas. Neste período, o adolescente encontra-se frente a uma série de tarefas desenvolvimentais: a separação progressiva dos pais, a construção da sua identidade, o luto pelo corpo infantil, a busca de novas identificações para além da família, entre outras. Nesse cenário podem surgir dificuldades tanto para o adolescente quanto para seus pais e pessoas de seus contextos de desenvolvimento próximo (BERTHOUD, 2002).

Os padrões culturais, como Guy Rocher chama, podem ser vistos como elemento *sine qua non*, para a preparação de uma gravidez, apesar da sua distinção de contexto social diferente, para cada sociedade ser diferente. Tal, é o caso do Bantu de Angola, onde, em algum caso, a adolescente ao atingir a primeira menstruação deve passar para o processo de incisão ritos de iniciação feminina, como *Efindula*, *Efiko*⁹ entre outros, que a consagra e a entroniza-a ao estágio de maternidade.

Na África e, mais especificamente em Angola, as estatísticas são duvidosas ou inexistentes, tendo em conta que os sistemas de saúde são imperfeitos com poucos recursos, fazendo com que, uma maioria da população escape às estatísticas oficiais, devido à falta de ingressos por parte desta, na assistência aos centros de saúde. No entanto, o aumento na frequência de ocorrência e os possíveis problemas a ela associados, justificam a preocupação com a gravidez adolescente.

Em Angola, a temática da gravidez na adolescência se constitui em um grande desafio, para diversos campos do conhecimento e, em especial, para a Saúde Pública, uma vez que, tanto o início da vida sexual, quanto reprodutiva dos jovens, tem ocorrido cada vez mais cedo.

Na sociedade atual, as mudanças têm ocorrido em ritmo acelerado. As sociedades urbanas, em geral, tornaram-se cada vez mais complexas, exigindo maior qualificação escolar e profissional dos jovens, para inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na vida adulta. Desta forma, a gravidez na adolescência, que vem aumentando no mundo, é motivo de preocupação, por representar um paradoxo, dentro das exigências da sociedade atual.

A gravidez na adolescência é um fenómeno que vem sendo discutido a cada ano, no nosso país, mas, sem conclusões e recomendações eficientes concretas e, geralmente, os discursos políticos andam de mãos separadas com as execuções práticas, de certas políticas públicas, ligadas ao setor da saúde dos adolescentes, e suas conseqüências na família.

A abordagem da gravidez na adolescência ainda é um tema controverso, pelo fato de existirem autores que defendem, por si só, não devendo ser considerada como fator de risco,

⁹ - O *éfiko*, também conhecido por *fiko*, *ehiko* ou ainda *efuko* entre os *nhãneka-humbi* e seus subgrupos étnicos como os *muila* (conhecidos popularmente por *mumuilas*) e os *handá*, segundo relatos orais de autoridades participantes, significa “maturidade” como parte de um processo de ensino e aprendizagem, designado por ritual de iniciação feminina, ao qual as jovens em idade compreendida dos 12 aos 18 anos de idade devem ser submetidas, a fim de “se tornarem mulheres”, preparadas para o matrimônio ou a vida conjugal. O *ekwendje*, por sua vez, seria a designação para o ritual de iniciação masculina ligado estreitamente à circuncisão, no qual é feita remoção do prepúcio e testada a coragem e vigorosidade dos “homens” por meio de provas de força e coragem (GASPAR, 2018, p.11).

pois, existem outros, como o nível socioeconómico e as condições de saúde materna, que exercem maior influência, do que a idade cronológica da adolescente grávida.

Entende-se, portanto, que a condição de desenvolvimento da adolescente e sua família, estão inscritas num contexto social mais amplo, que envolve, inclusive, questões legais e institucionais, sendo imprescindível considerar este conjunto, na compreensão sobre a gravidez na adolescência e suas repercussões, compreendido, neste trabalho, enquanto transformações que ocorrem a partir da gestação, abrangendo tanto a subjetividade e relações afetivas da adolescente, quanto mudanças em seus projetos de vida, inserção profissional, condições financeiras, relações sociais e institucionais.

Existe o entendimento de que, a caracterização da adolescência não se define apenas, pela idade, mas também, pelas transformações físicas, cognitivas e sociais, que se verificam no corpo dos/ das adolescentes.

A ocorrência da gravidez na adolescência não apresenta uma causa única, mas, um conjunto de variáveis inter-relacionadas, principalmente, aquelas envolvidas com a vida da adolescente, em seu meio social. Atualmente, há muitas mudanças de valores e hábitos culturais, sobre a sexualidade, e a questão da gravidez na adolescência não pode ser considerada independente, desse contexto.

A gravidez é um evento, resultante da fecundação do ovulo (ovócito) pelo espermatozoide. Habitualmente, ocorre dentro do útero e, é responsável pela geração de um novo ser.

Segundo Grici (1994), a mulher é condicionada, desde a sua infância, para ser mãe, através de bonecas, brincadeiras de casinhas, todo o seu condicionamento, voltado para a maternidade. Toda esta visão, acerca da maternidade, consiera que, atualmente, muitas são as expetativas, que acompanhavam, desde a gestação da mulher, até a criação dos seus filhos.

A gravidez na adolescência é, então, percebida como um elemento, que impossibilita a conclusão da escolaridade, o que, quase num efeito de ciclo vicioso, iria impedir uma maior qualidade de vida, para a adolescente e para o seu filho. O fato da gravidez estar associada, de forma direta, à situação de pobreza, não implica necessariamente, que este fenómeno seja causa de uma situação de vida mais precária, onde poderia estar a ocorrer uma relação de causa e efeito.

É importante referir que, muitas vezes, a gravidez já ocorre em situações bastante precárias em adolescentes, que pertencem a setores sociais, cujas condições económicas e de saúde, em geral, já eram, em si, também bastante precárias (BARKER & CASTRO, 2002). Por outro lado, é importante perceber o contexto sociocultural em que este fenómeno ocorre.

Num nível mais amplo, podemos assumir que, a mesma sociedade que limita e regula a gravidez, também a alimenta como sendo, de forma social, a “realização da mulher”, como critério de saúde e maturação, dando uma posição diferenciada à mulher, muitas vezes vista como de destaque, ou de ganho. Este fenómeno torna-se mais evidente, em sociedades onde não existem muitas opções de escolha, além da maternidade.

Porém, a evolução da pesquisa permite-nos, neste momento, ter outras perspectivas, acerca deste mesmo tema. Deixou de ser visto, literalmente, como uma causa de uma vida precária e passou a ser visto, como um fenómeno multideterminado, isto é, derivado de várias causas, por um lado, e produzindo várias consequências, por outro. Pode-se afirmar que, a gravidez e a maternidade na adolescência são, ainda hoje, consideradas fatores de risco, acrescido, em relação a alguns critérios de desenvolvimento das adolescentes.

No entanto, enquanto algumas delas não se conseguem adaptar a esta nova realidade, e deixam que este seja um factor de risco bastante elevado, penalizando-as a si própria, e aos seus filhos, outras conseguem fazer, face às dificuldades que vão surgindo, adaptando-se bem, às novas exigências (CANAVARRO, 2001).

Apesar de estarmos a abordar as motivações psicossociais, que levam a adolescente a engravidar, estas podem ser tidas em conta, no plano consciente, mas também, no inconsciente. Os dados acerca da percentagem de gravidezes desejadas, na literatura, são bastante variáveis. No entanto, sabe-se que, a maior parte das gravidezes nesta idade, não são desejadas e, mesmo quando o são, estas motivações são muito, provavelmente, intrínsecas à sua escolha e decisão.

Em relação as motivações psicossociais da maternidade, em adolescentes, são vários os fatores, a serem tidos em conta: por um lado, é necessário não só atuar junto das adolescentes, mas também, junto das suas famílias. Muitas vezes, estas adolescentes provêm de famílias, com um baixo nível sócio-económico, vivendo em habitações muito pequenas, para o número de pessoas, que constitui o seu agregado familiar, o que as leva a passar muito pouco tempo em casa, junto dos seus. Por outro lado, o equilíbrio emocional nas famílias destas jovens altera-se por várias razões (divórcio, ausência de uma das figuras parentais, má relação conjugal, etc.).

O sexo acaba, então, por funcionar como fuga à sua realidade, ou à negação da mesma. Neste sentido, a gravidez pode vir a ser vista como sendo: a afirmação da sua feminilidade ou da sua identidade, a competição com a sua própria mãe ou, pelo contrário, a aproximação à mesma, uma forma de conseguir magoar os pais, uma autopunição, ou autodestruição ou compensação de carências afetivas.

Considera-se situação de risco a condição da criança e do adolescente que, por circunstâncias de vida, estão expostas à violência, ao uso de drogas e, à um conjunto de

experiências relacionadas às privações de ordem afetiva, cultural e socioeconômica, que desfavorecem o pleno desenvolvimento biopsicossocial (LESCHER, 2004, p. 11 apud SAMBA, 2014, p. 79).

De acordo com o autor, esta situação traz para as crianças e para as adolescentes inúmeras dificuldades relacionadas à frequência e ao aproveitamento escolar, às suas condições de saúde, às relações afetivas consigo mesmo, com o mundo e outros segmentos como a família, bem como a exposição a um circuito de sociabilidade marcada pela violência, pelo uso de drogas e pelo conflito com a lei.

As dificuldades resultantes do risco social, a que as adolescentes estão expostas, podem constituir-se em obstáculos, ou impedimentos do processo de aprendizagem, tanto em casa, quanto na escola, ou ainda no convívio normal, a que se sujeitam, podendo verificar-se problemas de saúde, ou mesmo de afastamento do contexto familiar e social, de modo geral.

A situação de risco das crianças e dos adolescentes está relacionada à privações de ordens diversas ou necessidades básicas não atendidas, como as baixas condições de socioeconômicas, isto é, a pobreza, a falta de saneamento básico, desemprego dos pais, exclusão social, precariedade das moradias, ambientes insalubres que configuram o seu respectivo cotidiano, ou seja, a palavra risco indica uma situação de vulnerabilidade e perigo (SAMBA, 2014, p.80).

A situação de risco pessoal e social se configura com a exposição da criança e do adolescente, a fatores que ameaçam, ou transgridam a sua integridade física, psicológica ou moral por ação ou omissão da família, de outros agentes sociais, ou do próprio Estado.

Para o mesmo autor, fazem parte dessa categoria, as crianças vítimas de abandono e tráfico, as crianças e adolescentes vítimas de abuso, negligência e maus-tratos na família e nas instituições, as crianças e adolescentes que fazem das ruas seu espaço de luta pela vida e, até mesmo, de moradia, as crianças e adolescentes vítimas de trabalho abusivo e explorador, as crianças e adolescentes prostituídas, os adolescentes em conflito com a lei, outras situações que impliquem ameaças ou violação da integridade física, psicológica, ou moral, a elas expostas.

Molab (apud Samba, 2014), afirma que:

As situações de risco pessoal e social no segmento infanto-juvenil são caracterizadas pelos seguintes elementos: abandono e negligência, abuso e maus-tratos na família e nas instituições, exploração e abuso sexual, trabalho abusivo e explorador (trabalho infantil), tráfico de crianças e adolescentes, uso e tráfico de drogas e, conflito com a lei, em razão de cometimento de acto infraccional. O risco pessoal e social é explicado através de categorias como a pobreza, vulnerabilidade e exclusão social.

A preocupação com a gravidez, na fase da adolescência transcende os problemas relacionados à gestação, ao parto e ao conceito, estando também voltada para os aspectos

relacionados com o adiamento, ou interrupção do seu projecto de vida, comprometendo o desempenho social e a produtividade, por um lado.

Instabilidade emocional, carência afetiva, vulnerabilidade, fragilidade de uma menina, ainda em formação, omissão dos pais, falta de informações e fantasias adolescentes, como as de engravidar, para prender o namorado, ou mostrar aos pais que já é adulta, são alguns dos motivos, que determinam uma gravidez precoce.

A gravidez precoce é consequência de problemas sociais e, é fundamental que, os gestores de saúde trabalhem, para enfrentar esse problema e intervir, de alguma forma, para que os adolescentes não cheguem a essa situação. É uma questão de promoção da saúde. Paralelamente ao trabalho de prevenção, deve-se buscar, alertar os pais, sobre a importância do pré-natal, para garantir a segurança da mãe e do bebê. No caso das adolescentes, uma boa assistência durante os nove meses de gestação, torna-se ainda mais importante, para evitar problemas relacionados à gravidez e ao parto.

Podemos dizer que, a sexualidade é claramente estimulada, todavia, não se proporciona uma educação sexual adequada, que ofereça à população em geral, e mais especificamente, aos jovens adolescentes, a possibilidade de refletir sobre os valores transmitidos pela mídia. Normalmente, o enfoque dado pela mídia, é que, a vivência do prazer sexual pode levar a DST's e gravidez não planejada, por outro lado, o valor moral transmitido, é que, o sexo deve ser consumido, como busca de prazer imediato e irrestrito, deixando de lado, o seu aspecto promotor da saúde, e gerador de prazer, como constituintes da condição humana.

O papel da família diante da gravidez precoce

A preocupação da família em relação à gravidez da filha com pouca idade, se deve ao fato de os pais idealizarem um futuro para os filhos: uma profissão e tradicionalmente o namoro, o casamento e depois os filhos. Quando a adolescente engravida, acontece a ruptura desse ideal, pode ocorrer frustração e até certa revolta aos pais, o que pode gerar uma desestruturação familiar.

Eles vêem o futuro dos filhos interrompido, comprometido pela responsabilidade de gerar, educar e criar um novo membro da família, que não era esperado nem planejado. Entretanto, para algumas famílias, esse momento tão delicado, apesar de causar angústia no primeiro momento, acaba se transformando em apoio e mobilização de toda a família.

Devido às circunstâncias que envolvem a gravidez na adolescência, é necessário o apoio familiar. A adolescente que engravida, passa por um momento crítico, cheio de incertezas e

inseguranças, quanto ao que fazer, algumas chegam a pensar se vão realmente continuar com a gravidez. Este é o contexto em que se encontra a adolescente no seio familiar (ANDRADE; RIBEIRO; SILVA, 2006).

Nestas condições, é necessária a intervenção dos diferentes atores sociais, no processo de educação da adolescente, sobre a sexualidade responsável, pois, é tarefa dos pais, desde muito cedo, ensinar as filhas, como proceder, no convívio com os amigos, nos vários espaços de encontro e contato social.

Os pais se mostram despreparados, diante das incertezas dos filhos, e acabam por delegarem a responsabilidade pela educação sexual dos filhos, à escola ou aos serviços de saúde, daí a importância de haver programas de Saúde acessíveis à população jovem para educação e prevenção sexual. Falta informação na família a respeito dos métodos contraceptivos e sobre as doenças sexualmente transmissíveis, e demonstram que ocorrem falhas na comunicação familiar (HOGA, 2009).

É por intermédio da família que, na maioria dos casos se faz a inserção na sociedade. Inserção que confere o acesso a essa tão desejada autonomia. A família determina as nossas primeiras relações sexuais, assim como, os contextos em que ocorre a maior parte das aprendizagens iniciais, que efetuamos, acerca das situações e capacidades individuais. Essas aquisições, exercem uma grande influência na nossa personalidade. É especialmente vital que, na adolescência haja a palavra confidencial, entre pais e filhos, isso porque, neste período, os jovens provavelmente, passam menos tempo em casa e mais tempo com os colegas de escola, ou outros.

Uma vez constatada a gravidez, se a família da adolescente for capaz de acolher o novo fato com harmonia, respeito e colaboração, esta gravidez tem maior probabilidade de ser levada a termo, normalmente, e sem grandes transtornos. Porém, havendo rejeição, conflitos traumáticos de relacionamento e compreensão, a adolescente poderá sentir-se profundamente só, nesta experiência difícil e desconhecida, podendo correr o risco de procurar abortar, sair de casa, submeter-se a toda sorte de atitudes, que acredita, resolverão seu problema.

Tanto as adolescentes, como os pais, têm que cumprir com o seu papel. As adolescentes sabedoras disso, entenderam que, ainda precisam de orientação perita, pois, enfrentam questões mais complexas do que antes. A comunicação entre pais e filhos, de modo aberto, significa que, os pais farão os possíveis, para se colocarem a disposição, quando a adolescente sentir a necessidade de falar.

Nesta fase, é fundamental dar as adolescentes, um conhecimento adequado do seu amadurecimento sexual, do ponto de vista físico, mental e emocional. Esclarecer as dúvidas e os conceitos distorcidos, substituir o medo pela liberdade, estimulando o respeito, que cada uma

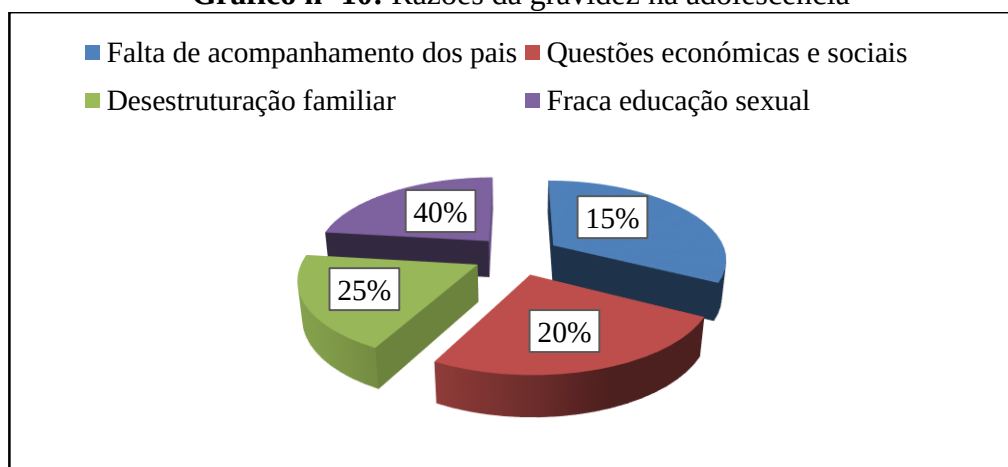
deve ter por si mesma e pela outra, como também, incentivando a responsabilidade no uso do sexo.

Análise dos resultados

Os resultados aqui obtidos, poderão direcionar o planejamento e a realização de trabalhos mais efetivos, de educação sexual e planejamento familiar, pois, muitos dos que atualmente são desenvolvidos, priorizam o fornecimento de informações biológicas e desmerecem a reflexão sobre a influência, que o contexto sócio cultural exerce sobre a população adolescente e, em geral, não preparam adequadamente, para a prevenção em saúde sexual, emocional e social. Este argumento configura-se, na relevância social deste estudo, uma vez que, os resultados obtidos, possibilitarão este replanejamento, e subsidiarão profissionais da saúde e da educação ao oferecimento de serviços mais diretos, à população adolescente.

A análise dos resultados da pesquisa fez-se por meio da entrevista, questionário, a observação não participante e a visita social domiciliar, partindo dos aspectos de identificação e caracterização dos participantes do estudo, frequência escolar, a figura do Assistente Social, medidas socioeducativas, o papel da família, o conflito com a lei, bem como a participação dos adolescentes em grupos, conforme ilustram os gráficos seguintes.

Gráfico nº 10: Razões da gravidez na adolescência



Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

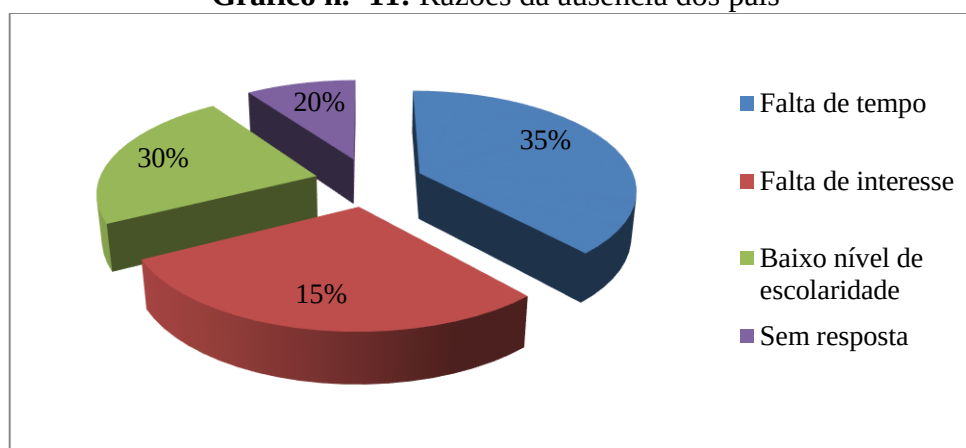
O estudo revela ser necessário o engajamento dos pais no acompanhamento dos educandos, com o reforço dos laços familiares e da própria educação sexual, começando na família, com extensão e reforço no contexto escolar. Desse modo, pensa-se dar resposta ao fenômeno da gravidez na adolescência, com o envolvimento dos agentes educativos.

De acordo os resultados obtidos, no campo de pesquisa é visível, a fraca interação entre pais e filhos, pois, muitos deles ficam ocupados no trabalho, sem tempo para prestar-lhes a

devida atenção. Também, não se consegue conversar, por preconceito de que, se explicar vão começar a praticar, e pela questão do tabu, o que nos leva a entender que, a fraca comunicação sobre assuntos relacionados a sexualidade, tem tido um impacto negativo, levando as adolescentes a praticarem, sem obtenção de informações sobre os métodos contraceptivos.

Desse modo, é imprescindível que haja interação entre pais e filhos, originado a confiança, estimulando o afeto e priorizando o conhecimento, tanto nas famílias como nas instituições.

Gráfico n.º 11: Razões da ausência dos pais



Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

De acordo com os resultados indicados no gráfico anterior, percebe-se que, as consequências da gravidez na adolescência são notórias, pois, muitas das adolescentes se vêm obrigadas a abandonarem a escola por vergonha, por medo de serem excluídas do seu meio habitual, acabando de se isolar das outras pessoas, o que proporciona um impacto muito negativo, a nível social e psicológico.

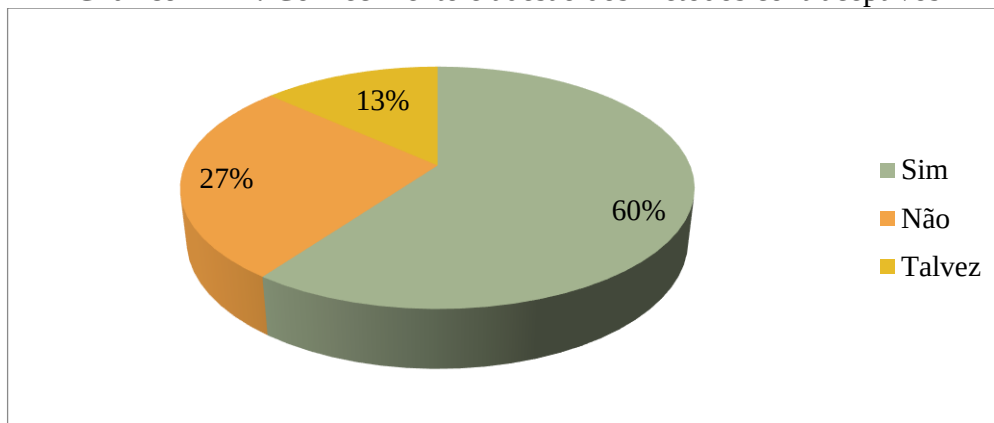
Muitos destes posicionamentos, como o abandono escolar e depressão, que as adolescentes tomam, é devido a falta de apoio dos familiares, e de outras pessoas, acabando por influenciar, de modo a desistirem da sua caminhada, limitando as oportunidades que o mundo podia oferecer.

As razões da ausência dos pais na educação, foram demonstradas pelo estudo, conforme gráfico anterior. Nesse sentido, ao se analisar os resultados, deve-se reforçar o apelo aos pais, no sentido de se despertar neles maior importância e sentido de responsabilidade, para permitir melhor educação, concorrendo para a prevenção e combate a gravidez na adolescência.

Os pais são, acima de tudo, os primeiros responsáveis pela educação dos filhos, a partir do convívio que se estabelece no meio familiar. Essa educação se prolonga no relacionamento que se estabelecem em outros espaços sociais, permitindo a descoberta da sua identidade, a

promoção e o desenvolvimento da sua personalidade e, conseqüentemente, a afirmação do seu potencial humano, enquanto pessoa que se vai construindo no tempo.

Gráfico nº 12: Conhecimento e adesão dos métodos contraceptivos

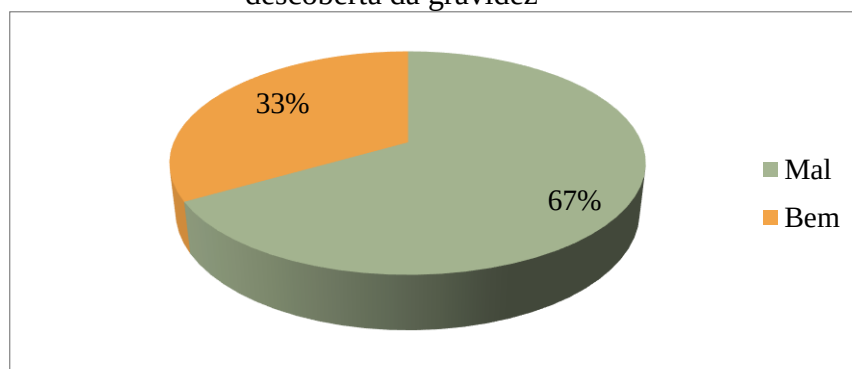


Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

De acordo as constatações feitas no campo de pesquisa, pode-se anuir que, as adolescentes têm algum conhecimento, sobre os métodos contracepcitos, mas não fazem o uso dos mesmos, por negligência. Algumas delas não usam, porque alegam que, lhes provocam algumas reações alérgicas.

Quanto a adesão, nem todas a fazem, por medo de que lhes traga algumas complicações no âmbito da saúde e, sobretudo, por pensarem que, quando pretenderem fazer outro filho, lhes possa problemas de concepção.

Gráfico nº 13: Reação dos sujeitos de pesquisa quanto a descoberta da gravidez



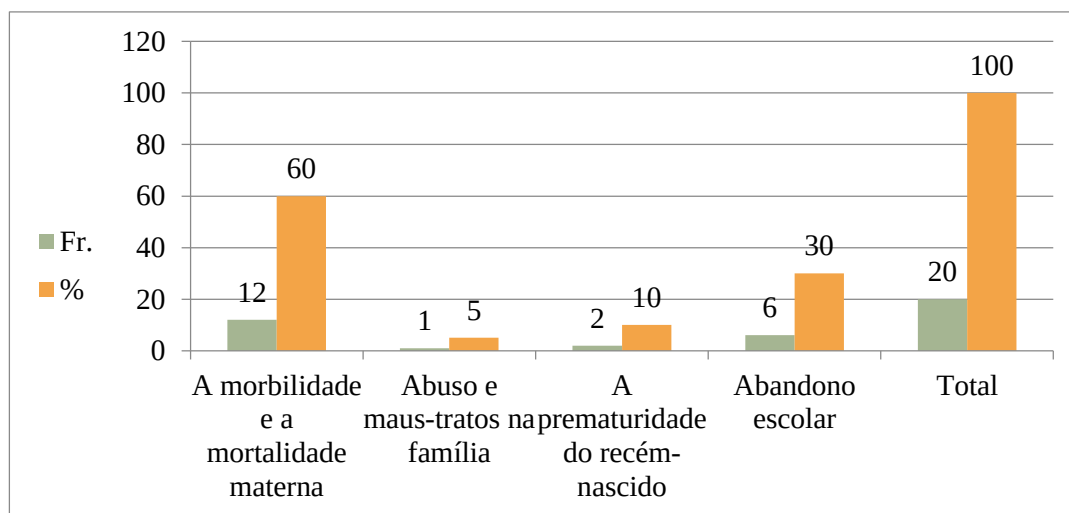
Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Conforme se pode verificar no gráfico anterior, de acordo as constatações feitas, podemos perceber que, muitas das ocorrências da gravidez precoce tem causado diversas reacções, que suscitam pensamentos, como interrupções da mesma, devido ao medo e a reação

de seus familiares, pois, cria-se toda uma expectativa e planejamento, sobre a vida dos filhos que, quando os pais recebem uma notícia como essa, acabam por agir de modo muito negativo.

Conseguiu-se perceber ainda que, a falta de apoio, o medo, a insegurança, os julgamentos e as consequências, podem vir a ser mais visíveis, fazendo com que a adolescente suscite um suicídio, em alguns casos.

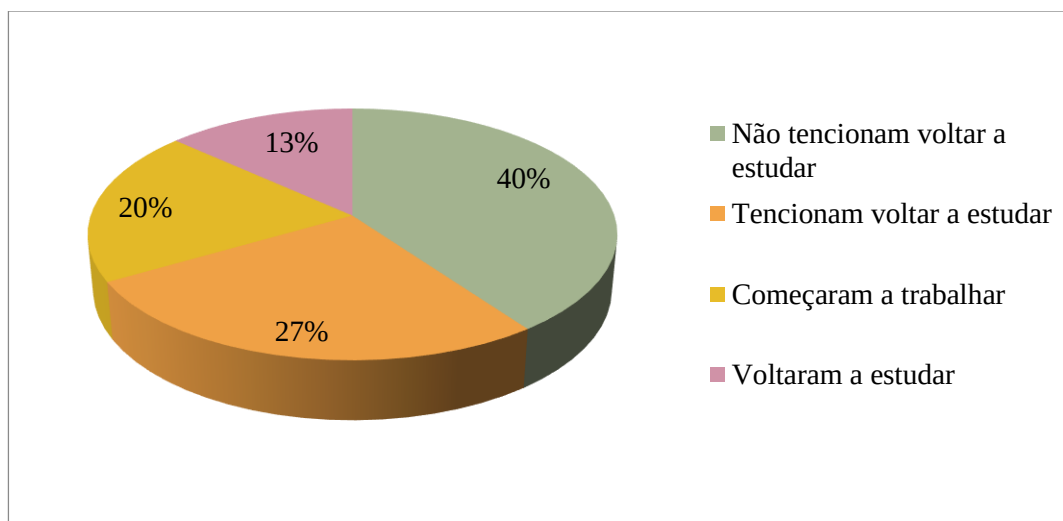
Gráfico nº 14: Consequências da gravidez na adolescência



Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

De acordo com os resultados indicados no gráfico anterior, percebe-se que, as consequências da gravidez precoce são notórias, pois, muitas das adolescentes vejam-se obrigadas, a abandonarem a escola por vergonha, por medo de serem excluídas do seu meio habitual, acabando de se isolar das outras pessoas, o que proporciona um impacto muito negativo, a nível social e psicológico. Muitos destes posicionamentos, como o abandono escolar e depressão, que ocorrem com as adolescentes, é devido a falta de apoio dos familiares e de outras pessoas, acabando por influenciar, de modo a desistirem da sua caminhada, limitando as oportunidades, que a realidade poderia oferecer.

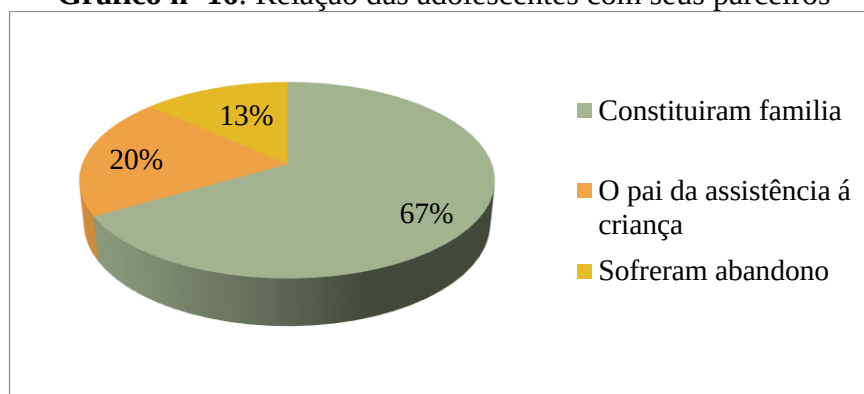
Os dados demonstram que, a morbidade e a mortalidade materna traduzem-se em consequências que interferem na gravidez da adolescente, considerando a situação da problemática em análise. Nesse sentido, o estudo chama a atenção, mais uma vez, na necessidade do envolvimento dos pais, considerando a importância que os mesmos exercem no acompanhamento dos filhos, desde o contexto familiar, mas, acima de tudo, a participação em consultas pré-natais e, o conhecimento e interesse que devem demonstrar na saúde de sua educanda.

Gráfico nº 15: Perspectivas das adolescentes quanto ao seu futuro educativo

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Como ilustra o gráfico anterior, a maioria das adolescentes questionadas, não tencionam voltar a estudar e, apenas um pequeno número, admitiu essa possibilidade.

Considera-se a gravidez precoce, como anulação do fim de percurso, pois, constata-se que, tem tido consequências bruscas, como efeito, a ocorrência do abandono escolar, o que leva a abandonar os estudos, pois, muitas delas viram-se obrigadas a desistir, para darem assistência devida, ou necessária aos seus filhos. Infelizmente, devido a este fator, muitas não tencionam regressar a escola, por carências financeiras, dificuldade de acesso ao ensino público nas comunidades, onde as mesmas se encontram morando.

Gráfico nº 16: Relação das adolescentes com seus parceiros

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Os dados do gráfico anterior são ilustrativos, na medida em que, a maioria das adolescentes que participaram do estudo, referiu ter constituído família e, apenas um menor número diz ter sofrido abandono.

De acordo os relatos das adolescentes inqueridas, podemos constatar que, muitas delas têm boa relação com os seus parceiros, pois, tiveram de deixar a casa dos pais e viver com os mesmos, como uma forma de punição pela gravidez contraída. Desse modo, acabam também, por ter que tomar a posição de mãe e esposa, mesmo não tendo ainda maturidade, e a devida preparação, para lidar com as responsabilidades da nova fase de sua vida.

Nalguns casos, devido a falta de compreensão do parceiro, e a não preparação dele, acabam por deixar toda a reponsabilidade da mãe adolescente, deixando a cargo um papel em dobro, de pai e mãe, para o seu filho, que muitas das vezes, permite o elevado stress da mãe, causando conflito dentro de sua família, devido a situação vivida.

A gravidez precoce, tem sido uma das questões sociais, que vem aumentando significativamente, na nossa sociedade, o que desperta um olhar preocupante, por parte da sociedade e em nós como académicos, pois, muitas das ocorrências devem-se a falta de interação entre pais e filhos, sobre assuntos ligados a sexualidade, e as transformações que seus corpos estão sujeitos, estando na fase da adolescência.

O aparecimento precoce da menarca (primeira menstruação) faz com que, muitas delas sintam-se preparadas, para ter uma vida sexual ativa, o que não é verdade, pois, os seus corpos ainda não estão totalmente formatados para tais práticas.

Outrossim, é a carência afetiva, a falta de aproximação, demonstração de amor e carinho, entre pais e filhos, que tem gerado muitas consequências, visto que, muitas delas se sentem só, e acabam procurando afeto, amor, carinho e atenção em outras pessoas, encontrando apoio sentimental e, muitas vezes financeiro, nos seus parceiros.

O reconhecimento das razões da gravidez na adolescência, bem como a reflexão sobre os riscos que precisam ser considerados, conduz à propostas de intervenção, principalmente preventivas. Estas, apoiam-se basicamente na educação sexual e no reconhecimento das características e individualidades dos adolescentes, de ambos os sexos.

De acordo com a pesquisa realizada, são apontadas quatro razões fundamentais da gravidez na adolescência, nomeadamente: a falta de acompanhamento dos pais, a desestruturação familiar, a situação económica das famílias e a fraca educação sexual.

Nesse sentido, a falta de acompanhamento dos pais tem como consequências, o baixo rendimento, a indisciplina dos alunos em salas de aulas, o surgimento da gravidez precoce, assim como, o abandono escolar.

Todavia, o papel da família no processo de ensino e aprendizagem torna-se necessário, no sentido de proporcionar atenção e carinho aos educandos, de forma a assegurar um ambiente agradável, no processo educativo, por um lado. Por outro, a ausência dos mesmos afeta

negativamente o aproveitamento escolar dos alunos e, conduz à práticas, que levam ao surgimento da gravidez na adolescência, conforme demonstrado nos resultados da pesquisa.

A escola, pela sua importância, deve encarar com igual preocupação, o conteúdo tanto informativo, como formativo. Lembrar que, educar é contribuir para o crescimento do outro, capacitando-o para a realização de escolhas adequadas. Não basta a sexualidade, ser vista somente, em função da reprodução, sendo vitais as considerações sobre desejo sexual, identidade de género, prazer, entre outras.

O trabalho do Assistente Social volta-se, para a promoção de mudanças sociais, com a identificação dos diferentes fenómenos e problemas, que surgem no ambiente familiar e estudantil, permitindo o seu encaminhamento e delineamento, com a colaboração de diferentes profissionais, cuja intervenção é necessária, oportuna e importante no processo de formação do indivíduo.

Por isso, apela-se as famílias e a sociedade em geral, sobre as consequências destes atos, pois, muitas adolescentes quando descobrem a gravidez, por vergonha, abandonam a escola, caem em depressão e muitas são afastadas do seio familiar, sendo submetidas a viverem com os seus parceiros, que muitas vezes acabam gerando mais pobreza, índice de adolescentes com uma formação académica muito baixa, o que gera uma mutilação, quanto a sua formação académica e profissional, com desistência definitiva dos seus estudos, fracassando a luta pelos seus sonhos e o alcance dos seus objetivos, como pessoa humana.

Portanto, a gravidez precoce, tem um impacto negativo pois, ela desestrutura uma dada sociedade, gerando baixa autoestima, levando assim, à depressão, ao abandono escolar, ocasionando uma formação deficiente, empregos precários, mortes, limitações de oportunidades, conflitos familiares, sentimentos de insegurança e a fuga à paternidade.

No entanto, a escola e a família sempre serão exigidas, por um papel mais dinâmico e presente, na formação do carácter do indivíduo social e, a resposta para alcançarmos um índice cada vez menor, de adolescentes, que se preservem deste quadro social, de gestação indesejada.

Entende-se que, existe uma relação múltipla de confiança e amizade, no qual este adolescente deveria inserir maior parte de seu tempo, e a própria escola, está investida, através dos professores, de autoridade para se estabelecer e formar uma opinião favorável no processo educativo da adolescência.

Assim, face a situação encontrada, sobre a problemática estudada, faz-se necessário sugerir que, haja maior engajamento dos pais no acompanhamento dos educandos, com o reforço dos laços familiares e da própria educação sexual, começando na família, estendendo-

se nos demais contextos educacionais, de modo particular a escola, educando-se e prevenindo-se sobre este fenômeno.

Que se incentive a educação sobre a sexualidade, desde o seio familiar, a escola, e nas instituições sanitárias, no sentido de se despertar a consciência dos adolescentes, no conhecimento das várias transformações, que ocorrem durante o processo do seu crescimento e desenvolvimento, levando a capacidade de escolha e determinação.

O envolvimento de Assistentes Sociais, tanto no contexto escolar, quanto nas unidades de saúde, assim como nas comunidades, é de grande importância, ao permitir que, se diagnostiquem os problemas que os adolescentes apresentam, desde o seio familiar, aos demais contextos de convivência social, o que garante a compreensão das diferentes etapas, do seu processo de maturação, num trabalho conjunto com os demais profissionais, considerando a importância que os mesmos exercem para a melhoria da situação educativa.

*“Precisamos ter a capacidade de se construir a cada momento. Somos os profissionais que estão mais próximos da vida das pessoas, diferentes de outros profissionais. Somos reconhecidos como área de conhecimento nos diferentes campos. Somos defensores cotidianos de direitos. Somos profissionais de mediações”.*¹⁰

4.6 Intervenção do Assistente Social no tratamento de pacientes com Traumatismo Raquimedular

Autores: Afonso Francisco Gola; Catiana Lucila Corrente Neves

A presente pesquisa tratou da intervenção do Assistente Social, em pacientes internados na Enfermaria de Neurocirurgia do Hospital Josina Machel, Maria-Pia, na província de Luanda. Em Angola, os acidentes de viação constituem uma das principais causas de Traumatismo Raquimedular, seguida de outros, como queda de altura, ferimento por armas brancas, ou de fogo, sendo que, em muitos casos o uso excessivo de bebidas alcoólicas, o incumprimento das regras de trânsito, a negligência durante a condução, o excesso de velocidade e a imprudência dos automobilistas, fundamentam o aparecer, como primeira causa dessa lesão.

Esses acidentes têm vitimado muita gente, que por consequência, vêem seu curso normal de vida ofuscado, ou comprometido, por conta deste fenômeno, passando um período internados

¹⁰ Intervenção da Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli, no encontro do GEFORMSS-UNESP, realizado no dia 17 de Maio de 2022, em formato virtual.

em busca de tratamento médico-medicamentoso e, na pior das hipóteses, podem ver-se sem possibilidades de locomoção, como faziam anteriormente.

Daí, o Assistente Social ser tido, como um elemento indispensável, por ser este um profissional formado em Serviço Social, capacitado para identificar, acompanhar, ou atender as implicações psicossociais, que vêm surgindo durante, ou mesmo, após o tratamento de pacientes vítimas de traumatismo raquimedular, que de certa forma, essas exercem influências negativas no tratamento e recuperação do paciente.

Considerando que a recuperação de um paciente também depende do seu bem-estar psicológico e social, partindo desse pressuposto, percebe-se que, é possível desenvolver intervenções multidisciplinares. O Assistente Social desenvolve atividades, com vista a promover a participação do paciente, às terapias e bem-estar social, sua rede de pertença durante o processo de internamento.

Do outro lado, a atuação do Serviço Social, no processo de tratamento de pacientes vítimas de Traumatismo Raquimedular é extremamente desafiador para a profissão, visto que, as ações desenvolvidas através do Assistente Social são de grande importância, tanto na vida dos pacientes, quanto no seio de profissionais que constituem a equipa multidisciplinar, na unidade hospitalar. Assim sendo, Angola não está isenta, principalmente no Hospital Josina Machel, por ser uma unidade de referência nacional e presta serviços de saúde especializado.

Nesta perspectiva, durante o período de estágio no Hospital Josina Machel, na enfermaria de Neurocirurgia, verificou-se que, muitos pacientes enquanto internados, apresentavam-se com reações emocionais à tensão, esgotados e agastados com a rotina do hospital, viam o período de internamento como um peso enorme sobre eles e, as suas redes de suporte acabavam por ser diretamente afetadas por este mal-estar.

O que se tem verificado é o défice de Assistente Social nessa área, visto que, é o profissional que trabalha em prol de bem-estar dos pacientes, antes, durante, e depois do internamento que, se assim continuar serão constantes os problemas do fórum social, que quando não atendidos a tempo, causam constrangimentos para o internamento de outros pacientes, que ficam instalados no Banco de Urgência de Neurocirurgia

Trata-se de um assunto pouco abordado e, no contexto angolano, há raridade de obras científicas, que abordam sobre o tema. No âmbito científico contribui para o enriquecimento académico, aumentando o número de obras científicas que falam da atuação do Serviço Social, no processo de tratamento de pacientes vítimas de TRM/Lesão Medular no contexto hospitalar, servindo, também, de referência durante a intervenção dos profissionais diante de uma situação-

problema do paciente vítima de TRM/Lesão Medular. Por outra, pode servir de base para o surgimento de outras pesquisas, sobre o tema em estudo.

O Traumatismo Raquimedular (TRM), ou lesão medular traumática é uma condição, que envolve danos ao Sistema Nervoso Central (SNC), especificamente à medula espinhal, proveniente de um impacto por acidentes automobilísticos, armas de fogo, quedas graves, ou ainda, por ferimentos causados por armas brancas.

Também é entendida por lesão, de qualquer causa externa, na coluna vertebral, incluindo, ou não, medula ou raiz nervosa em qualquer dos seus segmentos (cervical, dorsal, lombossacro e/ou lombar e que, frequentemente, apresenta-se associado a trauma cranioencefálico, ou politrauma. Nesta patologia, está presente variados síndromes, tais como: síndrome centro medular, Brown Sequard, transeção da medula anterior, e a síndrome de cauda equina.

É encarado como um grave acometimento, que pode afetar o ser humano, na dimensão física, psíquica, social, porque as alterações a que dela advêm são as alterações motoras, sensitivas, autonómicas, psicoafetivas, como exemplo, a paralisia dos membros, reflexos superficiais, ou profundos, perda ou alteração das diferentes sensibilidades e disfunção sexual.

No entanto, considera-se uma doença de alto impacto socioeconómico, para sociedade, e que os pacientes deste fórum requerem a atuação integrada de uma equipa envolvida, desde a fase aguda, em ações que permitem no futuro a inclusão social e económica. A pessoa com este problema tende a apresentar distintas fases como (fase de choque, negação, reconhecimento, adaptação). A referida patologia mexe com estilo de vida do paciente e o seu meio envolvente (parentes, amigos, comunidade).

Os pacientes que sofrem acidentes graves cujo desfecho é o TRM, experimentam grandes mudanças em sua vida, que levam, de modo geral, à dependência de cuidadores, para realização de atividades de vida diária.

Os traumatismos raquimedulares mais altos, ou seja, aqueles que acometem a região cervical, além de restringir de forma mais significativa a participação dos indivíduos, compromete a qualidade de vida, bem como suas atividades de vida diária, leva a um aumento no número de hospitalizações, mortalidade e de despesas, aos familiares (provocando muitas vezes exaustão física e delapidação financeira do indivíduo suporte), serviços de saúde e demais envolvidos, com esta condição clínica e representa um sério problema de saúde pública, por conta de todos estes fatores.

Dada a complexidade dos TRM/Lesão Medular, o paciente pode contrair Tetraplegia ou Paraplegia. A Tetraplegia é a lesão que resulta em diminuição da função dos membros

superiores, tronco, membros inferiores e órgãos pélvicos, diminuição, ou perda da função motora e/ou sensitiva, devido a lesão dos elementos neurais, dentro do canal medular. A paraplegia revela a diminuição, ou perda da função motora, e/ou sensitiva dos segmentos torácicos, lombares ou sacrais, mas não cervicais, ou seja, é a perda dos membros inferiores.

Considerando as alterações do TRM (traumatismo raquimedular) que se vai dando na vida do paciente, a partir deste estado doentio, abrem-se vários problemas, ligados ao funcionamento psicossocial do indivíduo. Assim sendo, em torno desta realidade apresentada pelo paciente, não é possível dispensar a ação de uma equipa multidisciplinar.

Contudo, é importante que toda equipa deve estar envolvida, desde a fase aguda em ações, que permitam no futuro, a inclusão social, económica do paciente com sequelas de traumatismo raquimedular, o que requer um atendimento desenvolvido de forma simultânea e integrada, para tal não se pode dispensar a presença do Assistente Social.

Análise dos resultados

A análise dos resultados consistiu na distribuição dos pacientes quanto ao género, a faixa etária, a sua proveniência, por grupos etnolinguísticos, ao grau de instrução, as causas do TRM/Lesão Medular, aos problemas psicossociais apresentados, às necessidades psicossociais manifestadas face aos ambientes envolvidos, as expressões socioemocionais manifestadas face a doença e, à necessidade de reintegração, conforme ilustram as tabelas seguintes.

Tabela nº6: Distribuição dos pacientes quanto ao Género

Masculino	Feminino	Total
15	3	18
83,1%	16,6%	100%

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Durante o estudo, verificou-se que, a maioria das vítimas de TRM são os homens, pelo fato de serem o maior número de pessoas, que saem em busca do sustento para as famílias, aliando as constantes subidas às árvores (na prática da agricultura, especificamente na colheita de frutos).

Tabela nº 7: Distribuição dos pacientes quanto à faixa etária

Idade	Masculino	%	Feminino	%
19-34	7	38,8	2	11,1
35-50	6	33,3	1	5,5
51- 67	1	5,5	-	-
68 - 83	1	5,5	-	-
Total	15	83,1	3	16,6

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Da tabela anterior, se pode verificar que, a faixa etária predominante varia entre 19 a 50 anos de idade. Depreende-se que, ao se constituir numa idade adulta, em que o exercício do trabalho é perene, haja mais propensão para os acidentes, por estes serem, em grande medida, trabalhadores, na luta cotidiana pela sobrevivência, na garantia das condições de vida das suas famílias.

Tabela nº 8: Distribuição dos pacientes quanto à proveniência

Descrição	Mas.	%	Fem.	%
Bengo	3	16,6%	0	0%
Cuanza Norte	2	11,1%	0	0%
Cuanza Sul	2	11,1%	1	5,5%
Zaire	2	11,1%	0	0%
Luanda	5	27,7%	2	11,1%
Lunda Norte	1	5,5%	-	
Total	15	83,1%	3	16,6%

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

O estudo foi profundo, em analisar até a proveniência dos pacientes, quanto as suas províncias de origem, fato que evidencia a necessidade de assegurar este serviço, junto das demais províncias do país, destinando recursos suficientes, desde humanos (com equipas multidisciplinares) e materiais, para atender a demanda.

Por exemplo, os pacientes provenientes, na sua maioria, do interior do país não dispõem de condições de alojamento, para suportar o tempo de tratamento. A província de Luanda, devido ao fluxo diário do seu trânsito, apresenta o maior índice de vítimas de acidente de viação, enquanto as províncias de Bengo e Cuanza Norte, apresentam o maior índice de acidente de trabalho (queda em altura), prática de agricultura.

Tabela nº 9: Distribuição dos pacientes por grupos etnolinguísticos

Descrição	Masculino	%	Feminino	%
Ambundu	10	55,5	1	5,5
Bakongo	2	11,1	0	0
Umbundu	2	11,1	2	11,1
Tchokwe	1	5,5	0	0
Total	15	83,3	3	16,6

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Outro dado importante e interessante analisado pelo estudo, é a situação dos grupos etnolinguísticos, ao destacar a cultura dos pacientes internados no Hospital Josina Machel, carecidos desse tratamento. Os dados da tabela anterior, destacam a necessidade de distribuir os serviços de Neurocirurgia nas demais províncias, com equipas multidisciplinares, para fazer face à intervenção às vítimas de TRM, uma vez que, as que se deslocam para Luanda, muitas vezes sem nenhuma acompanhante, não dispõem de recursos suficientes para suportar a estadia na capital do país, considerando que, o TRM/Lesão Medular é uma doença de tratamento a longo prazo.

Tabela nº 10: Distribuição dos pacientes quanto ao grau de instrução

Descrição	Masculino	%	Feminino	%
Alfabetizado	4	22,2	2	11,1
Não Alfabetizado	11	61,1	1	5,5
Total	15	83,3	3	16,6

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Um dado preocupante apurado pela pesquisa, tem que ver com a baixa escolaridade dos pacientes afetados por esta doença. O estudo constatou, que existe nos pacientes, uma falta de conhecimento e experiências, com relação à patologia que padecem. Torna-se necessário, que haja maior informação e esclarecimentos sobre a doença, partindo das instituições escolares, que desde muito cedo devem habilitar as pessoas, no conhecimento desta problemática, chamando-se, também, a responsabilidade das unidades sanitárias promover ações que visem informar e educar os pacientes, sobre as medidas a observar, para diminuir os acidentes.

Tabela nº 11: Causas do TRM/Lesão Medular

Descrição	Masculino	%	Feminino	%
Acidente de Viação	7	38,8	3	16,6
Queda em Altura	5	27,2	0	0
Ferimento por arma	1	5,5	0	0
Queda ao solo	1	5,5	0	0
Queda em Água rasa	1	5,5	0	0
Total	15	82,5	3	16,6

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Os dados da tabela anterior, fundamentam a segunda maior causa de morte no país, dado que, aparece como a principal causa de TRM/Lesão Medular, os acidentes de viação. Outro dado curioso que o estudo apresenta, é o fato de a maioria dos afetados serem homens, o que demonstra, por exemplo, a imprudência na condução. Daqui, resulta a necessidade de uma educação rodoviária, com maior rigor para os homens, exercendo sobre eles um controle, por parte das unidades de viação e trânsito.

Tabela nº 12: Razões dos problemas psicossociais apresentados pelos pacientes

Descrição	Mas.	%	Fem.	%
Falta de Recursos Económicos/ Sociais	7	38,8	1	5,5
Falta de Conhecimento e experiência	4	22,2	2	11,1
Doenças e incapacidade	3	16,6	0	0
Reações emocionais à tensão	1	5,5	0	0
Total	15	83,1	3	16,6

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Com recurso aos dados apresentados na tabela anterior, é visível que, a maioria dos familiares de pacientes com TRM vêm-se, em grande desvantagem, para suportar as despesas do tratamento, devido à falta de recursos, e fundamenta-se a democratização de informações, com vista ao asseguramento delas, evitando a ignorância no tratamento.

Tabela nº 13: Necessidades psicossociais manifestadas face aos ambientes envolvidos

Descrição	Masculino	%	Feminino	%
Aceitação	6	33,3	1	5,5
Amor	5	27,7	2	11,1
Segurança	4	22,2	0	0
Total	15	83,2	3	16,6

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Dessa forma, as próprias pessoas com deficiência, influenciadas pelos mitos e crenças sociais, aliado ao sentimento de inferioridade agudizam a negação da autoimagem, do autoconceito e da auto discriminação. Os pacientes vítimas de TRM vêm-se confrontados com as necessidades realçadas, que quando não satisfeitas, agudiza o nível de exclusão social devido as lesões contraídas.

Tabela nº 14: Expressões socioemocionais manifestadas face a doença

Descrição	Masculino	%	Feminino	%
Sensação de fragilidade	7	38,8	1	5,5
Exaustão psíquica do indivíduo, inexistência da rede de pertença/suporte	3	16,6	1	5,5
Não aceitação do estatuto que vai assumir (condição física)	5	27,7	1	5,5
Total	15	83,2	3	16,5

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Os dados ilustrados na tabela anterior são profundos, ao considerar os aspectos socioemocionais dos pacientes, diante da doença que lhes acomete. Estes sentimentos alteram o estado psíquico, ao mesmo tempo que, contribui para baixa autoestima do paciente e, sobretudo, a negação do estado físico atual. Nesse sentido, há uma necessidade de envolver a sociedade nos cuidados dos pacientes vítimas de TRM/Lesão Medular, ajudando-os a exercerem os novos papéis que terão de assumir.

Tabela nº 15: Distribuição quanto à necessidade de reintegração

Descrição	Masc.	%	Fem.	%	Total
Pacientes com nec/reintegração no seio familiar	8	44,4	2	11,1	55,5
Pacientes com reintegração institucional	1	5,5	0	0	5,5
Pacientes sem necessidade de reintegração familiar	6	33,3	1	5,5	38,8

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Analisando esses dados, é perceptível que o Assistente Social, no tratamento dos pacientes vítimas de TRM/Lesão Medular, tem como uma das suas maiores demandas, os casos de reintegração familiar/social. A experiência do estudo demonstrou, por um lado, a existência de pacientes com necessidade de reintegração, pós-alta médica, junto dos seus familiares, e outros, isentos dessa possibilidade. Todavia, o Serviço Social é convocado para, diante das suas atribuições privativas, procurar lidar com a situação, na identificação tanto familiar, quanto institucional, para a reintegração dos pacientes.

Em virtude dos factos mencionados, de certo que, a atuação do Assistente Social na referida enfermaria é fundamental, na medida em que, deve ser bem compreendidas as suas ações, criando uma simbiose com outros profissionais, para que se esclareça, a necessidade da existência de complementaridade, na sua acção com os médicos e ou outros profissionais. Além de favorecer a humanização no atendimento, compete ao AS o diagnosticar e tratar as implicações biopsicossocial dos pacientes da Enfermaria-Neurocirurgia, com vista, ao fortalecimento do seu funcionamento psicossocial.

O estudo realizado fornece subsídios para se inferir, que as limitações resultantes do TRM/lesão medular prejudicam, de forma significativa, a capacidade das pessoas, para desempenharem várias atividades cotidianas, requerendo, assim, uma ação articulada e integral, de diversos setores da sociedade, para a facilidade de reinserção dos mesmos à vida social, onde o AS é chamado a demandar uma intervenção sistémica (em rede).

As recomendações por considerar, vão em direção aos diversos atores, que têm intervenção direta, ou indireta no assegurar deste direito. Entende-se que, sequelas como paraplegia e/ou tetraplegia trazem influências negativas na vida do paciente e, consequentemente, das suas famílias, além de se exigir, que se mude parcial ou completamente o estilo de vida familiar.

Como exemplo, a remoção, ou substituição de degraus por rampas, diminuição de altura, com relação os materiais de uso pessoal, desenvolvimento de um programa de terapia ocupacional, de orientação sobre seus direitos e deveres e uma rede de apoio psicossocial, com vista a reabilitação do mesmo, minimizando o sentimento de não-valia, ou rejeição, pelo meio envolvente, é importante, para que, concluída a fase de assistência médica, e/ou cuidados, esses utentes possam reintegrar-se familiar e socialmente.

Na assistência domiciliar, a equipa multidisciplinar pode perspectivar objetivos funcionais de curto e longo prazo, com relação aos cuidados continuados de saúde, e/ou paliativos, dependendo da situação do paciente, onde cada profissional da equipa poderá desenvolver suas ações, junto do paciente/família, sendo monitoradas pelo Assistente Social, como por exemplo, um enfermeiro/médico, determinar a realização de curativos em úlceras por pressão, ensinar procedimentos de cuidados intestinais e a eliminação urinária ao paciente.

Parece ser caso de apelo, não só à equipa multidisciplinar da Enfermaria, mas os destaques das recomendações, transversal aos diferentes agentes promotores de saúde.

Considerando as implicações dos pacientes de TRM (lesão medular), é recomendável que o executivo-MINSA reveja, em grande medida, a intersectorialidade, para que se possa fazer uma actuação em rede, quando se tratar de casos que a nível do Hospital não se consegue

ultrapassar, comprometendo, assim, o assegurar deste direito. Por exemplo: Carências de cintas, colares, próteses, e outros materiais de uso médico, que o hospital não dispõe.

Precisa ser refletido, o alojar de familiares oriundos do interior do país, sem condições de permanência, até a recuperação do seu paciente, dado que, o paciente de lesão medular tende a ter um longo período de recuperação/tratamento, pois que, elas passam noites pagando 100 kzs/cada, para se verem beneficiadas de um lugar de abrigo fora do hospital, ou mesmo, na rua, nas proximidades. O trabalho em equipa merece ser refletido, e as atribuições do profissional de Serviço Social precisam ficar especificadas e divulgadas, para os diversos profissionais, numa enfermaria, onde ocorrer, para se dar espaço ao leito, parecendo ser a nota dominante.

4.7 O Trabalho do Assistente Social na atenção a saúde de adolescentes com HIV/SIDA no Hospital Josina Machel

Autores: Adilson Tiago; António Nkoko Estêvão

Hoje em dia, o elevado número de contaminação do HIV em adolescentes, tem preocupado todos os países do mundo e, em Angola não é diferente. O Vírus de Imunodeficiência Humana (HIV) atinge adolescentes, homens, mulheres, idosos e crianças, demonstrando que, o controlo da doença requer uma intervenção direta de diferentes profissionais tais como: Psicólogos, Sociólogos e, sobretudo, Assistentes Sociais, como também de políticas de saúde bem definidas e de amplo alcance, englobando serviços de orientação, prevenção e assistência, de modo a ajudar na redução da incidência da doença.

De igual modo, Martins (2011), afirma que em 2011, a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) completou 30 anos. Atualmente um grande número de crianças que foram expostas ao vírus de HIV, em decorrência da transmissão vertical, ocorrida durante a gestação, parto ou pelo aleitamento materno, tem atingido as crianças.

Diante deste cenário mundial da incidência da doença, pode-se afirmar que, é um enorme desafio controlar a infeção, sendo esta uma problemática que atinge toda a população. É neste contexto que, o trabalho do Assistente Social tem-se demonstrado determinante, na melhoria da qualidade de vida dos adolescentes contaminados, particularmente nos hospitais, na luta pelos seus direitos e pela não discriminação, em paralelo, com o desenvolvimento de respostas às suas necessidades.

De acordo com Ana et. al (2015), o Assistente Social intervém, então, como mediador proactivo e integrador, de cuidados de saúde e sociais, através da intervenção psicossocial,

procurando atenuar a sua vulnerabilidade, na vivência com a infeção, removendo obstáculos na adesão ao plano terapêutico, de forma qualificada.

Angola conta com Diplomas Legais, que respaldam as políticas e linhas estratégicas de combate a SIDA, destacando-se as seguintes:

- a) Decreto nº 1/03 de 10 de Janeiro 2003 (Criação da CNLS e Grandes Endemias, que envolve os potenciais parceiros governamentais de Angola;
- b) Lei 8/04, de 1 de Novembro de 2004. Lei sobre o Vírus da Imunodeficiência Humana – VIH e a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – SIDA.
- c) Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012-2025, integrador e orientador de todas as políticas sanitárias do país,
- d) Planos Estratégicos Nacionais elaborado pelo INLS (I; II; III; IV) e Planos Provinciais e Municipais, assim como um Plano Nacional de Monitoria e Avaliação incluindo um sistema de informação informatizado. A LCS no país, envolve organizações nacionais e internacionais, cujas linhas estratégicas norteiam o combate da SIDA, que se encontram nos diferentes Planos Estratégicos e Políticas Públicas, onde se reafirma uma visão integradora e de aliança do Sector Saúde com o Sector Público, Privado e a Sociedade Civil, nomeadamente:
- e) A Política de Bem-estar Social de resposta global e integrada a situação nutricional associados aos factores e determinantes sociais de saúde que influenciam negativamente a qualidade da nutrição, onde o VIH e SIDA é o mais importante;
- f) Plano de Redução da Mortalidade Materno-Infantil, onde o VIH e SIDA é uma prioridade;
- g) Estratégia Nacional de Reforma do sistema Nacional de Saúde que visa expandir os serviços básicos de saúde e intensificar intervenções para reduzir a morbi-mortalidade materno infantil e o controlo de doenças transmissíveis, entre elas o VIH e SIDA;
- h) Plano Estratégico de Combate à Pobreza, sendo o combate ao VIH e SIDA uma estratégia importante.
- i) Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário, onde o combate ao VIH/SIDA é uma prioridade nacional.

O Estado angolano tem como parceiros sociais no tratamento do HIV/SIDA: UNICEF Angola, ANASO, Fundo Global, AJAPRAZ, ONU e outras organizações da sociedade civil. De acordo com o atendimento de pacientes com HIV/SIDA, pode-se mencionar os seguintes hospitais:

- a) Hospital Esperança;
- b) Hospital Josina Machel;
- c) Hospital Amerérico Boa Vida;
- d) Hospital Municipal de Cacuaco;
- e) Hospital Geral dos Cajueiros;
- f) Hospital Geral de Luanda;
- g) Hospital do Chimbicato;
- h) Hospital da Samba;
- i) Hospital Divina Providência;
- j) Clínica das Madres; e,
- k) Maternidade do Palanca.

Nos serviços de saúde, com destaque para aqueles que oferecem atendimento especializado para pessoas que vivem com VIH, enfatizamos que o assistente social é um profissional requisitado para o trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, procurando, dentre outras funções, desenvolver ações de prevenção e aconselhamento, acompanhamento do tratamento dos usuários, orientação social, informação acerca dos direitos e deveres, que possam contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV (CLEMENTINO, 2014).

É importante que, o profissional esteja atento a todas as questões, antes de planejar sua intervenção. Quando se trata de usuários ou pacientes com diagnóstico de HIV/SIDA, devendo-se compreender, que há um impacto muito grande nos envolvidos.

Segundo Santos (2005), o papel do Assistente Social na atenção a saúde de adolescentes com VIH/SIDA se dá em função de uma complexa variedade de demandas, principalmente vinculadas diretamente à epidemia e à adesão ao tratamento, e se constitui em um trabalho educativo junto aos sujeitos, enfatizando-se a aceitação da doença e a importância do tratamento.

Entretanto, com relação ao tratamento, é importante destacar alguns elementos, que podem dificultar o processo de adesão, como, por exemplo: a necessidade de regularidade no uso da medicação, bem como seus possíveis efeitos colaterais; a relação de desconfiança entre usuário e profissionais de saúde; sua condição socioeconômica; seus hábitos, como alimentação inadequada ou uso de álcool e/ou outras drogas; o processo de exclusão social.

Resultados da pesquisa

A pesquisa tratou de analisar os resultados, partindo da distribuição das crianças por idade e gênero, o atendimento pelos profissionais, o acompanhamento psicológico e a assistência social e, o conhecimento do seu quadro clínico face a doença, conforme ilustram as seguintes tabelas.

Tabela n.º 16: Distribuição dos inqueridos por idade

Idades	Fr.	%
10 – 12 Anos	13	52
13 – 15 Anos	07	28
16 – 18 Anos	05	20
Total	25	100

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Na tabela anterior, pode-se verificar que, a maioria de adolescentes mais afetados pela doença têm idade entre 10 a 15 anos, e um número inferior dos 16 aos 18. Estes últimos, como se pode considerar, já apresentam algum conhecimento sobre a doença, possuindo mais informações, com a possibilidade de maior cuidado. Assim, é fundamental a promoção de informações e educação aos adolescentes, quando se pretende diminuir o índice de contaminação da doença em adolescentes.

Tabela n.º 17: Distribuição dos inqueridos por gêneros

Género	Fr.	%
Masculino	16	64
Feminino	09	36
Total	25	100

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

O estudo indica que, quanto ao género, os rapazes são os mais afetados pela doença. Esta constatação ficou evidente pela propensão dos mesmos tomarem a iniciativa de convidar as meninas, em ambientes de diversão, e até mesmo educativos, para práticas sexuais desordenadas. Importante se torna, por parte das unidades hospitalares e educativas, promover, através de palestras, programas de educação sexual, para garantir a prevenção da contaminação do HIV, em adolescentes.

Tabela n.º 18: Condições de atendimento pelos profissionais do Hospital Josina Machel

Respostas	Total	
	Fr.	%
Favorável	21	84
Desfavorável	-	-
Razoáveis	04	16
Péssimas condições	0	0
Total	25	100

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

O estudo apresenta a realidade das condições de atendimento de adolescentes, por parte dos profissionais, e revela que, são, contudo, favoráveis. Essas condições, segundo os pacientes, compreendem a estadia no Hospital, a alimentação, o vestuário, a higiene e saneamento da infraestrutura. Ainda assim, é importante que se faça mais investimentos, e se melhore, significativamente, as condições, em que são atendidos os pacientes que sofrem dessa doença.

Tabela n.º19: Acompanhamento psicológico e a assistência social dos adolescentes com HIV

Respostas	Normal		Demorado		Moderada		Permanente		Total	
	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%
Sim, tenho tido sempre	05	20	0	0	03	12	17	68	25	100
Não, nunca tive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	5	20	0	0	3	12	17	68	25	100

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

A tabela anterior demonstra o grau de acompanhamento psicológico e assistencial aos adolescentes, com HIV/SIDA, considerado satisfatório. Portanto, tendo em conta os resultados alcançados, pode-se garantir que a carência de técnicos para o acompanhamento psicológico e assistência social aos adolescentes com VIH/SIDA é um fator de desencadeamento de transtornos de ansiedade.

Tabela n.º 20: Conhecimento do quadro clínico pelos adolescentes

Respostas	Total	
	Fr.	%
Conheço	10	35
Não conheço	15	65
Total	25	100

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Os dados da tabela anterior demonstram uma preocupação, ao considerar que a maioria dos adolescentes, não tem conhecimento do seu quadro clínico. É importante, com base nos resultados alcançados, garantir que, a família se envolva diretamente no acompanhamento dos adolescentes com VIH/SIDA, pois, é um fator de contribuir para o conhecimento da doença, que leva ao cancelamento de transtornos de ansiedade e de exclusão social.

A realização do estudo, contribuiu para a aquisição de uma visão muito mais ampla, acerca do papel do Serviço Social na área da saúde e, fundamentalmente, na atenção a saúde de

adolescentes com HIV/SIDA. Apesar da vivência prática, proporcionada pelo estágio curricular, o conhecimento obtido, através da mediação, pela revisão bibliográfica, foi fundamental para a apropriação epistemológica da temática em questão, a qual é tão pouco discutida, no contexto da produção científica em Serviço Social.

Neste contexto, a eficácia das políticas existentes deve, também, estar associada à qualidade de vida da população, devendo-se trabalhar, não somente, com a questão da doença e sua prevenção, mas também, com o conceito de promoção de saúde, através de práticas educativas, que envolvam os sujeitos em sua totalidade.

A epidemia de HIV/SIDA diferencia-se das demais, por suas dimensões biológica, psicológica e social. Trata-se de uma doença que, pode atingir a todos, independentemente de suas condições socioeconômicas ou culturais e, entretanto, ela pode afetar a cada sujeito, de forma diferente, dependendo do contexto em que este está inserido.

Por conseguinte, devem ser consideradas todas as dimensões da vida humana (social, emocional, econômica, cultural, etc.), pois, a doença em si, impacta toda a estrutura do sujeito e não somente os aspectos físicos e biológicos, apesar de se saber que, diante de acesso ao tratamento disposto, pessoas com HIV/SIDA podem levar uma vida consideravelmente normal.

4.8 A importância dos Centros-de-Dia para a promoção da Qualidade de Vida da Pessoa Idosa

Autoras: Mélvire Nanjango Mimosa Sambando; Zurema Domingos Mutange

O estudo foi realizado na comuna do Cassequel, Distrito Urbano da Maianga, município de Luanda, concretamente no Centro-de-Dia Kudissanga Kwa Makota, afeto à Associação de Amizade e Solidariedade para com a Terceira Idade. A AASTI prima pelos princípios de participação; trabalho em parceria e rede; influenciar causas, advocacia, sobretudo, os direitos da pessoa idosa.

No âmbito das parcerias, para implementar os programas e os projectos concebidos, a AASTI conta com o apoio de instituições públicas, privadas e pessoas singulares, que se identificam com a sua causa.

Segundo a escritura pública no Diário da República III série nº 78 de 3 de Outubro de 2016, a “Associação de Amizade e Solidariedade para com a Terceira Idade – AASTI – é uma associação de natureza social, cultural, formativa e educativa. Sendo de carácter voluntário, visa

essencialmente apoiar os idosos, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida”. É uma instituição de utilidade pública, tendo financiamento de fundos públicos pelo Orçamento Geral do Estado (OGE).

Os objetivos da associação, circunscrevem-se na necessidade de prestação de maior atenção da pessoa idosa, devido aos vários desafios que este grupo populacional enfrenta, quer na família, quer na sociedade, e que o Estado por si só não consegue responder.

Ao longo do tempo que vem funcionando, a associação tem desenvolvido várias ações, que visam repor o respeito e a dignidade que a pessoa idosa merece. As ações são orientadas pelos objectivos estratégicos, mormente em promover o direito à proteção da pessoa idosa, contra a violência física e psicológica.

A Associação de Amizade e Solidariedade para com a Terceira Idade desenvolve projetos nas províncias de Luanda e Zaire. Nestas províncias, a instituição faz advocacia junto das instituições e afins, com poder de decisão, para que os direitos, liberdades e garantias dos mais velhos, consagrados nos mais variados instrumentos legais, sejam observados e efetivados.

Com vista a ter uma gestão participativa, dos problemas ligados aos idosos no Centro-de-Dia e na comunidade, foi instituído um Conselho Comunitário dos Avós, onde fazem parte alguns órgãos da administração local, particularmente, o próprio administrador do Distrito, o representante da polícia local, o representante local do setor da educação e três mais velhos residentes e respeitados na comunidade. Este elenco trabalha, em coordenação com a associação, no tratamento de casos que mereçam atenção específica.

Possui em Luanda, um Centro-de-Dia denominado “Centro-de-Dia Kudissanga Kwa Makota¹¹” que acolhe idosos durante o dia, desenvolvendo com eles diversas atividades, no sentido de ocupar os seus tempos livres, assim como, para desenvolver ações de terapia ocupacional e palestras de sensibilização, sobre variados assuntos.

O Centro-de-Dia Kudissanga kwa Makota desenvolve atividades com 83 (oitenta e três) idosos, sendo 15 (quinze) do sexo masculino e 68 (sessenta e oito) do sexo feminino, de segunda a sexta-feira.

Para além dos idosos com os quais desenvolve atividades, a associação tem sob seu controle, idosos identificados na comunidade circundante ao centro, incapazes de se deslocarem para o mesmo, por limitações decorrentes da própria idade, fazendo acompanhamento aos

¹¹ Kudissanga Kwa Makota – Expressão da língua nacional Kimbundo “língua falada no centro-norte de Angola”, que significa encontro dos mais-velhos (Idosos).

mesmos; alguns idosos nestas condições têm tido apoio psicossocial e alimentar; por escassez de recursos, não tem sido possível a associação apoiar todos os idosos carentes identificados.

No Centro-de-Dia, os utentes desenvolvem as seguintes atividades:

- estimulação cognitiva (debates de temas diversificados);
- animação (assistência de sessões de vídeo TV ou de cinema e teatro);
- motricidade (ginástica, de acordo com a planificação do centro ou ginástica intergeracional em coordenação com o Ministério da Juventude e Desportos);
- refeições (nomeadamente pequeno-almoço e almoço);
- distribuição de cestas básicas aos idosos mais carentes;
- articulação com hospitais de referência com vista ao atendimento de idosos enfermos;
- apoio na aquisição de equipamentos de apoio à funcionalidade (canadianas, coleira cervical e outros);
- convívio (passeios e visitas guiadas a monumentos e sítios, pontos turísticos e outros);
- alfabetização dos idosos interessados quer tutelados pela associação ou não.

As sessões de ginástica têm como objectivo manter ou melhorar as capacidades físicas dos idosos, prevenindo possíveis lesões. Os praticantes devem sentir-se bem e ter uma sensação agradável no final das actividades, de modo a trazer-lhes um bem-estar físico e mental. A atividade de ginástica é praticada três dias na semana no quintal do centro ou em outro local designado pela orientadora (nomeadamente vai-se à praia).

As aulas de alfabetização têm como objetivo manter as capacidades cognitivas dos idosos; existem cinco turmas funcionando três no período da manhã e duas de tarde. A atividade de alfabetização está oficializada pela estrutura do governo que superintende a área e suas salas de aulas são anexas de uma escola pública. Desta forma, quando os utentes/alunos terminam o ciclo formativo, é possível prosseguirem em outras escolas; a prioridade no ensino tem sido para os mais velhos, mas tem participado também jovens, que registram atraso no campo do ensino. A atividade é assegurada por três alfabetizadores.

Há um consultório médico, onde uma vez por semana, uma médica voluntária cuida da saúde dos mais velhos, realizando consultas. Porém, por indisponibilidade da mesma e, fruto da pandemia da Covid-19, suspendeu o seu voluntariado. O Centro-de-Dia conta com uma enfermeira residente, que tem feito o acompanhamento diário dos sinais vitais dos idosos, particularmente, antes do início das sessões de ginástica.

Há uma área artesanal, onde alguns idosos adestrados, confeccionam artigos de artesanato com material local (mateba) na área de cestaria. Confeccionam balaies, cestos, bases e outros, que posteriormente são vendidos em feiras.

4.8.1 A política para a pessoa idosa em Angola: análise do funcionamento dos Centros-de-Dia

A política para pessoa idosa, compreende o conjunto de vários objectivos, princípios e directrizes que servem de guia para as ações a serem executadas por órgãos públicos e privados, família e sociedade em geral, procurando dar soluções aos problemas que aponquentam o idoso, dando assim uma melhoria na sua qualidade de vida.

Um dos maiores conceitos sobre a pessoa idosa, é dado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que a considera como aquela com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento, e com 65 anos ou mais em países desenvolvidos, no sentido de que, com o avanço da idade, aumentam os riscos do sujeito, associando-os as modificações físicas, psíquicas e sociais, influenciados por fatores intrínsecos e extrínsecos aos sujeitos. Para a Organização das Nações Unidas (ONU) idoso é aquela pessoa, com idade igual, ou superior a 60 anos.

Segundo o Decreto nº13/06, de 17 de Maio, no seu artigo 2, alínea *a*), a pessoa idosa é todo indivíduo de sexo masculino ou feminino, com mais de 60 anos, que por falta ou dificuldades de proteção familiar, económica, social ou por ter um rendimento abaixo do salário mínimo nacional, necessite dos serviços de assistência social.

Nos termos do Decreto Presidencial nº 180/12, de 15 de Agosto, entende-se por pessoa idosa, como todos os indivíduos de ambos os sexos, com mais de 60 anos de idade, independentemente da sua condição sócio-económica (ARTIGO 3º).

Há uma grande convergência, entre os autores, sobre o que é a pessoa idosa, tratando-se do indivíduo com uma idade igual ou superior a 60 anos, e que o mesmo carece de mais atenção, quanto as suas necessidades, fruto das consequências do envelhecimento.

A pessoa, em qualquer circunstância, é um bem para si mesma e para os outros. Por isso, quando sua vida se torna muito frágil e avizinha-se à conclusão da existência terrena, sentimos a responsabilidade de assisti-la e acompanhá-la do melhor modo. Não há dever mais importante para uma sociedade do que o de preservar a pessoa humana. Os idosos têm necessidade, em primeiro lugar, dos cuidados dos familiares cujo afeto não pode ser substituído nem mesmo pelas estruturas mais eficientes ou pelos auxiliares de saúde mais competentes e caridosos (FRANCISCO, 2017, p. 69).

A priori, Papa Francisco no seu livro “Quem Sou Eu Para Julgar” nos leva a refletir sobre a grande importância que tem o idoso na sociedade e, quão importante é o nosso papel

neste processo, de cuidar da pessoa idosa, como um bem precioso na família e na sociedade em si, onde devemos aprender com aqueles que viveram antes de nós, continuam vivendo.

A Organização Mundial da Saúde (2009), define envelhecimento, como um processo fisiológico que começa na concepção, e provoca alterações nas características das espécies, ao longo do ciclo da vida, que ocorrem limitando a capacidade de adaptação do organismo, em relação a média. Os ritmos dessas mudanças, nos diferentes órgãos dos mesmos indivíduos não são iguais.

Moraes & Lima (2010) referem que, o envelhecimento representa um conjunto de consequências, ou os efeitos da passagem do tempo.

O envelhecimento é uma fase da vida humana na qual, de uma forma ou de outra, todo o ser humano pode passar, é um fenómeno natural que faz parte do ciclo da vida e que comporta as suas vantagens e desvantagens, influenciado por factores intrínsecos e factores extrínsecos, pois que, a velhice não chega da mesma forma para todos os indivíduos, isto porque, as consequências advindas do processo de envelhecimento afectam cada pessoa de modo diferente, de acordo as capacidades físicas, psicológicas, sociais, alimentares entre outros.

Constitui um processo, ao qual estão sujeitos todos os seres vivos, não estando associado a doença, ou incapacidade, e que basta viver, logo, se envelhece.

O Centro-de-Dia é uma resposta desenvolvida em equipamento social destinado a prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção da pessoa idosa no meio sociofamiliar. Pode ou não ter fins lucrativos e pode ser público ou privado (ANGOLA, DECRETO Nº 13/6, ALÍNEA a)).

Na mesma linha de pensamento:

O Centro-de-Dia é, assim, uma resposta social que presta apoio diurno e que tem como objectivo último a promoção da melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa, bem como a sua manutenção no seu meio sociofamiliar, o que significa que este equipamento visa favorecer a permanência do idoso no seu meio habitual de vida, prevenir ou retardar as situações de dependência e combater a solidão, promovendo a autonomia. Esta estrutura de apoio ao idoso, constitui-se enquanto alternativa definitiva ou transitória ao internamento na medida em que o pode retardar ou impedir internamentos evitáveis (ARRAZOLA, MÉNDEZ e LEZAU, 2003).

Desse modo, o centro de dia, como resposta social, contribui para a valorização da pessoa idosa, proporcionando a ela, os cuidados e as actividades necessárias, para que a mesma permaneça activa e sociável, apesar da idade e das circunstâncias da vida, que teve que passar.

Os Centros-de-Dia destinam-se à prevenção da institucionalização do idoso. Permitem que, o idoso continue a viver no seu lar, mantendo o relacionamento com outras pessoas do centro, possibilitando a participação em diversas actividades socioculturais, promovendo, assim,

a inserção na comunidade em que se encontra. São uma das respostas sociais mais eficazes, no combate ao isolamento e solidão na terceira idade. Sendo esta uma problemática cada vez mais evidente, torna-se essencial direccionar estudos, para esta valência.

4.8.2 A pessoa idosa e o seu enquadramento nas políticas governamentais

A lei nº 07/04 de 15 de Outubro, caracteriza a proteção social de base, como o nível que tem por objeto fundamental, garantir o bem-estar das populações em situação de vulnerabilidade, através da inserção social e do desenvolvimento nacional, tendo em conta que, o desenvolvimento harmonioso das sociedades passa, necessariamente, pela aplicação de políticas sociais e económicas, justas, que estimulem o cidadão a uma participação ativa e dinâmica.

Ao Estado compete, a promoção da igualdade de oportunidades, coordenação, definição de prioridades, promoção de programas, projetos e ações, conducentes a melhorar as condições de vida do cidadão, para a concretização dos direitos sociais consagrados na Constituição da República de Angola (CRA 2010) e demais legislação, à favor dos mesmos e, particularmente da pessoa idosa.

A pessoa idosa constitui a franja da população, para quem a nação deve continuar a trabalhar, no sentido de reverter o actual quadro em que se encontra, pois, grande parte da mesma sacrificou sua juventude em prol dos valores nobres da pátria.

Com o intuito de proteger o idoso, o Estado angolano legitimou a problemática na carta magna da Constituição da República de Angola no seu artigo 82º, na sua alínea 1), referente à terceira idade, nomeadamente:

Os cidadãos idosos têm direito a segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário, que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento e a marginalidade social; a política da terceira idade engloba medida de carácter económico-social e cultural tendente a proporcionar as pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade.

4.8.3 Estratégia Nacional para a implementação da política para a pessoa

Considerando a necessidade de se estabelecer as linhas orientadoras de ação, para a dinamização de programas e projetos, que devem ser desenvolvidos pelos órgãos do Executivo, envolvidos nas ações de proteção e assistência social à pessoa idosa, foi aprovado

o Decreto nº 179/12, de 15 de Agosto, consideram-se beneficiários da presente estratégia, todos os indivíduos de ambos os sexos com mais de sessenta (60) anos de idade.

A estratégia nacional para a implementação da política para a pessoa idosa tem os seguintes objetivos gerais:

- a) Promover programas, projetos e ações integradas que visem a implementação da política nacional para a pessoa idosa;
- b) Promover a participação dos atores sociais na formulação, implementação e avaliação dos programas, planos e projetos a serem desenvolvidos a favor da pessoa idosa.

Os objetivos específicos da estratégia nacional para a implementação da política para a pessoa idosa são nomeadamente:

- a) Proporcionar o atendimento integrado à pessoa idosa, promovendo o fortalecimento de práticas associativas, produtivas, e promocionais, de forma a favorecer a melhoria da sua integração e convivência na família e na comunidade;
- b) Desenvolver atividades de assistência social, profissional, saúde, de capacitação e geração de rendimentos;
- c) Possibilitar o atendimento da pessoa idosa sem vínculo familiar ou sem condições de prover a sua subsistência;
- d) Propiciar condições de atendimento ao idoso dependente, doente, ou portador de deficiência.

Cada departamento ministerial estabelecerá, no âmbito das suas atribuições, o seu programa, projectos e ações para a implementação das linhas orientadoras estabelecidas na política nacional para a pessoa idosa.

No âmbito da presente estratégia, os Departamentos Ministeriais directamente envolvidos na protecção e assistência à pessoa idosa, têm as seguintes atribuições:

- a) Desenvolver ações voltadas para a prestação de serviços de assistência social para atender as necessidades básicas da pessoa idosa em situação de vulnerabilidade, tais como, promover programas de apoio às famílias vulneráveis que vivam com pessoas idosas.
- b) Criar Centros-de-Dia e comunitários para a prestação de diferentes serviços.

A criação dos Centros-de-Dia para a pessoa idosa é resultante duma legislação própria, que regulamenta a sua organização e o seu funcionamento, por instituições ou privadas.

A política social de protecção a pessoa idosa tem as seguintes diretrizes (Artigo 7º):

- a) A pessoa idosa deve ser o principal agente e beneficiário da implementação da presente política;
- b) Viabilização de formas alternativas da sua participação, ocupação e convívio, que proporcionem a integração com as demais gerações na comunidade;
- c) O atendimento institucional deve ser considerado como última alternativa, com carácter transitório e/ou excepcional;
- d) Socialização através de centros de convivência, recreação, cultura, lazer, produção e aprendizagem, tornando-a capaz de participar na vida social em todas as suas vertentes;
- e) Implementação de sistemas de informação que permitam a divulgação da política nacional, dos serviços criados, dos planos, programas e projectos para a pessoa idosa em cada departamento ministerial;
- f) Estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de carácter educativo sobre os aspectos biopsíquicos e sociais do envelhecimento;
- g) Articulação multidisciplinar entre os diferentes órgãos do Estado e entidades privadas, individuais ou coletivas, na realização de programas e projetos conducentes a viabilizar a implementação da presente política;
- h) O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objecto de conhecimento e informação para todos;
- i) As diferenças económicas, sociais, regionais e, particularmente, as condições entre o meio rural e o urbano deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral na aplicação da presente política.

4.8.4 Organização e funcionamento dos Centros-de-Dia

Atendendo a necessidade de se estabelecer as normas que devem regulamentar as condições de instalação e funcionamento dos centros de assistência à pessoa idosa, foi criado e aprovado o regulamento que rege essas condições e o funcionamento do mesmo, a luz do Decreto nº 13/06, de 17 de Maio.

O Centro-de-Dia rege-se por estatutos elaborados pelos seus instituidores (artigo 5º). O mesmo deve incluir o seguinte:

- a) Denominação;
- b) Sede;
- c) Âmbito de acção;
- d) Composição e competência dos corpos gerentes;
- e) Regime financeiro
- f) Constituem objectivos do centro de dia:
- g) A prestação de serviços que satisfaçam as necessidades básicas dos utentes;
- h) A prestação de apoio psicossocial aos idosos;
- i) Fomento de relações interpessoais da pessoa idosa;
- j) Outras actividades de âmbito geral em prol da pessoa idosa.

O Centro-de-Dia, quanto a sua instalação e localização, deve ser de fácil acesso, funcionar em edifício próprio, assegurar as condições adequadas de acesso e, de evacuação rápida em caso de emergência, dispor de dimensões adequadas, boa ventilação e condições de exposição solar, ter corrimão de assistência, em ambos os lados, nos corredores, escadas e rampas, permitir a circulação de dispositivos de compensação nos espaços destinados aos utentes.

O Centro-de-Dia deve estar inserido em zonas habitacional urbanas, peri-urbanas ou rurais com facilidade de acesso. Estar adequadamente afastada de zonas industriais, ruidosas ou insalubres e de outras zonas que, pela sua natureza, possam pôr em causa a integridade física e psíquica da pessoa idosa e a facilidade de acesso das respectivas famílias.

O Centro-de-Dia deve compreender os seguintes compartimentos e espaços:

- a)* Área técnica e administrativa;
- b)* Refeitório, cozinha e despensa;
- c)* Instalações sanitárias;
- d)* Lavandaria;
- e)* Área de saúde;
- f)* Área de assistência social;
- g)* Área de leitura ou biblioteca;
- h)* Área de lazer.

O Centro-de-Dia assegura os seguintes serviços:

- a)* Refeições;
- b)* Ocupação/convívio;
- c)* Cuidados de higiene;
- d)* Tratamento de roupas;
- e)* Excursões organizadas;
- f)* Actividades recreativas, desportivas, culturais;
- g)* Assistência e aconselhamento aos utentes sobre a existência de instituições de assistência social;
- h)* Apoio familiar;
- i)* Aconselhamento sobre os benefícios que podem obter junto das instituições de assistência social.

O Centro-de-Dia deve funcionar em articulação com os serviços da comunidade.

É importante que o quadro de pessoal do Centro-de-Dia seja formado por uma equipa multidisciplinar com o seguinte pessoal:

- a)* Um psicólogo;
- b)* Um assistente social;
- c)* Um educador social;

- d) Um auxiliar administrativo;
- e) Um vigilante para cada 10 utentes;
- f) Um animador para cada 10 utentes;
- g) Um motorista;
- h) Um cozinheiro;
- i) Um ajudante de cozinheiro;
- j) Quatro empregados auxiliares de limpeza.

Schwartz (1979) apud Silva (2005) salienta os múltiplos propósitos do Centro-de-Dia, assinalando, como seu objetivo principal, proporcionar serviços e programas, para prevenir e/ou atrasar a necessidade de institucionalização. Este tipo de estrutura tenderá a ser uma solução essencial e mais barata, que o internamento, tendo a vantagem de contribuir para a manutenção da saúde física e emocional.

O quadro de pessoal do Centro-de-Dia deve ser organizado, de acordo com o diploma legal, possuindo especificidades, e formação adequada, para poder responder aos objetivos de sua criação, funcionamento e atendimento aos usuários.

4.8.5 As principais razões que levam os idosos a procurarem os Centros-de-Dia e seus benefícios

A idade traz consigo várias modificações fisiológicas, psicológicas, onde o idoso busca ficar por mais tempo sozinho, isolando-se do meio social, de amigos, colegas e até mesmo dos familiares, fragilizando-o e privando-o do bem-estar físico, mental e social, afetando sua qualidade de vida (QV), assim como a dos que lhe rodeiam. Esses fatores influenciam, para que o idoso procure um lugar, onde possa sentir-se útil e com vitalidade.

Grande parte dos idosos vão para os Centros-de-Dia, porque se sentem sozinhos, havendo falta de políticas de combate ao isolamento, pois, é cada vez mais a razão para a sinalização dos idosos.

Desta forma, o Centro-de-Dia vem colmatar a solidão que por motivos sociais, ou de saúde obriga aos idosos passarem várias horas do dia sozinhos. Com o surgimento do centro de dia os idosos têm a solução para lidar com a solidão, a reforma e, outras razões advindas do processo de envelhecimento e, encontrar um novo sentido para a sua vida.

A integração da pessoa idosa no Centro-de-Dia surge, como uma solução para as necessidades de supervisão e monitorização ao nível da saúde, integração e acompanhamento na vertente emocional, alívio dos cuidadores na prestação de cuidados, possuindo ainda, como

elemento privilegiado, o fato de ser economicamente menos dispendiosa, tendo em conta o grau de abrangência do apoio prestado ao idoso.

Os Centros-de-Dia oferecem um espaço de convergência e conjugação, entre os serviços de cariz social e de saúde, concernente a planificação e intervenção nos cuidados, objectivando a saúde e o bem-estar da pessoa idosa (ARRAZOLA, MÉNDEZ, LEZAUN, 2003).

De um modo geral, os Centros-de-Dia favorecem condições de vida dignas às pessoas idosas e seus familiares, contribuindo para a manutenção e continuidade do seu modo de vida e maior nível de autonomia, fazendo uma relação com o Serviço Social. Os objetivos do Centro-de-Dia chamam atenção os 3 (três) P's da Política Nacional da Ação "Prevenção, Proteção e Promoção". Os Centros-de-Dia previnem o idoso da solidão, protegendo-o da incapacidade física e psíquica e promovem a participação ativa e a inclusão destes na sociedade.

O Assistente Social no CDI, faz parte da equipa multidisciplinar e sua atuação inclui as abordagens individuais e com a família, realizando escuta e acolhida, por meio de entrevistas, contatos familiares, orientação sobre os direitos dos idosos, realização de visitas domiciliares, encaminhamento de idosos e seus familiares/cuidadores para serviços socioassistenciais e outras políticas públicas.

Ele constrói, com o usuário e a equipe técnica, o Plano Individual de Atendimento (PIA); participa das reuniões técnicas com a equipe, reuniões de capacitação; estudo de caso e elaboração de relatórios.

O objetivo do trabalho do Assistente Social, inclusive em Centro-de-Dia (CDI) para pessoas idosas, é viabilizar o acesso aos direitos sociais e, neste sentido, o profissional precisa ter clareza do seu projeto ético-político, domínio teórico metodológico da área que atua, e habilidade no uso dos instrumentos técnicos-operativos, como na realização de um estudo social, que visa conhecer a situação em profundidade, nos aspectos sociais, económicos e culturais.

No trabalho com a pessoa idosa, o Assistente Social precisa conhecer as legislações descritas na Constituição da República de Angola (CRA, 2010), na Política Nacional do Idoso, na Lei de Bases de Proteção Social, entre outros serviços no território.

No âmbito do segmento do idoso, a importância do trabalho do Assistente Social na equipa multiprofissional e interdisciplinar, está em conhecer o cotidiano dos idosos e seus familiares, suas formas de organização, de vivências e alternativas, para enfrentamento das situações experienciadas no cotidiano, mas também entender como vêm atribuindo significados a essas vivências.

Resultados da pesquisa

O estudo contou com uma amostra de 4 (quatro) idosos, sendo 2 (dois) homens e 2 (duas) mulheres, com idades compreendidas entre 56 a 74 anos, que frequentam o Centro-de-Dia Kudissanga Kua Makota, e fez-se uma amostragem não probabilística, por conveniência, que consistiu na seleção feita pela responsável da instituição, ao indicar os sujeitos, que se disponibilizaram em participar da pesquisa, numa visão de representação do universo e, dada a conhecer às pesquisadoras.

A limitação ao número de amostra, teve que ver, por um lado, com a situação de pandemia, que ainda se vive no país e, por outro, porque os idosos fazem parte do grupo de risco.

Tabela 21: Distribuição dos idosos por amostra

Qdade	Idade	
	Masculino	Feminino
1	67	
1	69	
1		56
1		74
Total	2	2

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

As questões apresentadas, procuraram conhecer:

- a) o modo de acesso ao Centro-de-Dia KKM;
- b) os motivos que fizeram aderir ao Centro-de-Dia KKM;
- c) a vivência do seu dia-dia no Centro-de-Dia KKM;
- d) as atividades em que tem participado no Centro-de-Dia KKM;
- e) modo de relacionamento com a família, depois que começou a frequentar o Centro-de-Dia KKM;
- f) rotina anterior, ao pertencimento do Centro-de-Dia KKM e a nova realidade;
- g) os benefícios que o Centro-de-Dia KKM proporciona na vida particular.

As respostas são apresentadas em forma de depoimentos, como consta dos seguintes quadros, com a codificação das respostas dos sujeitos, codificadas, por via alfabética.

*“O conhecimento é diferente de sabedoria. Podemos saber conhecimento, sem sabedoria. Sabedoria é coisa que vem da família”.*¹²

¹² Intervenção da Professora Doutora Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, no encontro do GEFORMSS-UNESP, realizado no dia 29 de Março de 2022, em formato virtual.

Quadro nº33: Modo de acesso ao Centro-de-Dia KKM

Idoso A: <i>“O centro contactou, porque precisa de um idoso que ensinasse aos outros, a prática da cestaria, e assim passou a frequentar”.</i>
Idosa B: <i>“Começou a frequentar o centro, por meio da sua prima, que já conhecia e a sugeriu”.</i>
Idoso C: <i>“Chegou e começou a frequentar o centro, por meio do vizinho”.</i>
Idosa D: <i>“Tomou conhecimento da existência do centro, por intermédio da vizinha e de acordo com o que vi, decidi frequentar o centro”.</i>

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

De um modo geral, os idosos tomaram conhecimento da existência do centro por meio de terceiros, e pela forma como foram acolhidos, sentiram-se à vontade, para permanecer e frequentar o mesmo. Sabendo das atividades que o centro realiza, perceberam que tinham muito a ganhar.

Quadro nº 34: Motivos que levaram a aderir ao Centro-de-Dia da AASTI

Idoso A: <i>“Oportunidade de poder ensinar aos outros idosos, a arte da cestaria, sair da mesmice da rotina diária de casa, e sentir-se mais útil e ter acesso a saúde”.</i>
Idosa B: <i>“O fato de poder voltar a estudar, conhecer locais que não imaginava e a convivência com outros idosos, bem como as outras atividades que o centro realiza”.</i>
Idoso C: <i>“Conviver com pessoas da mesma faixa etária e fugir do isolamento e da solidão diária”.</i>
Idosa D: <i>“O acesso aos cuidados de saúde, alimentação e a socialização”.</i>

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

No que diz respeito aos motivos que levaram os idosos aderir ao Centro-de-Dia, de um lado, coloca-se em causa, a solidão e o isolamento diário dos idosos, por outro, os idosos apontam como outro motivo, a convivência com pessoas da mesma faixa etária, bem como, o acesso aos cuidados de saúde e alimentação. Neste sentido, sentem-se estimulados, com sentimento e desejo de continuar a viver, sobretudo, por considerarem as condições favoráveis de acolhimento e assistência, por parte do Centro-de-Dia.

Quadro nº 35: Vivência do dia-a-dia no centro

Idoso A: <i>“Muito boa, a convivência com os outros idosos e os responsáveis do centro, participamos de muitas atividades”.</i>
Idosa B: <i>“Tem sido muito proveitosa, fazemos muitas coisas como estudar, fazer ginástica e ajudamos também nas lides do centro”.</i>
Idoso C: <i>“É muito dinâmica, jogamos dama, fazemos cestos, conversamos uns com os outros, tem sido muito bom fazer parte do centro”.</i>
Idosa D: <i>“Muito boa, sento-me como se estivesse em casa”.</i>

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Todos os idosos apontaram, como sendo muito boa e sadia, a vivência que têm no Centro-de-Dia. Pois, têm aproveitado bastante, cada momento que lhes é proporcionado. Deixaram de ter um dia-dia monótono e solitário, para um mais dinâmico e divertido, sentem-se acolhidos e acalorados, de tal forma que, é como se tivessem em suas casas, porém num clima mais aconchegante.

Quadro nº 36: Atividades em que tem participado na KKM

Idoso A: <i>“Artesanato, ginástica, passeios, roda dos kambas”.</i>
Idosa B: <i>“Artesanato, ginástica, passeios, roda dos kambas”.</i>
Idoso C: <i>“Artesanato, ginástica, passeios, roda dos kambas”.</i>
Idosa D: <i>ginástica, passeios, roda dos kambas”.</i>

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Podemos apurar que, os idosos no centro de dia KKM, participam em várias atividades, como cestaria, ginástica, passeios e debates, que os ajudam a melhorar o seu bem-estar físico e emocional. Essas actividades têm contribuído muito, para a felicidade dos idosos, dando oportunidade, a vivenciarem experiências diferentes, do que estavam habituados.

Quadro nº 37: Modo de relacionamento na família, com a frequência ao Centro

Idoso A: <i>“Melhorou isso porque agora tenho mais coisas para conversar com a minha família”.</i>
Idosa B: <i>“Tem sido aceitável”.</i>
Idoso C: <i>“Melhorou”.</i>
Idosa D: <i>“É bom”.</i>

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

O relacionamento dos idosos, com os seus familiares melhorou consideravelmente, permitindo a eles mais interação com a família, pois, agora eles têm mais motivos para conversar com os filhos, esposa, netos, podendo contar as suas experiências diárias, vividas, principalmente Centro-de-Dia KKM.

Quadro nº 38: Rotina antes de pertencer ao centro e a nova realidade

Idoso A: <i>“Ficava apenas em casa, fazendo cesto e cofre de madeira, mas sempre esperei ter uma oportunidade para poder ver o meu trabalho valorizado e poder ensinar aos outros e socializar-me mais”.</i>
Idosa B: <i>“Tinha sempre a mesma rotina em casa, os filhos são maiores de idade e a maioria já fez a sua vida”.</i>
Idoso C: <i>“Ficava em casa sem muita coisa para fazer, os filhos nem sempre são pacientes e com disponibilidade para nos ouvir”.</i>
Idosa D: <i>“Ficava apenas em casa depois da aposentadoria”.</i>

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Para os idosos, a rotina anterior ao Centro-de-Dia era muito monótona, muitas vezes ficavam sozinhos em casa, sem muito o que fazer, os pensamentos tomavam conta deles, como consequência do isolamento e da solidão, visto que, os filhos, já maiores de idade, seguiram o rumo das suas próprias vidas. O fato de ter chegado à aposentadoria, como evidenciou a idosa D, deixou-a sem ter muito que fazer.

Quadro nº 39: Benefícios que o centro proporciona na vida particular

Idoso A: <i>“A convivência com outros, os cuidados de saúde e sinto-me muito útil”.</i>
Idosa B: <i>“Agora, os dias já são mais dinâmicos e tenho apoio médico e alimentação”.</i>
Idoso C: <i>“Ganhei mais vitalidade, a minha vida melhorou positivamente”.</i>
Idosa D: <i>“Agora temos como e onde ocupar o nosso tempo e acesso há vários serviços”.</i>

Fonte: Síntese elaborada pelo Autor.

Quanto aos benefícios que o Centro-de-Dia proporciona aos idosos, destacam-se, o acesso aos cuidados de saúde, alimentação, pois, têm direito ao pequeno almoço e ao almoço e ainda, fazem menção no aumento da sua vitalidade e utilidade, por meio das atividades que praticam, como a ginástica, cestaria e alfabetização. Enfatizam, também, a socialização com

peças da mesma faixa etária, como fator predominantemente, para vencerem o isolamento e solidão, da sua rotina anterior ao centro.

De modo geral, afirma-se, mediante pesquisa realizada, que o Centro-de-Dia KKM proporciona aos idosos, um bem-estar social, um viver com qualidade de vida, trabalhando, essencialmente, a estimulação cognitiva dos idosos, por meio da alfabetização e debates de temas diversos, a motricidade, por meio da ginástica, atividades lúdicas, passeios, alimentação, saúde entre outros.

A política social de proteção a pessoa idosa, destaca que, o atendimento institucional do/da idoso/a, deve ser considerado como última alternativa, com caráter transitório e/ou excepcional. Deste modo, comparando com os lares de Terceira Idade, os Centros-de-Dia acabam sendo a melhor alternativa para os idosos, pois, previnem a sua institucionalização, permitindo, assim, que este permaneça na sua residência, ao lado de sua família, mantendo o relacionamento diário com as pessoas do centro, possibilitando a participação em diversas atividades socioculturais, promovendo, dessa forma, a sua inserção na comunidade em que se encontra.

O lugar do idoso é na família, o atendimento e a proteção deste, devem ser assumidos, diretamente, pelas respectivas famílias, proporcionando-lhes as condições para satisfação das suas necessidades elementares, razão pela qual, evidencia-se que, os Centros-de-Dia têm grande importância, porque permitem, que a pessoa idosa permaneça em sua casa, na sua família e tenha convívio diariamente, com pessoas da mesma faixa etária, estimulando, deste modo, a sua participação na comunidade. Os Centros-de-Dia são uma das respostas sociais mais eficazes, no combate ao isolamento e solidão, na terceira idade.

4.9 Atividades dos estagiários do curso de Serviço Social nos Serviços Penitenciários no município de Viana

Autores: Calvino Pedro Yengady; Domingos Alberto da Cruz; Graciete Francisco António; Jawilson Sebastião Mateus; Lindo Capele Domingos Saliona; Nelson João Pedro; Paciência Teixeira; Paulino Chitulo Soquete

Um grupo de 8 (oito) estudantes da Faculdade de Serviço Social realizou, no Instituto de Ciências Penitenciárias e no Estabelecimento Penitenciário de Viana, respectivamente, tendo sido avaliados previamente, com as condições exigidas pelos Serviços Penitenciários, para o

mesmo fim, sob supervisão académica, pela instituição formadora e, de campo, pelas instituições acolhedoras.

Pela Faculdade de Serviço Social a supervisão académica foi exercida pelo Professor Daniel Luciano Muondo, Docente da mesma instituição. Pelo Instituto de Ciências Penitenciárias, a supervisão pedagógica, técnica e científica teve como responsáveis a Dr^a. Luzia (Chefe de Departamento); o Inspector-Chefe, Dr. Gonçalo Ventura; a Dr^a. Neusa Manuel, a Dr.^a Norma Coimbra. Pelo Estabelecimento Penitenciário de Viana, a supervisão de campo esteve sob responsabilidade da Sub-Inspectora Dr^a. Liudimila Vicente, pela Cadeia Masculina e, a Diretora Suzete Lopes de Aguiar, Intendente Prisional, pela Cadeia Feminina.

As atividades do estágio variaram desde a formação, com a preparação pedagógica, técnica e científica, pelo Instituto de Ciências Penitenciárias, e a prática profissional nas diferentes áreas do Estabelecimento Penitenciário de Viana, nas Cadeias Masculina e Feminina, de acordo com os planos de trabalho definidos previamente pelos estudantes, elaborados a partir dos diagnósticos realizados.

O estágio supervisionado justifica-se pelo fato de ser essencial na conciliação do conhecimento adquirido na teoria, com a componente prática. Tem grande relevância, porque, é a partir dele que o estudante, estagiário, consegue expressar tudo que foi diagnosticado, e possibilita a construção da identidade profissional de todo Assistente Social, na medida em que, permite uma maior aproximação com a realidade do Estabelecimento, tanto a nível de conceitos, como de procedimentos observados na realização das atividades.

Metodologicamente, o estágio foi realizado partindo da observação, da análise da realidade das áreas de intervenção, do estudo bibliográfico e documental, assim como, das entrevistas com diferentes intervenientes, durante a permanência nos estabelecimentos penitenciários.

Quanto aos resultados da experiência do estágio supervisionado em Serviço Social nos Serviços Penitenciários de Luanda, foi considerado a realização de diversas atividades, as dificuldades encontradas, tendo sido apresetadas algumas sugestões, sobre a possibilidade de um trabalho conjunto com os Serviços Penitenciários, baseado na assinatura de protocolos de cooperação entre as instituições, numa intervenção dos Assistentes Sociais, na sua contribuição, para o processo de humanização da situação de reclusão nos Estabelecimentos Penitenciários do país.

Atividades desenvolvidas pelos estagiários

Durante o estágio supervisionado em Serviço Social, os estudantes tiveram como atividades, a participação de uma formação no Instituto de Ciências Penitenciárias, a

intervenção do Estabelecimento Penitenciário de Viana, nas Cadeias Masculina e Feminina, respectivamente.

O Instituto de Ciências Penitenciárias (ICP), promoveu a formação e capacitação dos estudantes do curso de Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, Universidade de Luanda, no período de 3 à 10 do mês de Maio de 2022, com duração de 5 (cinco) dias, cujas aulas foram ministradas pelo Inspector-Chefe, Gonçalo Ventura, sob assistência da sua equipa de trabalho, a Dr.^a Norma Coimbra, a Dr.^a Neusa Manuel, o Dr. Aylton da Apresentação, cuja sabiamente dirigida pela Chefe de Departamento Pedagógico e de Investigação Científica, Dr.^a Luzia. Pela Faculdade de Serviço Social prestou a devida supervisão, o Orientador de Estágio Professor, Daniel Luciano Muondo.

Na formação, foram desenvolvidos os seguintes temas:

i. Breves considerações sobre os Serviços Penitenciários

Esta actividade tratou de fazer uma apresentação da formação, iniciando com o processo de autoscopia, numa dinâmica de identificação individual dos participantes. No seu desenvolvimento, o formador apresentou em linhas gerais, a situação dos serviços penitenciários em Angola, desde os aspectos históricos, organizados, a planificação sobre temas educativos e valorativos com reclusos. Desenvolveu, também, as diferentes etapas de evolução do Serviço Penitenciário em Angola, bem como a classificação dos Estabelecimentos Penitenciários, segundo as suas categorias, a capacidade de lotação e custos realizados com os reclusos.

ii. A Reabilitação e Controlo Penal

Trata-se de um trabalho reabilitativo, que é feito através de um conjunto de actividades desenvolvidas pelos Departamentos de Assistência Psicológica, de ensino, trabalho, artes e ofícios, recreação, cultura, desporto e religião. O controlo Penal é feito de acordo com o cálculo da rota progressiva, para que o indivíduo privado de liberdade possa beneficiar da licença de saída prolongada, liberdade condicional e saída extraordinária.

O seminário serviu de um momento de muito aprendizado, com do Inspector Prisional-Chefe e Psicólogo Criminal, Doutor Gonçalo Ventura, e secretariado pela chefe Norma Coimbra e Aylton da Apresentação, ficando claro a diferença entre Reeducação e Reabilitação, Comarca e Esquadra. Foram também abordados aspectos relacionados com os métodos e técnicas usados em Serviços Penitenciários (escolarização, actividades culturais e recreativas, actividades cívico-moral e religiosa, assistência Psicológica, atenção individual aos reclusos e seus familiares), medida de flexibilização da pena (passe extra penal e liberdade condicional),

as classes dos estabelecimento (capacidade, tipo de crime e a localização), licenças (Licença de Saída Prolongada $\frac{1}{4}$ da pena e Licença de Saída em Liberdade da Pena $\frac{1}{2}$).

iii. Os Instrumentos utilizados em Assistência e Avaliação Psicológica

Considerou-se como sendo o processo técnico-científico, de coleta de dados, estudos e interpretação de informações, a respeito dos fenómenos psicológicos e social, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para estratégias psicológicas socialmente em métodos, técnicas e instrumentos, dos quais se destacam a observação, a entrevista, autopsia psicológica e os registos dos anexos A, B e C da NEP, bem como o modelo 49 e 50.

Neste dia, foi célebre a expressão do formador Dr. Gonçalo Ventura, no seguinte: “antes de se olhar a personalidade do recluso, deve-se olhar para personalidade do efectivo”.

iv. A Psicanálise

Esta atividade consistiu, na análise da situação psicológica, tendo o formador, Dr. Gonçalo Ventura trazido dois grandes exemplos de letras musicais, nomeadamente, a de Roberto Carlos “Esse cara sou eu” e, a da cantora Ary “Você me escangalha”.

Em ambas as letras musicais, concluiu-se a existência de possíveis comportamentos criminosos. Na letra de Roberto Carlos se pode notar um cara passional, obcecado, com ansiedade crónica, megalomaniaco, com síndrome de delírio de grandeza, dificuldade de autoafirmação, inseguro, extremamente ciumento e de grande potencial para a violência. Como conselho “a fuga desse cara”.

Na música de Ary, se pode perceber o perfil de uma louca masoquista, que manifesta equilíbrio e controlo emocional. As emoções constituem grande fator para a prevenção de delitos pois, são valiosos para a vida humana, por permitirem expressar as tensões ou conflitos internos de nossa personalidade. Permitem, ao mesmo tempo, expressar os estados de prazer ou desprazer.

v. Resumo individual

Esta atividade constituiu uma etapa de capacitação excelente, que de modo individual, permitiu a apreensão de conhecimentos sobre os Serviços Penitenciários na realidade de Angola, o processo de reabilitação prestado aos reclusos e, como deve ser desenvolvido o mesmo processo, tendo em conta a humanização e reintegração do indivíduo socialmente.

4.9.1 Atividades desenvolvidas no Estabelecimento Penitenciário Masculino de Viana

Após formação dos estagiários, no Instituto de Ciências Penitenciárias, as atividades seguiram o seu curso normal no Estabelecimento Penitenciário de Viana, no seguinte:

- a) Apresentação e Diagnóstico Social no Estabelecimento Penitenciário de Viana
- b) Briefing de cortesia com o Chefe da Secção de Assistência e Reabilitação Penal
- c) Realização do Diagnóstico Social no Estabelecimento Penitenciário de Viana
- d) Distribuição e Enquadramento nas diferentes áreas de intervenção

Inicialmente, foi feita a apresentação do grupo de estagiários e o respectivo Orientador, dirigidos pelo Instituto de Ciências Penitenciárias, no Estabelecimento Penitenciário de Viana (EPV), onde foram prestadas as boas-vindas, por parte do Director Geral do mesmo Estabelecimento, acompanhado do Director Adjunto da Área Operativa. Nesta breve apresentação, foram instruídas as orientações sobre os procedimentos e cuidados a tomar dentro do Estabelecimento Penitenciário.

O Diagnóstico Social foi realizado com a finalidade de conhecer a realidade social do Estabelecimento Penitenciário de Viana, o funcionamento dos seus serviços, bem como as expressões da questão social, tanto na Cadeia Masculina, quanto na Cadeia Feminina.

Para a Cadeia Masculina, o diagnóstico social realizou-se nas seções de Segurança Institucional, Controlo Penal, Assistência e Reabilitação Penal, Penas Alternativas e Reinserção Social, as áreas Administrativas, Áreas de produção, Escola denominada 5.089 e Posto Médico.

A Seção de Segurança Institucional, permitiu conhecer o funcionamento das áreas de atendimento aos familiares dos indivíduos privados de liberdade.

A Seção de Controlo Penal, regula o funcionamento de gestão e controlo do tempo de permanência dos “Indivíduos privados de liberdade”, fixação de dados biométricos e em geral, de aspectos relevantes, da ocorrência jurídico penitenciário.

A Seção de Assistência e Reabilitação Penal, executa as políticas reabilitativas e psicossociais, do indivíduo privado de liberdade, bem como a garantia da aplicação das normas e direitos humanos, nos estabelecimentos penitenciários. Para garantir o funcionamento normal, a referida seção conta com as seguintes áreas: Assistência Psicossocial, Assistência Reabilitativa e área administrativa.

A Seção de Penas Alternativas e Reinserção Social (SPARS) é um órgão executivo das penas alternativas (Conjunto de benefícios que indivíduo privado de liberdade tem como: Liberdade condicional, prisão domiciliar, saída de tempo prolongado, prisão nos finais de semana e retiradas para o trabalho socialmente útil), as políticas de reinserção social e aplicação

das metodologias de reintegração psicológica e religiosa, no âmbito da Assistência pós-institucional.

As áreas Administrativas visitadas compreendem os Blocos de Reclusão, dos quais, o Bloco B, C, D e E.

Áreas de produção constatadas são a cozinha, as lavras e a padaria.

A Escola 5089 faz parte das metodologias reabilitativas e de superação dos efetivos, considerada como parte dos protocolos assinados pelos Ministérios do Interior, da Educação e da Administração do Território. Conta com 6 (seis) salas fixas e 3 anexas (três), gabinetes para o pessoal Administrativo, com 24 (vinte e quatro) professores, afetos ao Ministério da Educação, e possui uma capacidade de 630 (seiscentos e trinta) estudantes.

Segundo o diagnóstico efetuado, durante o ano letivo 2021/2022, foram matriculados um total de 147 indivíduos privados de liberdade e 69 efetivos, nos diferentes níveis, onde é aplicada a metodologia em módulos, sendo, o primeiro módulo correspondente a 1ª e 2ª classes, segundo módulo 3ª e 4ª classes, terceiro módulo 5ª e 6ª classes, com uma duração de três meses, respectivamente. O quarto módulo corresponde a 7ª, 8ª e 9ª classes, com duração de dois anos.

As aulas são administradas em grupo. Ainda existe o programa de alfabetização no interior penal (casernas/celas), em que as aulas são ministradas pelos indivíduos privados de liberdade com formação. A escola é abastecida com material didático e gastável, pelo Ministério da Educação e, realiza diversas atividades para entreter os seus utentes.

O Posto Médico assiste os efetivos e seus familiares, bem como os indivíduos em situação de reclusão. Está constituído por uma área de espera, laboratórios de raio X, fisioterapia e enfermagem, salas de internamento, tratamento, infecto-contagioso, lavagem de Teles, consultórios, secretarias, farmácia, bem como área para os funcionários. O mesmo tem protocolo com o Ministério da Saúde.

O desenvolvimento das atividades contou, dentre várias intervenções realizadas no Estabelecimento Penitenciário de Viana, com um conjunto de ações, conforme se segue:

1. Acompanhamento de Entrevista clínica;
2. Acompanhamento de Entrevista de seguimento;
3. Inquérito social;
4. Questionário de avaliação social;
5. Acompanhamento e realização de Sensibilização as famílias;
6. Entrevista Social, aos Indivíduos em reclusão em situação de abandono familiar;
7. Prestação de informação à familiares dos indivíduos que dão entrada no Estabelecimento Penitenciário de Viana;

8. Visitas de constatação ao interior penal;
9. Participação em palestras e atividades de caça talento;
10. Acompanhamento do processo de seleção dos Indivíduos em Reclusão para a escolaridade;
11. Visita Domiciliar aos indivíduos em liberdade condicional
12. Localização familiar.

O acompanhamento de entrevista clínica é uma técnica usada, para com os indivíduos privados de liberdade, que apresentam alteração no seu estado psíquico, geralmente, feita pelos Psicólogos, tendo sido realizados um total de 15 (quinze) acompanhamentos.

O acompanhamento de entrevista de seguimento foi usado, para os indivíduos privados de liberdade, a serem inseridos no trabalho socialmente útil, feito pelos especialistas de Reabilitação, onde foram acompanhados um total de 05 (cinco) reclusos.

O inquérito social é uma actividade, que levada a cabo na casa dos familiares, que solicitam liberdade condicional, para se constatar a realidade social desta e confirmar, se há condições para recepcionar o indivíduo que se vai beneficiar deste bem. Foram seguidos um total de 3 (três) indivíduos.

O questionário de avaliação social é um instrumental necessário, para avaliar o histórico dos indivíduos que dão entrada no estabelecimento penitenciário. Durante o estágio, foram realizados um total de 75 (setenta e cinco) inquéritos.

O acompanhamento e realização de sensibilização às famílias é uma atividade desenvolvida por uma equipa multidisciplinar, para sensibilizar a família, nos aspectos de Educação jurídica, aconselhados para não trazerem meios proibidos, onde se desenvolveram aspectos relativos a importância da Família no acompanhamento do Indivíduo Privado de liberdade). Realizou-se apenas 1 (um) acompanhamento.

A entrevista social aos indivíduos em reclusão, com situação de abandono familiar é uma técnica para conhecer os aspectos ligados a relação familiar do indivíduo, e outros aspectos da situação social, tendo sido realizados um total de 4 (quatro) entrevistas.

A prestação de informação à familiares dos indivíduos que dão entrada no Estabelecimento Penitenciário de Viana, é uma acção usada para informar aos familiares dos reclusos, que dão entrada ao estabelecimento sobre a sua localização. Esta acção resultou da necessidade de se ter constatado, que muitos entram sem o conhecimento da família. Foram constatados um total de 153 (cento e cinquenta e três famílias).

As visitas de constatação ao interior penal consistiram no conhecimento da realidade social deste meio.

A participação em palestras, da Associação Resgate do Futuro e Artes do Futuro, foi realizada através de uma partida desportiva no interior Penal, complementada com as actividades de Caça talentos para os Indivíduos Privados de Liberdade do Bloco D.

O acompanhamento do processo de seleção dos Indivíduos em Reclusão, para a escolaridade é uma acção que se levou a cabo para aferir se os indivíduos estão aptos, para a escolarização. Desta acção, foram avaliados de 192 (cento e noventa e dois) indivíduos.

A visita domiciliar aos indivíduos em liberdade condicional executou-se para se constatar o nível de inserção social do indivíduo, que goza de liberdade condicional. Desta foram acompanhados 02 (dois) indivíduos.

A localização familiar consistiu em localizar e sensibilizar as famílias, a fim de acompanhar os seus parentes, que se encontram em situação de reclusão. Foram sensibilizados um total de de 10 (dez) famílias, com todo êxito.

4.9.2 Intervenção da estagiária no Estabelecimento Penitenciário Feminino de Viana

Para o Estabelecimento Penitenciário Feminino, o estágio consistiu na apresentação no referido campo, junto dos supervisores (Rosa Roque e Gonçalo Ventura), a Chefe da Seção de Assistência e Reabilitação Penal Inspectora-Prisional Isabel Fernandes e a chefe de Seção dos Recursos Humanos, com a definição do horário e dos dias de estágio, ao mesmo tempo que foi conhecida a situação das reclusas, dentre condenadas e detidas, nacionais e estrangeiras.

Uma das ações importantes foi a elaboração do plano de atividades do estágio, na continuidade do diagnóstico, seguindo-se a realização entrevistas, sendo uma de triagem, feita tão logo que a reclusa dá entrada ao Estabelecimento Penitenciário e três entrevistas de seguimento, que consistem em conhecer o processo da reclusa, quanto ao comportamento e suas preocupações. O objetivo da realização das entrevistas consistiu em saber quais os maiores problemas que as reclusas enfrentam.

Na sequência, foi feito o trabalho administrativo, com o conhecimento do Interior Penal, sob autorização da Diretora Operativa do Estabelecimento e acompanhada da Inspetora Prisional. Foi possível realizar o levantamento de dados, das reclusas inseridas no trabalho socialmente útil, na coordenação, artesanato, cozinha, costura, salão, creche, pastelaria, G. Medical, lavandaria, jardim, artes e ofícios, horta, coordenação dos blocos (A, B, C), e escola.

O diagnóstico realizado no Estabelecimento feminino, pela única estagiária, permitiu identificar 23 (vinte e três) igrejas e denominações religiosas, que realizam as suas atividades em dias específicos, dependendo do programa do Estabelecimento, dentre as quais constam:

1. Ministétio Fé e libertação
2. Real Assembleia
3. Projecto Ana
4. Igrja Metodista Unida
5. Bom Deus
6. Ministério Evangelho
7. Ministério Mãe de Angola
8. Assembleia de Deus Pentecostal
9. Tosofico Espírita
10. Testemunha de Jeóva
11. Igreja Cristã Envagelho
12. Tenda da Glória
13. Comunidade Espiritual de Luanda
14. Evangelho Sinodal
15. Católica
16. Departamento Provincial de Senhoras
17. Adventista
18. Real Assembleia
19. Universal
20. Projecto Ana
21. Messiânica Mundial de Angola
22. Messias do Espírito Santo
23. Evangelica Sinodal de Angola

Para além das igrejas, conta também com o apoio de algumas Organizações Não Governamentais (ONG`s) e, dessa forma, apoiando não só o Estabelecimento, bem como a reclusas, com materiais de higiene e espiritualmente.

No Estabelecimento Penitenciário Feminino, algumas atividades realizadas consistiram no seguinte:

- a) Intervenção nos aspectos relacionados com o excesso de proteção, que pode levar muitos reclusos a reincidência; o vício, o egoísmo, e as vezes o orgulho, a situação de abandono familiar, com levantamento de dados sobre o local de origem.
- b) A realização de uma palestra com o tema “Eu e a Socialização”, o levantamento, por caserna, das reclusas que não recebem o apoio familiar, de acordo com a idade.

- c) A organização dos dados recolhidos, onde procurou-se entender melhor as causas do abandono familiar, bem como a identificação da tipicidade dos crimes encontrados no EPFV.
- d) Realização de entrevistas de seguimento, com o objectivo de levantamento de dados ou colheita de informação.

4.9.3 Problemas e dificuldades registadas durante as fases de diagnóstico e de intervenção social

- a) O desconhecimento da práxis de estágio em Serviço Social nos Serviços Penitenciários;
- b) As limitações no acesso as áreas de trabalho e a impossibilidade para o interior penal, considerando a importante natureza castrense dos Serviços Penitenciários;
- c) Falta de acompanhamento dos indivíduos na fase final da sua situação Penal, bem como na pós-liberdade efetiva;
- d) Escassez de educação jurídica, no processo de sensibilização aos familiares dos indivíduos em reclusão;
- e) Elevado número de reclusos, em situação de abandono familiar;
- f) Rotura no processo, para obtenção de liberdade condicional;
- g) Debilidades no serviço de atendimento aos familiares, por via telefónica;
- h) Dificuldades de casas de banho, na área de recepção dos familiares e onde se faz a triagem dos reclusos;
- i) Utilização somente de Psicólogos, para a intervenção social com os reclusos e suas famílias.

4.9.4 Propostas decorrentes das dificuldades identificadas nos Serviços Penitenciários

Das dificuldades identificadas no processo de estágios, foram apresentadas como sugestões, as seguintes:

1. Acompanhamento do recluso, faltando um mês do cumprimento da sua pena, por uma equipa multidisciplinar, para que o mesmo comece a projetar a sua vida, além do Estabelecimento Penitenciário, criando-se um ambiente que favoreça a sua reintegração social, junto da família, dos amigos, da sociedade em geral;

2. Estabelecimento de contatos e formulação de acordos de parceria, junto de outras organizações, para garantir a reintegração pós-reclusão, quer para o trabalho, bem como para uma formação, ou ser inserido no processo de ensino, caso esteja em idade escolar;
3. No quadro da Política Nacional da Ação Social, que faz menção à figura de Ex-recluso, é sugestão da Faculdade de Serviço Social, enquanto instituição académica, de formação superior em Serviço Social apoiar na criação e constituição de uma Associação, para ajudar na materialização e seguimento deste processo;
4. Apelar a família, sobre os procedimentos jurídicos a observar, uma vez que, grande parte da nossa sociedade desconhece os normativos jurídicos, sobretudo, na condição de reclusão ou em situação penal;
5. Quanto à rotura no processo para obtenção de liberdade condicional, sugere-se que, o indivíduo seja tratado por uma única equipa, desde o trabalho com o recluso, e suas famílias, bem como, outras organizações da sociedade civil;
6. Que as equipas de acompanhamento desenvolvam contatos juntos das famílias, e as denominações religiosas de pertença dos reclusos, caso a professem, assim como, com as respectivas Administrações locais do Estado, ONG's e, em caso de se constituir Associações de Ex-reclusos, proceder-se a devida inscrição. Pensamos que, uma Associação dessa natureza serviria de um suporte fundamental, na sensibilização e educação cívica da sociedade, sobretudo, com as experiências vivenciadas no estabelecimento penitenciário, o que pode contribuir para a diminuição e ao não cometimento de crimes;
7. Sobre o elevado número de reclusos em situação de abandono familiar, a realização de inquéritos sociais, por meio do diagnóstico e visita domiciliar, é fundamental, garantindo a presença de parentes, apelando-se a um trabalho de localização familiar;
8. Sobre a deficiência no serviço de atendimento aos familiares por via telefónica, considerando que, os Comandos de Polícia e outros serviços encaminham indivíduos para os Estabelecimentos Penitenciários, sem conhecimento das suas respectivas famílias, sugere-se a criação de mecanismos de comunicação, para facilidade na informação, no sentido de estreitar as relações entre a família e os Estabelecimentos Penitenciários;
9. Criação de casas de banho móveis no espaço de recepção das famílias, e nas áreas onde se fazem a triagem dos reclusos, como condição de manutenção da satisfação das necessidades fisiológicas;

10. Que, para a realização de intervenção social, sobre as questões sociais, sejam integradas nas equipas de psicólogos outros profissionais, como os Assistentes Sociais, ou Educadores Sociais, ainda que ao nível de voluntariado, para dar respostas as diferentes manifestações da questão social, através do uso de um conjunto de instrumentais técnicos, de recolha e análise de dados.

Descatacam-se alguns aspectos positivos, que marcaram as atividades realizadas pelos estagiários:

- a) O cumprimento com êxito das ações programadas;
- b) A participação dos utentes, de modo ativo, na concretização das actividades;
- c) O acompanhamento organizado dos estagiários, pelos Estabelecimentos dos Serviços Penitenciários, partindo do Instituto de Ciências Penitenciárias, a recepção e devida atenção pelas diferentes seções e áreas de serviço.

A realização de estágio supervisionado nos Serviços Penitenciários foi uma oportunidade de aquisição de conhecimentos, neste setor, que permitiu a obtenção de um conjunto de habilidade, no âmbito do Serviço Social Sociojurídico, como um espaço de atuação dos/das Assistentes Sociais.

As atividades realizadas com os Serviços Penitenciários, desde o Instituto de Ciências Penitenciárias e os Estabelecimentos Penitenciários de Viana (Maculino e Feminino), permitiram aos estagiários, por um lado, o contato com a realidade da situação de reclusão no país, de modo geral e, por outro, a necessidade de uma atuação com os indivíduos privados de liberdade.

Deste modo, destaca-se a importância e necessidade da realização de um trabalho conjunto, entre as instituições que, por meio de parcerias e acordos de cooperação, contribuam para o melhoramento da situação de reclusão, nas dimensões pedagógicas, técnicas, científicas, considerando os problemas identificados junto dos utentes, dos estabelecimentos penitenciários.

A Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda considera muito proveitoso o estágio desenvolvido pelos estudantes do 4º Ano do Curso de Serviço Social, garantindo que seja desenvolvido um trabalho que propicie a realização de estudos científicos, com base nas normas vigentes, ao nível central e local, promovendo e dinamizando as instituições, e tornando conhecido a função do/da Assistente Social, no âmbito da proteção social, nos Serviços Penitenciários.

As pesquisas realizadas em época de Covid-19, por meio do estágio supervisionado em Serviço Social demonstram o trabalho desenvolvido pelos membros do GEFORMSS de Luanda, pela Faculdade de Serviço Social, assumindo um grande desafio na dignificação da

profissão, como um contributo valioso, que pode garantir o reconhecimento da intervenção dos/das Assistentes Sociais nos diferentes espaços sócio ocupacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa estudou a temática do estágio supervisionado em Serviço Social e o Trabalho de Conclusão de Curso, em duas Instituições de Ensino Superior de Angola, que promovem a formação profissional de Assistentes Sociais, nomeadamente, o Instituto Superior João Paulo II, da Universidade Católica de Angola e, a Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, numa análise relacional.

A análise da pesquisa procurou evidenciar os fundamentos do Serviço Social em Angola, numa contextualização sócio-histórica, assinalando os aspectos da criação do curso, desde a época colonial, seu encerramento pelo Partido Político governante na época, bem como, o ressurgimento da profissão, com o fim do conflito armado verificado no país. Ao mesmo tempo, destaca as instituições que fomentaram e promovem a formação profissional dos/das Assistentes Sociais, com alguns dados que justificam o seu funcionamento, nos aspectos legais, por exemplo, os Planos de Estudo do curso, o perfil de entrada e de saída, assim como, as competências e habilidades, no quadro das atribuições privativas da profissão.

Uma das instituições de grande importância referida no estudo é a Associação dos Assistentes Sociais de Angola, enquanto classe profissional, responsável pela organização e defesa dos profissionais. O estudo demonstra a pertinência da formação profissional dos/das Assistentes Sociais em Angola, tendo como fundamentos a Política Nacional da Ação Nacional, que considera a necessidade do envolvimento dos trabalhadores sociais, de modo geral, constituídos na Carreira específica desses profissionais, com intervenção, sobretudo, nas expressões da questão social, principalmente, dos grupos em situação de vulnerabilidade social.

A intervenção social dos/das Assistentes Sociais, no âmbito da presente pesquisa, está sinalizada nas competências e atribuições específicas, como elementos que sustentabilizam a sua atuação nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, como resposta aos desafios e às inúmeras demandas apresentadas pelos usuários.

A pesquisa apresenta o estágio supervisionado em Serviço Social, desde uma gênese histórica, sua importância na formação profissional dos/das Assistentes Sociais, sobretudo, para as Instituições de Ensino Superior de Angola, ao mesmo tempo que, considera as dimensões interventivas da supervisão, bem como, os espaços de sua realização, com a identificação das temáticas de estudo, para a produção científica, traduzida na modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso.

O estudo considera o alcance dos objetivos específicos ao apresentar o marco histórico da profissão em Angola, os espaços de realização de estágio supervisionado, na sua relação com o Trabalho de Conclusão de Curso, bem como, as experiências das pesquisas desenvolvidas pelos estudantes integrados no GEFORMSS da Faculdade de Serviço Social, da Universidade de Luanda.

O estágio supervisionado em Serviço Social constitui um espaço para aprendizagem do processo de trabalho e formação profissional, através da relação teoria-prática, entendendo-o enquanto unidade indissolúvel, onde se dá a relação, a partir de um determinado referencial teórico, na constatação das condições concretas do real, sendo construídas alternativas e respostas profissionais.

O processo de realização de estágio supervisionado deve permitir ao estagiário conciliar a teoria com a prática, levando o estudante a desenvolver as suas competências ao nível do saber, saber ser, saber fazer e saber conviver.

A partir da realidade diagnosticada, o estagiário deve estar em condições de apresentar um plano de ação, que garanta a sua intervenção no campo de estágio, podendo desenvolvê-lo sob o olhar atento, crítico e construtivo do supervisor de campo e do supervisor académico que, em via de regra, devem ser ambos Assistentes Sociais.

O exercício da supervisão de estágios deve permitir que o estagiário aprenda fazendo, partindo do contexto em que está inserido, desde a observação, análise da realidade social, promovendo ações de acordo com o seu plano de intervenção, que devem concorrer para o alcance dos objetivos estabelecidos e os resultados previstos, introduzindo mudanças na vida das instituições, dos indivíduos, grupos e das comunidades.

Analisando o contexto da realização de estágios no Instituto Superior João Paulo II e na Faculdade de Serviço Social, percebe-se a necessidade da formação dos/das Assistentes Sociais, partindo das experiências de profissionais formados em Serviço Social, tanto ao nível do país como no estrangeiro, fortalecendo a capacidade formativa dos estudantes e a melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem nas instituições.

Outro aspecto que esta pesquisa apresenta é a realidade dos desafios da formação profissional em contexto da pandemia de Covid-19, com o impacto que a mesma representou para as instituições de ensino em Angola, de modo particular, que obrigou o recurso ao Ensino Remoto Emergencial, tendo o país, alterado o seu calendário escolar, em virtude da mesma situação.

No âmbito dos desafios impostos pela Covid-19 em Angola, a Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda destacou-se na realização de pesquisas, que contribuíram

para o conhecimento da realidade social naquele contexto, com análise de alguns grupos em situação de vulnerabilidade social. As pesquisas desenvolvidas pelos docentes e estudantes, contribuíram de modo significativo, para a realização de eventos científicos, com a publicação de duas obras literárias, ao mesmo tempo que, pela primeira vez, a instituição lançou o seu primeiro número da Revista Científica designada “Realidade Social”, em formato digital.

A formação profissional é um processo contínuo de aprendizagem, e não somente um processo formativo e acadêmico; por isso, é importante a crítica, para a construção do conhecimento, por meio da pesquisa. Fazer pesquisa exige prazer e não sofrimento, pois, trata-se de uma realização.

Profissionalmente, precisamos dar contemporaneidade às nossas propostas, ser inteiramente aquilo que fazemos, sobretudo, na interação professor-estudante, onde se constrói o saber, com base nos valores e princípios éticos da profissão, nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-opoerativa.

A pesquisa é um ato permanente para o profissional, na medida em que se considera apenas o fim do prazo por exigência institucional. A beleza da pesquisa consiste em fazer leitura crítica, respeitosa, participante e, ao fazê-la, devemos redimensionar segundo a realidade.

Com o estágio supervisionado, dá-se a unidade entre a teoria e prática, onde o trabalho profissional é fundamental no conhecimento, pois, permite a construção da identidade profissional. O conhecimento é também construído nas relações sociais. O estágio ganha um estatuto próprio e tem seu papel importante, apesar dos aspectos burocráticos.

O estágio supervisionado tem início na sala de aula e se prolonga com a extensão, e com os grupos de pesquisa em que também existe um saber, comprometido com a verdade e a justiça social. O estágio supervisionado sempre está presente na formação profissional dos/das Assistentes Sociais, por isso, precisamos resgatar seu significado, desde os princípios e fundamentos da profissão de Serviço Social, até a contemporaneidade.

A pesquisa realizada procurou conhecer e apresentar as temáticas estudadas pelos estudantes, nas duas Instituições de Ensino Superior analisadas, que compreenderam o período de 2017 à 2021, com uma produção científica muito rica, em diferentes áreas de conhecimento, nomeadamente a educação, saúde, sociedade, família, sociojurídica, empreendedorismo, empresas, meio ambiente e assistência social.

O estudo analisa com alguma consistência e relevância, as experiências trazidas pelos membros do Grupo de Estudo e Pesquisa em Serviço Social (GEFORMSS) de Luanda, da Faculdade de Serviço Social, cujas pesquisas foram realizadas em contexto da pandemia de Covid-19, ao nível dos hospitais, das comunidades, da terceira idade e, dos serviços

penitenciários, com temáticas expressivas, sobre a realidade constatada, por meio do estágio supervisionado em Serviço Social.

A formação profissional em Serviço Social no contexto angolano precisa ser repensada, pela necessidade de se criar instrumentos legais que garantam a regulamentação da profissão e sua consequente inserção nos diferentes espaços de intervenção social. Este repensar pressupõe um trabalho conjunto, começando pelas instituições formadoras, sobretudo, na estabilização do plano curricular do curso, onde se verifica diferenças nas disciplinas e nos conteúdos ministrados, tanto ao nível teórico, quanto no componente curricular do estágio supervisionado.

A pandemia da Covid-19 provocou mudanças profundas no exercício da profissão, ao obrigar a adoção de medidas emergenciais, pelos governos e pelas instituições de ensino, para garantir a continuidade da formação, com o Ensino Remoto Emergencial. O estágio supervisionado em Serviço Social não é emergencial, não se ensina à distância, é uma construção que nasce do estudo e da compreensão da realidade social, conhecida e aprendida no cotidiano, onde as expressões da questão social constituem a categoria fundante para a sua concretização.

A partir do conhecimento da realidade social, por meio do estágio supervisionado, nasce a produção científica, que considera o estudo das temáticas, nas diferentes áreas de intervenção social. A produção científica desenvolve no estudante as competências necessárias para a construção da sua identidade profissional, como indivíduo imerso na sociedade, considerando o enfrentamento dessas expressões da questão social.

Os temas abordados pelos estudantes, tanto pelos Trabalhos de Conclusão de Curso, quanto pelas experiências apresentadas são, contudo, a manifestação da vontade da aprendizagem, o compromisso assumido a partir do estágio supervisionado em Serviço Social, mas, acima de tudo, a entrada para o mundo da iniciação científica, da pesquisa, que se vai alimentando e construindo, do ponto de vista individual e, fundamentalmente nos grupos de estudo e formação.

As temáticas analisadas a partir do estágio supervisionado, na sua relação com o Trabalhos de Conclusão de Curso, por meio da metodologia do estado da arte, demonstraram a grande importância da intervenção dos/das Assistentes Sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, com a identificação de demandas dos usuários, que devem ser respondidas através da produção científica.

Porém, a utilização da metodologia do estado da arte na pesquisa, apesar de ser uma novidade no curso de Serviço Social em Angola, foi marcada com dificuldades no acesso as fontes da dados, desde a permissão aos trabalhos arquivados, sua organização por anos de

produção, assim como, a análise do conteúdo, em virtude da extensividade e profundidade do estudo.

A partir desta pesquisa, pode-se considerar a necessidade da elaboração de instrumentos normativos da profissão, como sendo o Plano Nacional de Estágio, o Código de Ética dos/das Assistentes Sociais em Angola, a Regulamentação Profissional, desde uma análise dos resultados apresentados, a partir das categorias analisadas, com requisições para cada setor de atividade, contribuindo para a contratação de profissionais nas diferentes áreas e espaços sócio ocupacionais de intervenção social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Política Nacional de Estágio (PNE)**, Brasil, 2009.

_____. **Nota Referente ao Estágio Supervisionado no período de isolamento Social para o combate ao Novo Coronavírus (SARS-CoV-2)**. Temporalis, Brasília, DF, ano 20, n. 39, p. 275-278, jan./jun. 2020.

_____. **Estágio, Ética e Pesquisa: Desafios para a Formação Profissional**. Temporalis, 17º Ano IX – Jan./Jul., 2009.

_____. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Aqui se respira luta! Brasília, maio de 2021.

ACADEMIA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS. **Manual de cuidados paliativos**. Rio de Janeiro: Diagraphic, 2009.

AGUIAR, A. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. SP: Ed. Cortez, 2011.

ANA et.al. **Fatores de Risco Psicossociais e sociocognitivos para o vírus da imunodeficiência humana/ síndrome da imunodeficiência adquirida (VIH/SIDA) na mulher africana**. Revista portuguesa de saúde Pública, 33 (2):222-234. Minho, 2015.

ANDRADE, L. **O papel da assistente social na equipe de cuidados paliativos**. In: CARVALHO, R.T.; PARSONS.A. **Manual de cuidados paliativos ampliado e atualizado** ANCP. Rio de Janeiro: Diagraphic, 2012.

ANDRADE, P. R.; RIBEIRO, C. A.; SILVA, C. V. **Mãe adolescente vivenciando o cuidado do filho: um modelo teórico**. Revista brasileira de enfermagem, Brasília, v. 59, n. 1, fev. 2006.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; PRATES, Jane Cruz (organizadoras). **Desafios à formação em Serviço Social em tempos de COVID-19**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

ANGOLA. Decreto Executivo nº 251/22, de 18 de Julho. **Cria os cursos de graduação, na Faculdade de Serviço Social e aprova os respectivos planos de estudo**. Imprensa Nacional, Luanda, 2022.

_____. **Plano Nacional de Formação de Quadros 2013-2020**. Órgãos Auxiliares do Presidente da República. Luanda, 2013.

_____. Decreto nº 7/09, de 12 de Maio, do Conselho de Ministros. **Cria Instituto Superior de Serviço Social de Luanda, abreviadamente ISSS**. Imprensa Nacional, Luanda, 2009.

_____. Decreto Presidencial N.º 13/06, de 17 de Maio, **estabelece as condições de instalação e funcionamento dos centros de dia de assistência à pessoa idosa e portadora de deficiência**. Luanda, Imprensa Nacional, 2006.

_____. Decreto Presidencial n.º 180/12, de 15 de Agosto, **sobre a Política para a Pessoa Idosa**. Luanda, Imprensa Nacional, 2012.

_____. Decreto Presidencial nº 124/20, de 4 de Maio. **Regulamento sobre propinas, taxas e emolumentos nas Instituições Públicas de Ensino Superior**. Luanda, Imprensa Nacional, 2020.

_____. Decreto Presidencial nº 147/12, de 27 de Junho. **Publica o Estatuto Orgânico do Instituto Superior de Serviço Social**. Imprensa Nacional, Luanda, 2012.

_____. Decreto presidencial nº 285/20 de 29 de Outubro. **Cria a Universidade de Luanda**. Imprensa Nacional, Luanda, 2020.

_____. Lei 7/04, de 15 de Outubro. **Lei de Proteção Social**. Luanda, Imprensa Nacional, 2004.

_____. **Constituição da República (CRA)**. Luanda, Imprensa Nacional, 2010.

_____. Decreto executivo nº 128/11, de 26 de Agosto. **Cria na Universidade Católica de Angola**. Imprensa Nacional, Luanda, 2011.

_____. Decreto Executivo Conjunto 157/20, de 22 de Abril. **Aprova o regime excepcional para o pagamento de propinas nas instituições privadas e público-privadas, que prestam Serviços de Educação e Ensino durante o período em que vigorar o Estado de Emergência**. Imprensa Nacional, Luanda, 2020.

_____. Decreto legislativo presidencial n.º 5/20, de 15 de abril. **Aprova a alteração à organização e funcionamento dos órgãos Auxiliares do Presidente da República**.

[Luanda]: Diário da República, 2020. Disponível em: <https://angolaforex.com/2020/04/15/diario-da-republica-i-a-serie-n-o-49-de-15-de-abril-de-2020/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. Decreto legislativo presidencial n.º 5/20, de 15 de abril. **Aprova a alteração à organização e funcionamento dos órgãos Auxiliares do Presidente da República**.

[Luanda]: Diário da República, 2020. Disponível em: <https://angolaforex.com/2020/04/15/diario-da-republica-i-a-serie-n-o-49-de-15-de-abril-de-2020/>. Acesso em: 26 ago. 2020

_____. Decreto Presidencial n.º 37/21 de 8 de Fevereiro. **Política Nacional da Ação Social**. Imprensa Nacional. Luanda, 2021.

_____. Decreto n.º 39-D/92, de 28 de Agosto. **Cria o Instituto Nacional de Formação Profissional – INAFOP**. Imprensa Nacional, Luanda, 1992.

_____. Decreto nº 1/03 de 10 de Janeiro 2003. **Criação da Comissão Nacional de Luta contra SIDA e Grandes Endemias**. Imprensa Nacional, Luanda, 2003.

_____. Decreto nº 34/98 de 2 de Outubro. **Cria o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional – INEFOP**. Imprensa Nacional, Luanda, 1998.

_____. Decreto Presidencial N.º 13/06, de 17 de Maio. **Estabelece as condições de instalação e funcionamento dos centros de dia de assistência à pessoa idosa e portadora de deficiência.** Luanda, Imprensa Nacional, 2006.

_____. Decreto presidencial n.º 142/20, de 25 de maio. **Declara a situação de Calamidade Pública a partir das 0h00 do dia 26 de maio de 2020, que se prolonga enquanto se mantiver o risco de propagação massiva do Vírus SARS-COV-2 e da Pandemia COVID-19. Revoga todos os actos praticados pelos Órgãos da Administração Central e Local que contrariem o disposto no presente Diploma.** [Luanda]: Diário da República, 2020b. Disponível em: <https://www.tralac.org/documents/resources/covid-19/countries/3679-angolastatement-on-covid-19-pandemic-25-may-2020/file.html>. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. Decreto Presidencial N.º 179/12, de 15 Agosto, **sobre a Estratégia de Protecção e Assistência a pessoa idosa.** Luanda, Imprensa Nacional, 2012.

_____. Decreto nº 7/05, de 9 de Março. **Criação do Instituto Nacional e Luta contra a SIDA.** Imprensa Nacional, Luanda, 2005.

_____. Decreto Presidencial nº 147/12, de 27 de Junho. **Publica o Estatuto Orgânico do Instituto Superior de Serviço Social.** Imprensa Nacional, Luanda, 2012.

_____. Decreto Presidencial n.º 188/12, de 21 de Janeiro, **sobre a Carreira do Trabalhador Social.** Imprensa Nacional, Luanda, 2012.

_____. Decreto Presidencial nº 109/22, de 12 de Maio, **estabelece a Carreira do Trabalhador Social.** Revoga o Decreto Presidencial nº 188/12, de 21 de Agosto.

_____. DecretoPresidencial nº 3/17, de 26 de Janeiro. **Aprovou o Calendário Académico.** Imprensa Nacional, Luanda, 2017.

_____. Decreto-Lei 44.159, de 18 de Janeiro. **Criação do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII,** através da Portaria 12.472 de 3 de Dezembro de 1962, nos termos do Decreto-Lei 44.159 de 18 de Janeiro de 1962.

_____. Diário da República III série nº 78 de 3 de Outubro. **Publica os Estatutos da Associação de Amizade e Solidariedade para com a Terceira Idade – AASTI**. Imprensa Nacional, Luanda, 2016.

_____. Diário da República n.º 182, III Série, de 22 de Setembro. **Publica os Estatutos da Associação dos Assistentes Sociais de Angola**. Imprensa Nacional, Luanda, 2014.

_____. Lei 8/04, de 1 de Novembro. **Lei sobre o Vírus da Imunodeficiência Humana – VIH e a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – SIDA**. Imprensa Nacional, Luanda, 2004.

_____. Lei nº 21-A/92, de 28 de Agosto – **Lei de Bases do Sistema Nacional de Formação Profissional**. Imprensa Nacional, Luanda, 1992.

_____. O Decreto Presidencial n.º 59/20, de 3 de Março. **Regula as modalidades de ensino à distância e semi-presencial no subsistema do Ensino Superior**. Imprensa Nacional, Luanda, 2020.

_____. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012-2025**. Luanda, 2012.

ARAÚJO, R. C. V.; NUNES, E. R.; LOPES, M. **Constituição da república de Angola anotada**. Porto: Luanda, 2014. T. 2.

ARRAZOLA, F., MÉNDEZ, A., & LEZAUN, J. **Centros de día - atención e intervención interal para personas e mayores dependientes e com deterioro cognitivo**. España: Departamento de Servivios Sociales – Artaso, 2003.

ARRUDA, R.; COLAÇO, J.; BAIA, A. **O que é Exclusão Social?** Lisboa: Escolar Editora, 2014.

BARKER, S. L., & CASTRO, D. M. F. **Gravidez na adolescência: dando sentido ao acontecimento**. In M. L. J. Contini, S. H. Koller & M. N. S. Barros. (Orgs). *Adolescência & psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas* (pp.78-84). Brasília: 2002.

BERTHOUD, C. M. **Visitando a fase adolescente**. In: CERVENY, C.; BERTHOUD, C. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BURIOLLA, Marta Alice F. **Estágio Supervisionado**. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. **Estágio supervisionado**. 3ª edição, São Paulo: Cortez Editora, 2001.

BUZI, Felicidade. **Serviço Social em Angola: Itinerário Histórico e Caminhos de Inovação Social**. (Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social). Lisboa, Abril 2015.

CANAVARRO, M. C. **Psicologia da gravidez e da maternidade**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CANGA, J.& BUZA, A. **Ensino Superior em Angola: desencontros e clivagens no processo de redimensionamento**. in: Forum das Instituições de Ensino Superior. Luanda, 2017.

CÁRCER, A. N. **ATrabajo Social en Cuidados Paliativos**. Madrid: Arán Ediciones. S.A. 2000.

CARVALHO, M.I. **Serviço Social na Saúde**. 2. ed. Cortez. Pactor, Lisboa: 2013.

CARVALHO, R.T.; PARSONS.A. **Manual de cuidados paliativos ampliado e atualizado**. ANCP. Rio de Janeiro: Diagraphic, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: O capital humano das organizações**. Atlas: São Paulo, 2004.

CLEMENTINO.M.O. HIV/Aids: **Serviço social e uma análise da prática profissional no serviço de assistência especializada e HIV/AIDS e hepatites virais do município de Campina Grande** - PB: 2014.

COMBINATO D.S.; MARTINS, S.T.F. **Cuidados paliativos na atenção primária à saúde**. O Mundo da Saúde, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Gestão “Tempo de Luta e Resistência”. Meia formação não garante um Direiro. O que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social**. Brasil, 2014.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**. 3ª Edição, Pearson Editora. São Paulo – Brasil, 2012.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3.ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2001.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE LUANDA. **Projecto Pedagógico Do Curso De Licenciatura Em Serviço Social**. LUANDA, 2021.

FERREIRA, G. D. **Serviço social e cuidados paliativos: compromisso na defesa de direitos e respeito à escolha do indivíduo**. In: ANDRADE, L. (Org.). Cuidados paliativos e serviço social: um exercício de coragem. 1 ed. Holambra. Editora Setembro: SP, 2017.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

FERREIRA, Vicência Ofélia de Carvalho. **O Estágio Curricular e a Supervisão na Formação Académica do Serviço Social em Angola no Século XXI** (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra, Março de 2018.

FILHO, João Manuel Correia; MUONDO, Daniel Luciano; ROA, Taimara (Organizadores). **O Serviço Social e a Educação de Infância como um projecto de desenvolvimento humano**. Faculdade de Serviço Social. Actas da Iª Jornadas Científicas Estudantis, N.º 1. Edições Morfema, Colecção: Luanda, 2021.

FLAUZINO, Victor Hugo de Paula. Et al. **As dificuldades da educação digital durante a pandemia de COVID-19**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 03, Vol. 11, pp. 05-32. ISSN: 2448-0959. Março de 2021

FORTI, Valeria Lucilia; GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio (Orgs). **Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social**. 1. ed. Fortaleza, CE: Socialis, 2020.

FOUREZ, Gérard. **A construção das Ciências: Introdução à filosofia e à ética da ciência**. 1937. Editora da Universidade Estadual Paulista – Biblioteca Básica. São Paulo, 1995.

FRANCISCO, Papa. **Quem Sou Eu para Julgar? O perdão e a tolerância como caminhos para a paz e a harmonia de cada um de nós e de todo mundo**. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

GASPAR, Serafim Lucas, « **Éfiko: Tornar-Se “Mulher” entre o Povo Nhãneka-Humbi da Huíla-Angola**» (Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, 2018.

GOMES, Maria Paulina. **Manual prático para elaboração de monografia**. Facha, Rio de Janeiro, 2016.

GRICY, C. L. I. **Ser mãe: produção de la reprodução dela**. In CARDOSO, Riolas. S: É uma mulher. Vozes, Petrópolis: 1994.

GUADALUPE, S; SILVA, A. R. **Inserção profissional de Assistentes Sociais nos Cuidados Paliativos em Portugal**. Serviço Social & Saúde. v. 14, n. 19, p. 57-90. São Paulo, 2015.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional. Dados da Ficha: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2016.

GUSSO, Hélder Lima et al. **Ensino Superior em Tempos de Pandemia: Diretrizes à Gestão Universitária**. DEBATES & POLÊMICAS. Educ. Soc.

41. 2020. <https://doi.org/10.1590/ES.238957>.

HOGA, L. A. K.; BORGES, A. L. V.; ALVEREZ, R. E. C. **Gravidez na adolescência: valores e reações dos membros da família**. Acta Paulista de enfermagem, São Paulo, v. 22, n.6, abr. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Cortez, SP, 2001.

_____. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. Texto base da conferencia magistral do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social,. San José, Costa Rica, 12 de julio de 2004, originalmente publicado nos Anais do referido Seminário: MOLINA, M. L. M. (Org.) La cuestión social y la formación profesional en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana. San José, Costa Rica: ALAETS/Espacio Ed./Escuela de Trabajo Social, 2004, p. 17-50.

JANÍSIO C. Salomão. **Covid-19 vs ensino à distância: reflexão do contexto angolano**. Psicologia, Educação e Cultura. Instituto Superior Politécnico Gaya. www.ispgaya.pt. Vol. XX IV, Nº 3. Dezembro de 2020.

JORNAL DE ANGOLA. Edição 15 de Maio de 2020.
<https://twitter.com/jornaldeangola/status/1261071442202038272>.

KAMEYAMA, Nobuco. **A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social Avanços e tendências (1975 a 1997)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro Centro de Filosofia e Ciências Humanas Escola de Serviço Social, 2010.

LANZA, L.M.B; CAMPANUCCI, F.S; BALDOW, L.O. **As profissões em saúde e o serviço social: desafios para a formação profissional.** Revista Katálysis, Florianópolis, v.15, n.2, p. 212-220, Jul./dez. 2012

LEAL, Filipe de Freitas. **Vocabulário básico do serviço social: termos técnicos para a intervenção profissional.** 3ª Edição – Gen: São Paulo, 2018.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional.** 2ª ed. Cortez. SP, 2010.

LIMA, Manolita Correia; OLIVIO, Silvio (Orgs.). **Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso.** São Paulo, Thompson Learning, 2007.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

LIPORINI, Andreia Aparecida Reis de Carvalho; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; PIANA, Maria Cristina; LIMA, Maria José de Oliveira (Organizadoras). **Estágio Supervisionado em Serviço Social: Fundamentos, Significados e Perspectivas.** CRV. Curitiba, PR, 2017.

LUCCHETTI G., et al. **Uso de uma escala de triagem para cuidados paliativos nos idosos de uma instituição de longa permanência. Use of a palliative care screening tool in elderly from a nursing home.** Av. Juriti, 367, ap. 131 – 04520-000 – São Paulo, SP, 2009.

LUETO, O.; Catumbela, E.; Solari, P. **O Ensino Superior Angolano em Tempo de COVID-19.** Revista Angolana de Extensão Universitária: v.2, n.3, Julho-Dezembro, p. 76-93, 2020.

MACH. E. **La mécanique.** Paris: Herman, 1925.

MACHADO, J. E. M.; COSTA, P. N. da; HILÁRIO, E. C. **Direito Constitucional Angolano.** [S. l.]: Coimbra, 2013.

MACIEL, M. G. **Cuidados Paliativos: Definições e Princípios**. In: (CREMESP, Org.), São Paulo, 2008.

MARTIN, Sueny da Silva; MARTINS, Tathiana Silva de Souza. **Adesão ao tratamento antirretroviral: vivências escolares**. Texto Contexto Enferm. Jan-Mar; 20 (1): 111-8. Florianópolis, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia... [et al]. **A História Oral na Pesquisa em Serviço Social: Da Palavra ao Texto**. São Paulo. Cortez, 2019.

MEDEIROS, T.S; SILVA, O.R; SARDINHA, A. L. B. **Acolhimento e acesso aos direitos sociais: assistência a pacientes em cuidados paliativos**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, n. 2, p. 403 - 415 Ago./Dez. 2015.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**: Um guia prático para Acompanhamento da Disciplina de Trabalhos Monográficos. 2ª Edição Atualizada e Ampliada. Atlas: São Paulo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social - Teoria, métodos e Criatividade**. 32. ed - Petrópolis, Vozes. RJ: 2012.

MONTAÑO, C. **A Natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTEIRO, Amor António. **Natureza do Serviço Social em Angola**. Cortez Editora. São Paulo, 2016.

MORAES, E. & LIMA, S. **Características biológicas e psicológicas do envelhecimento**. Rev. Med. Minas Gerais, 2010.

MUONDO, D. L; OLIVEIRA, C. A. H. S. **Serviço Social no contexto Angolano: Desafios e Perspetivas diante da Formação Profissional dos Assistentes Sociais**. XX Encontro de Pesquisadores: Ciência e Desenvolvimento Regional. Uni-FACEF: Centro Universitário Municipal de Franca. Franca-SP, 13e14 de novembro de 2019, pp-1212-1220.

. **As novas reformas governativas em tempo de COVID-19 em Angola no atual contexto político e social e o enfrentamento das desigualdades sociais.** R. Katál., Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 66-75, jan./abr. 2021 ISSN 1982-025.

MUONDO, Daniel Luciano; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Serviço Social na educação pré-escolar em Angola: contribuições da intervenção profissional do/a assistente social.** Revista Realidade Social - RRS, v. 1, n.1, p. 32-31, Janeiro - Junho, 2022.

NEGRA, Carlos Alberto Serra; NEGRA, Elizabeth Marinho Serra. Manual de Trabalhos Monográficos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado. 4.^a Edição. Atlas: São Paulo, 2009.

NETO, T. **História da Educação e Cultura de Angola: Grupos Nativos, Colonização e a Independência.** UP: Ed. Zaina editora, 2010.

Netto, José Paulo. **Capitalismo, trabalho e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1996.

NOZABIELLI, Sônia Regina; VAZQUEZ, Daniel Arias; NOGUEIRA, Claudia Mazzei (Organizadores). **Questão social em tempos de pandemia:** – Assis: Gráfica & Editora Triunfal, 2022

OLIVEIRA, Cirlene A. H. da S. **Formação Profissional em Serviço Social: "velhos" e novos tempos, constantes desafios.** Serviço Social e Realidade. Franca: UNESP. v 13, n. 2, 2004.

PACCHIONI, Margareth Maria. **Estágio & Supervisão: uma reflexão sobre aprendizagem significativa.** Americana/ Lorena. Stiliano, SP. 2000.

PESCUMA, Derma; CASTILHO, António Paulo F. de. **Projeto de Pesquisa: o que é? Como fazer?: um guia para sua elaboração.** 6^a ed. São Paulo: Olho D'água, 2010.

PORTUGAL. Decreto 43895, de 6 de Setembro. **Institui nas províncias ultramarinas juntas provinciais de povoamento - Cria as Juntas Provinciais de Povoamento de Angola e Moçambique.** Ministério do Ultramar - Gabinete do Ministro. Diário do Governo n.º 207/1961, Série I de 1961-09-06.

RAMOS, M. **Ação social na área do emprego e da formação profissional.** Universidade Aberta. Artes Gráfica. Lisboa, 2003.

RIBEIRO, Ronilda. Org. - **Psicologia e saúde na Amazônia:** pesquisa e realidade brasileira. Casa do psicólogo. São Paulo, 2003.

RUITA, Alessandra; TAVARES, Silvaneide Maria. **Manual de orientações para a prática do estágio supervisionado em Serviço Social.** Curso de Serviço social-EaD — Palmas: Fundação Universidade do Tocantins, 2009.

SALOMÃO, J. **Covid-19 vs Ensino à distância: reflexão do contexto angolano.** Revista de Psicologia, Educação e Cultura, 24 (3), 58-68, 2020.

SALOMON, Décio Vieira. **Como fazer uma monografia.** 2. ed, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SAMBA, Simão João. **Adolescência em Situação de Risco e a Educação Social em Luanda.** Paco Editorial. Jundiaí, S.P. 2014.

SANTO, Felisbela Augusta do Espírito. **A Institucionalização do Serviço Social em Angola: Contributo do Instituto Pio XII para a sua História** (Dissertação de Mestrado pela Universidade Lusíada de Lisboa), 2009.

SANTOS, António Raimundo. **Metodologia científica.** 3. ed. DP & A: Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Cláudia Monica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yoalanda. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos.** 3ª Edição, Cortez. S.P, 2017.

SANTOS, Hélder Teixeira dos. **A formação profissional como estratégia de inserção social: o caso específico dos cursos EFA** (Monografia para obtenção do grau de Licenciado em Serviço Social). Universidade Fernando Pessoa- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, 2006.

SANTOS, Regina Maria dos. **O Serviço Social e a Exclusão/Inclusão Social dos Portadores de HIV/AIDS: Demandas e Desafios nos Hospitais Públicos** (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). Natal - RN: PPG em Serviço Social, UFRN, 2005.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I. www.rbhcs.com. ISSN: 2175-3423. Julho de 2009.

SOARES, Maurício Caetano Marias; COSTA, Newvone Ferreira da. **O Serviço Social na Teoria e na Prática: Os Desafios Contemporâneos**. 2. ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro: SUAM, 2014.

TCHIPESSE, Faustino Moma. **Redução do Impacto da Covid19 na Aprendizagem dos Alunos: Uma Reflexão a partir das teorias em Sociologia e Filosofia da Educação**. Pulicado em [HTTPS://WWW.WEBARTIGOS.COM/AUTORES](https://www.webartigos.com/autores), em 22 de September de 2020.

TORRES, Mabel Mascarenhas; SGORLON, Claudina Tavares da Silva; BELLO, Marília Gonçalves, Dal; COUTO, Eduardo Luís; CRAVEIRO, Adriéli Volpato; MACHADO, VANESSA, Rombola (Orgs.). **O trabalho de Assistentes Sociais: entre tensões e desafios**. Curitiba. CRV, 2022.

TÚLIO, Marco de Assis Figueiredo. **Coletânea de textos sobre Cuidados Paliativos e Tanatologia. Setor de Cuidados Paliativos da Disciplina de Clínica Médica da Unifesp** (Ambulatório de Cuidados Paliativos). São Paulo, 2006.

UNESP - Campus de Franca. **Serviço Social & Realidade**. Franca. v.21, n. 1, 2012.

VANZINI, L. **El Trabajo Social en el ámbito de los cuidados paliativos: una profundización sobre el rol profesional.** In Documentos de Trabajo Social, nº47, pp.184-199, 2010.

VIEIRA, Laurindo; FILHO, João Manuel Correia; CARVALHO, Eugénio de Jesus Wilson de; ROA, Taimara (Organizadores). **O agudizar das problemáticas sociais na cidade de Luanda em tempo de pandemia** Faculdade de Serviço Social. Edições Morfema, Colecção: Acta da X Jornada Científica da Faculdade de Serviço Social, N.º 2. Luanda, 2021.

WALHERS, Maicow Lucas Santos; MUONDO, Daniel Luciano; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **Reflexões sobre o estágio em Serviço Social: Brasil e Angola.** 8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social Tema: Questão social, violência e segurança pública: desafios e perspectivas Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **The global burden of disease:** update. Geneva, 2004.

APÊNDICES

Apêndice A: ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO – 1º ANO SERVIÇO SOCIAL

Documento que descreve resumidamente a prática do Observatório Social realizado no 1º ano, sob olhar atento, reflexivo, crítico e construtivo do estagiário, de acordo com a realidade social encontrada.

- ☐ Aspectos a referir no Relato:

Introdução

- Data e horário
- Local do observatório/ Orientador

Desenvolvimento

- Situação encontrada – Explicações da instituição
- Funcionamento da instituição

Considerações finais

- Análise individual (críticas e propostas de soluções)

Apêndice B: ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO – 2º ANO SERVIÇO SOCIAL

Elementos pré-textuais

- Capa (nome da entidade, título, local, autor, data)
- Folha de rosto (título, local, autor, data)
- Índice

Elementos textuais

- Introdução
 - Justificação do relatório e explicação do objectivo do estágio
 - Estrutura do relatório
- Caracterização da instituição
 - Identificação
 - Localização geográfica
 - Historial (incluindo o quadro legal e/ou natureza jurídica)
 - Missão, metas e objectivos
 - Beneficiários
 - Recursos humanos, materiais, financeiros (internos e externos)
 - Organograma

Neste capítulo deve reflectir as questões de forma crítica, porém, construtiva, trazendo os aspectos do funcionamento, organização, relação objectivos-respostas, meio envolvente, relevância dos serviços oferecidos para a comunidade, assim como propostas que visem o melhor desempenho da instituição em análise.

▪ Metodologia

Deve explicar os métodos e técnicas utilizadas para realização do estágio (conceituar e justificar). Colocar em apêndice o guião caso tenha elaborado algum instrumento para a recolha dos dados.

▪ Relação com o Serviço Social

Reflectir sobre a necessidade de intervenção do Assistente Social (caso não exista) ou do papel desempenhado por esta (caso haja). Avaliar a contribuição que o Serviço social pode prestar para melhor desempenho das instituições e melhor resposta para o grupo alvo (fazer uma relação com os conhecimentos teóricos apreendidos).

▪ Conclusões e considerações finais

Deve apresentar todas as considerações a que chegou no desenvolvimento das actividades e fazer propostas/sugestões que possam vir a melhorar o funcionamento da instituição.

▪ Referências bibliográficas

- Anexos (documentos não elaborados pelo estudante. Ex. legislação)
- Apêndices (documentos elaborados pelo estudante. Ex.: Plano de actividade, guião de entrevista...)

Apêndice C: ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO 3º ANO – SERVIÇO SOCIAL

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

- Capa (entidade, título, autor, local, data)
- Página de rosto
- Sumário/Índice

INTRODUÇÃO

- Definição do Problema (projecto em que está inserido na Instituição)
- Objectivo do Relatório
- Justificativa do relatório
- Caracterização da Instituição/Comunidade
- Historial
- Missão
- Público ou privada
- Quadro Orgânico (Organograma)
- Projectos que desenvolve

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Plano de trabalho - anexar
- Descrição das actividades realizadas – explicação

METODOLOGIA – explicar os métodos e técnicas utilizadas

- Avaliação
- Valorização do trabalho (Resultados)
- Dificuldades

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

- Anexos
- Bibliografia

Apêndice D: ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO DO 4º ANO

Elementos Pré-textuais

- Capa
- Página de rosto - obrigatório
- Dedicatória - opcional
- Agradecimentos – opcional
- Epígrafe - opcional
- Siglas (abreviaturas) e Acrónimos - obrigatório
- Índice de tabelas e figuras – obrigatório
- Índice/ Sumário - obrigatório
- Resumo/Abstract - Obrigatório

Elementos extuais

INTRODUÇÃO

Apresentação dos objectivos (geral e específicos), metodologia, justificação do Relatório e da Problemática do Estágio

CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO OU COMUNIDADE

- Descrição das reacções de poder institucional
- Situação geográfica
- História (fundação)
- Missão
- Estrutura orgânica e funcional

ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO APRESENTAÇÃO E ÂMBITO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Descrição das actividades realizadas pelo estagiário (planificadas e não planificadas)

Descrição dos pontos fortes, oportunidades, fraquezas e ameaças da instituição de estágio

RESULTADOS ALCANÇADOS COM A REALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES

- Mudanças verificadas no campo de estágio
- Lições aprendidas

3 – Elementos pós-textuais

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES
BIBLIOGRAFIA

ANEXOS
APÊNDICE

Apêndice E: MODELO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Elementos Pré – textuais

Capa (obrigatória)

Página de Rosto (Obrigatória)

Folha de Aprovação (Obrigatória)

Dedicatória (Opcional)

Agradecimentos (Opcional)

Epígrafe (Opcional)

Resumo (em Português - Obrigatório)

Abstract (Resumo em Inglês – Obrigatório)

Siglas (abreviaturas) e Acrônimos (Obrigatório)

Lista de tabelas e Figuras (Obrigatória)

Índice/Sumário (Obrigatório)

Elementos Textuais

INTRODUÇÃO (Obrigatória) - Delimitação do tema; problema da pesquisa e pergunta de partida; hipóteses; justificção da escolha do tema; relevância da pesquisa; objectivos: geral e específicos; disposição do trabalho.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA (Obrigatório)

CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA (Obrigatório)

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA (Obrigatório)

3.1 Procedimentos Técnicos e Metodológicos (Tipo de pesquisa/estudo; população/sujeitos; amostra; técnicas e instrumentos de recolha de dados; tipo ou técnica de análise).

3.2 Apresentação e Discussão dos Resultados da Pesquisa.

CONCLUSÃO/ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elementos Pós-textuais

BIBLIOGRAFIA / REFERÊNCIAS (Obrigatório)

ANEXOS – Documentos não elaborados pelo pesquisador/autor (Opcional)

APÊNDICES – Documentos elaborados pelo pesquisador/autor (Opcional)

**APÊNDICE F**

REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
DELEGAÇÃO PROVINCIAL DE LUANDA
DIRECÇÃO PROVINCIAL DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO
ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO DE VIANA

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL**1. DADOS PESSOAIS**

Nome: _____
Filiação: _____; e
de: _____

Estado Civil _____; Profissão: _____;

Idade: _____; Local de Nascimento _____;
Morada _____

2. SITUAÇÃO PENAL:

Crime _____; Detido? _____; a quanto
tempo _____? Condenado? _____; Por quanto tempo? _____

Como foi detido pelos Agentes Policiais ?

3. SITUAÇÃO SOCIAL

Com quem vivia? _____; tem filhos? _____; Quantos? _____? teve
acompanhamento familiar na esquadra? _____ de
quem? _____; tem advogado? _____; sofreu algum
maltrato? _____ qual é a natureza? _____; Recebe
assistência alimentar? _____; Recebe assistência medicamentosa? _____; Recebe
assistência psicológica? _____; Contacto do familiar que
acompanha o processo? _____ Sofre de alguma doença _____;
qual? _____.

Parecer
social _____

O avaliador

APÊNDICE G



**UNIVERSIDADE
DE LUANDA**
Faculdade de Serviço Social

LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

**MENSAGEM DE AGRADECIMENTOS PELA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**

AO

DIGNÍSSIMO DIRECTOR GERAL

DO ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO DE VIANA

LUANDA

É com muita alegria e emoção, que nos dirigimos, ao Digníssimo Director Geral do Estabelecimento Penitenciário de Viana para, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade que nos foi concedida, no âmbito da formação superior do curso de Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, em permitir a integração de 8 (oito) estudantes, sendo 7 (sete) masculinos e 1 (um) feminino, para a realização de Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social.

Nossos agradecimentos, são ainda extensivos, a todos os responsáveis que, directa e indirectamente, acompanharam os estagiários nos diferentes Departamentos e Secções, tanto do ponto de vista administrativo, como operacional, sobretudo, no contacto mantido com as pessoas em situação de reclusão e suas respectivas famílias.

Especiais agradecimentos dedicamos, ainda, ao Instituto de Ciências Penitenciárias, que acolheu, no primeiro momento, os estagiários, submetendo-os num período de formação e capacitação, do ponto de vista introdutório, com abordagem de temáticas muito expressivas, como sendo, as breves considerações sobre os Serviços Penitenciários em Angola, a Reabilitação e Controlo Penal, os Instrumentos utilizados em Assistência e Avaliação Psicológica, a Psicanálise e, finalmente, a apresentação dos resumos individuais dos estagiários, sobre os conhecimentos adquiridos.

O estágio supervisionado em Serviço Social, desenvolvido ao longo de Maio à Agosto do presente ano, contribuiu significativamente, no conhecimento da realidade da situação

penitenciária no nosso país, ao mesmo tempo que, desenvolveu nos estudantes, a conciliação dos aspectos teóricos, com o exercício da formação profissional, que constitui uma riqueza inseparável, ao nível das aprendizagens.

Manifestamos aqui, Digníssimo Director Geral do Estabelecimento Penitenciário de Viana, imensa gratidão, por todo esforço empreendido, junto dos seus colaboradores mais directos, que sabiamente conduziram todo o processo, garantindo o alcance de resultados bastante satisfatórios.

A Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda considera, o Estabelecimento Penitenciário de Viana e o Instituto de Ciências Penitenciárias, uma nobre oportunidade de cooperação institucional, que se pretende prolongar no tempo, onde poderemos demonstrar todo nosso conhecimento pedagógico, técnico e científico, para contribuir na promoção dos Serviços Penitenciários, com as pessoas em situação de reclusão e suas respectivas famílias.

Finalmente, garantimos ao Digníssimo Director Geral, a devolutiva de todas as pesquisas realizadas neste Estabelecimento Penitenciário, tanto na modalidade de Relatórios de Estágio, como na forma de Trabalhos de Conclusão de Curso, ou Monografias.

Bem haja, e reiteramos os nossos votos de muitos êxitos e bênçãos, nas suas tarefas quotidianas!

Luanda, aos 19 de Agosto de 2022.

O Supervisor de Estágio,

Professor, Daniel Luciano Muondo (Assistente Social)